

“Contra o mal que vem do estrangeiro”

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres
e as questões de nacionalismo e imigração no Brasil
(1932-1949)

E-book



“Contra o mal que vem do estrangeiro”

**A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as
questões de nacionalismo e imigração no Brasil
(1932-1949)**

Rodrigo Luis dos Santos

“Contra o mal que vem do estrangeiro”

**A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as
questões de nacionalismo e imigração no Brasil
(1932-1949)**

E-book



São Leopoldo
2026

© Rodrigo Luis dos Santos – 2026
E-mail: rluis.historia@gmail.com

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: *Revista Fon Fon*, 1908, Edição 42 (Autor da caricatura: Calixto Cordeiro)

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (Pesquisador UFPel)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Pesquisador Ciências Sociais)
Marluza Marques Harres (Unisinós)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 9 81149642
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

S237c Santos, Rodrigo Luis dos

“Contra o mal que vem do estrangeiro”: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as questões de nacionalismo e imigração no Brasil (1932-1949). [E-book]. / Rodrigo Luis dos Santos. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2026.

230 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 975-65-5974-345-2

1. História – Brasil. 2. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – História. 3. Nacionalismo. 4. História política. 5. Imigração alemã. 6. Imigração japonesa. I. Título.

CDU 981

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Dedico este livro aos meus pais,
Pedro Amaral dos Santos (*in memoriam*) e
Maria Tereza Borges dos Santos (*in memoriam*).
Saudades e amor eternos!

*A poesia da História repousa no fato quase milagroso de que,
por esta mesma terra, por este mesmo chão familiar,
já caminharam outros homens e mulheres, tão reais quanto nós,
com pensamentos próprios, levados pelas próprias paixões,
todos mortos agora, gerações e gerações completamente desaparecidas,
da mesma forma que nós muito em breve desapareceremos,
como fantasmas no raiar do dia.*

G. M. Trevelyan

Sumário

Apresentação	9
<i>Marcos Antônio Witt</i>	
Prefácio	11
<i>René E. Gertz</i>	
Introdução	14
Capítulo 1. “Em busca de um Brasil genuinamente brasileiro”: nacionalismo e construção identitária	19
Capítulo 2. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e sua atuação no cenário efervescente dos anos 1930 e 1940: trajetória, discursos e ações	27
Capítulo 3. O núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: articulações, agenda e inserção política	114
Capítulo 4. O livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i> : materialização de um agenda política	178
Considerações finais	201
Acervos consultados	204
Referências	206

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sátira sobre a imigração japonesa na Revista <i>O Malho</i>	81
Figura 2: Cerimônia em homenagem a Alberto Torres (1939)	105
Figura 3: Sessão de inauguração da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul	117

Figura 4: Capa do livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i>	179
Figura 5: Contracapa do livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i>	180
Figura 6: Marlene Fuke	189

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Clubes Agrícolas Escolares no Rio Grande do Sul (1937) ..	167
--	-----

Apresentação

A história é objeto de uma construção cujo lugar
não é o tempo homogêneo e vazio,
mas aquele preenchido pelo tempo-agora.

Walter Benjamin
Über den Begriff der Geschichte

Escrevo e finalizo o presente texto durante o mês de outubro de 2022. Neste mês, o Brasil olhou para si a fim de eleger governantes que conduzirão o país pelos próximos quatro anos. Muito do Brasil de hoje, caro leitor, encontra-se registrado nas centenas de páginas produzidas pelo historiador Rodrigo Luis dos Santos. Desde o seu trabalho de conclusão de curso (2013), o autor do livro ora lançado investiga temas que estão no grande espectro da história política: educação, identidade, imigração, nacionalização, participação política, partidos políticos e religião. Cada um destes temas não foi examinado de forma isolada; ao contrário, com maestria ímpar, Santos soube costurá-los com o objetivo de demonstrar quão rico pode ser o universo da história política. Se enfadonha décadas atrás, nos últimos tempos a história política mostrou-se veículo importante para análise e compreensão da realidade novecentista brasileira. Assim, o autor de *“Contra o mal que vem do estrangeiro”: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as questões de nacionalismo e imigração no Brasil (1932-1949)* construiu currículo acadêmico colossal levando em conta os potenciais deste campo histórico. Dedicou-se à política como algo maior, transcendendo o político-partidário. Em sua dissertação de mestrado (2016), examinou as forças que se constituíram na antiga colônia alemã de São Leopoldo, forças essas que tomaram como base os pressupostos da educação, da política e da religião para atuarem e lutarem por aquilo que consideravam justo e de direito. Na dissertação, publicada na forma de livro (2019), católicos e evangélicos-luteranos da

atual cidade de Novo Hamburgo/RS estabelecem conflitos mirando a ascensão social que, neste caso, seria conquistada através da inserção política e do crescimento econômico. As primeiras décadas do século XX constituíram o recorte cronológico deste estudo de Santos.

Dando prosseguimento à pesquisa, no doutorado (2021) verticalizou a análise para construir perfil biográfico de um intelectual e político rio-grandense. Novamente, os temas apresentados no parágrafo anterior vieram à tona. Contudo, ao privilegiar as décadas de 1930 e 40, as questões inerentes à nacionalização ganharam força. Com escrita impecável e inovadora, Santos apresenta ao leitor o cenário mundial, nacional, estadual e municipal ao biografar o longo Carlos de Souza Moraes. Não se trata, neste caso, de biografia laudatória ou “localista”. Em Santos, o local – a cidade de São Leopoldo/RS – é iluminado com o propósito de desvelar nuances que orbitam entre o mais trivial e o mais relevante. O mundo totalitário alcança a ex-colônia alemã de São Leopoldo nos escritos do biografado, por exemplo.

O livro que o leitor tem em mãos traz consigo boa parte da tese de doutorado de Santos. Como colega e confrade do autor, indico, com muita persistência, que o seu Currículo Lattes (CNPq) seja aberto. Além de conhecer as minúcias de sua dissertação e tese, convido você, amante de Clio, a percorrer os caminhos literários produzidos por Santos. Em seus artigos acadêmicos, capítulos de livros, artigos em jornais e outros escritos encontra-se fina análise sobre o Brasil – Brasil que hoje é visto e inquerido sob os mesmos temas da educação, da identidade, da imigração, da nacionalização, da participação política, dos partidos políticos e da religião.

A leitura é instigante e provocativa, prezado leitor. Espero, muito, que ela possa desacomodá-lo.

Marcos Antônio Witt
Instituto Histórico de São Leopoldo
Outubro/2022

Prefácio

Em 1941, dentro da assim chamada “campanha de nacionalização”, então em andamento no Brasil, uma portaria da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul determinou que as escolas escolhessem um patrono, “cuja vida tenha sido, por sua linha de conduta, um padrão digno de ser imitado”. Dentro deste contexto, o Colégio Lajeadense, mantido pela comunidade evangélica luterana de Lajeado, foi renomeado para Colégio Alberto Torres. O episódio pode ter algo a ver com o fato de que no vale do rio Taquari, em especial no vizinho município de Estrela, tivera alguma repercussão, sobretudo em 1936/1937, a Sociedade Amigos de Alberto Torres. Tratava-se de uma entidade nacional, surgida no início da década de 1930, que teve uma seção no Rio Grande do Sul, com sede na Capital, mas com alguns simpatizantes espalhados pelo interior do estado.

Alberto Torres foi um político e intelectual brasileiro, com atuação no Rio de Janeiro, que havia falecido em 1917. É considerado um dos precursores daquilo que o cientista político Bolivar Lamounier chamou de “ideologia de Estado”, a qual terá entre seus expoentes um discípulo declarado do intelectual fluminense, Oliveira Vianna. Na década de 1920, a influência – expressa ou não – de Torres se refletira no “tenentismo”, isto é, naquele movimento de baixos escalões das forças armadas que criticavam o *status quo* da Primeira República. Além de aspectos como corrupção e fraude eleitoral, os “tenentes” combatiam, em termos estruturais, o Estado brasileiro excessivamente descentralizado, “fraco”, conforme estabelecido na Constituição de 1891, propondo seu fortalecimento, com o simultâneo enfraquecimento *político* das unidades federais, paralelo à ampliação do papel *administrativo* dos municípios. De forma extremamente simplificada, defendiam um Estado nacional politicamente forte, no qual as unidades federais não precisariam ser eliminadas, mas, de fato, a execução das políticas federais teria como elemento administrativo importante os municípios.

Além disso, não estavam muito interessados num processo de industrialização, pelo contrário, apesar das críticas às oligarquias rurais, acreditavam no “destino agrário” do Brasil. Nesse sentido, na proclamação de um dos principais nomes do “tenentismo”, Luiz Carlos Prestes, feita em outubro de 1924, no Rio Grande do Sul, ele propusera a criação de colônias agrícolas como aquelas que conhecera em sua permanência como militar em Santo Ângelo – estava se referindo às “colônias” derivadas do processo de imigração centro-europeia para o estado.

Mesmo que os “tenentes” não tivessem tido muito tempo para “pensar” sua revolução, tudo isso se coaduna com o pensamento de Alberto Torres, com destaque especial para a crítica ao governo central “fraco” e à proposta de mudanças na situação agrária do país, campo em que Torres foi um insistente defensor da valorização do trabalhador “nacional”, cujo envolvimento no processo produtivo seria incrementado através da expansão de uma educação especificamente agrária. Por tudo isso, não deixa de ser sintomático que o “tenente” Juarez Távora tivesse exercido papel fundamental na Sociedade Amigos de Alberto Torres, fundada no início da década de 1930.

A obra e o pensamento de Alberto Torres já estão relativamente bem estudados, e Rodrigo Luis dos Santos não se propõe a apresentá-los e analisá-los. Este livro, pelo contrário, se centra numa tentativa de fazer um levantamento e de estabelecer relações com fatores políticos, sociais e intelectuais constatáveis no perfil dos militantes da Sociedade Amigos de Alberto Torres, tanto no Brasil, como um todo, quanto no Rio Grande do Sul, em específico. Para isso, são apresentados alguns episódios nos quais esta sociedade se envolveu, cabendo destacar, aqui, em relação ao nível nacional, apenas uma, a campanha pelo estabelecimento de cotas de imigrantes por nacionalidade de origem, na Constituição de 1934. Dado interessante, nesse contexto, é que entre os militantes havia familiares do ideólogo que criticavam o caráter xenófobo destas medidas, afirmando que, apesar da defesa enfática do fomento ao trabalhador “nacional”, Torres não se opunha à imigração de trabalhadores estrangeiros nem à presença daqueles que haviam vindo em décadas anteriores.

A densidade narrativa presente naquelas partes do livro que tratam do âmbito nacional se aprofunda, em muito, nas passagens em que é abordada a seção gaúcha da SAAT. Aqui ocorrem, também, algumas surpresas dignas de nota. No Rio Grande do Sul, havia vigorado – durante 40 anos – um sistema político que apresentava afinidades com a proposta “torreana”, o conhecido sistema “autoritário castilhistaborgista”. No Rio Grande do Sul, destacava-se seu papel de “celeiro”, isto é, seu “destino agrícola”. No Rio Grande do Sul, o processo de imigração e colonização com populações de origem não “nacional” era um fenômeno evidente.

Apesar dessas pré-condições, em tese favoráveis, a seção gaúcha da SAAT só foi formalizada em meados de 1936. Mais espantoso ainda é o fato de que ela não tivesse sido fomentada por aqueles que assumiram o poder regional, no final de 1937, quando o poder executivo passou a ser exercido por um “tenente”, sob cujo comando se desencadeou a citada intensa “campanha de nacionalização”, dois aspectos que se enquadravam, de forma expressa, no ideário da entidade. Por outro lado, apesar de, no censo de 1940, o Rio Grande do Sul ter registrado a presença de menos de 200 japoneses, uma obra escrita pela figura de maior destaque na organização e na administração da SAAT no estado escreveu extenso livro sobre a “ofensiva japonesa no Brasil”, cuja importância pode ser aquilatada pelo fato de ter experimentado uma segunda edição.

Estes “mistérios” e essas aparentes ou efetivas contradições, por si só, garantem a importância deste livro. E isto tudo – repita-se – num estilo de densidade narrativa que também caracteriza obras anteriores do autor.

René E. Gertz

Introdução

Algumas considerações importantes

Considero fundamental destacar, primeiramente, que este livro é resultado de um recorte de minha tese de doutorado, defendida em março de 2021 junto ao Programa de Pós-Graduação em História (infelizmente, descontinuado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Originalmente intitulada “*Um caminho, múltiplas escolhas: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950)*”, aquele trabalho buscou, através da trajetória de Carlos de Souza Moraes (1908-2003), advogado, político e intelectual nascido na cidade gaúcha de Montenegro, mas que viveu a maior parte de sua vida em São Leopoldo, compreender elementos políticos, intelectuais e ideológicos do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1930 e 1950. Doravante, esse recorte não se dimensionou de forma isolada, mas buscou analisar essas dinâmicas relacionando-as com eventos e ideias em nível nacional e internacional do período. Um dos elementos base da construção da tese e, também, do trabalho aqui disponível, é a questão (i)migratória no Brasil daquele momento histórico. Dessa forma, a construção histórica e narrativa que você encontrará nesse livro se descortina através desse pano de fundo e sua complexidade.

A escolha da temática aqui apresentada e do recorte feito vem da percepção de que, ao abordarmos a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (conhecida também pela sigla SAAT), seus integrantes – ou parte deles – e aspectos de sua atuação, poderemos contribuir com um tema que, embora explorado em outros trabalhos, ainda mantém certo ineditismo, especialmente no que tange ao escopo de inserção e *performance* desta entidade no Rio Grande do Sul, assim como bastidores do cotidiano e da agenda política e ideológica da agremiação. Desse modo, acreditamos que este trabalho pode contribuir sobre o tema, abrindo espaço para discussões e aprofundamentos, especialmente em novas pesquisas.

Mas, para além das explicações sobre recortes e escolhas, talvez seja interessante explicar como ocorreu a aproximação com o tema e, especialmente, grande parte das fontes que subsidiaram a pesquisa aqui publicada, conferindo-lhe também um caráter de ineditismo.

Um acervo pessoal e boas surpresas

Em 2013, ano em que finalizava minha graduação em História pela Unisinos e preparava meu projeto de pesquisa buscando o mestrado na mesma instituição, cursava a disciplina de Patrimônio Cultural, ministrada pela saudosa professora e amiga Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos. Esta disciplina previa horas práticas, que realizei junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na cidade de mesmo nome. Naquele mesmo período, o museu recebeu a doação de livros e documentos de um ex-prefeito leopoldense, que, além da carreira política, também exerceu por muitos anos a advocacia e escreveu livros e artigos sobre temas históricos, como imigração alemã e sobre a Real Fitoria do Linho Cânhamo, empreendimento imperial português – e, posteriormente, brasileiro – localizado nas terras onde, em 1824, se fundou a Colônia Alemã de São Leopoldo. O nome deste político e intelectual: Carlos de Souza Moraes.

Como estagiário no Museu, fiquei responsável de fazer um trabalho de triagem e pré-catalogação daquele acervo, composto por diversas pastas e centenas de papeis. Já havia, naquele momento, encaminhado o projeto de pesquisa para a seleção de mestrado na Unisinos, na qual fui aprovado. Mas, ao trabalhar com aquele acervo, encontrei uma gama de materiais que seriam extremamente úteis para o que eu pretendia pesquisar, analisar e escrever.

Mas, dentre tantas pastas e diversificadas fontes, alguns documentos me chamaram a atenção, relacionados com um grupo que eu desconhecia existência: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Assim, surgiu o interesse em buscar mais dados, para poder vasculhar melhor aqueles documentos. Por fim, me dei conta – assim como a já citada professora Eloisa Capovilla e meu orientador, professor Marcos Antônio Witt – da riqueza daquele material e que, talvez, pudesse “render” um bom trabalho para o doutorado.

Defendida minha dissertação de mestrado em abril de 2016, comecei a preparar o material para um novo projeto, desta vez visando ao doutoramento em História, tendo como tema a referida anteriormente trajetória político-intelectual de Carlos de Souza Moraes – que, descobri naquele momento, havia sido um dos fundadores e associados do Instituto Histórico de São Leopoldo, entidade da qual faço parte desde agosto de 2017, ano em que ingressei no doutorado. Depois de quatro anos, a tese de doutorado foi defendida e, como acontece em muitos casos, surgiu a vontade e ideia de publicar o trabalho.

Com o tempo, fui elaborando melhor a ideia de como publicar e o que trazer da tese para um livro. Depois de algumas reflexões, considerei que a contribuição mais significativa daquela pesquisa, até para uma dimensão mais ampla, quem sabe nacionalmente, era a abordagem sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. As razões? Acredito que a leitura deste trabalho podem fornecer interessantes justificativas.

Imigração e nacionalismo: algumas reflexões iniciais

Não é incomum, ao abordarmos períodos discricionários do século XX, como foi o caso do Estado Novo no Brasil (1937-1945), elaborarmos uma concepção verticalizada de imposições, com as ordenações partindo das esferas mais altas para os demais atores sociais. Não obstante, é dado um destaque maior para os principais líderes destes regimes e sua atuação, nem sempre procurando compreender a participação de outros agentes e entidades na efetivação dos programas e sistemas ideológicos destes modelos autoritários.

No Brasil das décadas de 1930 e 1940, um destes grupos político-intelectuais foi a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cujo ideário nacionalista encontrou respaldo no governo de Getúlio Vargas, alcançando um relativo espaço de atuação e dinamização de alguns pontos de sua agenda, especialmente no campo da educação e políticas migratórias.

Como veremos neste livro, existem alguns trabalhos acadêmicos que se ocupam a compreender e analisar aspectos da trajetória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Contudo, em decorrência da limitação de fontes mais substanciais sobre esta agremiação, o campo de abrangência

possível de descortinar fica mais restrito. É minha intenção, neste trabalho, contribuir para alargar as informações e conhecimentos acerca desta entidade, assim como mapear sua atuação mais direta no Rio Grande do Sul, a partir de 1936. Para isso, tenho buscado analisar com afinco e de forma crítica a documentação disponível e publicações na imprensa sobre o núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

É possível adiantar que, principalmente em seus anos iniciais, ainda na década de 1930, este núcleo angariou simpatia e apoio de agentes políticos e intelectuais no estado, que colaboraram de alguma forma para fortalecimento desta agremiação e difusão de suas ideias. Ao considerarmos a forte presença de levas de imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul, que constituíram relações de aproximação e distanciamento com a sociedade local ao longo dos séculos XIX e XX, a criação de uma organização de cunho nacionalista também tinha objetivos estratégicos para essas regiões e comunidades.

Da mesma forma que ocorreu em nível nacional, com integrantes ocupando cargos dentro da burocracia administrativa governamental, houve uma ligação de membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres com o aparato estadual, além de inserções em algumas prefeituras municipais. Em maior ou menor grau, estes *torreanos* – como eram chamados os integrantes da entidade – buscaram estabelecer a implementação em nível local das principais plataformas do grupo ao qual representavam. E, a partir de 1937, com a deflagração do Estado Novo no Brasil e a constituição de uma efetiva política estatal de nacionalização e construção de uma identidade genuinamente nacional, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres encontrou um campo ainda mais fértil para ascender e ocupar nichos importantes.

Conforme escrito pelo professor e historiador René Gertz no prefácio deste livro, aqui temos o objetivo de trazer uma abordagem mais empírica, não aprofundando aspectos teóricos e metodológicos. Estes, por sua vez, estão presentes na tese de doutorado, ainda disponibilizada no Repositório de Dissertações e Teses da Unisinos¹ – embora não saiba ainda por

¹ SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Um caminho, múltiplas escolhas*: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950). Tese de Doutorado – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2021. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9584>.

quanto tempo. Aqui, buscou-se evidenciar a agenda ideológica, as redes sociais e políticas construídas, elementos da trajetória de alguns de seus integrantes e as ações empreendidas para aplicação e consolidação dessa plataforma no cenário político nacional das décadas de 1930 e 1940. De minha parte, enquanto autor, posso referendar o esforço realizado para que esse objetivo se tornasse concreto. Mas as considerações e conclusões cabem aos leitores e às leitoras que se interessarem e fizerem a apreciação do trabalho aqui disponibilizado.

Assim, faço votos de uma boa leitura e que, historiograficamente, ela possa contribuir para a temática e novos desdobramentos.

CAPÍTULO 1

“Em busca de um Brasil genuinamente brasileiro”: nacionalismo e construção identitária

A questão social, no que concerne ao povoamento do solo, no Brasil, tem sido objeto de grandes controvérsias e de soluções nem sempre condizentes com a realidade o problema. As discussões havidas, como é nosso vexo, nunca conduziram a resultados manifestamente positivos, afim de que resolvêsemos um dos assuntos mais palpitantes da nacionalidade. Releva notar, no entanto, que a Constituição de 16 de julho consignou um dispositivo que, não obstante não ser a última palavra, é entretanto uma providência de alta sabedoria, no assunto, por isso que proibiu, indiretamente, a entrada de elementos alienígenas que, pelas suas etnias, eram prejudiciais à constituição do tipo étnico brasileiro. Foi um grande passo para o encaminhamento racional da matéria.²

O texto publicado por Carlos de Souza Moraes nas páginas do *Diário de Notícias*, datado de 31 de outubro de 1934 demonstra uma conexão, ao tratar sobre a presença de “grupos étnicos nocivos” ao Brasil, com a agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. É plausível considerar que, nessa época, Moraes já estabelecia contato com essa entidade e com seus membros, reunidos institucionalmente há quase dois anos.

Intelectuais, empresários, militares, agentes públicos e políticos de carreira. Em torno desses grupos alinhados com as ideias sociais de Alberto Torres, foi organizada uma entidade político-intelectual em novembro de

² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Artigo publicado por Carlos de Souza Moraes no jornal *Diário de Notícias* com o tema “O Problema Imigratório”).

1932. A iniciativa ganhou destaque nas páginas do fluminense *Jornal do Commercio*:

Um grupo de estudiosos da obra de Alberto Torres vai se constituir em sociedade para analisar e propagar as ideias e os ensinamentos do sociólogo brasileiro. Não é preciso salientar o mérito que terá essa futura associação, sendo também seu objetivo chamar a atenção do país para o trabalho da constituição brasileira que empreender Alberto Torres.

Não tem objetivos literários, nem discutir bizantinices a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, mas, tão somente realizar um trabalho de exegese social e desenvolver as ideias e estudos que foram deixados em tese pelo autor da “Organização Nacional”. É propósito da Sociedade corresponder-se com os torreanos de todos os Estados para provocar a criação dos núcleos locais e conseguir também estudos objetivos sobre as condições atuais de vida das várias regiões do país.³

A partir das informações contidas na publicação, é possível afirmar que, em termos gerais, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida e mencionada pela sigla SAAT, tinha como motivação principal de sua existência o debate e a difusão das ideias de Alberto Torres, analisando os problemas brasileiros a partir do legado intelectual deixado por seu patrono. Em decorrência disso, é importante trazer algumas considerações sobre a trajetória deste político e sociólogo fluminense.

Nascido em 26 de novembro de 1865, na cidade de Itaboraí, na então província do Rio de Janeiro, Alberto de Seixas Martins Torres bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1885. Neste período, colaborou com a imprensa, escrevendo artigos para jornais como *O Constitucional* e *A República*. Retornou para o Rio de Janeiro, onde, além da advocacia, dedicou-se à causa abolicionista e republicana, fundando o periódico *O Povo*, onde defendia a implementação deste modelo de governo. Proclamada a República, iniciou sua trajetória política, ingressando no Partido Republicano Fluminense (PRF), sendo eleito deputado na Assembleia Constituinte Estadual do Rio de Janeiro, assumindo seu mandato em março de 1892. No ano de 1894, é eleito deputado federal, cargo que exerceu por aproximadamente um ano.

³ *Jornal do Commercio*, 20/11/1932, Ano 105, n. 276, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19253. Acesso em: 5 ago. 2020.

Entre 30 de agosto de 1896 e 07 de janeiro de 1897, ocupou o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Entretanto, deixou a pasta em decorrência de atritos com o então vice-presidente da república, o baiano Manuel Vitorino Pereira, que estava no exercício da presidência, pois Prudente de Moraes estava afastado por motivos de saúde. O motivo central da animosidade entre Torres e Manuel Vitorino foi a intervenção que este último promoveu em Campos dos Goytacazes, buscando favorecer o político Nilo Peçanha, contrário ao grupo do qual Alberto Torres fazia parte. Diante da medida adotada pelo presidente em exercício, Torres pede sua demissão. Contudo, mesmo com a interferência de Manuel Vitorino, a ala de Alberto Torres manteve seu *status* político – consolidado com o retorno de Prudente de Moraes ao Executivo federal. Nas eleições estaduais de 1897, Torres é eleito presidente do Rio de Janeiro, exercendo seu mandato entre 31 de dezembro de 1897 e 31 de dezembro de 1900.

Já no governo presidencial de Campos Sales, Alberto Torres é nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, assumindo em 1901. Seis anos mais tarde, em decorrência de problemas graves de saúde, solicitou licença do cargo, recebendo em 1909 sua aposentadoria. Deste período até seu falecimento, em 29 de março de 1917, Alberto Torres dedicou seu tempo aos estudos e compreensão da realidade brasileira, especialmente seus problemas de ordem social.

Os primeiros textos abordando essa problemática foram publicados no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em forma de artigos, entre novembro de 1910 e fevereiro de 1911. Três anos depois, estes artigos foram compilados em um único volume, resultando naquela que muitos consideram ser a obra mais importante de Alberto Torres: *A Organização Nacional*, publicado em 1914. De um série de publicações no *Jornal do Commercio*, no ano de 1912, acrescidos de um discurso que proferira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – para o qual foi eleito em 1911 –, Alberto Torres lançou o livro *O problema nacional brasileiro*, também creditado como um marco referencial para análise e interpretação da sociedade nacional.

Em síntese, Alberto Torres buscou, em sua produção intelectual, expor aqueles que julgava como principais problemas brasileiros e que, a partir de uma análise profunda, precisavam ser corrigidos, visando a melhorar

a vida e as condições sociais do povo. Desse modo, aspectos como a formação da nacionalidade, o sistema político e constitucional e a falta de amparo ao trabalhador nacional foram temas recorrentes em suas publicações. Denunciou a ingerência do Estado brasileiro em intervir nos problemas sociais, especialmente os relacionados com saúde e educação. Preconizava que deveria haver um governo mais centralizado e forte, que atuasse incisivamente para combater desigualdades e desmandos da elite política. Por conta dessas assertivas, Alberto Torres recebeu, por parte de seus críticos, a rotulação de “pensador autoritário”.

E cabe ressaltar outra característica dos escritos de Alberto Torres – e que assinala uma diferença importante relacionada com as reinterpretações e discursos promovidos pela entidade da qual seria patrono: a forte crítica às teorias racistas e eugênicas que se avolumavam entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Embora defensor de uma nacionalidade brasileira e de valorização do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro – sua crítica residia, sobretudo, nos investimentos e vantagens para com imigrantes em detrimento à vida sofrível pela qual passava, por exemplo, o homem do campo –, Torres não adotava um tom de xenofobia. Além disso, reconhecia a importância do aprendizado com as culturas advindas de outros países, através dos imigrantes. Segundo Alberto Torres, nesta perspectiva, era necessário “aprender com alemães, com americanos, com franceses, com ingleses, e com brasileiros, quando for possível, a ser brasileiros: eis a fórmula do nosso cosmopolitismo mental” (Torres, 1982b, p. 29).

Como será possível verificar ao longo deste capítulo, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres empreendeu uma apropriação e ressignificação das ideias defendidas por seu patrono, condicionando-as com teorias e concepções socioculturais, políticas e econômicas fortemente estabelecidas na época de fundação e atuação da entidade, ou seja, as décadas de 1930 e 1940. E a citação de Carlos de Souza Moraes, no início desta parte do trabalho, corrobora para esta interpretação. Outros autores, como Silvia Pinho (2007) e Sérgio Costa (2006), que abordaram Alberto Torres em suas pesquisas, refutam a percepção de que suas obras tenham a xenofobia como uma marca presente. Faz-se necessário, contudo, apontar que a narrativa

enfática e de cunho nacionalista de Alberto Torres abriu margem para a apreensão de um discurso que poderia ser considerado xenófobo – embora o próprio autor discorde dessa argumentação de superioridade racial. Sérgio Costa (2006, p. 187), ao analisar as obras de Manoel Bomfim e Alberto Torres, assevera que “a motivação de ambos os autores é abertamente nacionalista. Escrevem com o intuito de comprovar e defender a viabilidade de um projeto nacional brasileiro e insistem, por isso, na formação e definição do que chamam de ‘caráter nacional’”.

Sobre o racismo científico do final do século XIX e princípio do XX, Alberto Torres salientava sua percepção de que este era um instrumento imperialista, adotado politicamente por algumas nações europeias:

Não se poderia achar prova mais clara da natureza política deste movimento, do que a que mostram a semelhança e simultaneidade das diversas doutrinas aristocráticas, predominantes na ciência social. Gobineau e Maltus, Vacher de Lapouge, certas filiações políticas e sociais do darwinismo, Nietzsche, surgiram, de origens e de fontes diversas, quase na mesma geração, chegando, por métodos todos científicos, à mesma conclusão: a afirmação da superioridade morfológica, irredutível, de certas raças e certos povos. Este período é justamente aquele em que a idéia da igualdade humana, já assentada no terreno político, ia avançando, com a instrução dos trabalhadores e o aumento do proletariado urbano, para o terreno econômico, exigindo a extinção dos monopólios e das vantagens sociais das classes privilegiadas, e em que a expansão colonizadora dos tempos modernos começava a operar o encontro das nações cultas com as raças menos adiantadas. Chefes superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos da hierarquia e da subordinação (Torres, 1982b, p. 69-70).

A visão antiimperialista de Alberto Torres foi instrumentalizada pela SAAT, fortemente coadunada com o discurso nacionalista que imperava no Brasil desde os primeiros anos do século XX, com seu ápice nas décadas de 1930 e 1940, durante o regime do Estado Novo. E, ao abordarmos os nacionalismos, se torna importante afiançar que não houve homogeneidade desses pensamentos e modelos de organização, ao vermos sua presença nos diferentes estados nacionais. Desse modo, é apropriado o uso em plural deste termo. Diversos pesquisadores, em campos como História, Sociologia e Economia, se dedicaram ao tema, com seus decorrentes desdobramentos, imbricações e especificidades. Esta análise conjuntural se faz importante para compreendermos o nacionalismo brasileiro dos anos 1930 e 1940. Cabe destacar que não se trata de uma análise pormenorizada, mas

de uma visualização das principais características históricas destes modelos.

O nacionalismo alemão, segundo autores como Alexander Motyl (2001) e Mark Kesselman (2009), remonta ao período da Reforma Protestante, em que teve início um processo mais agudo de formação identitária, com a disseminação de linguagem e literatura comum germânica. Alguns séculos mais tarde, durante o período do expansionismo napoleônico pela Europa, no início do século XIX, a ideia de uma unificação geopolítica alemã começa a ganhar novo impulso. Com a queda de Napoleão Bonaparte e como desdobramento do Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, os estados germânicos constituíram a Confederação Alemã – *Deutscher Bund*.

Entre 1850 a 1870, os territórios alemães vivenciavam ainda uma ascensão econômica, com o surgimento de uma espécie de Revolução Industrial: o surgimento de fábricas, aumento da produção têxtil e da indústria de ferro. Além disso, houve expansão das linhas férreas, facilitando o transporte e a circulação – fator importante no processo de unificação alemã e elaboração de seu nacionalismo. Essa concepção nacionalista recebeu contornos mais extremos com a chegada do Partido Nazista ao poder, em 1933, em que concepções de superioridade racial e genética, alinhadas com diretrizes salvacionistas e de retomada do protagonismo alemão, edificaram um modelo radical de nacionalismo.

No Japão, o culto ao imperador e o caráter etnicorreligioso fazem parte de um modelo de nacionalismo que encontrou inspiração nas ideologias existentes no Ocidente, especialmente aquelas de cunho fascista, com as devidas adaptações. Durante o Período Meiji (1867-1912), a ideologia nacionalista foi construída a partir do uso de filosofias e narrativas políticas próprias, coadunadas com elementos estrangeiros. Seu objetivo seminal era o desenvolvimento de uma unidade nacional – territorial e cultural – e sentimento de patriotismo. Nesse sentido, era importante defender-se das políticas expansionistas de potências ocidentais, como Inglaterra ou a nascente Alemanha unificada. Posteriormente, o interesse foi de alcançar um *status* semelhante a estas potências no cenário mundial. Na medida que essa agenda geopolítica avançava, características mais totalitárias eram adotadas pelo governo, além da implementação de um expansionismo militar, nas pri-

meiras décadas do século XX. Esse modelo fez com que, em 1940, o Japão se unisse à Alemanha e Itália, nos meses iniciais da Segunda Guerra Mundial, no grupo que entrou para a História como o “Eixo”.

No Brasil, o nacionalismo crescente da década de 1920 ganhou a incorporação de um novo elemento: a eugenia, que ganhou espaço dentro das discussões ideológicas sobre a nação que se pretendia construir naquela conjuntura e do tipo ideal de homem brasileiro.

O termo eugenia foi criado por Francis Galton, antropólogo, matemático e estatístico francês, em 1883. O significado da expressão seria algo como “bem nascido” e, conforme teorizou Galton, eugenia é “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. As ideias eugênicas no Brasil passaram a ser difundidas e a ganhar mais espaço após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), repercutindo, sobretudo, entre membros da chamada elite intelectual, científica e política nacional.

Coadunadas com o ideário nacionalista, a eugenia poderia ser utilizada como uma forma de construção identitária, perfazendo um novo modelo de homem brasileiro, conformando-o através do branqueamento, fundindo o brasileiro com determinados grupos de imigrantes europeus. O médico paulista Renato Kehl foi o principal eugenista brasileiro, ganhando proeminência ao se aproximar da chamada *eugenia negativa*, oriunda da Alemanha e dos Estados Unidos, onde a reprodução de determinados sujeitos sociais, classificados como indesejados ou contraproducentes, deveria ser evitada de qualquer modo.

Foi essa dimensão da *higiene racial* que sedimentou bases ideológicas e institucionais para o pensamento arianista e ideias eugênicas desenvolvidas na Alemanha nazista, entre 1933 e 1945. Em 1935, Renato Kehl assumiu abertamente sua simpatia para com a política de controle social nazista, buscando difundi-la também no Brasil. Segundo ele, o determinismo biológico deveria ser encarado como um problema estatal, pois todas as mazelas sociais, as crises e ameaças derivavam da questão da regeneração biológica racial.

Contudo, a eugenia mais radical não encontrou eco mais amplo entre os intelectuais brasileiros. Nomes como Gilberto Freyre e Edgard Ro-

quette-Pinto se posicionaram contra o determinismo biológico, apontando para os problemas de ordem social, política, educacional e econômica os fatores que impediam a evolução do homem brasileiro e da sociedade, não o fato do Brasil ser um país de alta mestiçagem.

CAPÍTULO 2

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e sua atuação no cenário efervescente dos anos 1930 e 1940: trajetória, discursos e ações

Retomando os passos iniciais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a já mencionada nota do *Jornal do Commercio* informou também a composição dos idealizadores da entidade. São destacados os nomes de Francisco José de Oliveira Vianna, Alberto José de Sampaio, Augusto Saboia Lima, Alcides Gentil, Hélio Gomes, Edgard Teixeira Leite, José Flexa Ribeiro, Mendonça Pinto, Edgard Roquette-Pinto, Álvaro Alberto da Mota e Silva, Araújo Ribeiro, Armanda Álvaro Alberto, Raul de Paula, Alberto Torres Filho e Heloísa Alberto Torres.⁴

Em 1890, Torres se casou com Maria José Xavier da Silveira, matrimônio que gerou três filhos ao casal: Maria Alberto Torres, Alberto Torres Filho e Heloísa Alberto Torres. Como visto, os dois últimos se envolveram diretamente na articulação da entidade político-intelectual que homenageava seu pai e seu legado intelectual. Dos herdeiros do sociólogo Alberto Torres, encontrei informações mais detalhadas apenas de sua filha Heloísa. Os dados mais específicos sobre Alberto Torres Filho são escassos.

Nascida em 17 de setembro de 1895, Heloisa Alberto Torres cresceu em um ambiente marcado pela intelectualidade e discussões em torno da sociedade brasileira. Após a morte de Alberto Torres, em 1917, Heloísa se dedicou ao campo da Antropologia. Como orientador, procurou o profes-

⁴ *Jornal do Commercio*, 20/11/1932, Ano 105, n. 276, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19253. Acesso em: 5 ago. 2020.

sor Edgard Roquette-Pinto, que atuava no Museu Nacional. Os estudos antropológicos realizados por Roquette-Pinto seguiram uma direção contrária ao discurso que passou a vigorar entre significativa parte da intelectualidade brasileira, que afirmava que os problemas nacionais eram decorrentes de uma miscigenação racial malsucedida, que gerou tipos que poderiam ser classificados como “inferiores”. Para este antropólogo, a população brasileira, marcada pela mestiçagem, se enquadrava em um perfil saudável e eugenicamente satisfatória. Desse modo, seus argumentos e estudos visavam a refutar o corolário racista e estigmatizante, originado nas observações feitas por viajantes estrangeiros – sobretudo europeus – e cientistas, desde o século XIX, tendo continuidade entre parte do meio intelectual ao longo das primeiras décadas do século XX. Em suma, na concepção de Roquette-Pinto, o Brasil sofria por falta de políticas sociais efetivas, notadamente no campo educacional e de saúde pública, não pode degenerações raciais.

Heloísa Alberto Torres seguiu essa mesma linha interpretativa, com uma análise antropológica mais voltada para os aspectos sociopolíticos e culturais. Através de um concurso prestado em 1925, tornou-se professora substituta da Divisão de Antropologia e Etnografia, chefiada por seu mestre Roquette-Pinto. Aos 35 anos de idade, em 1930, realizou importante expedição de pesquisa científica na Ilha de Marajó, no Pará, sobre cerâmica indígena brasílica, especialmente a marajoara. Entre 1935 e 1937, ocupou o cargo de vice-diretora do Museu Nacional, assumindo a direção no ano seguinte. Ocupou este cargo até 1955. Sua gestão foi marcada por uma política de renovação técnica, incentivando pesquisas em áreas como zoologia, botânica, geologia, paleontologia e, obviamente, no campo antropológico.

Edgard Roquette-Pinto, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1905, nasceu naquela cidade em 25 de setembro de 1884. Pouco tempo após colar grau, iniciou pesquisas no campo da Antropologia, assumindo como professor assistente nesta disciplina junto ao Museu Nacional, em 1906, assim como docente de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal. Dedicou-se com afinco aos estudos das populações brasileiras. Uma das principais características de sua obra foi a

crítica ao determinismo biológico e racial, assim como defender a miscigenação vivenciada no Brasil e a importância do mestiço nacional. Na esteira desta concepção científica, foi adepto da eugenia, mas em uma posição contrária aos intelectuais que viam a mestiçagem brasileira como “degenerada”. Este grupo, entre outras medidas, propunham uma intervenção eugênica radical, como segregação racial e esterilização entre a camada mais pobre da sociedade. Para Roquette-Pinto, a eugenia deveria melhorar as condições mentais e físicas da população, aliada com políticas mais eficientes em saúde pública e educação.

Em 1922, Roquette-Pinto, Henrique Morize e outros membros da Academia Brasileira de Ciências fundaram a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, considerada a primeira emissora radiofônica do país. Quatorze anos depois, a rádio foi doada ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Atuando há muitos anos no Museu Nacional, assumiu a direção geral da entidade em 1926, permanecendo no cargo até 1935.

Quando da fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Heloísa e Roquette-Pinto integravam um *bloco moderado* dentro da entidade, em contraponto ao *grupo radical*, representado por Raul de Paula, Rafael Xavier e Cunha Melo. Entre 1932 e 1935, a SAAT sofreria em seu interior com disputas de concepções teóricas – e manifestadas de forma empírica.

A presença dos filhos de Alberto Torres, especialmente de Heloísa, que seguiu carreira no campo das Humanidades, abre espaço para um questionamento: estes concordavam com a ressignificação das ideias de seu pai, usadas para fomentar o racismo e o discurso xenófobo? A resposta pode ser encontrada observando dois pontos.

O primeiro aspecto está justamente na conformação do campo científico naquele momento histórico. No contexto brasileiro, intelectuais viam os avanços científicos como traço de modernização sociocultural. Nesse ínterim, trocas eram estabelecidas entre pensadores brasileiros e intelectuais da Europa e Estados Unidos. E, de forma semelhante ao que ocorre na atualidade, também naquela conjuntura não havia uma unanimidade nos discursos científicos, lastreados nos mais diversos campos de pesquisa.

Na área de Antropologia, na qual Heloísa Alberto Torres e alguns outros integrantes da SAAT atuavam, vinha se desenvolvendo, desde o fi-

nal do século XIX, a chamada *Antropologia Física*,⁵ ou seja, o estudo de aspectos sociais e comportamentais dos seres humanos a partir do prisma de suas características biológicas. Em decorrência, os estudos nesta área estavam disseminados em ambientes como Escolas Normais, Faculdades de Direito e Medicina, Museus de História Natural e até mesmo no ambiente policial – vide o caso do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, idealizado pelo médico Juliano Moreira e inaugurado em 1921. Podemos ver, desse modo, que as percepções das ideias sociais eram perpassadas por interpretações, tradições teóricas e objetivos múltiplos. E isso torna-se perceptível na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por meio da formação e trajetória de seus integrantes.

Diante destas circunstâncias, os estudos de Antropologia realizados no Brasil possuíam forte carga de teorias eugênicas. Contudo, não eram homogêneos os objetivos sociais concatenados com formulações antropológicas. Havia grupos que, como veremos mais adiante, almejavam efeitos distintos dentro da sociedade brasileira, a partir de suas elucubrações teóricas. E isso repercutiu também nas estruturas internas da SAAT. Sobre o caso de Heloisa Torres, ela também foi influenciada pelas ideias que permeavam esse período, como a eugenia. Mas, nas questões relacionadas com as imigrações estrangeiras para o Brasil, ela situou-se em um grupo mais moderado dentro da entidade. E chegamos assim ao segundo ponto mencionado – e que será esmiuçado posteriormente: as divisões internas dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as disputas intestinais pelo controle dela.

No dia 4 de dezembro de 1932, nova publicação no *Jornal do Commercio* ressaltava reunião ocorrida no dia 02 daquele mês, centrada na organização definitiva da entidade e na aprovação de seu programa de ações.⁶ Se formos sintetizar o escopo ideológico e pragmático da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ele estava assentado em três pilares: 1) políticas agrícolas, conservação e uso racional da natureza; 2) políticas educacionais,

⁵ Atualmente, os termos utilizados para esta área de pesquisa são Bioantropologia ou Antropologia Biológica.

⁶ *Jornal do Commercio*, 4/12/1932, Ano 105, n. 288, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19510. Acesso em: 5 ago. 2020.

sobretudo de caráter ruralista e formação patriótica; e 3) políticas imigratórias, acentuando a definição e controle de grupos étnicos *recomendáveis* e *indesejáveis*.

Presididos por Alcides Bezerra, os presentes na sessão referendaram sete eixos principais, que seriam os norteadores da agenda político-intelectual da SAAT, que reproduzo aqui integralmente:

- a) Divulgar os ensinamentos de Alberto Torres, mediante conferências ou cursos públicos;
- b) Promover a publicação de obras inéditas de Alberto Torres, de acordo com sua excelentíssima família;
- c) Promover a metodologia dos assuntos focados por Alberto Torres, bem como de cursos que lhes sejam consequentes, tendo em vista a integração dos ensinamentos respectivos na Educação Nacional, sob a forma de um compêndio didático de Geografia Humana aplicada ao Brasil, ou seja, de Política Orgânica;
- d) Criação de centros de estudos torreanos pelos estados para reunir elementos que façam inquéritos e conferências, onde os diferentes problemas brasileiros sejam examinados em suas próprias fontes;
- e) Publicação de uma revista mensal, onde se publiquem as conferências feitas no Rio e nos estados, bem como todos os trabalhos considerados úteis ao estudo dos vários problemas da nacionalidade brasileira;
- f) Abstenção absoluta de política, alistamento eleitoral, apresentação de candidatos a qualquer eleição, o que os sócios têm absoluta liberdade de fazê-lo individualmente, assim como de se alistar em qualquer partido político, a não ser aquele em que, porventura, seja contra os interesses da Nação, o que implicaria na eliminação do sócio;
- g) Publicar em volume as conferências realizadas na Sociedade e os estudos sobre Alberto Torres e sua obra, desde que a comissão os considere como obras de valor real para a interpretação, análise e propaganda da obra torreana e de utilidade para esclarecimento dos problemas nacionais.⁷

⁷ *Jornal do Commercio*, 4/12/1932, Ano 105, n. 288, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19510. Acesso em: 5 ago. 2020.

Alguns desses pontos merecem apreciação mais acurada, mais precisamente os tópicos C, D e F. Sobre o primeiro item, é preciso analisar diretamente aspectos contidos na produção intelectual de Alberto Torres sobre a política brasileira, especialmente a fragilidade que apontava no modelo governamental adotado no Brasil republicano.

Um dos aspetos de debilidade destacados por Alberto Torres estava no caráter “personalista” e “individualista” do sistema político-partidário brasileiro, especialmente por conta do arquétipo federalista imposto com a Constituição de 1891. Para Torres, a cópia do federalismo estadunidense, sem levar em consideração as particularidades e necessidades próprias do Brasil, em seus múltiplos aspectos, fragmentou o país e esfacelou sua capacidade de desenvolvimento social. Em suma, a ampliação do poder dos estados, em detrimento do Governo Central, criou elites distantes da realidade brasileira, preocupadas apenas em sua perpetuação no poder. Alberto Torres era enfático ao proclamar, conforme Kuntz (2002), que as soluções para as mazelas do país não viriam de invenções, mas, sim, de uma profunda observação das “gentes e da terra brasileira”, identificando, desse modo, os interesses gerais da coletividade. Neste ponto, residia uma das críticas de Torres aos “estrangeirismos” aplicados na realidade brasileira, de forma inflexível e impositiva. Em *A organização nacional*, Alberto Torres acentuava que

não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados materiais de sua geografia física, como habitat do povo, e, [...] não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos. A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, da harmonia, de equilíbrio. No quadro incongruente das nossas instituições – sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e por isso não se executa (1982a, p. 157).

Como forma de sanar esta problemática, Alberto Torres elaborou algumas teses, notadamente no tocante constitucional, evocando a necessidade de reformas e aplicação de um novo modelo, calcado nas seguintes bases: a) governo federal forte e centralizando o poder decisório; b) os estados federados retornariam ao status de províncias, diminuindo o poder dos grupos mandatários locais; e c) adoção de um modelo representativo, incluindo nas vagas legislativas federais representantes diretamente escolhidos por entidades civis, como sindicatos, associações de classe, igrejas e outras instituições. Nesse sentido, argumentava Alberto Torres que

a ideia de autonomia política precisa ser encarada como ideia de utilidade prática, no interesse da terra e das populações [...] A verdade é [...] que os governos estaduais [...] concentram efetivamente a força da política nacional [...] Não temos união política senão para as manifestações aparentes e formais da vida institucional; no que é orgânico, em tudo quanto interessa à sociedade e ao indivíduo, pode dizer-se que a nossa união é tão efetiva como a que se vislumbra, porventura, nas relações de um município do Brasil com um município argentino (1982a, p. 162-163).

A partir deste panorama, é perceptível que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dentro de sua agenda política – e aproveitando o fato de estar sendo convocada uma Assembleia Nacional Constituinte naquele período –, visava a propagandear a ideia de mudanças no modelo governativo, acentuando o tom centralizador da burocracia estatal. Em certa medida, o governo provisório de Getúlio Vargas coadunava algumas ações centralizadoras, alijando parte dos poderes estaduais. Entretanto, o fortalecimento definitivo do poder nas mãos do governo central ocorreria alguns anos mais à frente, com a implantação do Estado Novo.

Outro item elencado na base de ações torreanas era a difusão e criação de núcleos estaduais e, conseqüentemente, subnúcleos municipais. Tão importante quanto congregar “discípulos” de Alberto Torres, esses núcleos cumpriam um papel decisivo de divulgação do ideário da SAAT e, através de ações articuladas de acordo com as diferentes realidades locais, introduziam a entidade no cenário político e administrativo, galgando espaços mais amplos e sólidos de atuação.

Sobre o terceiro ponto que elegi, existe um distanciamento entre prerrogativas teóricas e atuações no campo prático. Se em suas normativas a SAAT adotava um discurso apartidário, nos jogos cotidianos ela soube utilizar o mecanismo político-partidário de forma eficiente, tanto nas esferas federal quanto estaduais. Este ponto é evidenciado ao traçarmos um panorama de seus associados. A mesma nota que tornava pública o programa da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres trazia a nominata de presentes e ausentes na reunião de 2 de dezembro de 1932.

Os participantes listados foram Augusto Saboia Lima, Mendonça Pinto, José Maria Villela, Edgard Teixeira Leite, Hélio Gomes, José Bernardino Paranhos da Silva, Carlos de Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Oswaldo Paranhos, Carlos Pontes, Herval Chaves, Wady Nassif, Geraldo

Sampaio, Mauro Roquette-Pinto, Edgard Roquette-Pinto, Armando Magalhães Corrêa, Juarez Távora, Raul de Paula e Francisco Saturnino de Britto Filho. As ausências justificadas foram de: Oliveira Vianna, Fidélis Reis, Félix Pacheco, Alberto Torres Filho, Heloisa Alberto Torres, Ildefonso Simões Lopes, Alberto José de Sampaio, Armanda Álvaro Alberto, Ary Parreiras, Arthur Torres Filho, José Antônio Nogueira, Edgard Ribas Carneiro, Álvaro Alberto e Álvaro Neves.

A sede da SAAT passou a funcionar junto ao edifício *Jornal do Commercio*, de propriedade de Félix Pacheco, ex-ministro das Relações Exteriores durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926) e senador por seu estado natal, o Piauí. Além dos cargos políticos que ocupou e do jornalismo, era formado em Direito e se dedicou ao campos das Letras, tendo sido membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 16, cujo patrono é Gregório de Matos. Félix Pacheco faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1935, aos 56 anos de idade.

Um dos grandes desafios, partindo desse emaranhado de nomes, é reconstituir aspectos da trajetória dos integrantes da SAAT e mapear as redes que constituíram. Alguns dos agentes sociais referidos anteriormente listavam do grupo inicial, que fomentou e articulou a criação da entidade. Outros foram se inserindo ao plantel posteriormente, ainda no ano de 1932. Nas páginas seguintes, procurarei traçar um perfil do grupo seminal da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ou seja, seus quinze idealizadores.

Além dos filhos do patrono e de Edgard Roquette-Pinto, já abordados, Oliveira Vianna foi destacado representante da SAAT, tanto no campo intelectual quanto na atuação política. Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883, na cidade de Saquarema, na então província do Rio de Janeiro. Seus pais advinham de tradicionais famílias fluminenses. Faleceu em Niterói no ano de 1951. Após a conclusão dos estudos preparatórios em Niterói, ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Graduou-se bacharel em Direito no ano de 1906. Atuou como professor de Direito Criminal na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói,⁸ onde

⁸ Atual Universidade Federal Fluminense – UFF.

em 1916 já ocupava o cargo de professor titular. Deixou a função docente por alguns anos, voltando a lecionar na mesma instituição em 1930, desta vez atuando na área de Direito Social.

Dedicou-se política e intelectualmente a temas como questões trabalhistas e de formação social do Brasil. Exerceu o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre os anos de 1932 e 1940. Destacou-se como um dos membros com maior influência e circulação no cenário político e governamental na esfera federal. Tanto que foi escolhido para atuar como um dos revisores da elaboração da Constituição de 1934. Também atuou em comissões do Ministério da Justiça e, finalmente, no ano de 1940, foi nomeado para o Tribunal de Contas da União. Escreveu obras sobre Direito Social e questões trabalhistas, como *Problemas do direito corporativo* (1938), *As novas diretrizes da política social* (1939) e *Os grandes problemas sociais* (1942).

Sua produção intelectual sobre temas diversos, mas centralizados, sobretudo, em matérias relacionadas com a sociedade brasileira, o levaram a ser eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1924, assim como à Academia Brasileira de Letras, em maio de 1937, tornando-se ocupante da cadeira de número 08, sucedendo Alberto de Oliveira. Seus estudos e publicações de cunho antropológico e etnológico favoreceram sua inserção em outras instituições, como o Instituto Internacional de Antropologia, a Academia de História de Portugal e a Sociedade de Antropologia e Etnologia do Porto, também em Portugal. E é sobre a atuação intelectual e política de Oliveira Vianna no campo dos estudos da formação da sociedade brasileira que me aterei um pouco mais, enfocando, nesse primeiro momento, a inserção política deste agente histórico.

Além dos cargos já citados anteriormente, destaco a inclusão de Oliveira Vianna e a nomeação do mesmo para presidente da Comissão de Imigração, instituída pelo governo de Getúlio Vargas em 1935. Oliveira Vianna foi um dos ideólogos da eugenia racial no Brasil, a partir da década de 1920. Desde essa época era um dos defensores da miscigenação social e racial brasileira, como uma forma de alavancar o progresso e o desenvolvimento nacional do país. Ideias essas que em boa parte eram compartilhadas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Dentro do discurso ideológico de Oliveira Vianna, a miscigenação tinha como finalidade principal a evolução social brasileira, fomentando o branqueamento da população. Na sua percepção eugênica, deveria haver critérios para a escolha de determinados grupos étnicos, que efetivamente contribuíssem para a criação de um tipo nacional brasileiro, sem características oriundas de negros e indígenas. Para Oliveira Vianna, assim como para outros membros da Comissão de Imigração e da SAAT, os imigrantes brancos que deveriam ser aceitos pela política nacional de imigração eram aqueles que poderiam ser mais facilmente assimilados pela sociedade brasileira. Nesse caso, uma escolha mais acertada recairia sobre portugueses, espanhóis e italianos, cuja maleabilidade cultural favorecia sua interação com os nacionais. Outros grupos étnicos brancos, como alemães, por exemplo, eram vistos como *não recomendáveis*, pois sua assimilação era difícil, e se mantinham isolados, vistos os quistos étnicos no Sul do Brasil, conforme descreve Oliveira Vianna no artigo *Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica*, publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, em janeiro de 1940.

Essa assertiva ideológica de Oliveira Vianna e de outros membros da SAAT se fizeram presentes nas ações da Comissão de Imigração e, posteriormente, no Conselho de Imigração e Colonização, criado em 1938, já no regime estadonovista, tendo em Oliveira Vianna seu principal mentor. Se grupos étnicos brancos, como alemães e eslavos, eram vistos como não recomendáveis, outros grupos eram classificados como *totalmente indesejáveis*. Era o caso de japoneses, assírios, sírio-libaneses, mongóis, judeus, entre outros. E a questão envolvendo assírios e japoneses logo teriam amplo destaque na agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, principalmente através da imprensa e nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao lado de Oliveira Vianna, Augusto Saboia da Silva Lima integrou o rol de primeiros articuladores para organização da SAAT, visando a congregar os “discípulos” de Alberto Torres – título que este grupo atribuía a si – de forma mais coesa e atuante. Também fluminense, nascido na cidade de Petrópolis em 31 de março de 1894, seus primeiros estudos foram em colégios mantidos pelos padres jesuítas e pelos irmãos maristas. Ingressou

na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de Direito em 1915. Teve atuação docente, sendo professor de Direito Civil da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Brasil⁹ e na Escola de Direito do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua trajetória, além de ter integrado a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a qual presidiu, foi membro de outras instituições intelectuais e assistenciais, como a Academia Petropolitana de Letras, em sua cidade natal, presidente da Sociedade Pestolazzi do Brasil¹⁰ e da Sociedade Jurídica Santo Ivo, entidade organizada por juristas católicos. Também foi dirigente do Instituto Brasileiro de Cultura.

Ingressou na magistratura em 1918, quando foi nomeado juiz municipal em Conquista, cidade próxima de Uberaba, em Minas Gerais. Foi nesse período que Saboia Lima escreveu o livro *Alberto Torres e sua Obra*, que foi considerada a mais importante biografia do sociólogo fluminense. Um nova edição foi publicada em 1928, desta vez pela Editora Nacional, integrando a *Coleção Brasileira* (cujo foco principal eram obras relacionadas com o Brasil, em seus mais diversos aspectos). Até 1924, exerceu funções em comarcas mineiras, sendo posteriormente nomeado pelo presidente Arthur Bernardes como juiz pretor da 8ª Pretoria Criminal do Rio de Janeiro (então Distrito Federal). Após doze anos de atuação na capital federal, foi indicado pelo desembargador Cesário Pereira, que presidia o Tribunal de Apelação do Distrito Federal, para ocupar a função de juiz de menores, em que se destacou no trabalho de proteção infantil.

Sua promoção a desembargador se deu em 1939, assumindo cadeira no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi eleito presidente deste tribunal para o biênio 1947/1948, sendo também representante da mesma casa junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Foi indicado juiz titular do Tribunal Superior Eleitoral no quadriênio entre 1947 e 1951.

⁹ Atual Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

¹⁰ A primeira instituição vinculada com ao pensamento educacional de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) no Brasil data de 1926, sendo fundada em Canoas/RS, pelos professores Johanna e Thiago Wurth. A Sociedade Pestolazzi do Brasil foi criada em 1945. Uma de suas finalidades é o atendimento às pessoas com transtornos de desenvolvimento e deficiência mental e/ou intelectual e auditiva, altas habilidades e superdotação.

Um fato, no mínimo interessante, envolvendo Augusto Saboia Lima, ocorreu em março de 1951, através de uma solicitação que fez junto ao presidente Getúlio Vargas,¹¹ dessa vez eleito democraticamente. Em decorrência de vaga aberta junto ao Supremo Tribunal Federal, Saboia Lima entre em contato com Vargas para que seu nome seja indicado para ocupar o cargo de ministro. Para justificar sua indicação e posterior nomeação, faz um relato de sua carreira na magistratura, ressaltando suas contribuições e sua lisura no desempenho das funções que lhe foram delegadas. Porém, em determinado ponto de seu relato, o tom adotado é de queixa perante práticas de nomeação que eram efetivadas. Demonstrava certo ressentimento em ser preterido por juristas mais jovens e carreiras “menos consolidadas” que a sua. Conforme o remetente:

Tenho merecido provas de distinção de juízes e da classe dos advogados; mereci os sufrágios dos meus colegas que me elegeram presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1947-1948 e depois, por unanimidade, para representante do mesmo Tribunal, como juiz do Tribunal Superior Eleitoral, mas jamais pleiteei a minha nomeação para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Estou, porém, com longos anos de magistrado e o tempo vai passando. Vejo colegas distintos, mas muito mais modernos do que eu serem promovidos, como vem acontecendo nos últimos cinco anos.

Mais adiante, Saboia Lima usou do apelo patriótico para admoestar o presidente da República, lembrando-o dos esforços para com a “causa nacional” nas décadas anteriores, especialmente nos anos 1930:

O meu dever patriótico, o meu espírito público, trabalhando em outros setores para a coletividades, e minha orientação de jurista na defesa do Estado, contribuíram para que os meus compatriotas me elevassem à presidência da Sociedade Alberto Torres, do Instituto Brasileiro de Cultura, que na minha presidência realizou o 1º Congresso Cultural Brasileiro, cujos membros foram recebidos em audiência por V. Excia., no Palácio do Catete, da Sociedade Jurídica Santo Ivo, dos juristas católicos, da Associação dos antigos alunos dos Jesuítas, do Patronato de Menores, que vem realizando notável obra de recuperação da infância desvalida e da Sociedade Pestolazzi do Brasil.¹²

¹¹ Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Getúlio Vargas – Documento GV c 1951.03.07/1 (Carta de Augusto de Saboia Lima a Getúlio Vargas relatando aspectos de sua carreira de jurista e solicitando sua designação para uma das vagas a serem abertas no Supremo Tribunal Federal). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&pagfis=1047>. Acesso em: 11 ago. 2020.

¹² Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Getúlio Vargas – Documento GV c 1951.03.07/1 (Carta de Augusto de Saboia Lima a Getúlio Vargas relatando aspectos de sua carreira de

Entretanto, seu apelo junto ao chefe do Executivo nacional, assim como as adjetivações apresentadas como critérios de justificação, parece não ter surtido o efeito esperado. Em pesquisa realizada junto ao site do Supremo Tribunal Federal¹³, na listagem das antigas composições, não consta o nome de Augusto Saboia Lima como ministro daquela Corte.

Enquanto Oliveira Vianna e Saboia Lima se dedicaram ao campo do Direito em sua formação acadêmica, Alberto José de Sampaio seguiu o caminho da Medicina, embora sua principal atuação tenha sido na área de Botânica. Natural de Campos, Rio de Janeiro, onde nasceu em 1881, faleceu nesta mesma cidade em 30 de dezembro de 1946. Passou a residir no Rio de Janeiro, ingressando no ano de 1903 na Faculdade de Medicina ali existente. Fez sua especialização na área de Homeopatia pela Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade do Rio de Janeiro.

Quando ainda era acadêmico, prestou concurso público para a Seção de Botânica, na função de assistente. Ao ser aprovado, passou a se dedicar ao ofício de naturalista, onde especializou-se em Botânica Sistemática. Ingressou também como funcionário do Museu Nacional, atuando na seção de Botânica desta instituição. Juntamente com Edgard Roquette-Pinto, então professor de Antropologia do Museu Nacional, participou da *Missão Rondon*. Em 1906, Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro militar, foi responsável pela *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Além do caráter técnico, a expedição também foi importante do ponto de vista científico, etnográfico, antropológico e político. Reconhecimento da natureza da região mato-grossense e da Amazônia, além de contatos com populações indígenas locais, possibilitou a coleta e sistematização de informações, que seriam melhor desenvolvidas em pesquisas posteriores. Politicamente, a Missão Rondon foi contribuinte maior para a criação do *Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais*,¹⁴ em 1910, sendo o já coronel Cândido Rondon nomeado seu diretor pelo presidente Nilo Peçanha.

jurista e solicitando sua designação para uma das vagas a serem abertas no Supremo Tribunal Federal). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&pagfis=1047>. Acesso em: 11 ago. 2020.

¹³ Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

¹⁴ A partir de 1918, passou a ser denominado apenas *Serviço de Proteção ao Índio*. Em 1967, o órgão recebeu a nomenclatura atual, Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Entre 1915 e 1919, Candido Rondon retomou as expedições ao Mato Grosso e Amazônia, sendo participantes desta segunda fase Alberto Sampaio e Roquette-Pinto. Enquanto Sampaio se dedicou ao mapeamento da flora local, Roquette-Pinto empreendeu um trabalho analítico das nações indígenas pacificadas e do ambiente na qual habitavam. Nas palavras do jornalista Ruy Castro,

[...] naquela expedição ele foi etnógrafo, sociólogo, geógrafo, arqueólogo, botânico, zoólogo, linguista, médico, farmacêutico, legista, fotógrafo, cineasta e folclorista. Anotou toda a aparência da região – da floresta à árvore e à folha – a composição dos solos, o contorno das montanhas, o fluxo dos rios, a intensidade das quedas e a riquíssima variedade da fauna. Nas visitas às tribos já pacificadas, mediu os crânios dos índios, comparou seus pesos e altura, analisou suas endemias e descreveu suas formas de produção, comércio e transporte. Registrou seus conhecimentos científicos, relações familiares, organização política, hábitos religiosos, formas linguísticas, habilidade manual, cantos e danças. E ainda realizou a primeira dissecação de um indígena – na verdade, uma indígena – de que se tem notícia (2004, p. 04).

A participação nas atividades da Missão Rondon serviu de incentivo nas intenções de Alberto Sampaio de elaborar um catálogo fitogeográfico brasileiro, contemplando todas as regiões do Brasil. Além disso, sua preocupação com a natureza e com as questões relativas à agricultura – e ao homem do campo – foi reforçada, o que lhe aproximou das ideias de Alberto Torres. Dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sampaio foi o principal responsável pelas discussões em torno das questões ambientais.

Dentre as atividades que exerceu e entidades onde teve participação efetiva, podem ser destacadas a direção técnica florestal da Prefeitura do Rio de Janeiro; membro da Academia Brasileira de Ciências; a de professor nas disciplinas de Botânica Geral e Sistemática no Instituto de Ciências da Universidade do Rio de Janeiro; a de membro da Sociedade Nacional de Agricultura e do Conselho Florestal Federal, do qual foi vice-presidente – e integrante da comissão responsável pela elaboração da legislação de proteção aos recursos naturais brasileiros. Entre 1937 e 1941, atuou no Museu Nacional, durante a gestão de Heloísa Alberto Torres como diretora. A participação na Sociedade Nacional de Agricultura ligava Alberto Sampaio a outro articulador da SAAT: Edgard Teixeira Leite.

Com experiência política iniciada em 1918, quando foi eleito intendente do município pernambucano de Gameleira, Teixeira Leite também soube utilizar de redes familiares para sua ascensão social. Nascido em Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, em 1895, formou-se no ano de 1914 na Escola de Agricultura de Pinheiro. Três anos depois, quando atuava no Ministério da Agricultura, foi transferido para Pernambuco, nomeado diretor da Estação Geral de Experimentação de Escadas. No ano seguinte, sua candidatura saiu vitoriosa nas eleições municipais de Gameleira, cidade que governou até 1922. Nessa mesma época, vinculou-se com a família de José Rufino Bezerra Cavalcanti, que exercera o cargo de ministro da Agricultura entre 1914 e 1918, durante a presidência de Wenceslau Brás e, no quadriênio 1918-1922, presidiu o estado de Pernambuco. O matrimônio de Teixeira Leite com Leonor Bezerra Cavalcanti, filha do presidente estadual, lhe conferiu também o ingresso no ramo empresarial, como diretor das firmas de seu sogro. Em 1926, assumiu a secretaria geral da Sociedade Brasileira de Agricultura.

Edgard Teixeira Leite apoiou o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Quando Carlos de Lima Cavalcanti foi nomeado interventor federal em Pernambuco, ainda naquele ano, Teixeira Leite foi nomeado secretário estadual da Fazenda, Agricultura, Obras Públicas e Viação. Ocupou esse posto até meados de 1932. Foi eleito deputado federal constituinte em 1933, como representante classista. Dentre as bandeiras que defendeu na Assembleia Constituinte, estavam o apoio nacional que deveria ser dado ao Nordeste em virtude das secas que afligiam a região e um modelo ruralista inspirado nas ideias de Alberto Torres – e difundidas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Além disso, uniu-se aos deputados Xavier de Oliveira, Artur Neiva e Miguel Couto na campanha contra a imigração japonesa – e que, como veremos, surtiu resultados efetivos na Carta Magna promulgada em 1934. Exerceu seu mandato até 1937, quando os legislativos, em todos os níveis, foram destituídos pelo Estado Novo.

Desde sua fundação em 1932, a secretaria geral da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres era exercida por Raul de Paula. Nessa função, tornou-se um dos principais articuladores da entidade, adotando, inclusive, uma postura bastante centralizadora e autoritária. Das informações bio-

gráficas que puderam ser obtidas, uma delas indica que atuou como professor, no início da década de 1920, junto ao Patronato Nacional dos Homens do Mar, sediado no Rio de Janeiro.¹⁵ Em 1923, radicado em São Paulo, fundou a *Revista da Educação*, de existência efêmera. Também foi correspondente local do jornal fluminense *A.B.C.*, para o qual escrevera alguns artigos.¹⁶ Doravante, essa representação também perdurou pouco tempo. Ainda em 1923, o periódico noticiava que Raul de Paula não mais exercia o ofício de correspondente na capital paulista. Sem maiores explicações, é possível que tenha ocorrido algum atrito entre Raul de Paula e a direção do jornal, tendo em vista que os artigos escritos por ele e publicados pelo *A.B.C.* cessaram, sendo que houve uma retomada apenas em 1934, quando da campanha antinipônica desencadeada pela SAAT.

Raul de Paula foi, reconhecidamente, um dos mais ardorosos críticos da imigração japonesa no Brasil durante aquele contexto. Tanto em seus escritos quanto em publicações que lhe faziam referência, não foram encontrados motivos que expliquem, de forma mais esclarecida, as razões que suscitaram em Raul de Paula seu aforismo antinipônico. Ao mesmo tempo que sua “cruzada” contra os japoneses encontrou adeptos, também motivou críticas bastante aceradas – para si e para a SAAT. E uma dessas censuras, publicada no *Gazeta de Notícias*, esboça uma explicação para as ações panfletárias de Raul de Paula. Em suas linhas, o jornal acentuava que

[...] a coisa teve as suas origens numa questão personalíssima de um ex-corretor de terrenos, de nome Raul de Paula, que não chegou a se entender bem com alguns japoneses de São Paulo. O homem fez-se então patriota e valendo-se de umas literaturas anti-nipônicas que por aí andavam para servirem no momento oportuno em favor de certa concorrência estrangeira em choque dentro do Brasil com a concorrência brasileira, fez do antiniponismo sua bandeira, à sombra da qual não só conseguiu resolver o problema de viver no Rio sem trabalhar, como rasgar novos horizontes para seu pé de meia [...].¹⁷

¹⁵ *A Voz do Mar*, 19/11/1922, Ano II, n. 16, p. 49. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/183660/503>. Acesso em: 14 ago. 2020.

¹⁶ *A.B.C.*, 7/07/1923, Ano IX, n. 435, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830267/6946>. Acesso em: 14 ago. 2020.

¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 21/05/1936, Ano 62, n. 118, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8828. Acesso em: 17 ago. 2020.

Embora se trate de um discurso almejando exprobrar a figura de Raul de Paula, há elementos que podem subsidiar alguma veracidade ao relato. De fato, há um lapso de informações sobre os caminhos percorridos por Raul de Paula entre 1923 e 1932. Tendo em vista esse panorama, não se pode descartar a possibilidade de que tenha se aventurado em atividades colonizadoras e, talvez, não tenha obtido sucesso em sua empreitada. Entrementes, os dados sobre essa fase, recortada entre 1923 e 1932, são insuficientes para determinar um caráter conclusivo. Mas é uma hipótese plausível.

A agenda antinipônica de Raul de Paula, adotada e compartilhada por uma parcela significativa de integrantes da SAAT, não era de apreciação unânime. Em decorrência, surgiram censuras e conflitos no cerne da própria entidade. E, principalmente, críticas externas, manifestadas especialmente através da imprensa e discursos parlamentares, durante a Assembleia Nacional Constituinte entre 1933 e 1934. Dedicando-se integralmente ao núcleo central da SAAT, Raul de Paula buscou delinear o perfil da agremiação, pautando suas principais ações e ocupando postos essenciais na burocracia torreana. Além de secretário-geral, entre 1932 e 1936, exerceu a direção nacional dos clubes agrícolas escolares – instituições que coadunavam em torno de si as ideias do ruralismo e nacionalismo pleiteados pela SAAT.

Entre bacharéis e botânicos, no grupo de idealizadores torreanos também houve espaço para alguém dedicado ao campo das Artes. Ou melhor, da crítica e história das Artes. Esse campo estava representado pelo paraense José Flexa Ribeiro. Seus textos abarcando essa temática foram publicados em periódicos como *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, além de revistas como *Ilustração Brasileira* e *O Malho*. Ao longo dos anos de existência da SAAT, militares também aderiram à causa torreana. Um dos primeiros foi Álvaro Alberto da Mota e Silva, que integrava a Marinha do Brasil. Além das funções militares, o carioca exerceu a docência, como catedrático do Departamento de Físico-Química da Escola Naval. Foi um entusiasta dos estudos e pesquisas relacionadas com energia nuclear, inclusive representando o Brasil na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em 1946. Chegou ao posto de vice-almirante.

Sobre Hélio Gomes, Mendonça Pinto e Araújo Ribeiro não obtive detalhes mais significativos relacionados com suas trajetórias sociais, intelectuais e políticas. Encerrando esse mapeamento, próximo de um pequeno estudo prosopográfico¹⁸ acerca dos membros fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, trago a figura de Armanda Álvaro Alberto, que, ao lado de Heloísa Alberto Torres, foi uma das representantes femininas incutidas no núcleo torreano do Rio de Janeiro. A trajetória de Armanda Alberto pode ser apontada como “fora da curva”, em decorrência de suas influências ideológicas e vinculações políticas. Além do mais, seu projeto educacional, durante a fase inicial da SAAT, foi encampado como uma das ações mais expressivas da entidade, antes do direcionamento torreano efetivo para o ensino rural.

Sete anos mais velha que seu irmão Álvaro Alberto, Armanda Alberto nasceu também no Rio de Janeiro, em 1892. Residiu na então capital federal até 1919, quando mudou-se para Angra dos Reis, junto com seu irmão, para lá transferido por determinação de seus superiores militares. Enquanto Álvaro Alberto se dedicava aos assuntos da Marinha, Armanda iniciou sua carreira como professora, lecionando para crianças carentes daquela cidade. Atuou até 1921 em Angra dos Reis, quando radicou-se em Nova Iguaçu, também município fluminense.

No distrito iguaçuano de Duque de Caxias, naquele mesmo ano, fundou a Escola Proletária de Meriti. Assim como ocorreu em Angra dos Reis, Armanda Alberto instituiu o método educacional montessoriano, calcado na autonomia da criança, seus interesses e habilidades físicas, cognitivas, psicológicas e sociais.¹⁹ Por atuar em realidades marcadas pela pobreza e

¹⁸ Embora nosso trabalho não possua uma conotação prosopográfica, fizemos o uso de determinadas orientações que permeiam os trabalhos que se dedicam a este campo. A partir das considerações de Lawrence Stone (1971), a prosopografia pode ser entendida como uma investigação de pontos característicos comuns de diferentes agentes históricos, que constituem determinado grupo social, trazendo pontos comuns de sua vida. Com base nisso, definem-se formulações e questões padronizadas, visando a compreender o processo de atuação política, de inserção e ação social, de mudanças culturais, econômicas e ideológicas do grupo escolhido e seus membros. Ver: STONE, Lawrence. *Prosopography. Daedalus*. v. 100, n. 01, p. 46-79, 1971. Outra obra que indicamos para uma aproximação da prosopografia é: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹⁹ Método educacional elaborado pela médica e pedagoga italiana Maria Tecla Artemisia Montessori (1870 – 1952). Dentro do escopo de sua metodologia, a criança assume um papel ativo no processo de aprendizagem, que busca uma formação mais integrada, abarcando o desenvolvimento sociocultural, físico e cognitivo dos indivíduos.

falta de condições básicas de saneamento, higiene ou alimentação, Armanda Alberto também se preocupou em atender necessidades primárias de seus educandos. A Escola Proletária de Meriti foi pioneira em implantar a merenda escolar diária. Comumente, era servido angu e mate, tendo em vista que fubá e erva-mate eram gêneros alimentícios doados frequentemente pelos comerciantes da cidade. Ademais, a base de ensino partia das leituras acerca das realidades vivenciadas no cotidiano das crianças que frequentavam o educandário.

Em 1933, quando Filinto Müller assumiu o cargo de chefe de Polícia da capital federal, iniciou uma campanha contra a Escola Proletária de Meriti, acusando Armanda Alberto de alinhamento com o comunismo. Visando a desmoralizar a instituição, frequentemente denominava a mesma de “Mate com Angu”. Nesse período, o educandário teve de modificar sua denominação, passando a se chamar Escola Regional de Meriti. Pedagogicamente, as crianças não recebiam notas e não haviam critérios de aprovação ou reprovação. Sua estrutura não utilizava cadeiras e lousas. As aulas eram realizadas ao ar livre, onde as crianças aprendiam, entre outras técnicas, o cultivo de hortas, cuidados com a natureza, hábitos de higiene e como criar abelhas e bicho-da-seda.

Entre os aspectos pioneiros que podem ser elencados na trajetória da escola, durante a direção de Armanda Alberto, estavam a adoção de horário integral e constituição de um caixa escolar, que arrecadava fundos para financiamento de assistência médica aos alunos e seus familiares, além de cursos de puericultura, carpintaria, cozinha, corte e costura e higiene infantil. Com objetos doados pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Museu Nacional – através da mediação de Heloisa Alberto Torres e Roquette-Pinto –, fundou um museu escolar e uma biblioteca anexa, aberta para toda a comunidade local.

A sede definitiva da escola foi inaugurada em 1928, com projeto arquitetônico de Lúcio Costa – idealizador do projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, três décadas adiante. Armanda Alberto também dispunha de uma importante rede de apoio, acercando-se de nomes proeminentes no setor cultural e intelectual, assim como político. O poeta Carlos Drummond de Andrade, nas páginas do *Correio da Manhã*, fez uma homenagem

destinada à Escola Proletária do Meriti e sua fundadora-diretora. Visando a contribuir para a formação artística das crianças, através da música, Heitor Villa-Lobos fez a doação de um piano, enquanto Edgard Roquette-Pinto presenteou a escola com um aparelho cinematográfico, para a reprodução de filmes produzidos pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo.

Em 15 de outubro de 1924, a partir da articulação empreendida por Heitor Lyra da Silva, foi fundada a Associação Brasileira de Educação. Seus objetivos preconizavam, de forma sintética, melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Para isso, eram promovidos encontros, pesquisas e publicações. Mas os momentos mais importantes eram os congressos ou conferências nacionais de educação. Armanda Alberto foi uma das fundadoras da entidade, que, além de professores, contava com jornalistas, escritores, funcionários públicos, profissionais liberais e políticos, interessados na temática educacional do país. As principais conferências promovidas pela associação ocorreram no final da década de 1920 até 1935. No primeiro desses eventos, ocorrido na cidade de Curitiba, em 1927, a Escola Proletária de Meriti foi alvo de congratulações e votos elogiosos por parte da direção nacional da entidade. Entre os anos de 1924 e 1935, a Associação Brasileira de Educação assumiu um papel preponderante, contribuindo para os debates relacionados com as reformas no âmbito do ensino.

O ápice da atuação da Associação Brasileira de Educação ocorreu no ano de 1932, com a elaboração e publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, com a defesa de um modelo educativo modernizado, com renovação dos métodos pedagógicos e democratização do ensino escolar. Dentre as três mulheres signatárias do manifesto,²⁰ estava Armanda Alberto, que nesse período assumiu a presidência da associação – e também cooperava com a idealização da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em grande medida, as ideias defendidas pelos intelectuais que elaboraram o documento estavam assentadas no modelo instituído na escola de Meriti. Outro ponto fundamental, decorrente do manifesto, foi a ruptura entre os

²⁰ Dos 26 assinantes do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, três eram mulheres: Cecília Meirelles, Armanda Álvaro Alberto e Noemy M. da Silveira.

intelectuais católicos e os escolanovistas, defensores de um novo modelo educacional para o Brasil, sustentado no ensino laico.

Desde que assumiu o poder, em novembro de 1930, Getúlio Vargas sofria pressão política por parte de setores da Igreja Católica, que almejavam a vinculação mais efetiva com o Estado Nacional. Dentre os objetivos católicos, conforme Moura (2000) e Cavalcanti (1994), estava a obrigatoriedade do ensino religioso em todas as escolas públicas do país. Com o advento republicano e, sobretudo, com a Constituição de 1891, o ensino religioso deixou de ser obrigatório nas escolas públicas, tendo em vista a separação entre Igreja e Estado e a laicidade como princípio garantido legalmente. Alvo de severas críticas por parte de lideranças católicas, a laicização do Estado era considerada uma ameaça, pois abria espaço para a perpetuação de “ideologias nefastas”, como o comunismo. Como estratégia, líderes intelectuais e políticos católicos buscaram apoio junto aos membros conservadores do governo Vargas, encontrando respaldo no ministro da Educação, Francisco Campos.

Percebendo que o apoio da Igreja Católica representava uma força importante para manutenção no poder, Campos propôs ao presidente Getúlio Vargas a inclusão facultativa do ensino religioso como disciplina nas escolas públicas brasileiras. Vargas, por seu turno, assinalou uma aproximação com os líderes católicos. Desse modo, assinou uma medida provisória no ano de 1931, incluindo o ensino religioso na grade curricular nacional. O jornal *A Tribuna*, da Arquidiocese de Recife e Olinda, ressaltou a disposição do governo federal com a “fé católica” e teceu discurso contra o laicismo e as “seitas protestantes que se infiltravam no Brasil”:

Em todo o Brasil, após a jornada revolucionária de outubro, formou-se a frente única dos católicos contra o laicismo da constituição brasileira, que é uma afronta às tradições católicas da nação inteira [...] Apesar das primeiras escaramuças ameaçadoras de um inimigo desleal, a ideia incrementou-se e criou vulto na alma católica de Pernambuco e a sua defesa continuou [...] Agora veio o triunfo. O Ministro Francisco Campos apresentou ao Presidente Provisório da República e este sancionou o projeto de ensino religioso facultativo nas escolas. Era uma aspiração da nação inteira que nasceu, viveu e continua católica. O brasileiro rejeita o protestantismo que o dólar norte-americano quer nos impor para quebrar nossa soberania com o biblismo estandardizado de uns quantos negociadores de nossas crenças [...] É por isso que a alma nacional vibra de alegria com o decreto patriótico que consulta os interesses espirituais e sociais da nação inteira porque só a mo-

ral católica é que pode preparar uma nacionalidade forte, capaz de enfrentar as influências perniciosas do ateísmo destruidor e do bolchevismo que tenta avassalar e arruinar os povos.²¹

Do lado oposto, a Associação Brasileira de Educação era, majoritariamente, constituída por pensadores alinhados com o ideário escolanovista, defensores de um ensino laico. O manifesto, lançado em 1932, representou uma forma de enfrentamento ao processo de recatolização que se moldava no Brasil daquele momento histórico. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em decorrência de seu perfil conservador, enquadrava-se na plataforma católica – ao menos, nos critérios que atendiam ao projeto nacionalista que emoldurava o programa torreano.

As disputas entre católicos e escolanovistas em torno da educação brasileira – e da formação sociocultural e política nacional – estiveram presentes com grande ênfase na vida de Armanda Alberto. A educadora e seu marido, o também professor Edgar Sussekind de Mendonça, integravam a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, entidade que combatia a militância católica atuante na política nacional. Em seu escopo, segundo Rudy (2020), a Liga Anticlerical – tanto no Rio de Janeiro quanto em outros estados e cidades – abrigava protestantes, maçons, anarquistas e ateus, grupos estes fortemente atacados pela Igreja Católica – além dos comunistas.

A radicalização política brasileira, a partir de 1935, acarretou em uma redução expressiva na atuação da Associação Brasileira de Educação. Isso ocorreu a partir de dois aspectos. O primeiro, decorrente do pensamento liberal de seus intelectuais, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, contrastando com o avanço autoritário ao longo da década de 1930, culminando com o Estado Novo. Esses intelectuais passaram a sofrer perseguição por parte de autoridades do governo federal. O segundo tópico compreendia a participação de alguns membros da associação educacional na Aliança Nacional Libertadora (ANL) – organização política de caráter antifascista e antiintegralista, congregando intelectuais de esquerda, operários, alguns tenentes e comunistas. A ANL contou com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB). Entre os adeptos da ANL, que também parti-

²¹ O ensino religioso nas escolas. *A Tribuna*. Recife, 7 maio 1931. p. 1.

cipavam da Associação Brasileira de Educação, estavam Armanda Alberto e Edgar Sussekind. Contudo, ambos não eram filiados ao PCB, como foi aludido pelas autoridades policiais, levando o casal à prisão em 1936.

Militante na defesa dos direitos femininos e da inserção social efetiva das mulheres, Armanda Alberto, juntamente com a atriz, diretora teatral e jornalista Eugênia Álvaro Moreyra, fundou em maio de 1935 a União Feminina do Brasil (UFB). Em suma, os objetivos centrais da UFB abarcavam a luta por igualdade nas condições de vida das mulheres em relação aos homens, garantindo direitos sociais, políticos, civis, culturais e econômicos. De conotação antifascista e contra qualquer tipo de autoritarismo, pregava contra regimes que aviltavam os direitos femininos. Armanda Alberto foi presidente desta agremiação, vinculada com a Aliança Nacional Libertadora. Quando a ANL foi extinta, por força de decreto presidencial, em 11 de julho de 1935, a UFB também teve seu fechamento determinado. A ilegalidade da ANL, baseada na Lei de Segurança Nacional, visava a coibir uma eventual campanha revolucionária – que ganhava espaço através das declarações proferidas por Luís Carlos Prestes, partidário comunista e presidente de honra da agremiação. De fato, Prestes articulou uma tentativa de golpe de Estado, pretendendo derrubar o governo de Getúlio Vargas, em novembro de 1935. Originalmente, o plano consistia em sublevações em quartéis de todo o país, seguidas da adesão do operariado, convocando greves e manifestações, forçando a queda do governo.

Entretanto, os levantes da chamada Intentona Comunista ficaram restritos às cidades de Natal (em 23 de novembro), Recife (no dia 24) e Rio de Janeiro (27 de novembro). Sem a adesão operária, as rebeliões foram sufocadas pelas forças legalistas. Como resultado, teve início um movimento de perseguição para com aqueles que fossem enquadrados como opositores do governo – não apenas comunistas, mas também anarquistas, liberais e outros mais alinhados com um espectro de esquerda. Deputados, senadores e o então prefeito do Rio de Janeiro (Distrito Federal), Pedro Ernesto Batista, foram aprisionados, entre 1935 e 1937.

Armanda Alberto foi acusada, pelas autoridades policiais, de ser uma das mentoras do levante, consistindo a UFB em nada mais que um aparelho de divulgação de ideias revolucionárias. Foi presa, por ordens de Filin-

to Müller, em outubro de 1936, sendo confinada na Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Foi colega de cela de Maria Werneck de Castro e Olga Benário Prestes, esposa de Luís Carlos Prestes – que foi deportada para a Alemanha nazista e entregue à Gestapo, sendo executada na câmara de gás do campo de extermínio de Bernburg, em 23 de abril de 1942. Quando estava presa, Olga descobriu que estava grávida. Armanda Alberto foi julgada em junho de 1937, sendo absolvida. Contudo, abandonou suas atividades políticas, dedicando-se exclusivamente ao campo pedagógico. Quando desses acontecimentos, Armanda Alberto já havia deixando de participar das fileiras torreanas da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Analisando o perfil de Armanda Álvaro Alberto, pode causar até certo estranhamento vê-la associada com uma entidade conservadora, como era a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Primeiramente, cabe destacar que Armanda integrava a “ala moderada” da SAAT na qual também se destacavam Heloísa Alberto Torres e Edgard Roquette-Pinto. Além disso, Roquette-Pinto foi um dos principais apoiadores da iniciativa da Escola Proletária do Meriti. Tudo leva a crer que sua inserção junto aos pioneiros torreanos se deu em decorrência de Roquette-Pinto. Por outro lado, a ideia educacional de Armanda Alberto parece ter sido percebida como um instrumento eficiente dentro da agenda da SAAT – porém, necessitando de algumas alterações e, mais que isso, de um controle de direcionamento mais alinhado com as diretrizes da entidade.

Diante da repercussão que a já denominada Escola Regional de Meriti possuía nacionalmente, a SAAT, poucos meses após sua fundação, lançou um Curso de Professores Regionais em nível nacional. Raul de Paula, secretário-geral da entidade, enviou ofícios aos interventores federais, solicitando que estes enviassem contingentes do professorado de seus estados para participarem do curso. Quando do evento de abertura do curso, em abril de 1933, o mesmo Raul de Paula afirmou que “a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres vê na regionalização do ensino a fórmula que atende às condições do país”.²²

²² *Journal do Commercio*, 13/04/1933, Ano 106, n. 87, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/21888. Acesso em: 11 ago. 2020.

Conseguir o apoio da Associação Brasileira de Educação era importante para a consolidação e inserção da SAAT no cenário brasileiro. Entrementes, a SAAT buscou reduzir o caráter mais progressista da Escola Regional, introduzindo tópicos específicos da agenda torreana. E, neste sentido, a educação/escola rural foi enxertada com nuances do ensino rural, adaptando premissas que estavam na escola proletária de Armanda Alberto. Como forma de unir escolanovistas ao ideário da educação ruralista, alguns dos signatários do manifesto de 1932 foram convidados para discorrer sobre temas alinhados ao *ruralismo torreano*. Anísio Teixeira foi encarregado de proferir palestra intitulada *A função da escola rural no Brasil*, enquanto Fernando de Azevedo, ministrou o tema *O problema da educação rural*. Assim, dois dos mais exponenciais agentes de renovação educacional no Brasil foram escolhidos para, de certo modo, fazer propaganda para uma das bandeiras da SAAT.²³ Algum tempo depois, Fernando de Azevedo teve severas críticas ao ruralismo defendido pelos torreanos, opondo-se à corrente de intelectuais e educadores que almejavam a ruralização do ensino brasileiro. Conforme Azevedo,

a política do ‘rumo ao campo’ que entre nós tem surgido, em correspondência com os fenômenos periódicos de depressão econômica, apresenta-se sempre sob formas e aspectos dessas ‘ideias inovadoras’, de que o misticismo primário vem constituindo quase toda a literatura política do país. Vaga e divagante, essa política pseudo-realista irradia ora das altas esferas do poder público, ora de setores educacionais, e nunca chegou a criar um ‘clima de reflexão’, capaz de despertar a consciência do problema e da necessidade de resolvê-lo. Não raro a ideia de ‘rumo ao campo’ quando não rompia, na literatura provinciana, com uma ingênua espontaneidade, da nostalgia das fazendas ou do interesse sentimental pelas populações rurais, não passava de uma bandeira política a cuja sombra se acolhiam, em horas incertas, homens à procura de votos ou de um programa de ação (1946, p. 47-48).

O Curso de Professores Regionais ocorreu no Rio de Janeiro, entre abril e maio de 1933. Na atividade de abertura, Armanda Alberto proferiu um breve discurso, cujas palavras indicavam seu posicionamento mais alinhado com o pensamento de esquerda:

²³ *Jornal do Commercio*, 5/05/1933, Ano 106, n. 105, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/22255. Acesso em: 11 ago. 2020.

Companheiras do mesmo trabalho, é por ser, como vós todas, uma amiga dos pequenos *proletários* da roça que aqui estou – e estou com alegria. Uma reunião de professoras primárias das zonas rurais, na capital do país, para estudar sob a direção de um grupo de especialistas coisas que importam tanto ao progresso das populações do interior – não deixa de ser um acontecimento inesperado e cheio de promessas.²⁴

Ao reforçar sua vinculação com a causa proletária – embora sem desmerecer as escolas rurais e seus docentes –, indicava um distanciamento de percepções que se delineava entre os membros fundadores e iniciais da SAAT. Ao mesmo tempo, embora Armanda Alberto estivesse presente na cerimônia inaugural, integrando a mesa oficial, ela não fez parte da comissão diretiva do curso. As informações disponíveis apontam que a organização geral esteve sob responsabilidade de Raul de Paula – que demonstrava características autoritárias bastante acentuadas. Isso também explica a razão pela qual as ideias escolanovistas de Armanda Alberto foram escamoteadas em boa medida, abrindo espaço para a “cruzada ruralista” propalada por Raul de Paula nos anos seguintes, especialmente após a fundação dos clubes agrícolas escolares – dos quais assumiu arbitrariamente a direção-geral.

Não é de se afastar a possibilidade de que, em decorrência da centralização promovida por Raul de Paula em torno do tema das escolas regionais, tenha acarretado o afastamento de Armanda Alberto do quadro de integrantes da SAAT ainda em 1933. Conforme relação de associados publicada em 22 de novembro daquele ano no *Jornal do Commercio*, os nomes de Armanda e de seu irmão, Álvaro Alberto, não mais estavam listados entre os torreanos.²⁵ A tentativa de apropriação, por parte de setores mais radicais da SAAT, do projeto de ensino regional e a acentuada escalada conservadora e xenofóbica da entidade delimitaram uma ruptura institucional, com alguns membros solicitando desligamento – ou sendo afastados gradualmente. Com a desvinculação de Armanda Alberto do núcleo central da SAAT, os projetos acerca do ensino regional foram conduzidos pelo grupo alinhada com Raul de Paula. Como forma de consolidação, foi defi-

²⁴ *Jornal do Commercio*, 13/04/1933, Ano 106, n. 87, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/21888. Acesso em: 11 ago. 2020.

²⁵ *Jornal do Commercio*, 22/11/1933, Ano 107, n. 45, p. 7-8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_12/26156. Acesso em: 11 ago. 2020.

nido um grande evento sobre o tema, que seria realizado em 1934: o Congresso Brasileiro de Ensino Regional.

Além da ênfase dada naquele ano de 1933 ao Curso de Professores Regionais, a expansão dos núcleos torreanos para outros estados também estava na pauta de ações da direção da SAAT. O Rio Grande do Sul era objeto das intenções expansionistas da entidade, não apenas por conta da importância política e econômica deste estado, mas também por existir nele um dos problemas alvo da agenda deste grupo político-intelectual: as áreas de imigração estrangeira. Em 1936, ao ser entrevistado pelo jornal *Diário de Notícias* sobre os propósitos do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, Carlos de Souza Moraes foi assertivo ao afirmar que

[...] constitui para todo torreano um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado, escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é muito ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos dos colonos ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em Português.²⁶

Ao abordar os aspectos do ensino, transparece também que a questão da suposta não integração dos núcleos imigrantes ao Brasil era um problema que deveria ser fortemente enfrentado. Neste sentido, os dirigentes nacionais da SAAT, representados por uma comissão composta por Hélio Gomes, Juarez Távora, Fidélis Reis e Attilio Vivacqua, afirmavam que o Rio Grande do Sul era um “campo fértil e necessitado” das ações torreanas, chamando atenção para a inserção que vinha sendo realizada paulatinamente através dos principais jornais estaduais, sendo um deles o jornal oficial do governo estadual – e que, após 49 anos sob comando do PRR, passara a ser dirigido pelo partido criado por Flores da Cunha.

O Rio Grande do Sul não tem permanecido alheio ao trabalho da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Sua imprensa, de resto, como tem feito a imprensa dos outros Estados, tem acolhido as nossas publicações, “A Fede-

²⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Diário de Notícias* sobre a fundação no núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 26/03/1936).

ração”, “Diário de Notícias” e o “Correio do Povo” tem sempre trazido nossos trabalhos.²⁷

Através da mediação de integrantes gaúchos da SAAT, foram estabelecidos os contatos iniciais visando a angariar simpatizantes que aderissem ao projeto, aceitando a coordenação efetiva dos trabalhos de articulação e criação do núcleo do Rio Grande do Sul. O primeiro escolhido para presidir essa tarefa foi o desembargador Antonio Vieira Pires, conforme noticiado pela direção nacional da SAAT:

Um ilustre técnico gaúcho, nosso consócio Dr. Fernando Martins, fez naquelas homenagens uma conferência sobre a obra de Saturnino de Brito no Rio Grande do Sul.

Sociedade para os estudos brasileiros, eminentemente nacional, conta entre seus sócios e diretores, muitos gaúchos. Assim sendo, o grande Estado sulino não poderia permanecer alheio às nossas cogitações.

Chegou a ocasião de nossa Sociedade fundar seu núcleo gaúcho. Por indicação do nosso consócio Geraldo Sampaio, já enviamos em comunicação com o Dr. Vieira Pires, nome idôneo para dirigir o movimento torreano naquele Estado. Possuindo as credenciais necessárias àquela missão, propomos que seja o Dr. Vieira Pires encarregado de fundar no Rio Grande do Sul o núcleo da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”.²⁸

Bacharel pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, na turma de 1908, Antonio Vieira Pires nasceu na cidade de Triunfo. Seu pai, Salvador Pires, foi durante vários anos encarregado dos Correios e Telégrafos em Porto Alegre. Recém formado, Vieira Pires foi nomeado juiz distrital nos municípios de São Vicente e Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul. Entre 1910 e 1914 ocupou o cargo de Promotor Público em Santana do Livramento, Rio Grande e Porto Alegre. Vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense, foi nomeado por Borges de Medeiros chefe de Polícia do Estado, permanecendo nesta função entre 1915 e 1918. As ligações partidárias também o conduziram ao campo da Imprensa, sendo diretor do jornal *A Federação* e colaborador do *Diário de Notícias*. Logo após deixar a Chefia de Polícia, foi eleito presidente do Sport Club Internacional, de Porto Alegre, exercendo a função durante o ano de 1919.

²⁷ *Jornal do Commercio*, 25/10/1933, Ano 107, n. 21, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/25610. Acesso em: 5 ago. 2020.

²⁸ *Jornal do Commercio*, 25/10/1933, Ano 107, n. 21, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/25610. Acesso em: 5 ago. 2020.

Exercendo o magistério, foi professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo entre seus alunos Carlos de Souza Moraes, Tasso Corrêa, Theobaldo Neumann, Francisco Machado Villa e outros que se graduaram ao longo das décadas de 1930 e 1940. É possível que Vieira Pires, conhecedor e entusiasta da obra de Alberto Torres – unido ao “positivismo castilhistas” –, tenha sido um dos influenciadores que conduziram o acadêmico Carlos de Souza Moraes ao “ideário torreano”. Em 1933, foi nomeado pelo interventor Flores da Cunha para a presidência do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul.²⁹ Apoiador *florista*, fez parte do grupo de docentes da Faculdade de Direito que solicitaram a permanência de Flores da Cunha no governo estadual, quando do convite para assumir cargo de ministro da Justiça.³⁰ Nessa época, já havia deixado o PRR para ingressar no Partido Republicano Liberal.

Foi um dos candidatos do PRL à Assembleia Legislativa estadual, nas eleições de 1934.³¹ Entretanto, não alcançou a votação necessária para ser eleito. Exerceu durante um curto período, no ano de 1935, a função de Procurador-Geral do Estado, pois foi eleito ainda naquele ano desembargador da Corte de Apelação do Estado. Posteriormente, fez parte do Tribunal Regional da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Sul. Concomitante com suas atividades político-partidárias e na magistratura, também exerceu a presidência da Federação Rural do Estado, mais um elo que o unia com a plataforma defendida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

A nota menciona o nome de mais dois agentes que – além de Antonio Vieira Pires –, de uma forma ou outra, tiveram papel nas tratativas iniciais para a fundação do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, mesmo que a criação tenha se efetivado apenas três anos mais tarde, coordenada por

²⁹ Jornal *A Federação*, 19/06/1933, Ano L, n. 141, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/73197>. Acesso em: 12 ago. 2020.

³⁰ Além de Antonio Vieira Pires, assinaram o memorial: Leonardo Macedônia, Normélio Rosa, Manoel André da Rocha, Heitor Annes Dias, Darcy Aambuja, Ruy Cirne Lima, Luiz Mello Guimarães, Florêncio de Abreu e Armando Câmara. Conforme publicado em: Jornal *A Federação*, 8/11/1933, Ano L, n. 257, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74122>. Acesso em: 12 ago. 2020.

³¹ Jornal *A Federação*, 8/09/1974, Ano LI, n. 207, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76244>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Carlos de Souza Moraes. Buscando dados sobre essas trajetórias, consta que Geraldo Ferreira Sampaio era engenheiro sanitário, auxiliar de Saturnino de Brito. Sampaio atuou em projetos de saneamento no Rio Grande do Sul, em cidades como São Leopoldo, Iraí, Pelotas, São Gabriel e Alegrete, entre os anos de 1922 e 1928. Sobre o trabalho empreendido em São Leopoldo, o jornal *A Federação* destacou em suas páginas:

O dr. Geraldo Sampaio, que quarta-feira última seguiu para a capital da República, concluiu já os serviços de campo e estudos preliminares do projeto de abastecimento de água e de esgotos de S. Leopoldo, no que foi auxiliado pelos engenheiros Oscar Silva, da Secretaria de Obras Públicas, e Elíbio Weber, da Intendência Municipal dali.

Foram analisadas e medidas todas as águas suscetíveis de captação e nivelados não só o atual perímetro urbano, mas também a zona de expansão futura de S. Leopoldo.

O projeto definitivo de saneamento, a ser organizado pelo engenheiro Saturnino de Brito, deve ficar concluído dentro do prazo de seis meses, a contar da data da assinatura do contrato, que é de dois de junho último.³²

Nascido em Pelotas, Geraldo Ferreira Sampaio dividia-se entre a capital federal e o Rio Grande do Sul, representando o escritório de Saturnino de Brito neste estado. Fez seus estudos em São Paulo, na Faculdade de Engenharia da Escola Politécnica, onde foi colega de Francisco Prestes Maia, prefeito de São Paulo entre 1938 e 1945 (interventor nomeado pelo Estado Novo) e de 1961 a 1965 (eleito democraticamente). Seu pai, Alfredo Ferreira Sampaio, foi comerciante local, no setor de tecidos e fiação, e membro atuante na sociedade pelotense. Geraldo Sampaio foi casado com Maritana Simões Lopes,³³ filha do ex-deputado e ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes, então presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

O segundo nome, também engenheiro de formação, Fernando Martins Pereira e Souza, nascido em 1882, ocupou cargos importantes na administração pública porto-alegrense, além de entidades representativas e de imprensa. Graduado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905,³⁴

³² Jornal *A Federação*, 18/07/1922, Ano XXXIX, n. 165, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/48999>. Acesso em: 12 ago. 2020.

³³ *O Paiz*, 25/09/1921, Ano XXXVII, n. 13.489, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/7327. Acesso em: 12 ago. 2020.

foi diretor técnico e comercial da Companhia de Iluminação à Luz Elétrica no município de Rio Grande, sul do estado. Depois de um período atuando em uma firma particular, foi nomeado diretor da Comissão de Obras Novas da Intendência Municipal de Porto Alegre, em 1926, durante a gestão de Otávio Rocha (1924-1928). Com o falecimento de Rocha, em fevereiro de 1928, o governo foi assumido por seu vice-intendente, Alberto Bins, que determinou a permanência de Martins no cargo que ocupava. Ao ser eleito nas eleições municipais daquele, Bins nomeou Fernando Martins para a Secretaria da Intendência, posto que exerceu até 1932.³⁵

Membro do Rotary Clube de Porto Alegre e filiado ao PRR, Fernando Martins foi eleito presidente³⁶ da Rádio Sociedade Gaúcha,³⁷ emissora inaugurada na capital sul-rio-grandense em 1927, cujo primeiro estúdio funcionou no Grande Hotel, centro da cidade. Em 1930, foi um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, presidindo-a por dois anos. Em 1932, deixou a presidência da Sociedade de Engenharia e a função de secretário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, fixando-se no Rio de Janeiro. Nesse contexto, aproximou-se da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, atuando como um interlocutor entre a sede da entidade, na capital federal, e membros da intelectualidade e sociedade do Rio Grande do Sul.

Não foram encontradas fontes que identifiquem a razão de o núcleo sul-rio-grandense da SAAT não ter sido fundado em 1933. Contudo, mesmo que, em um primeiro momento, Vieira Pires talvez tenha declinado do convite para assumir a organização estadual da entidade, ele não se afastou das ações torreanas. Quando da fundação do núcleo, em 1936, aceitou fazer parte do conselho administrativo regional. Na imprensa sulina, no período entre 1933 e 1936, constam vinte e nove menções à Sociedade dos Ami-

³⁴ Jornal *A Federação*, 9/02/1905, Ano XXII, n. 35, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/16239>. Acesso em: 12 ago. 2020.

³⁵ Decreto Municipal nº. 166, de 31 de dezembro de 1928.

³⁶ Jornal *A Federação*, 28/06/1929, Ano XLVI, n. 150, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/66863>. Acesso em: 12 ago. 2020.

³⁷ Em 1957 a emissora foi adquirida pelos empresários Maurício Sirotsky Sobrinho, Arnaldo e Frederico Arnaldo Balvé (pai e filho), o que deu origem ao Grupo Rede Brasil Sul (RBS), conglomerado midiático denominado atualmente RBS Participações S/A.

gos de Alberto Torres e suas realizações.³⁸ Isso demonstra uma articulação torreana, mesmo naqueles estados onde não estavam constituídos núcleos regionais.

E essa capacidade de articulação proporcionou a realização, em julho de 1934, do Congresso Brasileiro de Ensino Regional, que teve sede no estado da Bahia. Conforme noticiado pela imprensa do período, esse evento estava alinhado com “a finalidade educativa e evangelizadora” da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, “atentando para com problemas nevrálgicos do país e analisados sob a ótica da obra nacionalista de Alberto Torres”.³⁹ O programa do congresso abrangia, no seu escopo, muitos aspectos relacionados com o pensamento ruralista, notadamente um dos pilares de sustentação ideológica e de ação política da SAAT.

Em nível nacional, a guinada, no campo educacional, que a SAAT deu para o ensino rural e sua defesa enfática, representou um alinhamento mais estrito com seu próprio embrião identitário – aproximado com o ruralismo de Alberto Torres, acrescido de doses conservadoras. As ideias mais progressistas de Armanda Álvaro Alberto e seu posicionamento político, alinhado com espectro da esquerda – e até mesmo do anarquismo –, causou embaraços dentro do núcleo central da SAAT. Sua saída da entidade representou um acirramento da agenda mais radical torreana, pautada no nacionalismo com feições xenofóbicas.

O ideário ruralista torreano visava, conforme divulgavam seus principais difusores, à formação integral do cidadão, para que se voltasse aos assuntos da terra, conforme a “vocação agrícola” brasileira desde seus primórdios coloniais. Em uma pequena nota em jornal, no ano de 1933, essa premissa é sintetizada:

³⁸ Em *A Federação*, foram encontradas dezenove publicações, seguido de cinco notas no jornal *O Momento*, de Caxias do Sul. O jornal *Folha do Nordeste*, também sediado em Caxias do Sul, lançou em 1937 uma nota contra a Ação Integralista Brasileira, na qual desvinculava a SAAT dessa organização “de cunho fascista”. O *Diário de Notícias* publicou quatro reportagens, sendo três sobre a fundação do núcleo sul-rio-grandense, em 1936. O nome da entidade é mencionado, nesses periódicos, de três formas diferentes: Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sociedade Alberto Torres e Sociedade Amigos Alberto Torres.

³⁹ *Jornal do Commercio*, 9/11/1934, Ano 108, n. 34, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/33095. Acesso em: 7 ago. 2020.

A Sociedade sente-se regamente paga dos seus esforços com estes primeiros estremecimentos da escola brasileira, que vai saindo do montão de escombros que a sepultaram para radiar ao sol na formação de uma gente própria para realizar a nossa civilização de agricultores, criadores e mineiros.⁴⁰

No cerne ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o ensino rural possuía uma dimensão importante, por estar intimamente vinculado ao processo civilizatório pelo qual o brasileiro necessitava experimentar. Esta civilidade precisava cooperar para formar o homem genuinamente brasileiro, preocupado e adentrado nos problemas e na realidade do país, agindo para contribuir na construção da brasilidade. Com isso, o ensino rural estava alinhado com o controle imigratório e a seleção entre aqueles que poderiam ser úteis e os totalmente desprezíveis. O educador paulista Sud Mennucci, membro da SAAT, ao palestrar no Curso de Ensino Regional, realizado em 1933, asseverava que as regiões urbanas sempre foram privilegiadas, em detrimento ao espaço rural, mesmo sendo este proporcionalmente maior em relação ao território ocupado no Brasil. Por fim, Mennucci (1933) ressaltava que o ambiente rural era marco fundamental para a formação e consolidação do espírito e das virtudes nacionais, sendo que a educação rural não deveria ficar restrita às regiões agrícolas, mas também nas cidades, para que todos os brasileiros tivessem noção do país em que viviam, seus infortúnios, riquezas e possibilidades, enquanto “celeiro do mundo”.

Mário Augusto Teixeira de Freitas, estatístico baiano, era formado em Direito no Rio de Janeiro. Durante sua graduação, atuou na Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, promovendo uma série de pesquisas, mapeamentos e estatísticas, em um esforço inédito até então no país. Com a ascensão de Vargas ao poder, em 1930, Teixeira de Freitas transferiu residência para o Rio de Janeiro, sendo convidado a colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nessa pasta, foi nomeado chefe da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. Nesse sentido, adquiriu conhecimento sobre a realidade educacional do Brasil naquelas primeiras décadas do século XX.

⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 20/09/1933, Ano 106, n. 223, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/24899. Acesso em: 5 ago. 2020.

Em 1934, foi um dos criadores do Instituto Nacional de Estatística, que foi oficialmente instalado dois anos depois. Em 1938, o órgão passou a se denominar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não obstante, sua vinculação com esta entidade lhe subsidiava dados importantes sobre a realidade nacional. Dados esses que eram repassados à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, na qual Teixeira de Freitas se associou no início de 1933. Em 8 de outubro de 1934, o *Jornal do Commercio* registrou importante texto escrito por Teixeira de Freitas, no qual abordava o ensino rural e a questão imigratória.

Toda obra de redenção no Brasil se resume nesse binômio: educar-povoar. Mas este termos tomados num sentido integral, numa acepção orgânica, num significado brasileiro. A educação de que precisamos não é somente o ensino rudimentar, nem muito menos esse ensino apenas de infantes, que nas zonas remotas e sem organização social, regredirão amanhã ao analfabetismo. É, ao contrário, dar ao “homem” do sertão – isto é, a todos os “indivíduos” humanos dispersos nos desertos brasileiros, a capacidade de criar no seu próprio uma vida social digna desse nome, uma civilização agrária.

E “povoar” não é instituir artificialmente correntes imigrantistas, sejam quais forem, e interná-las no *hinterland* brasileiro. É antes, com ou sem achegos de elementos alienígenas, distribuir a massa demográfica disponível não só em condições apropriadas de afinidades, intercomunicação e solidariedade, mas ainda de posse efetiva do solo e dos instrumentos de trabalho, de tal modo que possam organizar uma economia rural.⁴¹

Como visto anteriormente, o ruralismo impositivo da SAAT sofreu reprimendas de intelectuais voltados com uma linha progressista na educação, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo – que haviam colaborado com iniciativas torreanas através de conferências e debates em que participaram. Entretanto, estas críticas pouco alvejaram o núcleo mais ideologicamente radical da entidade, especialmente Raul de Paula, que monopolizou o controle sobre a questão do ensino rural e dos clubes agrícolas escolares.

Embora com algumas iniciativas anteriores, os clubes agrícolas escolares foram fomentados pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres a partir de 1934, substituindo o ensino regional como “produto ofertado” pela entidade. Houve um intenso trabalho para que esses clubes fossem

⁴¹ *Jornal do Commercio*, 8/04/1934, Ano 107, n. 160, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28824. Acesso em: 5 ago. 2020.

criados em todo o território nacional. Novamente, o *Jornal do Commercio* oportunizou espaço para que a SAAT explanasse a razão e o funcionamento dos clubes agrícolas. Embora não conste autoria, há indícios que tenha sido escrito por Raul de Paula – que também buscava centralizar a escrita dos textos que seriam encaminhados e publicados na imprensa. Sobre a ideia de criação dos clubes, a nota explicita que:

A ideia de lançá-los provém como um decorrência natural do congresso de ensino promovido por essa entidade, com o objetivo de encontrar novas bases para a nossa aparelhagem pedagógica, urbanista e livresca, e evitar que a instrução da zona rural seja, conforme a condenação de Alberto Torres, um canal de êxodo, por onde os filhos da produção agrária emigrem para o parasitismo das cidades. Não será demais chamar a atenção de nossos pedagogos para esta instituição e para os quatrocentos e tantos clubes que, através de 13 estados da Federação já conseguimos fundar.⁴²

Embora não tenha sido possível realizar, efetivamente, um levantamento de todos os clubes agrícolas escolares existentes no Brasil no período supracitado, acredito que exista um exagero nos dados mencionados, acenando que mais de quatrocentos clubes teriam sido fundados em tão pouco tempo. O mais provável é que o “exagero” tenha feito parte de uma estratégia de difusão da ideia e arregimentação de educadores dispostos a assumir a criação do clube em sua instituição. Essa possibilidade fica plausível com o trecho que segue, retirado da mesma publicação:

Eles se criam por iniciativa de professores dos grupos ou por sugestão da Sociedade e depois se filiam à Federação Nacional dos Clubes Agrícolas, com sede nesta Sociedade, para então fazer jus às vantagens que ela oferece, com remessa de material, sementes, mudas, livros, cadernos, base para a apicultura e atuação junto às prefeituras, no sentido de obter-lhes campos de experimentação e bom acolhimento. O Clube é um fator de espírito agrícola, uma pepineira de vocações ruralistas, um contrapeso a nossa instrução, sem efeito imediato no progresso da economia municipal, porquanto procura inclinar o exame das inteligências infantis sobre as possibilidades de sua região, através dos museus escolares, dos concursos de reflorestamento e outros processos.

Mais uma vez repetimos o apelo aos educadores e à classe dirigente do país, para atentarem no alcance elevadíssimo da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares do Brasil.

⁴² *Jornal do Commercio*, 19/07/1934, Ano 107, n. 247, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/30913. Acesso em: 6 ago. 2020.

O trabalho realizado pelos clubes agrícolas escolares foi utilizado como instrumento para aproximação da SAAT com o então ministro da Agricultura, Odilon Braga.⁴³ De fato, foi estabelecida uma conexão bastante próxima entre os principais líderes torreanos com a referida pasta. Tanto que foi obtida uma subvenção, por parte desse ministério, no valor de cinquenta contos anuais, direcionados à direção central da SAAT para manutenção dos clubes agrícolas.⁴⁴ Esse clima de cooperação entre SAAT e Ministério da Agricultura perdurou até 1936, quando escândalos vieram à tona, corroendo a relação entre a entidade nacionalista e a pasta governamental. A mesma tática de aproximação e formação de redes sociopolíticas foi buscada junto aos líderes partidários da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Neste caso, o objetivo nevrálgico era que fossem aprovadas medidas antiimigratórias, para que constassem na nova Lei Máxima do país – de fato, algumas destas medidas foram aprovadas, mesmo com alterações, como é o caso da *Lei de Cotas*.

Engendrada no escopo da plataforma ruralista torreana, a difusão dos clubes agrícolas escolares recebeu o complemento de outra atividade fundamental para a política da SAAT: a realização das Semanas Rurais. Conforme disponível na imprensa e no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, as Semanas Ruralistas tiveram maior fôlego entre 1935 e 1937. Após isso, houve um arrefecimento nestas atividades, decorrentes de fatores externos e dentro da própria direção central da SAAT, conforme demonstrarei mais adiante neste capítulo.

Em 1934, uma comissão formada por Rafael Xavier, Raul de Paula e Vieira de Mello procurou o então ministro da Agricultura, Odilon Braga. Como pauta do encontro, os torreanos buscavam obter da referida pasta uma subvenção de apoio aos clubes agrícolas escolares. Odilon Braga se demonstrou simpático para com a proposta, e um valor no total de trinta contos foi disponibilizado no orçamento ministerial para os clubes agrícolas.⁴⁵ Dois

⁴³ *Jornal do Commercio*, 16/08/1934, Ano 107, n. 271, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/31439. Acesso em: 06 ago. 2020.

⁴⁴ *Gazeta de Notícias*, 10/05/1936, Ano 62, n. 109, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8716. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁴⁵ *Diário de Notícias*, 27/09/1934, Ano V, n. 2.386, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/20447. Acesso em: 17 ago. 2020.

meses antes desta reunião, a SAAT realizou na cidade mineira de Itanhandu a Primeira Semana Ruralista Brasileira, atividade que contou com a cooperação do próprio Ministério da Agricultura e da Escola Agrícola de Viçosa.⁴⁶ Tecnicamente, as semanas rurais ou ruralistas eram divididas em palestras, distribuição de materiais impressos, aulas técnicas, exibições filísticas, exposições de produtos e agrícolas e tecnologias relacionadas com o trabalho no campo. Seu bojo pedagógico exaltava a terra, o trabalhador rural, a higiene e o nacionalismo como vetores de construção e sustentação do país, assim como apontava para os cuidados necessários para a defesa da pátria diante das investidas estrangeiras – especialmente através da imigração.

O êxito conquistado por esta primeira edição impulsionou a realização imediata da Segunda Semana Ruralista, também em Minas Gerais. Além da SAAT, do Ministério da Agricultura e da Escola Agrícola de Viçosa, também apoiaram a atividade o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e a Estação Sericícola de Barbacena.⁴⁷ A sede da Semana Ruralista foi o município de Ponte Nova, mas também foram contempladas na ocasião as cidades de Mariana, Ubá, Viçosa, Rio Branco, Rio Casca, Raul Soares, Piranga, Alvinópolis, Abre-Campo e Giquiri. E os conferencistas foram Mário Augusto Teixeira de Freitas, Augusto Sabóia Lima, Antônio Vieira de Mello, Rafael Xavier e Alcides Bezerra. Na direção-geral estava novamente Raul de Paula. A cerimônia de abertura contou com a presença de Odilon Braga, convidado pelos torreanos para prestigiar e “comprovar” o sucesso desta iniciativa, que deveria ser difundida por todo o país.⁴⁸

No ano seguinte, 1935, a direção das Semanas Ruralistas estaria nas mãos de Humberto Bruno, professor da Escola Agrícola de Viçosa desde 1928, no Departamento de Horticultura, atuando também no Setor de Botânica da instituição. Em reportagem de 25 de janeiro daquele ano, era noticiada a agenda das semanas ruralistas, com a ampliação dos estados

⁴⁶ Hoje vinculada à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

⁴⁷ Atividade relacionada com a cultura da seda.

⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 5/09/1934, Ano 107, n. 289, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/31820. Acesso em: 6 ago. 2020.

em que estas ocorreriam.⁴⁹ As cidades contempladas seriam Franca, Botucatu e Guaratinguetá (São Paulo); Uberlândia, Barbacena e Lavras (Minas Gerais); Cachoeiro do Itapemirim (Espírito Santos); Campos (Rio de Janeiro); Ilhéus e Feira de Santana (Bahia); Teresina (Piauí) e Sobral e Juazeiro do Norte (Ceará). A mesma nota é enfática ao creditar o patrocínio das semanas ruralistas ao Ministério da Agricultura, na pessoa de Odilon Braga, “concedendo todas as facilidades à SAAT para levar a termo aqueles trabalhos”. A rede de apoio contava, ainda, com as Secretarias de Agricultura de São Paulo, Bahia, Ceará e Minas Gerais, atuando como copatrocinadoras em seus respectivos estados.

A programação prevista era composta pelas seguintes atividades: a) curso para fazendeiros; b) curso para professoras primárias; c) conferências públicas; d) cursos populares sobre problemas de higiene e saúde pública; e) cinema educativo; f) organização da Biblioteca Municipal; g) organização de um Museu Escolar Regional; h) exposição de produtos agrícolas da região; i) distribuição de cartilhas e materiais sobre educação agrícola e j) plantio de um bosque, com espécies nativas brasileiras, como marco memorial da realização das semanas ruralistas nos municípios sedes.

Na longa publicação, não são mencionados diretamente os clubes agrícolas escolares. Provavelmente, isso tenha ocorrido para deixar clara a separação entre a área de controle de Raul de Paula, ou seja, os mencionados clubes, e a frente de expansão torreana, através das semanas ruralistas. O fato de a direção das semanas ter passado para um torreano fora da sede central – o Rio de Janeiro – possivelmente representou algum atrito interno na agremiação, que iniciara intrigas entre seus membros, especialmente envolvendo a atuação de Raul de Paula.

Até 1937, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres continuou à frente das semanas ruralistas brasileiras, embora houvesse uma disputa, naquele ano, pela hegemonia e domínio da atividade. Com a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, a nova entidade buscou destronar a SAAT da gerência das semanas ruralistas. E qual é a razão disso? Prova-

⁴⁹ *Journal do Commercio*, 25/01/1935, Ano 108, n. 98, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/34544. Acesso em: 7 ago. 2020.

velmente um desejo pessoal de poder e, mais que isso, de vingança. Explico: a Sociedade Brasileira de Educação Rural teve como fundador e principal dirigente Raul de Paula, antigo secretário-geral da SAAT, que desde a segunda metade de 1936 estava afastado da mesma, após uma série de entraves com outras lideranças torreanas – e de escândalos envolvendo figuras políticas centrais da administração federal. Ademais, retomarei com mais detalhes o enredo que levou a este episódio e seus desdobramentos.

Já no final da década de 1930, em boa medida por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial e o panorama interno da nacionalização e do regime do Estado Novo, as semanas ruralistas entraram em um período de suspensão. Foram retomadas na década de 1940, dessa vez sem vinculação com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que não possuía mais o mesmo vigor dos anos iniciais.

Se em 1933 Armanda Alberto e seu irmão, Álvaro Alberto, haviam deixado as hostes torreanas, em 1935 esta foi a atitude adotada pelos irmãos Alberto Torres. Conforme declarações dadas por Heloísa Alberto Torres, a motivação principal foi o uso deturpado das ideias de seu pai em nome de uma mentalidade xenófoba, racista e altamente autoritária, admoestada por algumas das principais lideranças da SAAT. Em publicação no periódico catarinense *A Notícia*, de 1º de junho de 1935,⁵⁰ há uma síntese de declarações de Heloísa feitas contra a SAAT, indicando uma ruptura:

A senhorita Heloísa Alberto Torres dirigiu ao sr. Rafael Xavier, presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma carta se deligando do grêmio. Alega a missivista estar a sociedade defendendo pela imprensa ideias atribuídas ao seu pai, mas evidentemente contrárias ao pensamento do sociólogo.

Rafael Xavier fez parte da segunda leva de integrantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ingressando na mesma ainda em 1932. De origem paraibana, nascido no município de Areia, no dia 20 de abril de 1894, Rafael da Silva Xavier se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, em 1918. Posteriormente, especializou-se em Administração e Ciências Estatísticas. Foi diretor do Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco, exercendo seu cargo entre 1926 e 1931. Foi apoiador

⁵⁰ *A Notícia*, 1º/06/1935, Ano XV, n. 2.022, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/8755>. Acesso em: 17 ago. 2020.

dor da Aliança Liberal em Pernambuco, tornando-se bem-quisto por Juares Távora, um dos comandantes revolucionários no Nordeste. No ano de 1933, por mediação de Távora, que exercia o posto de ministro da Agricultura, é nomeado para a direção do Serviço de Estatística daquela pasta. Esteve nesta função até 1937.

Quando ocorreu a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), gerido por Luiz Simões Lopes, foi designado como chefe da Divisão de Material daquela autarquia federal. Deixando a função em 1942, assumiu a diretoria da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concomitante com funções no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Posteriormente, Rafael Xavier se tornou uma das lideranças nacionais do movimento municipalista brasileiro – cujas ideias eram vistas com simpatia por Carlos de Souza Moraes, que foi um de seus divulgadores no Rio Grande do Sul, entre o final da década de 1940 e princípio dos anos 1950. Afirmava que a República deveria ser baseada nos municípios, aos quais chamava de *célula-mater* do país. Foi um dos criadores da Associação Brasileira Municipalista, da qual foi eleito seu primeiro presidente. Xavier faleceu em 16 de janeiro de 1982, na cidade do Rio de Janeiro.

Ao lado de Raul de Paula, Rafael Xavier foi um dos mais vorazes críticos da imigração japonesa ao Brasil – além de outros grupos étnicos. E foi justamente a intensa campanha antinipônica que irrompeu a crise entre o bloco Paula-Xavier contra os irmãos Alberto Torres – e que provocaram a desfiliação destes últimos. E os principais ressentimentos de Heloísa Alberto Torres por conta do uso indevido das ideias de seu pai recaem sobre Raul de Paula. Este, por sua vez, logo tratou de rebater as críticas advindas por Heloísa, através das páginas da imprensa fluminense. Seguem alguns trechos da nota publicada no jornal *A Manhã*, de 5 de junho de 1935:⁵¹

1º - Não é exato que a campanha antinipônica seja campanha por mim movida contra a imigração amarela. A maioria dos sócios da SAAT deu apoio a essa campanha, bem como todos os núcleos estaduais da Sociedade;

⁵¹ *A Manhã*, 5/06/1935, Ano I, n. 35, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/10617>. Acesso em: 14 ago. 2020.

2º - Não combatemos os nipões por questões raciais e sim porque eles estão se organizando como nação dentro da nossa nação;

3º - A campanha contra os quistos raciais, sejam eles alemães, poloneses, judeus ou nipões, que a SAAT vem realizando, tem sido com a cooperação dos consócios Saboia Lima, Vieira de Mello, Helio Gomes, José Vidal, Magalhães Correia, Rafael Xavier, Juarez Távora [...] e ainda com a colaboração dos professores paulistas que residem ou residiram nos quistos japoneses [...];

4º - Também não é exato que a Sociedade vá se transformar em Centro de Estudos Brasileiros, espécie de academia para torneio de frases bonitas. Ela continuará sendo o que tem sido e que lhe deu força no Brasil: Sociedade de ação e combate, cujo patrimônio moral já é grande e continuará crescendo. Assim, continuará combatendo a imigração japonesa e todas as que se fecharem ou tentarem se fechar dentro de nosso país;

5º - A Sociedade [...] porá à disposição mapas, livros, jornais, revistas, manifestos e outros documentos [...] sem apelo de nossa parte, verifique a gravidade e autenticidade dos mesmos que serviram e servirão de base para nossa campanha;

6º - Finalmente, lamentamos que a Exma. Srta. Heloísa Alberto Torres, que nunca nos deu a honra de sua frequência ou colaboração na obra da Sociedade, queira intervir em sua vida de trabalho, toda inspirada na obra de seu genial pai, para que a mesma mude de rumo quando apenas pedimos que se cumpra a Constituição em matéria de imigração e que o Ministério do Exterior teima em burlar, somente para servir os interesses nos japoneses.

O ferrenho posicionamento antinipônico de Raul de Paula e seu perfil pouco diplomático contribuíram para o surgimento de crises, tanto no interior da SAAT quanto com outros indivíduos ou entidades. Além de essa postura ter contribuído para a retirada de Armanda Alberto e Heloísa Alberto Torres, também foi preponderante para a ascendente radicalização da postura xenófoba da SAAT, cuja marca maior legada, no tocante aos processos (i)migratórios, foi a posição notadamente oposicionista e excludente.

Embora o grupo étnico japonês tenha sido aquele sobre o qual mais recaíram críticas e ações desabonadoras por parte da SAAT, outros também foram alvos de investidas. Foi o caso dos assírios, entre 1932 e 1934, de onde decorreu a primeira grande campanha antiimigratória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

De forma epílogar, a questão pode ser delineada da seguinte forma: em 1932, a Liga das Nações, entidade internacional nos mesmos moldes do que seria atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU), buscou junto ao governo brasileiro o assentamento de cerca de 20 mil refugiados

assírios católicos, oriundos do Iraque, onde eram vítimas de forte perseguição. Este grupo de imigrantes contava com a proteção da Grã-Bretanha. Cabe esclarecer que os assírios, perante outros grupos, se identificavam e apresentavam como católicos, mais alinhados com o rito latino e orientações do Vaticano. Contudo, sua prática religiosa poderia ser considerada mais como um cristianismo nestoriano adaptado,⁵² que recebeu reconhecimento pelas autoridades da Cúria Romana.

Caso sua instalação fosse aceita, ela se daria na região norte do Paraná, sendo o processo de colonização dirigido pela Paraná Plantations Ltda. Entrementes, quando as notícias de que milhares de assírios seriam ali instalados, esforços foram coadunados para que este projeto de colonização não se efetivasse – atendendo aos interesses de grandes proprietários rurais da região e de lideranças políticas e intelectuais. No centro do país, especialmente no Rio de Janeiro, a imprensa também se engajou nesta “cruzada antiassíria”, abrindo espaço em suas páginas para confrontar a “tentativa de invasão de estrangeiros indesejáveis e incompatíveis” com a identidade nacional brasileira que se almejava. O tom de radicalização – e incitação à violência – foi se agudizando ao longo dos anos de 1932 a 1934. Exemplo pode ser encontrado em cabeçalho publicado no *Correio da Manhã*, periódico carioca, em 28 de março de 1934, com os dizeres: “Você só terá paz com um assírio após a morte dele” (Lesser, 1994, p. 129-131).

Outro espaço de combate intenso foi a Assembleia Nacional Constituinte, instalada no ano de 1933. Nesse período, parlamentares vinculados com o looby nacionalista e anti-imigrantista procuraram inserir na Carta Magna dispositivos restritivos, que condicionassem a entrada e instalação de imigrantes no país – e, para alguns grupos, pudesse haver a suspensão definitiva. Por fim, diante das pressões de grupos nacionalistas e de setores sociais mais exaltados, Getúlio Vargas, por força de decreto presidencial promulgado em junho de 1934, proibiu a entrada de assírios no Brasil, per-

⁵² O *Nestorianismo* é uma doutrina que defende a independência entre as naturezas humanas e divinas de Jesus Cristo, havendo deste modo duas pessoas – contrapondo-se ao modelo teológico que defende duas naturezas na única pessoa de Cristo. Os assírios iraquianos não praticavam todos os aspectos desta doutrina, contudo também não possuíam vínculos confessionais e jurídicos com a Igreja Católica Apostólica Romana.

fazendo uma conquista dos nacionalistas que se empenharam em impedir a acolhida deste grupo étnico.

Cabe analisar de forma mais pormenorizada a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no decorrer deste episódio. Publicações encontradas na imprensa demonstram que a SAAT buscou articular um rede mobilizadora, almejando impedir a vinda de assírios. Até mesmo audiências pessoais entre membros da direção torreana e o presidente Getúlio Vargas ocorreram, conforme registros jornalísticos. Em longa exposição no *Jornal do Commercio*, de 21 de fevereiro de 1934, a SAAT se manifesta sumariamente contrária ao aceite dos assírios, vendo-os como perigosos e nocivos ao Brasil, sua gente e seus projetos de nação, comparando-os a “restos inutilizáveis” não acolhidos em lugar algum: “O Brasil para fortalecer a solidariedade entre as nações, aceita o rebutalho humano que nenhuma outra nação quis receber em seu solo”.⁵³

Em agosto de 1933, as forças militares iraquianas promoveram uma investida violenta contra os assírios que habitavam a região norte do Iraque. O suposto motivo seria a descoberta de uma conspiração de grupos cristão contra o governo – acusações que se mostraram infundadas. Neste interim, as informações existentes dão conta de que o número de mortos está situado entre 600 e 3 mil assírios. Com esse episódio, que ficou conhecido como *Massacre de Simele*, aumentou a pressão por parte dos britânicos para que o Brasil aceitasse a entrada dos refugiados. Um comitê constituído dentro da Liga das Nações para mediar o assunto, presidido pelo general britânico John Gilbert Browne, intensificou as tratativas com o governo brasileiro, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho – o primeiro chefiado por Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda e o segundo por Joaquim Pedro Salgado Filho.

O acordo entre os representantes da Liga das Nações e do Governo Provisório confirmavam o aceite e instalação dos assírios, com assentamento no Paraná. Segundo Lesser (1994, p. 127), o Brasil estabeleceu algumas condições, especialmente de ordem financeira e logística, mas não determi-

⁵³ *Jornal do Commercio*, 21/02/1934, Ano 107, n. 120, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27911. Acesso em: 5 ago. 2020.

nou restrições no campo racial, étnico ou religioso. Os elementos condicionais eram: a) o Brasil não arcaria com despesas relacionadas ao transporte e instalação dos refugiados; b) todos os imigrantes deveriam ser, obrigatoriamente, agricultores; c) um grupo de refugiados só poderia desembarcar no território brasileiro após o anterior ter sido devidamente assentado; e d) caso ocorresse qualquer problema mais grave ou insucesso no empreendimento, a responsabilidade seria apenas da Liga das Nações e Paraná Plantations Ltda., sem prejuízos ao governo federal.

Logo as primeiras notícias sobre o fechamento do acordo começaram a circular, e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres capitaneou uma ferrenha tarefa de impedir a execução deste plano de imigração refugiada. Através da imprensa, a estratégia era a de desmoralização completa dos assírios, acentuando os predicados desabonadores, exasperando seus “desvios morais”, perigosos e inadmissíveis, capazes de “ferirem gravemente a altivez do povo brasileiro”. Essa plataforma discursiva pode ser encontrada em notas como a seguinte, difundida por periódicos sediados, especialmente, no centro do país. Conforme nota publicada em fevereiro de 1934,

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres já documentou e provou fartamente que os assírios que vem para o Brasil não são lavradores. O Dr. Heraclides Souza Araújo, que percorreu o Iraque em estudos de lepra, viu-os em seu habitat e afirmou que eles não são lavradores e sim vagabundos e desordeiros. O Sr. Paulo Vogeler, técnico de imigração do Ministério da Agricultura, que viveu 8 anos na zona do Iraque, confirma as palavras do Dr. Souza Araújo: as revistas europeias que têm tratado desse gente também afirmam que eles não são lavradores e sim desordeiros.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres cumpriu o seu dever, denunciando esse crime que se pratica contra o futuro da nação, recebendo-se um bloco humano inassimilável ao nosso meio.

A vinda dos assírios tem sua razão final na imposição do capitalismo inglês: tendo sido eles desalojados de suas terras por possuírem petróleo, foram-lhes compradas terras no Brasil a uma Companhia Inglesa, possuidora de 500.000 alqueires no Norte do Paraná, que assim vê reembolsado parte do capital ali empregado.

Ainda temos esperança de que este pobre povo brasileiro um dia acordará para mostrar ao estrangeiro que o Brasil deve ser nosso!⁵⁴

⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 21/02/1934, Ano 107, n. 120, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27911. Acesso em: 5 ago. 2020.

Sobre esse grupo étnico pesava o fato de ser considerado fora dos padrões eugênicos delimitados, por alguns cientistas e intelectuais, como assimiláveis e contribuintes para uma melhoria da raça brasileira. Mesmo que contassem com o fator religioso, ou seja, estivessem inclusos na confessionalidade católica – ao menos nos discursos externos –, isso não era visto como suficiente, pois sua origem geopolítica – instalados no Reino do Iraque – lhes rendeu a adjetivação perniciosa de “muçulmanos ou islamitas fanáticos”. Esse caráter “dúbio e exótico” dos assírios era utilizado para difundir uma ideia de periculosidade e ameaça.

Outra alternativa, também fazendo uso da imprensa, era direcionar críticas para sujeitos políticos que, naquela conjuntura, foram rotulados como “vendilhões do país”, subalternos aos interesses imperialistas e pouco preocupados com as consequências da vinda de grupos indesejáveis e inassimiláveis ao Brasil. E a figura escolhida, no caso da imigração assíria, foi o ministro Salgado Filho. A virulência dos argumentos de Raul de Paula, expressos nas páginas do *Jornal do Commercio*, incentiva até mesmo o uso de violência de qualquer espécie, se assim fosse necessário, para impedir a instalação assíria no Paraná. Além de asseverar o apoio da SAAT aos “desamparados irmãos paranaenses”, cogitou residir em Salgado Filho um perfil de traidor aos interesses estritamente nacionais, agindo como um “negociante inescrupuloso”. Nas palavras registradas de Raul de Paula,

[...] a nenhum argumento atendeu o Sr. Salgado Filho, que acha ser o Brasil a Sapucaia do mundo. Só resta ao próprio povo paranaense, povo altivo e de tradições de honra, levantar-se como uma só vontade, e violentamente impedir que essa gente aventureira que em breve vai poluir os campos dos pinheirais lendários, se instale nesse lindo pedaço do Brasil, para onde levará a turbulência e o saque que pratica no Iraque.

Paranaenses: pelo nosso futuro, pela nossa paz, pelo nosso sossego, pela nossa grandeza, não consenti que a Inglaterra instale no Norte deste Estado os assírios que ele desalojou do Iraque.⁵⁵

Analisando os termos utilizados nesse trecho, percebemos o forte preconceito étnico, marca significativa com a qual a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tratava seus adversários. O discurso depreciativo ficou

⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 9/02/1934, Ano 107, n. 111, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27742. Acesso em: 5 ago. 2020.

claro no trecho “essa gente aventureira que em breve vai poluir [...]”. Caso não fossem suspensas as negociações em torno da questão assíria, segundo os ideólogos torreanos, o Brasil seria profundamente maculado por uma presença cancerígena em seu interior, “poluindo” nossa integridade social e cultural.

Já ao final de sua nota, Raul de Paula empregou um tom de humildade ao referir-se à SAAT: “se a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres dispusesse de poder, impediria por todos os meios e modos esse crime que se está preparando contra o futuro do Brasil”. Inicialmente, cabe salientar que, desde seus primórdios, a agremiação torreana dispunha de certo poder dentro do jogo de influências e interesses vigentes, a partir da rede interacional que constituiu. As pretensas “limitações” da SAAT, evocadas por Raul de Paula, não condiziam com o observado na prática, ao longo dos anos 1930.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres não se fazia de rogada, buscando atingir seus objetivos e implementar sua agenda junto às mais altas autoridades federais. Tanto que uma notícia datada de 13 de março de 1934, novamente no *Jornal do Commercio*, comunicava que a SAAT enviou ao presidente da República, Getúlio Vargas, um memorial “contra a vinda dos beduínos do Iraque”.⁵⁶ Após as considerações iniciais, exaltando os predicados e boas obras feitas por Vargas, o documento adentra mais precisamente na querela assíria.

Apresenta-se, agora, o veredictum do julgamento final dos assírios. Quando surgiram as primeiras vagas notícias telegráficas das démarches processadas no Bureau Nansen da Liga das Nações, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo no seu seio alguns curiosos da questão imigratória, poz-se a estudar e pesquisar o assunto. E, com espanto, verificou que a Liga das Nações e a Companhia de Terras Norte do Paraná, transacionavam, ouvindo somente os seus interesses, a vinda de quase vinte mil famílias inadaptáveis e inconvenientes para o sul do Brasil. Eram as célebres tribos do Iraque, cuja história recente nos Balcãs e na Turquia é “tão confusa e tão complexa” segundo o sr. Johson, nosso visitante e secretário no Bureau Nansen, “que a própria Liga das Nações, enviando ao Oriente emissário especial, nunca se pode pronunciar sobre ela”. Eram os mesmos homens que, sob a hierarquia multissecular dos seus sacerdotes e dos seus marshimuns, tinham

⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 13/03/1934, Ano 107, n. 137, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28302. Acesso em: 5 ago. 2020.

amargado a existência do pobre Rei Façal. E a Liga das Nações, impulsionada pelo grupo Shell do petróleo, que tem vultuosos interesses na exploração de poços identificados no Iraque, começou a leiloar com esse rebutalho étnico, que a Companhia de Terras Norte do Paraná, bem paga, arrematou.

A Companhia de Terras Norte do Paraná era uma subsidiária da Paraná Plantations Ltda., companhia inglesa que foi responsável pela colonização de uma vasta área do território paranaense. A empresa seguia o modelo inglês de fracionamento rural, concomitante com a expansão da malha ferroviária naquela região. Assim, sugeriram cidades como Apucarana, Arapongas, Cambé, Ibitiporã, Jandaia, Tapejara, (termos de origem indígena), Londrina e Rolândia (baseados em palavras inglesas e germânicas). Posteriormente, com a política de nacionalização do Estado Novo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a empresa foi adquirida por acionistas brasileiros. Tendo em vista que a Grã-Bretanha era “protetora” dos assírios católicos, a acusação principal é de que toda aquela trama não passava apenas de um grande golpe comercial envolvendo diversos atores – o governo britânico, a companhia petrolífera, a colonizadora de terras instalada no Paraná e alguns setores “pouco nacionalistas” do governo brasileiro –, especialmente os ministros Cavalcanti de Lacerda e Salgado Filho.

Salgado Filho ainda era acusado de descumprir promessas que teria feito, comprometendo-se em transferir camponeses que viviam na miséria nordestina, garantindo-lhes terra e trabalho em novas áreas de expansão, como era o norte do Paraná naquela década de 1930. Contudo, o ministro do Trabalho teria preterido seus “irmãos brasileiros”, bajulando os interesses comerciais britânicos e trazendo imigrantes apontados como “desqualificados e moralmente primitivos” para o país que deveria defender fervorosamente, tendo em vista ser integrante do governo central.

A mesma publicação demonstrou que havia, dentro do Governo Provisório, uma divisão ministerial em torno do assunto da imigração assíria para o Brasil. Segundo os torreanos signatários do memorial, além deles, outras entidades e a própria população se mostrava descontente com o acordo firmado. Entretanto, será que efetivamente a população se engajou nesta campanha antiassíria? Qual era o verdadeiro grau de conhecimento sobre a questão e as características deste grupo? Sabendo que os índices de analfabetismo e de restrições à informação eram acentuados no Brasil das

primeiras décadas do século XX, é plausível que essa população ao qual o memorial se refere não abarcasse, na prática, os grupos sociais mais populares. Estes até poderiam ser envolvidos na contenda, como objetos de disputas de poder, mas pouco eram ouvidos.

Retomando a polarização sobre o tema dentro do governo de Vargas, enquanto Salgado Filho e Cavalcanti de Lacerda se mostravam favoráveis ao ingresso de refugiados assírios, Góis Monteiro, Protógenes Guimarães e Juarez Távora, ministros da Guerra, Marinha e da Agricultura, respectivamente, declararam sua desaprovação para com aquela tentativa de imigração. Dentro dos Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores, também havia funcionários, detentores de funções expressivas, que julgavam uma iniciativa inconcebível acolher aquele “grupo alienígena” em nosso território. Na Assembleia Nacional Constituinte, formada e atuando desde 1933, também havia um forte bloco de oposição ao acolhimento assírio. Esse grupo contava com nomes como Xavier de Oliveira, Artur Neiva, Miguel Couto – que também se destacaram na campanha anti-imigrantista promovida contra outros grupos étnicos, como será visto em seguida.⁵⁷

Houve repercussão importante em torno do memorial enviado pela SAAT ao chefe do Governo Provisório. Tanto que, para realizar uma análise mais “técnica” do documento – e de seus possíveis desdobramentos jurídicos e sociopolíticos –, foi instituída uma “comissão de inquérito”, composta pelo consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Francisco José de Oliveira Vianna; o diretor-geral do Departamento Nacional de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado e o médico Renato Kehl. O grupo era secretariado por Pedro Marques, funcionário da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho.⁵⁸

Observando a nominata da comissão, Oliveira Vianna e Dulphe Pinheiro Machado eram integrantes da SAAT e, por seu turno, Renato Kehl era um influente eugenista, alinhado com a denominada *eugenia negativa*, um modelo radical caracterizado pela defesa de medidas extremas, como o controle matrimonial e reprodutivo, a esterilização dos considerados “de-

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 13/03/1934, Ano 107, n. 137, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28302. Acesso em: 5 ago. 2020.

⁵⁸ *Jornal do Commercio*, 17/04/1934, Ano 107, n. 167, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/29002. Acesso em: 5 ago. 2020.

gerados” e a seleção criteriosa e restritiva ao perfil de imigrantes que deveriam ingressar no país. Como anteriormente visto, essa radicalização ideológica de Renato Kehl o aproximou do modelo eugênico adotado pela Alemanha nazista. Sobre os pareceres emitidos pela comissão de inquérito, levando em conta as vinculações e posições ideológicas de seus membros, as indicações emitidas eram pela recusa irrevogável de refúgio aos assírios católicos oriundos do Iraque.

Como resultado da forte oposição liderada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Getúlio Vargas revogou as negociações e determinou que a entrada dos refugiados assírios no Brasil estava vetada. A vitória torreana nesta querela deu ânimos para uma campanha ainda mais intensa: impedir a inserção de imigrantes japoneses no país, além de promover um controle severo sobre os já instalados no Brasil e seus descendentes.

Augusto Saboia Lima, presidente da SAAT em 1934, publicou na imprensa fluminense carta endereçada ao deputado federal Miguel Couto.⁵⁹ Além de tecer palavras laudatórias pela “cruzada” contra a imigração japonesa promovida junto à Assembleia Nacional Constituinte, o texto deixa claro quem compunha o grupo antinipônico: além do próprio Couto estavam também Xavier de Oliveira e Artur Neiva, Pacheco e Silva e Teotônio Monteiro de Barros.

Artur Neiva nasceu em Salvador, Bahia, em 1880. Coursou medicina no Rio de Janeiro, sendo aluno do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Seus estudos foram concluídos em 1903. Ocupou importantes cargos na área sanitária em São Paulo, como o de diretor do Serviço Sanitário daquele estado. Também foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, entre 1923 e 1927, esteve à frente do Museu Nacional, sucedendo Bruno Lobo – e sendo substituído por Edgard Roquette-Pinto. Em 1931, logo após Getúlio Vargas assumir o poder como presidente do Brasil, Neiva foi nomeado interventor federal da Bahia, ocupando o posto por alguns meses, sendo substituído em agosto daquele ano por Juracy Magalhães. Em 1933, foi eleito deputado federal constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD) da Bahia.

⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 6/03/1934, Ano 107, n. 131, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28163. Acesso em: 5 ago. 2020.

Antônio Xavier de Oliveira era cearense, nascido na cidade de Juazeiro do Norte, em 1892. Também estudara na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, posteriormente se especializando no campo da psiquiatria – período em que se aproximou de teorias eugenistas e de elitismo racial. Foi eleito deputado federal constituinte pela Liga Eleitoral Católica (LEC) do Ceará. Além dos esforços para combater a imigração japonesa, também se posicionou contrário ao ingresso dos chamados “grupos de cor”, notadamente negros oriundos do continente africano ou dos Estados Unidos.

Antonio Carlos Pacheco e Silva, natural da capital paulista, também provinha da esteira de formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após diplomar-se, em 1920, residiu durante um tempo na França, para especializar-se nas áreas de neurologia e psiquiatria. Foi fundador da Escola Paulista de Medicina, no ano de 1933, quando também foi eleito deputado federal constituinte, como representante unânime dos sindicatos de São Paulo. Concomitante, exercia a função de diretor do Sanatório Pínel, localizado em Pirituba, distrito da região noroeste da cidade de São Paulo. Assim como Neiva, Couto e Xavier de Oliveira, também esteve mais alinhado à eugenia negativa.

Diferente de seus colegas do bloco *anti-imigrantista*, o ribeirão-preta-no Teotônio Monteiro de Barros enveredou para o campo do Direito, bacharelando-se em 1923. Foi eleito em maio de 1933 para representar São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido – frente formada pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) daquele estado.

A aproximação e interação da SAAT com parlamentares ou membros do governo que compartilhassem de um pensamento nacionalista eram um recurso importante para o *status quo* da entidade. Isso dava margens para que os torreanos não se limitassem apenas ao espectro intelectual e discursivo, mas pudessem assumir um protagonismo empírico – ou, ao menos, atribuísem a si algumas conquistas, como foi a questão assíria.

O caso envolvendo os refugiados assírios católicos, assim como o relativo aos japoneses, evidenciaram o caráter xenofóbico que ganhava força dentro da SAAT, mesmo diante de tentativas de amenização, como aquelas que advinham de Heloísa Alberto Torres e Roquette-Pinto, por exemplo. A agen-

da anti-imigração era justificada na apropriação e ressignificação de problemáticas levantadas por Alberto Torres, ao identificar que os governos republicanos desvalorizavam o trabalhador nacional, preterindo-o em preferência ao imigrante. Desse modo, especialmente o “homem pobre nordestino” não encontrava “voz e nem vez” nas políticas sociais brasileiras daquela conjuntura. Todavia, embora defensor enérgico do trabalhador brasileiro, Alberto Torres, mesmo em suas nuances mais autoritárias, não compartilhava do pensamento xenofóbico de seus pretensos “discípulos”. E o caráter xenófobo da agremiação torreana ganhava contornos mais densos, quando direcionados para alguns grupos. Na mesma nota do *Jornal do Commercio*, enviada ao deputado Miguel Couto, isso é proclamado de forma contundente:

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres várias vezes externou o seu pensamento relativamente à nossa política imigratória. Apoiados na doutrina do nosso patrono, somos radicalmente contra qualquer espécie de imigração, enquanto houver tantos brasileiros a reclamarem uma assistência do Estado. E mais particularmente combatemos a recepção de novos inassimiláveis no “melting-pot” da nossa demografia. Tal é o caso dos japoneses, à luz dos ensinamentos da antropologia e da psicologia das raças, como tão brilhantemente o tem demonstrado V. Excia.

Além da eugenia racial e da teoria de inferioridade dos japoneses, aspectos geopolíticos também embasavam os discursos dos representantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. O expansionismo nipônico, por meio de ações militares, era acentuado como mais um fator que indicava sinal de perigo, pois, ao aceitar a vinda de mais imigrantes – sem contar os já instalados no território brasileiro –, as chances de uma tentativa de apropriação territorial de áreas do Brasil por parte do Império do Japão se tornavam infundáveis – seguindo a mesma perspectiva discursiva atribuída ao *perigo alemão* e ao colonialismo nazista. Na lógica de Augusto Saboia Lima – e de boa parte dos membros da entidade que presidia –,

[...] acontece que a população nipônica atravessa nesse passo da História Universal dos Povos uma fase de imperialismo dinâmico, na incisiva e feliz expressão de Mussolini, das mais obscuras interrogações para a marcha da civilização ocidental.⁶⁰

⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 6/03/1934, Ano 107, n. 131, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28163. Acesso em: 5 ago. 2020.

Ainda sobre este quesito, segundo assertiva de Endrica Geraldo,

[...] um outro elemento passou a ganhar crescente importância nessa discussão: a questão do imperialismo e expansionismo japonês como ameaça à segurança nacional. Por várias vezes, em seus discursos, Miguel Couto alertou quanto à invasão japonesa na Manchúria como exemplo concreto dessa ameaça. Dessa forma, os japoneses passaram a reunir alguns fatores temidos por este e outros deputados: a condição racial de não brancos, membros de uma nação imperialista e, ainda, um grupo inassimilável concentrado em núcleos coloniais (2009, p. 183).

Na publicação torreana, um detalhe me chamou atenção. Em dado momento, o texto assim demarcava: “na incisiva e feliz expressão de Mussolini”. Embora possa se tratar apenas de uma concordância com uma expressão específica, cunhada pelo *Duce* italiano, também contribui para a interpretação de que a SAAT se aproximava do fascismo – em alguns critérios. É possível identificar uma inclinação fascista na construção e utilização de um discurso patriótico exacerbado, coadunado com a intolerância e a construção de *inimigos da Pátria*, especialmente acusando imigrantes aqui instalados – e seus descendentes – de agirem contra o Brasil.

Em 1935, ocorreu uma tentativa, promovida por Rafael Xavier e Plínio Salgado, líder integralista que ingressara na SAAT, de aproximação mais estreita entre a agremiação torreana e a AIB – com a intenção, por parte de Salgado, de absorver a SAAT, arregimentando seus membros mais influentes e capitalizando sua força ideológica e política. Mas esta justaposição entre as duas entidades nacionalistas não foi bem aceita por parcela massiva dos torreanos, interpondo barreiras que inviabilizaram esta união. A AIB, por seu turno, era um movimento político e ideológico de inspiração notadamente fascista, fundamentando sua agenda e procedimentos em uma adaptação abasileirada do modelo italiano.

Entrementes, o texto de Saboia Lima também admoesta o “amor” do brasileiro ao Brasil, tal qual os japoneses o nutrem por seu país, sua nação. E é categórico ao afirmar que a presença nipônica no Brasil era um “mal que necessitava ser integralmente extirpado”:

Contra o câncer nipônico, cumpre agir niponicamente. Com persistência, com rapidez e com patriotismo! Amemos nossa terra como eles amam a sua! A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, vitoriosa no tribunal da opinião pública do Brasil no caso da imigração dos beduínos do Iraque, vai agora abordar o problema japonês.

E, como assinalado anteriormente, o êxito na questão assíria fez com que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, de certa forma, se autoprotoclamasse “detentora do direito de aceitar ou impedir a política imigratória brasileira” – contando com um aparato informativo e político para concretizar seus projetos nacionalizantes. Naquele exato momento, fazia-se necessário, aos olhos de seus integrantes, abortar qualquer política que favorecesse a entrada de japoneses e outros imigrantes “indesejáveis” no Brasil.

Embora o auge das discussões sobre a imigração japonesa no Brasil tenha se dado na década de 1930, elucubrações sobre o tema remontam ao final do século XIX, especialmente nos meses imediatos à implantação do regime republicano no Brasil. Em 28 de junho de 1890, o presidente Deodoro da Fonseca promulgou o decreto federal de número 528, que estabelecia as normativas legais sobre a imigração para o Brasil. O texto já refletia preocupações para com a chamada “raça amarela”, inserida no quadro de racialização moderna que se estabelecia no país naquele momento. Em seu artigo 1º, encontrava-se a seguinte redação:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (Brasil, 1890, p. 1.424).

Naquela fase seminal da República, não apenas se estabeleceram avaliações sobre o aceite de novos grupos imigrantes, mas também se altercou o processo de cidadania dos imigrantes já instalados no país desde as primeiras décadas do século XIX, como era o caso de alemães e italianos, por exemplo. Além disso, havia toda a questão envolvendo as populações afro-brasileiras recém-libertas do jugo escravista.

Manuel de Oliveira Lima, encarregado pelo Ministério das Relações Exteriores de estabelecer relações diplomáticas com o Japão, no ano de 1901, demonstrou publicamente sua contrariedade ao projeto de se iniciar a imigração de japoneses para o Brasil. Oliveira Lima acautelou seus superiores, assentindo que tal iniciativa seria prejudicial ao país, tendo em vista que os nipônicos eram uma “raça inferior” (Lesser, 2001, p. 157). Mesmo com um período de interrupção no projeto, em 18 de junho de 1908, trazidos pelo navio *Kasato Maru*, imigrantes japoneses desembarcaram no Porto

de Santos, por conta de iniciativa do governo de São Paulo. Esses primeiros imigrantes foram deslocados para o trabalho em fazendas de café no interior paulista.

Não tardou para que a imprensa iniciasse uma campanha crítica contra a iniciativa, especialmente sobre o governo estadual de São Paulo, nas figuras de seus presidentes Jorge Tibiriçá Piratininga (1904-1908) e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912). O próprio Albuquerque Lins, ao se dirigir aos parlamentares estaduais paulistas, em 1909, demonstra que ocorreu certa frustração ao desempenho desses imigrantes junto às lavouras cafeeiras:

a imigração japonesa parece não produzir os resultados esperados. Os 781 primeiros imigrantes, introduzidos na vigência do contrato de 6 de Novembro de 1907, deram entrada na Hospedaria da Capital em junho do ano indo; mas, na maioria indivíduos solteiros e pouco habituados à lavoura, esquivaram-se a certos serviços agrícolas, que abandonaram aos poucos. Somente ficaram nas fazendas algumas famílias constituídas por verdadeiros agricultores, que trabalham muito a contendo dos fazendeiros em cujas propriedades se localizaram.

A revista *O Malho*,⁶¹ em sua edição de número 325, datada de 5 de dezembro de 1908, publicou uma crítica acentuada, através de charge, analisando a inserção e o desempenho socioeconômico dos imigrantes nipônicos em São Paulo. Os dizeres contidos na publicação são contundentes em sua oposição ao fato e para com novas tentativas de trazer nipônicos ao estado paulista: “O governo de São Paulo é teimoso. Após o insucesso da primeira imigração japonesa, contratou 3.000 amarelos. Teima, pois em dotar o Brasil com uma raça diametralmente oposta à nossa” (*O Malho*, 1908, p. 10).

⁶¹ A revista *O Malho*, de cunho humorístico, foi fundada no Rio de Janeiro em 1902, por Luís Bartolomeu de Souza e Silva e Crispim do Amaral. Era conhecida por satirizar fatos políticos e sociais. Em 1930, por conta do golpe de estado que levou Getúlio Vargas ao poder, foi empastelada e fechada. Naquela conjuntura, a revista colocou-se em campanha contra a Aliança Liberal. Reativada em 1935, fez publicações até 1954, quando foi definitivamente fechada. Suas edições foram digitalizadas pela Casa de Rui Barbosa, sendo seu acesso possível através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/>.

Figura 1: Sátira sobre a imigração japonesa na Revista *O Malho*



Fonte: Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/revista.asp?rev=325&ano=1908&pag=c1>.

Quase vinte e cinco anos depois da chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses, o destino migratório desse grupo étnico no Brasil estava em disputa na arena da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Os deputados antinipônicos contavam com respaldo bastante veemente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e esta, por sua vez, bus-

cava cooptar o apoio da opinião pública, lançando mão de recursos como a imprensa e conferências públicas.

Se havia, entre os deputados constituintes, o já mencionado bloco antinipônico, alguns parlamentares militaram no lado oposto, defendendo um discurso favorável aos imigrantes japoneses no Brasil. Os principais líderes pró-nipônicos foram o médico paraense Bruno Lobo – o mesmo que havia dirigido o Museu Nacional antes de Artur Neiva – e o advogado paulista Carlos de Moraes Andrade. Assim como os deputados contrários à imigração nipônica dispunham de um grupo de apoio – a SAAT – e a imprensa para difusão de suas argumentações, o grupo de Lobo e Moraes Andrade contava com Alfredo Ellis Jr. (professor e historiador), Alexandre Konder (jornalista) e Nestor Ascoli (advogado), que se articularam no enfrentamento dos discursos parlamentares, especialmente contra Miguel Couto e Xavier de Oliveira. Neste primeiro momento, me deterei nos aspectos mais restritos ao espaço utilizado na Assembleia Nacional Constituinte pelos deputados anti e pró-nipônicos. Mais adiante, adentrarei nas contendas estabelecidas entre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e Alexandre Konder através da imprensa, em que os principais alvos deste último foram Raul de Paula e Rafael Xavier.

Segundo Priscila Nucci (2009, p. 321), “os parlamentares antinipônicos, além de constituírem maioria na Constituinte, foram considerados referências para o tratamento do assunto e citavam obras de autores europeus especialistas em matéria de raça e de eugenia”. Na qualidade de médicos, Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva buscaram, cientificamente – de acordo com suas percepções eugênicas –, apresentar argumentos que embasassem a decisão constitucional de limitar ou barrar definitivamente o ingresso de japoneses e outros grupos no Brasil. Embasamento esse que se ocupava tanto de aspectos biológicos quanto geopolíticos e socioculturais. Contudo, em meio aos sustentáculos técnicos, o preconceito racial transparecia – mas seus autores tentavam apregoar a si mesmos uma posição desprovida de tal atitude. Exemplo está registrado nos Anais da Assembleia Constituinte (1933, p. 77), onde Miguel Couto afirmou que, “se já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completa-

mos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir. Não tenho, pois, como disse, preconceitos de raça”.

Xavier de Oliveira (1935a, p. 154), ao apontar razões de ordem psíquica-biológica para impedimentos da imigração japonesa, caucionava que “[...] não sei bem se me afasto do tema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável”. E prosseguia:

[...] acrescento eu que se é ele, o japonês, inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia, propriamente dita, mais ainda o é, de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto como uma característica de seu normótipo racial e, mais, até por sua constituição intra-psíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas, ainda, de seu misticismo patriótico, que é uma das mais notáveis de suas qualidades intrínsecas (Anais da Constituinte, vol. VI, 1935a, p. 154).

Xavier de Oliveira elencava quesitos socioculturais, históricos e religiosos que comprometiam, ou melhor, impossibilitariam permanentemente a assimilação de imigrantes nipônicos por parte da sociedade brasileira, frisando que entre os dois povos havia um abismo praticamente intransponível. Para além disso, seu conjunto de características psíquicas e evolução mental destoavam com aquela vivenciada pelo mundo ocidental. Ao final de seu discurso, embora relativize e até valorize seu penhor patriótico, o fio-condutor dele estabelece uma asseveração de inferioridade presente nos japoneses, que é mais preponderante que qualquer característica abonadora e positiva que possuam. Cabe notar que, seja acerca de suas características culturais, seja em relação ao seu fenótipo ou estrutura genética, as narrativas – orais, textuais ou imagéticas – construídas pelos oposicionistas sempre almejam a desmoralização ou evidência de seu exotismo, com tons de ridicularização. No próximo capítulo, ao analisar de forma mais verticalizada a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Moraes, será possível verificar como a junção de discursos textuais e imagéticos foram largamente utilizados como estratégia de legitimação ideológica e cooptação sociopolítica.

No lado oposto na arena de combate, Bruno Lobo, em suas alegações de defesa aos japoneses e seu processo de migração para o Brasil, refutava a tese de inassimilação e de completo afastamento biológico-cultural desse povo em relação aos brasileiros. Teoricamente, um dos pesquisadores

eleitos como referencial por Bruno Lobo foi membro fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: Edgard Roquette-Pinto. Uma das teses defendidas por Roquette-Pinto afirmava que os indígenas brasileiros, povoadores originários destas terras, tinham sua origem racial no ramo “amarelo-mongólico”, originários da Ásia.

Em uma hipótese considerada ainda mais inusitada, Bruno Lobo chegou a preconizar que os primeiros grupos indígenas que aqui habitaram – dezenas de séculos atrás – teriam emigrado mais precisamente do Japão. Com isso, teria assim ocorrido a “[...] primeira atuação de indivíduos de raça mongólica em nosso país”, onde o processo de adaptação e evolução proporcionou a sobrevivência desses grupos ao ambiente brasileiro e ao seu sistema climático complexo. Construindo, inclusive, um enredo mais próximo da literatura, essas percepções buscaram evidenciar que os traços e fenótipos, cor da pele e ligação irrestrita com a natureza eram sinal dessa conjugação originária comum. Ao defender a presença de imigrantes nipônicos na região amazônica, reforçava sua teoria da “matriz asiática dos nativos brasileiros”: “[...] vendo os nossos índios e caboclos do Amazonas, os japoneses pensam que são seus patrícios, enquanto, por outro lado, alguns dos nossos habitantes do extremo norte do Brasil iludem-se com eles e pensam que são da terra” (Lobo, 1935, p. 123-124).

Essas afirmativas, divulgadas nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte ou por meio da imprensa, visavam também a angariar a simpatia da população para com a causa pró-nipônica. Contudo, o poder comunicacional e de articulação dos congressistas liderados por Miguel Couto e da SAAT era mais eficaz em seu trabalho de arregimentação social. Se as discussões teóricas sobre aspectos psíquicos, biológicos ou antropológicos poderiam ser vistos como “etéreos” e mais distantes da compreensão da maior parcela da população brasileira, havia episódios mais empíricos e palatáveis que poderiam ser utilizados como instrumento na defesa de um discurso antinipônico. Diante desse panorama, os planos imperialistas do Japão não passaram impunes pela análise e discursos condenatórios dos deputados contrários à presença japonesa no Brasil – e aos nacionalistas torreanos.

Xavier de Oliveira, em um dos seus discursos, estabeleceu uma correlação entre a invasão japonesa na Manchúria e as verdadeiras intenções do

Império do Japão para com o Amazonas, inferindo suspeitas sobre uma tentativa conquistadora travestida de colonização de terras:

Tocar na Manchúria onde o Japão tem enormes capitais empregados, é atentar contra à existência mesma do Japão e acrescenta o professor Couto: substitua-se a Manchúria por Amazônia, China por Brasil, onde existe mais de 500.000 hectares de terras japonesas e as profecias mais arriscadas e mais obscuras se iluminam como realidades presentes (Anais da Constituinte, vol. IV, p. 215-216, 1934).

O contexto geopolítico e econômico do Japão nas primeiras décadas do século XX mostrava um ambiente dicotômico: por um lado, o país estava se tornando uma potência, subsidiada por uma força militar já consolidada; por outro, o Japão enfrentava problemas sociais – como a explosão demográfica – e econômicos expressivos, sobretudo em decorrência da Crise de 1929. O excedente populacional estava colocando o país mergulhado em uma panorama de carestia, fome e crescente miserabilidade. Como forma de resolução desses problemas, grupos ultranacionalistas, ligados aos setores militares, passaram a defender a expansão territorial através do uso bélico.

As medidas expansionistas adotadas pelo Japão seguiam os exemplos empreendidos anteriormente por potências ocidentais, ainda no século XIX – como fizeram Alemanha, Inglaterra, Bélgica, França e Holanda. E, embora esses países tenham suplantado uma feroz campanha colonialista, especialmente no continente africano, os principais porta-vozes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por exemplo, não teceram ou registraram maiores críticas aos modelos que esses países europeus adotaram – pelo contrário, muitos torreanos acharam justa e prudente essa intervenção, pois representaria uma “chance evolutiva para com uma população claramente inferior”, como eram classificadas as nações e povos africanos.

O alvo inicial das investidas nipônicas foi a China, obrigada a firmar acordos políticos e econômicos que a prejudicavam de forma significativa. O passo seguinte foi a invasão da Manchúria, vasta região localizada no leste asiático – que, atualmente, inclui o extremo nordeste da China, também chamada *Manchúria Interior*, e uma parte da Sibéria, na Rússia. Essa região foi transformada em um *estado fantoche* japonês. Ainda em 1931, a Força Aérea japonesa bombardeou Shangai. Como consequência da invasão e tomada da Manchúria, o Japão passou a receber severas críticas por parte

da Liga das Nações. Em consequência, o país retirou-se da entidade em 1933.

O projeto imperialista japonês na Ásia entrou em nova rota de expansão em 1937, quando se deflagrou a segunda Guerra Sino-Japonesa. As tropas nipônicas ocuparam praticamente toda a extensão litorânea chinesa. Além disso, as práticas de atrocidades praticadas pelos soldados japoneses ganharam destaque internacional. O conflito se estendeu até 1945, concomitante à participação do Japão na Segunda Guerra Mundial. Em 1940, o Japão ocupou o Vietnã, além de assinar pactos de colaboração com a Alemanha e Itália. Essas medidas colocaram o país em rota de colisão com os interesses dos Estados Unidos e Inglaterra, cuja represália se deu através de um boicote no abastecimento de petróleo. A reação japonesa se deu através da apropriação de refinarias na Indonésia.

Para os parlamentares antinipônicos e membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a estratégia expansionista em relação ao Brasil era diferente: não se tratava de usar forças militares, mas de fomentar o enquistamento dos núcleos imigrantistas, gerando celeumas e rupturas desses imigrantes para com a sociedade receptora brasileira.

Como tentativa de refutação das teses do isolamento e enquistamento japonês junto ao tecido social brasileiro, Bruno Lobo e Carlos de Moraes Andrade, em seus relatos e escritos, procuraram demonstrar, a partir de vivências do cotidiano – inclusive adentrando no prisma da religiosidade –, que os japoneses estavam empenhados em inserir-se na sociedade brasileira que lhe havia aberto as portas:

[...] como se deparam outras provas de perfeita assimilação, até mesmo no que concerne à religião, conforme o reconhece o Prof. Von Ihering, escrevendo no “Diário Nacional de S. Paulo”, em número de agosto de 1930: ‘Os japoneses convertem-se ao catolicismo, mandam seus filhos aos grupos escolares nacionais. Mostram-se, portanto, adaptáveis’ (Lobo, 1935, p. 49).

No jogo de forças que esteve em disputa na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, o pêndulo se direcionou favorável ao grupo antinipônico. O objetivo e os conteúdos das emendas feitas pelos deputados eram com a intenção de proibir ou restringir a entrada, essencialmente, de negros e amarelos. Nesse segundo grupo, apenas os japoneses constituíam uma corrente imigratória mais considerável para o Brasil. Apesar de essas

propostas buscarem a proibição somente desses grupos, o texto final que foi aprovado estabeleceu a cota de entrada de 2% para todos os imigrantes. Isso foi uma ação estabelecida pelo Itamaraty, que exerceu um papel importante para “[...] impedir que a restrição fosse destinada apenas a africanos e asiáticos, ou ainda, que a imigração japonesa fosse proibida em sua totalidade [...]” (Geraldo, 2009, p. 200). As medidas restritivas foram possíveis graças a emenda propositiva de Miguel Couto, que foi aprovada por 141 deputados federais constituintes. Parte do texto presente no artigo 121 da Constituição de 1934 trazia a seguinte forma:

§6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

A Constituição aprovada e promulgada em 1934 reflete em si um elemento que ganharia maior destaque a partir do Estado Novo: a construção de uma identidade nacional, pautada em uma propalada “autenticidade brasileira”, acentuadamente afastada da influência estrangeira – especialmente de grupos classificados como nocivos, inferiores, exóticos ou ameaçadores. Os discursos e representações manifestadas sobre determinados grupos étnicos, como os japoneses, não eram, por seu turno, um fenômeno restrito àquela conjuntura. Deputados como Miguel Couto, Pacheco e Silva, Artur Neiva, Xavier de Oliveira e Teotônio Monteiro de Barros expressavam uma concepção advinda de parcela importante da sociedade: o preconceito contra os estrangeiros, especialmente aqueles que não se enquadravam em um padrão idealizado por intelectuais e autoridades políticas nacionais – a partir de um pensamento forjado na eugenia negativa, xenofobia e hierarquização racial.

Um detalhe importante é que, desde as primeiras semanas de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório, vigorava um indicativo do tipo de política de branqueamento que seria adotada.⁶² Entrementes, foi a chamada

⁶² Trata-se do Decreto-Lei nº 18.482, de 12 de dezembro de 1930.

Lei de Cotas, presente na Carta Magna de 1934, que materializou a política restritiva aos imigrantes avaliados como “indesejáveis e maléficos” ao Brasil.

A aprovação do dispositivo de restrição imigratória não foi visto com bons olhos por alguns setores sociais. Críticas pesadas foram promovidas na imprensa, sobressaindo-se aquelas que miravam o deputado proponente, Miguel Couto, Raul de Paula e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em junho de 1934 e julho de 1935, o jornal *Correio do Paraná* publicou um série de textos escritos pelo catarinense Alexandre Konder. A direção do periódico paranaense estava sob responsabilidade de Paulo Tacla, que tivera atritos ruidosos com Raul de Paula no decorrer daquele ano de 1934.

O *Jornal do Commercio* registrou que, em sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Polono-Brasileira *Tadeusz Kosciuszko*, sediada em Curitiba, houve a comunicação de que foi encaminhada para todos os órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, em nome da referida sociedade, uma nota de protesto contra a “injusta campanha” antipolonesa promovida pelo *Correio do Paraná*.⁶³ Além disso, a mesma publicação trazia comentários sobre a percepção que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres nutria sobre os poloneses. Conforme relatado, o torreano Heraclides de Souza Araújo declarou que a SAAT não possuía a menor pretensão contra a imigração polonesa; pelo contrário, até considerava esta aceitável e desejável, porém, por conta de sua visão e ideal nacionalistas, era frontalmente contra a concessão de terras paranaenses para esse grupo étnico. Embora o tom adotado por Souza Araújo fosse apaziguador, na prática a SAAT foi bastante incisiva nas críticas ao projeto de colonização polonês, além de classificar a vinda de imigrantes da Polônia como “não produtora” para o projeto eugênico nacional.

Neste interim, Paulo Tacla acusava Raul de Paula de fazer “jogo duplo”: ora se dizia nacionalista e defensor dos interesses brasileiros, ora se unia com “inimigos estrangeiros” contra os defensores da integridade nacional. O episódio em questão ocorreu em outubro de 1934, no Rio de Janeiro. Quando foram publicadas as manifestações antipolonesas no *Correio do*

⁶³ *Jornal do Commercio*, 7/06/1934, Ano 107, n. 211, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/30071. Acesso em: 5 ago. 2020.

Paraná, o ministro polonês Thadeu Grabowski, chefe de missão diplomática na capital federal, acompanhado de Raul de Paula, dirigiu-se ao Ministério da Justiça, com o objetivo de obter a prisão de Paulo Tacla e o fechamento do jornal paranaense. Diante da descoberta do plano, a repercussão, inclusive entre outros jornalistas e na própria Associação Brasileira de Imprensa, dificultou o sucesso da tentativa de prisão.⁶⁴

Quando, posteriormente, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se manifestou terminantemente contrária aos interesses poloneses na colonização de áreas de terras no Paraná, Paulo Tacla repercutiu o fato com estranheza, transparecendo, nas entrelinhas, que Raul de Paula não era alguém confiável e que agiria de forma espúria, em nome de interesses pessoais. Segundo as palavras contidas no *Correio do Paraná*, “a atitude do sr. Raul de Paula causou grande sensação, pois vangloriara-se de ter ido, em companhia do Ministro da Polônia, ao Ministério da Justiça, solicitar a prisão do jornalista Paula Tacla e o fechamento de seu jornal”.⁶⁵ A partir dos embates pessoais entre Raul de Paula e Paulo Tacla, em abril, este último abriu espaço em seu jornal para críticas mais agudas contra os congressistas antiimigração e a SAAT, sobretudo após a aprovação da *Lei de Cotas*. E Alexandre Konder se tornou um dos mais ferrenhos críticos, com textos bastante ácidos e mordazes contra seus adversários.

Nascido em Itajaí, em 13 de maio de 1904, Alexandre Marcos Konder advinha de uma família catarinense de tradição política. Seu pai, Marcos Konder, foi intendente de Itajaí por maio de dezoito anos, além de deputado estadual por diversas legislaturas. Um de seus tios paternos, Arno Konder, ocupou cargos diplomáticos, como o de cônsul-geral do Brasil em Washington (1936-1937) e na Alemanha (1937-1938). Faleceu enquanto aguardava sua nomeação para o posto de embaixador brasileira na China, em 1942, quando atuava novamente no Estados Unidos. Victor Konder, outro de seus tios, foi deputado estadual em Santa Catarina e ministro da Viação no governo de Washington Luís, entre 1926 e 1930. Por fim, Adolfo

⁶⁴ *Correio do Paraná*, 19/04/1934, Ano III, n. 568, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/4441>. Acesso em: 14 ago. 2020.

⁶⁵ *Correio do Paraná*, 27/04/1934, Ano III, n. 575, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/4497>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Konder foi presidente catarinense entre 1926 e 1930, deixando o governo quando eleito senador por seu estado – tendo o mandato cassado pelos revolucionários de 1930.

Formado em Direito no ano de 1925, Alexandre Konder se destacou no campo jornalístico, além de ter trabalhado como intérprete nas embaixadas do Japão e da Alemanha no Brasil. Este vínculo, somado com críticas que fazia à política de nacionalização, lhe renderam dois anos de prisão, na década de 1940, na Casa de Correção do Rio de Janeiro. Além disso, atuou como um dos principais colaboradores do jornal carioca *Gazeta de Notícias* e escreveu obras dedicadas ao Japão e assuntos de guerra, como *Vidas e tradições japonesas* (1936) e *Um repórter brasileiro na guerra europeia* (1940). Faleceu ainda jovem, aos 49 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1953.

Um dos primeiros artigos de Konder foi publicado no *Correio do Paraná* no dia 31 de maio de 1934, com o título “Xenofobia”.⁶⁶ No decorrer de seu texto, Alexandre Konder enfatizava a pretensão xenofóbica e inconsequente da campanha anti-imigrantista capitaneada pela SAAT, através de Raul de Paula, que se consolidou vencedora na Assembleia Nacional Constituinte:

[...] cento e quarenta e seis deputados constituintes, guiados pelo xenofobismo do major Juarez e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, desfraldando uma falsa bandeira de redenção do trabalhador nacional e tendo à testa do movimento o medalhão do senhor Miguel Couto, aprovaram sob palmas o substitutivo constitucional que estabelece a restrição de todas as imigrações para a quota máxima de dois por cento anuais. Brecada violentíssima no nosso ritmo como bem frisou o deputado Moraes Andrade, o dispositivo, já agora imutável, da nossa Carta Magna, é bem um atestado doloroso da irresponsabilidade da Assembleia que fechando os olhos à realidade nacional de um país ainda por povoar-se, referiu a retórica barata do sr. Raul de Paula e os conselhos gagás do sr. Miguel Couto.

Contudo, diante da força que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres aparentava possuir, tanto no meio político quanto na formação da opinião pública, Konder iniciava uma campanha de oposição, que se estenderia pelos dois anos seguintes. As frases derradeiras de seu artigo admoestam para um desmonte na ação torreana em nível nacional:

⁶⁶ *Correio do Paraná*, 1º/06/1934, Ano III, n. 604, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/171395/4728>. Acesso em: 14 ago. 2020.

A resposta, porém, que me vem de todos os cantos é apenas esta: os “alberto-torristas” continuam pelas asfaltos da Avenida, pregando em todos os cantos dos cafés a salvação nacional. Não. Não pode ser. O xenofobismo não pode vingar entre nós, ainda que o queiram os impagáveis caftens da felicidade nacional, acampados de favor numa dependência do “Jornal do Commercio”, velho órgão caduco que devido a longevidade, segundo Fradique Mendes, a polícia consentiu que passasse o resto de sua existência a distribuir narcóticos a domicílio todas as manhãs.

É preciso reagir. Não podemos ser levados à ruína pela burrice de um ministro semi-analfabeto e pelos histerismos xenófobos de uma sociedade particular com intuítos de existência meramente literários, destinados tão somente ao reclames dos seus diretores. Nós, brasileiros, dispensamos perfeitamente as mesinhas nativistas do major Juarez e os conselhos do Sr. Miguel Couto. E sobretudo negamos autoridade aos xenofobistas da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para nos ditar rumos e destinos.

Embora uma oposição ao ideário torreano e sua agenda política tivesse início, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres vivenciava seu melhor momento durante aquele período. Além das conquistas no campo constitucional, outro acontecimento pode ser creditado como prodigioso para a entidade: o expressivo número de integrantes que foram nomeados para compor a Comissão de Imigração, erigida por Vargas em 1935. Esta instância foi criada com o intuito de centralizar e estruturar, de forma mais organizada e delimitadora, todo o processo migratório no país.⁶⁷ Este grupo teve funcionamento até 1938, quando foi substituído pelo Conselho de Imigração e Colonização.⁶⁸

A presidência da comissão coube à Oliveira Vianna, assessor jurídico do Ministério do Trabalho, sendo os demais membros nomeados: Dulphe Pinheiro Machado, engenheiro, ocupara o cargo de diretor do Departamento de Povoamento; conde Nicolas Debanné, que foi cônsul brasileiro em países do Oriente; Antônio Vaz de Mello, que ocupava a direção do Serviço de Passaporte do Ministério das Relações Exteriores; Edgard Ro-

⁶⁷ República dos Estados Unidos do Brasil. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 126. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>. Acesso em: 12 jun. 2017.

⁶⁸ O órgão foi criado em 4 de maio de 1938, pelo Decreto-Lei de número 406. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o conselho contribuiu diretamente com o Ministério da Guerra, abastecendo este órgão de informações sobre as atividades dos imigrantes em geral no país, notadamente os oriundos da Alemanha, Itália e Japão. O Conselho de Imigração e Colonização foi extinto em 1954, dando lugar ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

quette-Pinto, então diretor do Museu Nacional; o médico eugenista Renato Kehl e Raul de Paula, secretário-geral da SAAT. Com exceção de Kehl, que nunca constou na lista oficial de membros do grêmio torreano – embora com ele realizasse trocas intelectuais –, todos os demais o eram. Analisando o alinhamento ideológico do grupo, Roquette-Pinto era detentor do perfil mais moderado, discordando de algumas concepções mais extremistas de seus colegas – o que vinha lhe causando prejuízos de influência dentro da SAAT, especialmente após Heloísa Alberto Torres, de quem era muito próximo, pedir sua exoneração do quadro de associados e criticar os rumos que a sociedade vinha tomando, sob as orientações intelectuais de Raul de Paula.

A *Lei de Cotas*, em sua prática, encontrou problemas de implementação. Em decorrência disso, a Comissão de Imigração e Colonização, conforme o próprio presidente Getúlio Vargas, estava atabalhoada e com grandes dificuldades, sobretudo em dados estatísticos precisos e confiáveis sobre a entrada de imigrantes no Brasil, relativos aos cinquenta anos anteriores (ou seja, desde 1884). Boa parte da problemática estava situada na questão das “novas nacionalidades” decorrentes da separação ou surgimentos de países, após a Primeira Guerra Mundial – como a Tchecoslováquia, Iugoslávia, Hungria e Polônia. Antes desse processo, os imigrantes oriundos dessas regiões eram incorporados aos grupos de alemães, austríacos e russos residentes no Brasil.

Getúlio Vargas se mostrou um tanto contrariado e incomodado com a restrição determinada pelo dispositivo constitucional de controle migratório. Embora nutrisse desconfianças para com grupos étnicos estrangeiros, como japoneses e alemães – os que mais sofriam reprimendas por parte do conselho –, Vargas agiu de forma pragmática: percebeu que as medidas restritivas trariam sérios impasses econômicos. Sobretudo no estado de São Paulo, onde a imigração de japoneses – naquele momento um forte país de emigração – representava a maior supridora de mão de obra para as fazendas ali existentes. Em suma, Vargas acreditava que a legislação, que tinha menos de um ano desde sua promulgação, em julho de 1934, necessitava de uma revisão e adequação. Não por simpatias aos imigrantes, mas para dar conta das necessidades da economia agrícola brasileira, naquele momento um país majoritariamente dependente desta matriz.

Coube ao grupo integrante da Comissão de Imigração e Colonização elaborar um estudo sobre a seleção qualitativa dos imigrantes. Para melhor desenvolvimento do tema, uma subcomissão foi formada, composta por Nicolau Debanné, Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto. Os dois primeiros se mostraram bastante radicais, defendendo uma restrição extrema, insistindo novamente na proibição do aceite de certos grupos, como os nipônicos. Também a qualificação de indesejáveis e inassimiláveis se fazia presente. Por fim, o sistema de subcomissões mostrou-se falho, sendo o projeto elaborado, por fim, de forma unipessoal, por Dulphe Pinheiro Machado – e mantendo a coarctação defendida por Kehl e Debanné.

Cabe aqui um comentário sobre o pensamento de Dulphe Pinheiro Machado, abordando a questão educacional em áreas de colonização alemã, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em relatório datado de 1940, quando já era membro da Comissão de Imigração e Colonização, defendeu a nacionalização do ensino como forma de combater o “exotismo estrangeiro”, que ameaçava o país. Esse mesmo discurso era defendido, em 1936, ao falar da questão do ensino nas áreas imigrantistas sul-rio-grandenses, por ocasião da fundação do núcleo estadual da SAAT. Nas palavras de Dulphe Pinheiro Machado,

o problema do ensino nas regiões enquistadas pelo germanismo não é apenas cultural, não tem somente por finalidade alfabetizar as crianças. Ele constitui seguro elemento de nacionalização e de integração destes valores desviados da comunhão brasileira, envenenados por ideologias exóticas, contrárias aos supremos interesses nacionais (Relatório, 1940, p. 07).

É perceptível que, embora o grupo sobre o qual a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres nutrisse maior animosidade fosse o japonês, o radar de sua política restritiva atingia os mais diversos grupos imigrantes. A questão do pensamento torreano e a nacionalização nas áreas de imigração no Rio Grande do Sul será abordada, com maior ênfase, no próximo subcapítulo e no quarto capítulo deste trabalho.

As dificuldades estatísticas, relacionadas ao número exato de imigrantes que ingressaram no Brasil desde 1884, coadunaram para que também não houvesse um controle mais rígido por parte das autoridades, possibilitando que o número de ingressantes, no período entre 1934 e 1937, fosse maior que o fixado pelo dispositivo legal. Esse descompasso entre o

mundo das leis e a realidade empírica serviu como ponto de partida para críticas tenazes feitas pela SAAT através dos veículos de imprensa espalhados pelo Brasil – mas, notadamente, através das páginas do *Jornal do Commercio*.

Uma das primeiras críticas, pós-promulgação da Constituição de 1934, partiu de Raul de Paula, advogando em nome da SAAT. A matéria do *Jornal do Commercio* reproduzia um direito de resposta solicitado ao editor da *Folha da Manhã*, de São Paulo. Neste texto, fica bastante clara a intenção política da SAAT em assumir o papel de fiscalização do cumprimento das diretrizes constitucionais de restrição imigrante, especialmente para com os grupos ditos inferiores e indesejados. Nas primeiras frases, destacam-se os seguintes termos:

Votada a Constituição de 16 de Julho, a SAAT pediu ao Sr. Ministro do Trabalho providências para que fosse executado o dispositivo migratório, por isso que a secretaria desta Sociedade estava seguramente informada que levam e levam de japoneses continuavam embarcando para o Brasil, depois daquela data. Era um flagrante desrespeito para com nossa soberania por parte dos nipônicos. Consultado por mim pessoalmente, o Dr. Oliveira Vianna, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, respondeu-me que deveriam entrar em vigor imediatamente os dispositivos constitucionais proibitivos. Era o caso da imigração. O Sr. Ministro do Trabalho não atendeu as reclamações bastante enérgicas desta Sociedade, que então se dirigiu ao Presidente da República, que também não deu atenção ao assunto.⁶⁹

Novamente o radar torreado recaiu sobre a figura de Salgado Filho, ex-titular da pasta do Trabalho, acusando-o de arquitetar contra o Brasil, além de ser um descumpridor do que assevera a própria Constituição. Salgado Filho deixou o cargo de ministro em julho de 1934, para assumir uma vaga na Câmara dos Deputados, na qualidade de deputado federal classista. Em seu lugar estava Agamenon Magalhães, político pernambucano. Contudo, Raul de Paula ainda culpava Salgado Filho de ter liberado a entrada japonesa à revelia do que vinha sendo decidido na Assembleia Constituinte, já assinalando para a restrição migratória. Mas o rosário de denúncias incidiu sobre outro ministro: José Carlos de Macedo Soares, novo ministro das Relações Exteriores, que assumiu em julho de 1934, substitu-

⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 2/02/1935, Ano 108, n. 105, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/34677. Acesso em: 7 ago. 2020.

indo o também criticado Félix de Lacerda. Sobre ele, as reprimendas de Raul de Paula foram as seguintes:

Nossas autoridades encarregadas do assunto nenhuma providência tomaram para limitar essa verdadeira invasão amarela. Pelo contrário, ainda os protegeram, como o fez o Ministro Macedo Soares, que mandou prorrogar até 31 de março deste ano o prazo de chegada para os restantes 4.327 da autorização de 1934 que não puderam embarcar no ano passado. Somente agora em janeiro, foram tomadas as providências para a aplicação do dispositivo constitucional de imigração.

Raul de Paula evocava, também, episódio ocorrido em setembro de 1934, pouco mais de dois meses após a Constituição ter sido promulgada.⁷⁰ Naquela oportunidade, em nome da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o mesmo Raul de Paula enviou ofício ao Ministério do Trabalho, “cobrando providências para que a Constituição fosse respeitada”. Segundo o signatário, entre agosto e setembro de 1934, pouco após a nova Carta Magna entrar em vigor, 2.093 imigrantes japoneses teriam desembarcado, em duas levadas, no Porto de Santos. Esse número, conforme o novo dispositivo regulatório, já teria superado os 2% permitidos legalmente. A SAAT, desse modo, exigia o cumprimento legal e, com isso, maior rigor na fiscalização, especialmente nos prováveis locais de entrada, como os portos de Santos e do Norte do Brasil. Mas, conforme relatado posteriormente, parece que a solicitação não encontrou ouvidos junto aos destinatários.

Na medida em que a tônica do discurso de Raul de Paula contra componentes do governo federal vai se tornando mais incisiva, vai se cristalizando uma crise institucional dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Desse modo, a implementação mais feroz da campanha anti-nipônica de Raul de Paula – e Rafael Xavier – foi concomitante com a dissolução da ala radical torreana. Para o governo federal, os discursos e notas emitidas por Raul de Paula causavam embaraço: ao mesmo tempo em que autoridades ministeriais eram criticadas, o governo, através do Ministério da Agricultura, subvencionava ações promovidas pela SAAT. Diante desta situação, urgia limitar o poder que Raul de Paula exercia dentro

⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 26/09/1934, Ano 107, n. 306, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/32231. Acesso em: 6 ago. 2020.

da entidade – pois a SAAT, em boa medida, se apresentava como útil para estratégias do governo constitucional de Vargas no campo nacionalista e identitário. Era necessário enfraquecer ou isolar o agente torreano polemista, encontrando subsídios que oportunizassem até mesmo desvinculá-lo da SAAT.

Ao longo do ano de 1935, em torno de vinte reportagens foram publicadas no *Jornal do Commercio*, abrindo espaço para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres externar suas manifestações e descontentamentos com a questão japonesa no Brasil. Títulos como “Os manejos da infiltração japonesa”,⁷¹ “Contra a instalação de japoneses na Bahia”⁷² e “A ofensiva nipônica no Brasil”⁷³ estampavam as páginas do periódico – inclusive, este último título citado pode ter servido de inspiração para Carlos de Souza Moraes denominar sua obra, dois anos depois. Sobre o caso envolvendo um possível assentamento japonês no território baiano, o texto publicado acentuava o caráter articulado que a SAAT possuía para efetivar sua política antinipônica:

Cumprindo o seu programa de infiltração em nosso país, os japoneses tentam nesse momento instalar sua colonização no Estado da Bahia. De início a Bahia não precisa de imigrantes porque tem sobra de braços. Milhares e milhares de trabalhadores rurais, encaminham-se para o sul em busca de melhores salários. Assim sendo, não se justifica a instalação de japoneses naquele estado, pois os mesmos iriam agravar as condições do trabalhador nacional, sabendo-se que os nipões se sujeitam aos meus ínfimos salários. O núcleo da Bahia da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres está mobilizando a opinião daquele estado contra aquela tentativa. Os municípios visados pelos nipões já estão com comitês organizados para o combate àquela imigração e podemos adiantar que a semelhança do que se passa no Piauí onde os japoneses serão repêlidos a ferro e fogo [...]. O núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres está realizando uma campanha contra a imigração japonesa e articulou os elementos mais valiosos do estado contra a mesma.

Ao falar das redes que a SAAT articulou em sua campanha contra a imigração japonesa, as mais variadas esferas da sociedade brasileira foram acionadas para que esse tópico da agenda torreana encontrasse eco e êxito.

⁷¹ *Jornal do Commercio*, 4/06/1935, Ano 108, n. 208, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/36759. Acesso em: 7 ago. 2020.

⁷² *Jornal do Commercio*, 28/05/1935, Ano 108, n. 202, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/36639. Acesso em: 7 ago. 2020.

⁷³ *Jornal do Commercio*, 20/07/1935, Ano 108, n. 248, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/37526. Acesso em: 7 ago. 2020.

Em maio de 1935, Raul de Paula proferiu uma conferência na sede da SAAT, cujo tema central era a imigração japonesa. Desta vez, o público-alvo era mais seletivo: visava aos Estados Maiores do Exército e da Marinha, aos dirigentes e professores das escolas militares e a membros dos Clubes Naval e Militar. Para o secretário-geral da SAAT e seu grupo mais próximo, não adiantavam mais apenas os discursos. Era necessário cooptar o poder das armas na agenda antinipônica.⁷⁴

Tanto para o governo de Getúlio Vargas quanto dentro da própria Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Raul de Paula assumia o papel de figura inconveniente e insubmissa. Desde que renunciou ao cargo que ocupava na Comissão de Imigração e Colonização, Raul de Paula não poupava ministros e agentes governamentais – quando não o próprio Getúlio Vargas – de críticas espinhosas e acusações de traição ao Brasil.

Segundo pequena nota publicada no periódico *Lar Católico*, Raul de Paula teria justificado sua resignação em decorrência do desembarque, no Porto de Santos, de 6.538 imigrantes japoneses naquele ano de 1935, sendo que o máximo que seria permitido constitucionalmente seria de 713. Diante da falta de fiscalização e de descumprimentos da lei, não teria encontrado o representante torreano alternativa mais digna do que deixar a Comissão, que mais parecia um órgão de fachada.⁷⁵

Se o governo federal aguardava algum momento oportuno para estancar as críticas proferidas por Raul de Paula e dilapidar sua influência, a situação favorável veio à tona no segundo semestre de 1935. E o fato ocorreu justamente envolvendo o ministério que ainda não havia se tornado alvo de suas críticas: o da Agricultura. Raul de Paula foi acusado de utilizar da estrutura do Ministério da Agricultura para benefício pessoal, além de promover uma violenta campanha contra as áreas de imigração estrangeira nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sinteticamente, o secretário-geral da SAAT fazia uso do serviço telegráfico do ministério, visando a promover as semanas ruralistas, que também possuíam subvenção

⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 5/05/1935, Ano 108, n. 183, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/36233. Acesso em: 7 ago. 2020.

⁷⁵ *O Lar Católico*, 12/05/1935, Ano XXIII, n. 19, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843822/4440>. Acesso em: 14 ago. 2020.

ministerial. Entretanto, para além da comunicação relacionada com os clubes agrícolas, Raul de Paula também enviava correspondências com críticas e acusações contra regiões de imigração, especialmente alemã, afirmando que esses núcleos eram “áreas de operação e circulação nazista”, estando a serviço dos planos expansionistas de Hitler.⁷⁶ Ademais, Raul de Paula ainda se identificava como “agente especial do Ministério da Agricultura” e tecia censuras ao Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), afirmando que se tratava de “uma casa desmoralizada”.⁷⁷

O *Correio do Paraná*, que havia se constituído no principal noticioso de contraposição à SAAT, logo tratou de reproduzir uma entrevista dada pelo ministro Odilon Braga acerca da denúncia contra Raul de Paula.

O que vem de fazer o sr. Raul de Paula aborreceu-me profundamente e sobre o lamentável caso acabo de enviar à imprensa uma nota esclarecedora. Atendendo ao programa agrícola que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres está levando avante, este Ministério interessou-se junto ao da Viação para que fosse concedida ao representante do grêmio “alberto-torrista” uma franquia telegráfica, pela qual pudéssemos mais facilmente ficar inteirados sobre o assunto que tão de perto nos interessa. Nunca pude supor que esse cavalheiro levasse a sua ousadia ao ponto de dirigir telegramas insultuosos às colônias estrangeiras e Ministério do Exterior, assinando-se “agente especial do Ministério da Agricultura”, quando na realidade não possui nenhuma credencial que o habilite a falar em nome deste alto Departamento da República. Já tomei todas as providências que o caso requer e inclusive mandei suspender *in continenti* a franquia que em melhor das intenções eu havia conseguido para o sr. Raul de Paula.⁷⁸

Diante dos fatos, o governo federal pode iniciar uma massiva estratégia de desestabilização da figura de Raul de Paula, minimizando os argumentos que este lançava contra a postura governamental diante da política imigratória. Como alguém, que traíra a confiança depositada por um ministro e agira de forma desonesta, poderia ser merecedor de créditos? Embora continuasse manifestando suas críticas através da imprensa, a imagem do torreano estava severamente arranhada. E, se para as autoridades gover-

⁷⁶ Jornal *A Federação*, 4/07/1935, Ano LII, n. 26, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77707>. Acesso em: 14 ago. 2020.

⁷⁷ *Correio do Paraná*, 9/07/1935, Ano IV, n. 931, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/5609>. Acesso em: 14 ago. 2020.

⁷⁸ *Correio do Paraná*, 9/07/1935, Ano IV, n. 931, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/5609>. Acesso em: 14 ago. 2020.

namentais a dissolução do poder de alcance de Raul de Paula era questão fechada, para seus adversários dentro da SAAT, o episódio envolvendo o Ministério da Agricultura representava um momento propício para dissipá-lo da linha de frente da agremiação. Contudo, ainda levaria um certo tempo para que isso se concretizasse.

Alexandre Konder, além de articulista do *Correio do Paraná*, também escreveu diversos textos para o jornal fluminense *Gazeta de Notícias*. Ao longo do ano de 1936, continuou com sua intensa campanha contra a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e os dois principais nomes ligados ao antiimigrantismo, especialmente o nipônico: Rafael Xavier e Raul de Paula. A situação se tornou ainda mais acirrada quando a SAAT se posicionou contrária à missão econômica que o Brasil realizaria junto ao Japão, entre setembro e outubro daquele ano. A chefia da missão caberia ao deputado Salgado Filho, antigo desafeto dos torreanos mais radicais, desde os tempos em que ocupara o Ministério do Trabalho.

A *Gazeta de Notícias* afirmava que a SAAT estava muito mais preocupada em atender seus “interesses mesquinhos e megalomaniacos” do que realmente com o Brasil e seu povo. O verdadeiro objetivo dos “albertotorristas” era “dinamitar” a política externa brasileira⁷⁹ e reduzir a capacidade de expansão econômica, reduzindo-a apenas aos interesses dos Estados Unidos.⁸⁰ E, como fio condutor presente em todas as reportagens, entre janeiro e agosto de 1936, um elemento era retórico: a necessidade de afastar Rafael Xavier e Raul de Paula definitivamente.

Em agosto daquele ano, quando ocorreram eleições para a nova diretoria central da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a *Gazeta de Notícias* festejou o resultado do pleito: Rafael Xavier, que buscava continuar na presidência torreana, foi substituído por Juarez Távora, aclamado por unanimidade. Se até pouco tempo antes Juarez Távora era considerado um dos “líderes xenofobistas” da entidade, naquele momento foi considerado alguém capaz de “moralizá-la”.

⁷⁹ *Gazeta de Notícias*, 2/06/1936, Ano 62, n. 128, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8950. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 21/05/1936, Ano 62, n. 118, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8828. Acesso em: 17 ago. 2020.

A substituição do sr. Rafael Xavier foi uma consequência de sua conduta deveras escandalosa, dentro da qual, aliado aos elementos mais suspeitos, não trepidou em semear pelo Brasil afora a semente daninha e criminosas das tricas raciais e do xenofobismo. Foi uma obra de higiene, a qual não regateamos aplausos. É de se esperar que o Major Juarez Távora conclua a obra de expurgo que se iniciou no grêmio torreano, pondo pela escada abaixo todos os arrivistas que ali se acocoraram como pensionistas da verba de 50 contos anuais do Ministério da Agricultura. [...] Assim, é de se acreditar que não mais permitirá que cavalheiros inidôneos continuem por aí afora, em nome do grêmio torreano, envenenando a massa campesina e insultando grosseiramente laboriosas colônias estrangeiras, infinitamente mais úteis à nossa Pátria do que, por exemplo, os discursos nacionalistas do gordo e gagá Xavier de Oliveira.⁸¹

Mesmo sem citar nomes, é perceptível que entre os “arrivistas” que deveriam ser expurgados estava o famigerado Raul de Paula. E, de fato, essa expectativa se concretizou nas semanas seguintes à eleição de Távora. Enquanto Rafael Xavier permaneceu junto à SAAT, em função menos expressiva, Raul de Paula foi destituído da secretaria-geral e da direção da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares do Brasil. Estas medidas tomadas pela nova direção fizeram com que Raul de Paula se afastasse definitivamente da entidade que ajudara a fundar, quatro anos antes.

A saída de Raul de Paula, como não poderia deixar de ser, foi marcada por uma série de atritos e acusações de ambos os lados. Desde meados de 1936, antes da eleição da diretoria, em agosto, Raul de Paula anunciava, sempre que tinha oportunidade, que a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres estava com os dias contados, pois o ministro da Guerra exigia seu afastamento”.⁸² E, segundo seu perfil personalista, acreditava que seu afastamento da SAAT representaria o fim da entidade – e também pelo fato pragmático de centralizar o poder e a capacidade comunicacional em suas mãos. Alguns meses após seu afastamento, em fevereiro de 1937, o jornal catarinense *O Triunfador* publicava parte de uma correspondência de Raul de Paula, marcada pelo ressentimento e pela narrativa que o autoproclamava como um “abnegado defensor do Brasil”:

⁸¹ *Gazeta de Notícias*, 19/08/1936, Ano 62, n. 195, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/9832. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁸² *A Razão*, 19/06/1936, Ano I, n. 26, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/764450/6114>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Posto de real sacrifício, arrebatou-me quase quatro anos de vida. Mas servi ao Brasil. Sacrifiquei a educação de meus filhos. Mas levei alegria a centenas de crianças brasileiras. Estou cheio de dívidas, sem trabalho, sem recursos. Mas lutei pela minha gente do Nordeste. Enfrentei sem temor japoneses e judeus (na campanha contra-imigratória). Criei mil Clubes Agrícolas no Brasil. Dirigi vinte Semanas Ruralistas. Organizei e dirigi o Congresso de Ensino Rural. Lutei dia a dia no período do debate da Constituição de 34, para corroborar com os grandes companheiros que lá trabalhavam pelo Brasil. Cumpri meu dever. Recebo o pagamento. Certo, esses homens que hoje me traem, hão de me caluniar amanhã. Não importa. É do homem.⁸³

É saliente o tom magoado e, ao mesmo tempo, autoelogioso presente nas palavras de Raul de Paula. A ausência de uma documentação mais detalhada impede verificação mais rigorosa das informações que ele forneceu, especialmente sobre o número de clubes agrícolas que efetivamente criou. É muito provável que, deste total aventado, Raul de Paula tenha se apropriado do ato fundador. Sobre o congresso que dirigiu, na verdade se trata do Congresso Brasileiro de Ensino Regional – ocasião em que teve um conflito com Armanda Álvaro Alberto, idealizadora da Escola Regional de Meriti e daquele modelo escolar, culminado com o afastamento dela e de seu irmão, Álvaro Alberto, da SAAT.

O banimento de Raul de Paula das fileiras torreanas não significou que ele não tentasse se manter sob os holofotes das questões imigratórias, nacionalistas e do ruralismo. Em fevereiro de 1937, Raul de Paula fundou a Sociedade Brasileira de Educação Rural. No programa da nova entidade, alguns itens podem ser lidos como cópia da agenda política torreana, fundada quase cinco anos antes. Os pilares da nova sociedade eram os seguintes:⁸⁴

- a) Criar em todo o país uma política de educação rural;
- b) Estudar os problemas da educação rural em seus vários aspectos: primário, normal, profissional e superior, de acordo com as diversas regiões do país;
- c) Examinar os problemas do homem rural e sugerir aos poderes públicos medidas para sua melhoria;

⁸³ *O Triunfador*, 1º/02/1937, Ano I, n. 15, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890014/8>. Acesso em: 14 ago. 2020.

⁸⁴ *Jornal do Commercio*, 12/02/1937, Ano 110, n. 87, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/46865. Acesso em: 14 ago. 2020.

- d) Analisar a educação rural nas áreas de imigração e viabilizar sua inserção ao organismo nacional;
- e) Elaborar projetos de educação rural para o país, estados e municípios;
- f) Planejar escolas primárias rurais e sua ampliação em diferentes modalidades escolares;
- g) Fundar clubes agrícolas escolares;
- h) Realizar semanas ruralistas em todo o território nacional;
- i) Criar seções regionais da Sociedade Brasileira de Ensino Rural em todos os estados da federação.

Ao incluir em seu programa a fundação de clubes agrícolas e as semanas ruralistas, torna-se evidente que havia a pretensão de, mais do que concorrer, subtrair estas atividades do domínio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo em vista que essas constituíam duas das principais marcas daquela entidade nacionalista.

Um das primeiras inserções da nova agremiação de Raul de Paula ocorreu no município mineiro de Teófilo Otoni, em março de 1937, com a denominação de “bandeira de educação rural”.⁸⁵ Contudo, o levantamento de informações que obtive apontam que, pelo que tudo indica, a Sociedade Brasileira de Educação Rural teve curta duração, malogrando os planos de retomada de influência e poder pretendidos por Raul de Paula.

Enquanto a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres enfrentava uma dilapidação interna em seu núcleo central, vivenciando um duelo de forças entre seus antigos membros de maior liderança, Carlos de Souza Moraes, principal articulador torreano no Rio Grande do Sul, lançava naquele 1937 a primeira edição de seu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*. De certa forma, a obra de Carlos de Souza Moraes, além de alinhada com o principal norteador ideológico e político difundido por Raul de Paula, parece ter sido lançada oportunamente, tendo em vista que, naquele momento, haveria uma nova inclinação dentro da SAAT, um tanto mais branda em sua agenda imigratória. É possível que Moraes buscasse reavivar o “espírito antinipô-

⁸⁵ *Jornal do Commercio*, 11/03/1937, Ano 110, n. 136, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/47277. Acesso em: 14 ago. 2020.

nico” que a agremiação vinha perdendo desde o afastamento de Raul de Paula. Porém, naquela conjuntura, a intenção do torreano sul-rio-grandense, então já radicado em São Leopoldo, parece não ter alcançado os objetivos propostos – os difundidos e aqueles que ficaram implícitos.

Acredito que é pertinente trazer um mapeamento do alcance da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres através da imprensa, tendo em vista ser esta uma das principais fontes de pesquisa referente a esta entidade, especialmente em nível nacional. Além disso, ela permite avaliar as oscilações na atuação da SAAT durante sua existência, entre as décadas de 1930 e 1940. Neste esquadrinhamento, foi possível verificar que, entre 1932 e 1937, foram disponibilizadas 3150 publicações em jornais de todo o Brasil. Como anteriormente mencionado, o principal veículo propagador das ideias e ações da SAAT foi o *Jornal do Commercio*. Em seguida, os fluminenses *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias* foram os que mais cederam espaço.⁸⁶ Entretanto, entre o final de 1937 e princípio de 1940, existe um hiato na divulgação de notícias sobre a SAAT. É bastante diminuto o número de páginas dedicadas à entidade ou ao trabalho que vinha realizando durante aquele período.

É possível que a instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, somado com o desgaste gerado na contenda entre Raul de Paula e os membros continuadores da SAAT, tenha causado uma retração na entidade, sobretudo em seu núcleo central, no Rio de Janeiro. Neste interim, Juares Távora, que então exercia a presidência nacional da sociedade, atriou-se com Getúlio Vargas logo após a implantação do regime ditatorial, fato que deve ter gerado desdobramentos no cerne torreano.

Uma das citações encontradas nesse período remete a uma cerimônia em homenagem ao patrono Alberto Torres, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1939, reproduzida na imagem seguinte.⁸⁷ Embora não seja mencionado o nome da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, todos os listados foram integrantes ou estavam atuando na entidade naquele

⁸⁶ Foram contabilizadas 497 publicações no *Correio da Manhã*, 307 no *Jornal do Brasil* e 273 no *Diário de Notícias*, conforme dados disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁸⁷ *Beira-Mar*, 23/12/1939, Ano XVIII, n. 661, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/067822/7117>. Acesso em: 17 ago. 2020.

momento. Dentre esses, destacavam-se os nomes de Rafael Xavier, general Meira de Vasconcellos, Maria de Oliveira Tarré e Anníbal de Souza, membros da mesa que presidiu os trabalhos daquela solenidade, além de Alcides Gentil, que proferiu o discurso sobre a vida e obra do homenageado. Segundo o jornal *Beira-Mar*, gentil produziu “notável discurso-síntese sobre o pensamento, que passou a figurar na sede daquela associação cultural, gravado em bronze”. Através deste pequeno trecho, é admissível que o evento tenha ocorrido na sede da SAAT, no Edifício *Jornal do Commercio*. Ainda foram convidados, para compor a mesa oficial, os filhos de Alberto Torres – e que participaram da fase germinal da entidade –, Heloisa e Alberto Torres Filho.

Essa curta nota social traz uma informação importante: a presença de Heloísa e Alberto Torres Filho. Embora os registros verificados apontem que eles não efetivaram um retorno à sociedade torreana durante a década seguinte, o convite para a sua participação em uma homenagem à seu pai, mais que um gesto de gentileza, parece se tratar de uma estratégia de reaproximação. Basta lembrarmos que Heloísa deixou a SAAT em 1935, durante a presidência de Rafael Xavier, alegando o uso indevido e distorcido das ideias de Alberto Torres. Além disso, ocorreu o episódio da réplica de Raul de Paula, que, através da imprensa, afirmou que Heloísa teve “pouca participação na entidade”, não podendo, dessa forma, exigir qualquer tipo de direcionamento. Buscando reestruturar-se, era prudente que certas arestas incômodas fossem aparadas. E que o leque de apoio, nesta nova fase, adquirisse abrangência maior. Sobretudo, tendo em vista que, desde 1937, Heloísa Alberto Torres ocupava a direção do Museu Nacional, uma das mais importantes instituições científicas brasileiras.

Figura 2: Cerimônia em homenagem a Alberto Torres (1939)



Fonte: *Beira-Mar*, 23/12/1939, Ano XVIII, n. 661, p. 5.

Na década seguinte, houve uma redução significativa de publicações, totalizando 855. O *Diário de Notícias* foi o principal divulgador, com 113 notas, seguido do *A Noite*. O *Jornal do Commercio* ficou em quarta posição, com 87 reportagens. Uma análise do conteúdo dessas publicações identificou dois padrões principais: a divulgação das conferências que seriam realizadas e notas sobre assembleias e eleição de diretoria. Em menor escala, outros temas ocuparam espaço, notadamente entre 1942 e 1943, onde a SAAT se apropriou de questões envolvendo a Segunda Guerra Mundial e da política de nacionalização, almejando reestabelecer o papel preponderante que possuía na década anterior. Embora tenha conseguido isso momentaneamente, favorecida pela conjuntura internacional, ao final do Estado Novo, a SAAT entrou em nova curva descendente.

A primeira notícia encontrada consta de 1940, relatando a eleição e posse da nova diretoria nacional da SAAT, sendo composta por: Edgard Teixeira Leite (presidente), Rafael Xavier (vice-presidente), Annibal Pinto de Souza (1º secretário), Maria de Oliveira Tarré (2ª secretária), Itagiba

Barçante (1º tesoureiro) e Waldemar Lopes (2º tesoureiro). Integravam o conselho: desembargador Saboia Lima, major Ignácio José Veríssimo e general Meira de Vasconcelos. Edgard Roquete-Pinto e Helio Gomes continuavam atuando na entidade, ao lado de novos apoiadores, como o desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, Nelson Coutinho, Raul Andrade Coutinho e Castro Barreto.⁸⁸ Teixeira Leite assumiu a presidência no lugar do advogado Hélio Gomes, que havia ocupado o cargo durante parte do ano de 1939. Entretanto, essa configuração perdurou apenas até outubro de 1940, quando a presidência é assumida por Carlos Xavier, que se manteve no posto até 1943.

Podemos observar que houve uma alteração no quadro de lideranças, com a inclusão de alguns nomes que, conforme apontado anteriormente, não listavam entre os associados que coordenaram a SAAT até 1937 – com exceção de Itagiba Barçante, que ocupou as diretorias de Estatística e Publicidade e Semanas Ruralistas na gestão de 1936, que teve à frente Rafael Xavier,⁸⁹ e Carlos Xavier Paes Barreto, já mencionado em atividades naquele mesmo ano.⁹⁰ Por outro lado, alguns pioneiros da entidade se mantiveram em torno da mesma, inclusive reassumindo a direção institucional, como foi o caso de Teixeira Leite, que foi reconduzido à presidência em 1943 e entre os anos de 1945 e 1947.

Não foi possível mapear informações de todos os integrantes que compuseram a diretoria de 1940. É o caso de Maria de Oliveira Tarré, Raul Andrade Coutinho, Anníbal Pinto de Souza e Nelson Coutinho. Daqueles com trajetórias examinadas, iniciamos por Carlos Xavier Paes Barreto. Nascido no Recife em 1881, faleceu no Rio de Janeiro em 1969. Exerceu a magistratura no Espírito Santo, onde foi desembargador e presidente do Tribunal de Justiça daquele estado, onde também foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico local. Além disso, foi secretário estadual

⁸⁸ *Diário de Notícias*, 30/01/1940, Ano X, n. 5.294, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/298. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁸⁹ *Arealense*, 28/03/1936, Ano XXXV, n. 1.601, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306746/5814>. Acesso em: 17 ago. 2020. A eleição desta diretoria ocorreu em 9 de janeiro do referido ano.

⁹⁰ *O Jornal*, 27/03/1936, Ano XVIII, n. 5.144, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/29346. Acesso em: 17 ago. 2020.

durante o governo de Florentino Avidos (1924-1928). Na década de 1930, teve papel importante na criação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Itagiba Barçante foi engenheiro agrônomo, membro da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Nacional de Agricultura, membro do Conselho Técnico da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra (juntamente com Rafael Xavier) e diretor do Serviço de Informação Agrícola entre 1941 e 1943. Adolfo Castro Barreto, médico, fez parte da Sociedade dos Amigos das Árvores, juntamente com Alberto José de Sampaio, Edgard Roquette-Pinto e Luis Simões Lopes.

Waldemar Freire Lopes, jornalista e poeta, pernambucano nascido em 1911, foi talvez o mais longo dos integrantes da SAAT, falecendo em outubro de 2006. Atuou no *Jornal do Commercio* de Pernambuco e no *A Noite*, do Rio de Janeiro. Foi secretário-geral do núcleo pernambucano da SAAT e delegado especial da Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura. Entre outras funções que desempenhou, esteve na direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Comissão Censitária Nacional e da Comissão Nacional de Política Agrária.

Em boa medida, esse recrudescimento na atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no início dos anos 1940, pode ser explicado a partir da implementação de uma determinação governamental, que atingiu diretamente um dos pilares de atuação da entidade: os clubes agrícolas escolares. Em 28 de março de 1940, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto nº 2.094, que criou o Serviço de Informação Agrícola (SIA), repartição responsável pela disseminação tecnológica na área agrária, além de assumir a questão pedagógica, concatenando também a criação e direção dos clubes agrícolas em nível nacional. É importante lembrarmos que, com o advento do Estado Novo, diversos órgãos foram instituídos para o controle de diferentes setores. Exemplo que pode ser mencionado é o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), erigido em 1939, responsável pela difusão do ideário estadonovista através dos meios de comunicação, como imprensa, rádio, cinema e teatro, assim como a fiscalização e censura de atividades públicas, especialmente no campo cultural. Ou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), vinculado diretamente à Presi-

dência da República, que tinha como objetivo a reestruturação, integração e racionalização do aparato governamental.

Todos esses dispositivos, criados dentro do pensamento do regime vigente, tinham um caráter funcional de centralização, estabelecendo um comando a partir da esfera federal, conectada com o perfil autoritário e nacionalista daquele momento sociopolítico brasileiro. Desse modo, o controle estatal sobre os clubes agrícolas escolares, antes domínio da SAAT, estava alinhado com a proposta educacional de cunho cívico, ampliando seu implemento em relação às crianças e jovens do meio rural. Não obstante, as disputas em torno do ensino rural e clubes agrícolas, ocorrida em 1937 entre a SAAT e a Sociedade Brasileira de Educação Rural, de Raul de Paula, colaborou para a adoção desta medida centralizadora por parte do governo central, assumindo integralmente o projeto nacional de expansão e formatação dos clubes. Embora continuasse auxiliando o Ministério da Agricultura na política de implantação dos clubes agrícolas escolares, a SAAT perdeu o protagonismo que exercia nesta área. Caberia, então, fortalecer outras duas formas de ação mais efetiva: as conferências públicas e a campanha nacionalista contra imigrantes e descendentes no Brasil.

Quanto ao primeiro tópico, as conferências tiveram continuidade durante os cinco anos em que o Estado Novo continuou estabelecido – e como veremos, essas atividades continuaram mais algum tempo na fase de redemocratização do país. Quanto ao discurso antiimigratório, alguns episódios ocorridos a partir de 1941 favoreceram a SAAT, que soube capitalizar estes fatos através da imprensa.

Em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, o processo de nacionalização, especialmente no ambiente educacional, foi estabelecido com maior rigor a partir de 1938. No caso catarinense, o decreto que estabelecia normas para as instituições escolares públicas e privadas foi expedido em 31 de março daquele ano,⁹¹ pelo interventor Nereu Ramos. No Rio Grande do Sul, a promulgação das medidas de nacionalização do ensino ocorreu alguns dias depois, em 7 de abril, assinada por Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor, e José Pereira Coelho de Souza,

⁹¹ Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938.

secretário de Educação.⁹² Em suma, ambas as leis determinavam a Língua Portuguesa como idioma oficial que deveria ser usado em sala de aula e todo o ambiente escolar; a direção deveria ser assumida por brasileiros natos e proibição de subvenções públicas para com escolas estrangeiras que não estivessem alinhadas com as novas diretrizes. Em pouco tempo, vários educandários sofreram intervenção ou foram fechados nos dois estados – fato que perdurou até, pelo menos, 1943. Ao lado das medidas efetivadas na área do ensino, ações policiais foram implementadas, de caráter coercitivo e repressivo.

O uso da força policial, seja por meio da investigação como de atos mais arbitrários, visava, conforme Priscila Perazzo (1999, p. 39), a combater “aqueles que pudessem desestabilizar o equilíbrio político instituído à custa de um golpe de Estado”. Focalizando a análise especialmente para os dois estados sulinos mencionados, o grande temor residia na infiltração do Partido Nazista no Brasil, sobretudo nas áreas de imigração alemã, consideradas por alguns ideólogos nacionalistas e autoridades como “focos de enquistamento”. Sobre esse aspecto, Carlos de Souza Moraes pontuou:

O que se vinha fazendo, antes de 1930, era “povoamento” e não “colonização”; era a constituição de “ilhas étnicas”, perante o ingresso de fortes correntes alienígenas, sem possibilidade do necessário caldeamento e assimilação; era, em última análise, o estabelecimento de grupos heterogêneos, que não propiciaram a homogeneidade de que precisávamos, mas permitiram o surgimento de *pequenas minorias*, hoje tão em evidência e que serviram de pretexto para guerras de conquistas (1942, p. 231, grifo do autor).

Para Moraes e outros nacionalistas do período, esses grupos imigrantes, “culturalmente isolados”, eram receptivos para com as ideias “extremistas” estrangeiras. Assim, a desconfiança sobre a atuação incisiva de núcleos nazistas nos territórios catarinense e sul-rio-grandense despertou a atenção das autoridades estadonovistas – tanto em nível nacional quanto regional. Embora ações punitivas fossem adotadas desde os primeiros momentos após a instalação do Estado Novo, as prisões de elementos considerados “subversivos” e “perigosos” se acentuou entre os anos de 1942 e 1943 – sendo o primeiro marcado pelo rompimento das relações diplomáticas

⁹² Decreto nº. 7.212, de 7 de abril de 1938.

entre o Brasil e os países do Eixo e pela declaração de guerra. Em decorrência, italianos, alemães e japoneses – especialmente os dois últimos – passaram a ser perseguidos com maior ênfase pela ditadura varguista.

Para os torreanos, as intenções da Alemanha e Japão eram claras: domínio mundial em larga escala. E o Brasil, em decorrência do número de imigrantes originários destes países – e seus descendentes, “pouco afeitos ao país que nasceram” –, era alvo da sanha imperialista. Os membros da SAAT encontravam nas palavras de seu patrono argumentos que sustentavam essa percepção:

O que o mundo ostenta hoje a nossos olhos é a luta do imperialismo contra a Democracia – ligada esta palavra, mais alta e mais consentânea com a civilização, de ‘regime de organização livre das sociedades’; é uma luta entre imperialismos: imperialismos velhos que não querem transigir [...] e imperialismos novos [...] (Torres, 1998a, p. 88).

Tratava-se de uma exposição sobre “as atividades nazistas em Santa Catarina”, com “grande quantidade de materiais apreendidos pelas autoridades locais catarinenses”.⁹³ A cerimônia de inauguração, na sede da SAAT, contou com a presença do então interventor federal de Santa Catarina, Nereu Ramos, “que sempre teria dado apoio para as ações da entidade em seu estado”. Sobre esse assunto, com o título “Museu Nazista”, o jornal *A Nação*, de Santa Catarina,⁹⁴ informou que a direção nacional da SAAT fez o convite à Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) catarinense para que organizasse, no Rio de Janeiro, uma amostra com os itens obtidos durante sua “caça aos nazistas”. Outros periódicos, como *A Cruz*, vinculado à Igreja Católica fluminense, destacou em pormenores a exposição e seu contexto:

Instalada no salão da sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, vem sendo visitadíssima a exposição das atividades nazistas em Santa Catarina. No ato de inauguração, estiveram presentes o dr. Nereu Ramos, interventor do referido Estado, e o dr. Rafael Xavier, diretor do Departamento de Estatística e Recenseamento, os quais proferiram discursos sobre a ação dissolvente e corrosiva destes “quistos” que se formaram pelo Brasil em fora, atentando contra a segurança e a ordem do país. Entre o material exposto en-

⁹³ *Diário de Notícias*, 16/07/1943, Ano XIV, n. 6.357, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/14711. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁹⁴ *A Nação*, 5/06/1943, Ano I, n. 3, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/883662/6>. Acesso em: 15 ago. 2020.

contram-se armas, retratos, estandartes, tambores, emblemas, bronzes, livros, fotografias, espadas, objetos reveladores de seus instintos subversivos.⁹⁵

Este foi o último momento, até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, em que alguma ação da SAAT ganhou destaque mais amplo nos jornais que circulavam no Brasil daquele período. Nos três anos seguintes, na medida em que as ações nacionalizadoras do Estado Novo se amenizavam e as críticas ao governo discricionário de Vargas ganhavam robustez, os torreanos mais panfletários viam seu espaço e poder se diluindo gradativamente.

A última referência de atividades encontrada na imprensa sobre a SAAT remete a uma palestra, abordando os “horários nas repartições municipais”, em 28 de julho de 1949.⁹⁶ Depois disso, as menções feitas estão vinculadas com notícias de ex-integrantes, remetendo sua participação pré-terita na entidade nacionalista. Essa informação é importante, pois, alinhada com outros dados coletados na imprensa e no acervo particular de Carlos de Souza Moraes, evidencia que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ainda buscava manter-se atuante no cenário político-intelectual brasileiro, mesmo com o fim do Estado Novo. Exemplo disso, dado de forma mais clara, ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, em que alguns projetos vinculados com a ideologia torreana foram apresentados. Porém, a promulgação da nova Constituição representou uma derrota significativa para a SAAT, o que ajuda a explicar seu esvaziamento e consequente encerramento no final da década de 1940.

Miguel Couto Filho, deputado federal constituinte eleito pelo Rio de Janeiro, filiado ao Partido Social Democrático, tentou reeditar o modelo de lei proposta por seu pai, Miguel Couto, ilegalizando por completo a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, não apenas restringindo-a, como ocorreu doze anos antes. A proposta ganhou apoio, inclusive, do senador Luís Carlos Prestes e dos deputados Jorge Amado e João Amazonas, do Partido Comunista Brasileiro, que votaram favoráveis. Na última sessão de

⁹⁵ *A Cruz*, 25/07/1943, Ano XXV, n. 30, p. 0. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829706/5758>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁹⁶ *Diário de Notícias*, 28/07/1949, Ano XX, n. 8.209, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/46739. Acesso em: 15 ago. 2020.

votação, como que por obra do destino, houve um empate: 99 deputados favoráveis e 99 contrários ao projeto de Miguel Couto Filho. Diante do impasse, a decisão coube ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o senador mineiro Fernando de Mello Viana, exercendo o chamado “voto de Minerva”. Mello Viana votou contra a proposta e a imigração japonesa foi permitida no país. Com isso, as intenções de alguns torreanos saudosistas da década de 1930 caíram por terra – e aceleraram o esmaecimento da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Sobre a Sociedade Brasileira de Educação Rural, fundada por Raul de Paula em 1937, foram encontradas 53 menções em jornais brasileiros, especialmente no *Jornal do Brasil*, sediado no Rio de Janeiro, com 26 publicações. Cabe destacar que essas notícias se enquadram em recorte temporal curto, marcado entre janeiro e julho daquele ano. As últimas citações referindo-se à Sociedade Brasileira de Educação Rural, reproduzidas pelos jornais *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *Gazeta de Notícias*, todos do Rio de Janeiro, datam de 8 de julho de 1937. Na década seguinte, analisando 380 periódicos digitalizados e disponibilizados pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não existe nenhuma referência a essa entidade.

Quanto a Raul de Paula, pouquíssimas informações foram localizadas sobre sua trajetória na década de 1940. Uma pequena nota do *Jornal do Commercio*, de maio de 1942, ao divulgar a agenda do então ministro da Agricultura Apolônio Sales, referenciou que um dos atendidos em audiência havia sido Raul de Paula, “em companhia do sr. Geraldo Rocha”.⁹⁷ Geraldo Rocha, jornalista Baiano, foi diretor, no Rio de Janeiro, do periódico *A Nota*, onde Raul de Paula publicou manifestos ferozes contra antigos confrades da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 1937.

Três anos mais tarde, *A Noite* divulgou que em 2 de outubro de 1945, havia falecido um funcionário do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) – então presidido por Luis Simões Lopes, filho de Ildefonso Simões Lopes, antigo membro da SAAT –, chamado Raul de Paula.⁹⁸

⁹⁷ *Jornal do Commercio*, 13/05/1942, Ano 115, n. 188, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/11985. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁹⁸ *A Noite*, 3/10/1945, Ano XXXV, n. 12.074, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/36339. Acesso em: 15 ago. 2020.

Durante a pesquisa, outras pessoas com esse nome – seguido de algum complemento – foram encontradas. Com isso, restava comprovar que se tratava do antigo agente torreano.⁹⁹ Mas, algumas linhas da *Gazeta de Notícias*, noticiando este falecimento, sanaram a dúvida: nelas estava escrito “Raul de Paula, um dos fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. E destacava seu papel na “tenaz campanha contra a imigração japonesa”.¹⁰⁰

⁹⁹ Ocupava o cargo de chefe da Seção de Expedição do Serviço de Documentação do DASP.

¹⁰⁰ *Gazeta de Notícias*, 3/10/1945, Ano 72, n. 231, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/24431. Acesso em: 15 ago. 2020.

CAPÍTULO 3

O núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: articulações, agenda e inserção política

Porto Alegre, 30 de outubro de 1936.

Exmo. Sr. Tte. Cel. Juarez Távora.

Saudações cordiais.

Atividades do Núcleo do Rio Grande: Realizamos já três conferências, que foram proferidas pelos srs. Desembargador Vieira Pires, dr. Emilio Kemp e Fernando Callage. Esta se realizou em data de ontem, com grande assistência. O Secretário de Educação, dr. Othelo Rosa, tem comparecido a todos, dando-lhe, assim, seu apoio. Nossa atividade continua constante, sem desfalecimento. Já criamos ambiente, o que não havia. Tem-se lutado, mas com resultado. Os incitamentos dos dr, Raphael Xavier e Raul de Paula muito contribuíram para nossa vitória. Lamentei imenso retirada do Raul de Paula, e alegrei-me em saber que o dr. Xavier continuaria prestando sua valiosa atividade à nossa obra. Clubes agrícolas escolares: estão organizados mais de 20. Secretário da Educação mandou elaborar plano a respeito, para melhor coordenar o trabalho. Esperamos realizar grande obra no próximo ano, nesse sentido. Contamos com o apoio de quase todos os funcionários da Secretaria de Agricultura. Da. Camila F. Alves e dr. Gomes de Freitas são esforçados cooperadores de nossa ação.¹⁰¹

O telegrama que Carlos de Souza Moraes encaminhou ao então presidente central da SAAT, Juarez Távora, resumia as ações do núcleo estadual da agremiação, cuja organização efetiva havia iniciado sete meses antes. Além de enumerar atividades concretizadas, especialmente conferências e o trabalho dos clubes agrícolas escolares, o texto chama atenção para a

¹⁰¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Juarez Távora).

rede política que foi planificada, almejando que, desde seu princípio, o núcleo torreano tivesse acesso e trânsito facilitado às autoridades administrativas, jurídicas e educacionais, para assim desenvolver sua agenda político-intelectual.

A trajetória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, a partir da leitura crítica das fontes disponíveis, pode ser dividida em duas etapas: a primeira, entre 1936 e 1938, foi marcada por uma ação mais integrada, com atividades orquestradas a partir de uma estrutura coordenadora em nível estadual. O segundo momento, concomitante com o período estadonovista, representou uma diluição organizacional do núcleo, mas com o ideário ainda presente, através de ações mais individualizadas de seus membros, especialmente nos municípios onde estes ocupavam alguma função. Exemplo foi a cidade de São Leopoldo onde, como veremos, elementos da agenda torreana foram implantados.

O *Diário de Notícias* de 09 de agosto de 1936 anunciava que, na noite anterior, nas dependências do Salão Nobre da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, havia ocorrido a sessão solene de inauguração do Núcleo Sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.¹⁰² Nas palavras do redator, a SAAT era uma “entidade que, em todos os recantos do país, vem realizando há já alguns anos a sadia obra de patriotismo, procurando soerguer em cada brasileiro um sentimento cada vez maior de dedicação e amor às coisas do Brasil”. A direção da seção torreana estadual foi assumida por Carlos de Souza Moraes, que já estava à frente da articulação da entidade desde março daquele ano.

A presidência da solenidade ficou a cargo do secretário estadual de Educação, Othelo Rosa – natural de Montenegro, assim como Carlos de Souza Moraes. Na composição da mesa oficial, além de Othelo Rosa e Moraes, estavam o tenente Aristides Cabanhas Machado, secretariando as atividades, o desembargador Antonio Vieira Pires – que, como referido no subcapítulo anterior, fez parte do conselho administrativo do núcleo – e o

¹⁰² *Diário de Notícias*, 9/08/1936, Ano XII, n. 137, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_01/3200. Acesso em: 3 ago. 2020.

advogado Leonardo Macedônia, então presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul.¹⁰³

Após a leitura de correspondência expedita pela direção central da SAAT ao núcleo em fundação, pronunciada por Cabanhas Machado, a palavra foi passada ao desembargador Vieira Pires – que, três anos antes, havia sido o escolhido para organizar aquela seção –, proferindo uma conferência centrada na figura do patrono Alberto Torres e em sua obra, coadunando-a com aspectos socioculturais, educacionais e econômicos do Rio Grande do Sul naquele momento. A escolha de Vieira Pires para aquele momento é compreensível: além de ser membro da Corte de Apelação, o mais alto grau na hierarquia jurídica estadual, era seguidor dos princípios ideológicos de Alberto Torres e, como mencionado, ter sido o primeiro nome sugerido para presidir o núcleo sul-rio-grandense. Entrementes, outros dois motivos orientaram Carlos de Souza Moraes na realização do convite: Vieira Pires era seu professor na Faculdade de Direito e, mais que isso, foi quem lhe indicou junto ao líderes nacionais da SAAT para articular a nova tentativa de fundação da entidade no estado. Contar com apoio de nomes exponenciais, em diferentes áreas da sociedade e burocracia estatal, era fundamental para que a agenda da SAAT pudesse ser eficazmente implementada.

¹⁰³ Leonardo Macedônia Franco e Souza foi o primeiro presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, entre 1926 e 1936. Essa instituição teve papel importante na organização da seção sul-rio-grandense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1932, da qual Macedônia também foi o primeiro a presidir (1932-1938).

“Contra o mal que vem do estrangeiro”: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as questões de nacionalismo e imigração no Brasil (1932-1949)

Figura 3: Sessão de inauguração da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul



Fonte: *Diário de Notícias*, 9/08/1936, Ano XII, n. 137, p. 7.

Em março de 1936, o mesmo *Diário de Notícias* cedeu grande espaço em suas páginas para que Carlos de Souza Moraes detalhasse o projeto do núcleo torreano sul-rio-grandense e sua plataforma, destacando as frentes sobre as quais esse grupo dedicaria maior fôlego. Além dos aspectos notadamente vinculados com a área educacional e com a problemática da imigração – e integração ao Brasil –, outros tópicos socioeconômicos foram destacados. Nas palavras de Moraes,

[...] o programa de ação que se propõe realizar o núcleo do Rio Grande está por aí traçado, dentro dos princípios básicos da grande obra do iminente mestre. O nosso trabalho, portanto, será aplicá-lo com racionalidade, isto é, extrair de sua essência aquilo que mais for eficiente, proveitoso e condizente com o caráter e os costumes dos homens do Rio Grande do Sul. Em duas

palavras, o programa da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres” será adaptado ao nosso meio.¹⁰⁴

O amoldamento mencionado por Carlos de Souza Moraes não esteve restrito ao âmbito das ações intelectuais, técnicas e pedagógicas, mas buscou cooptar elementos políticos e ideológicos dos diferentes grupos que orbitavam no cenário sul-rio-grandense desse período. Sendo assim, integrantes da Frente Única Gaúcha, PRL e integralistas podem ser listados entre os congregados à SAAT – ao menos até o final do ano de 1937.

O problema da alimentação e da higiene era descrito como “um dos mais árduos que seriam enfrentados”. Dentro do escopo ideológico que permeava a SAAT em nível nacional, é importante salientar a presença marcante de teorias eugenistas e higienistas, defendidas por nomes como Oliveira Vianna, Belisário Penna, Miguel Couto e Roquette-Pinto. A partir desta concepção, era necessário intervir na vida do homem interiorano, melhorando suas condições estruturais e intelectuais, pois seu modo de vida o conduzia para a miséria e improdutividade, o que resultava na incapacidade do Brasil em se desenvolver enquanto nação – tanto nos aspectos econômicos quanto de identidade patriótica. Sobre a influência do pensamento higienista brasileiro nas primeiras décadas do século XX, Hochman e Lima corroboram que

os conhecimentos dos médicos higienistas sobre a saúde dos brasileiros e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional, revelados ao público em meados da década de 1910, absolviavam-nos enquanto povo e encontravam um novo réu. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria sanear-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (1996, p. 23).

Sobre o caso do Rio Grande do Sul, a realidade apontada por Carlos de Souza Moraes identificava na mortalidade infantil, especialmente em regiões do interior, como a Campanha, uma das mais emblemáticas agruras do estado. Segundo suas constatações, a causa da mortalidade entre crianças era resultado da “promiscuidade de vida” da população interiora-

¹⁰⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal Diário de Notícias sobre a fundação no núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 26/03/1936).

na, assumindo contornos “humanamente intoleráveis”. Ainda no tocante deste quesito, Moraes lançava observações sobre as condições de habitação desta camada populacional, tomando como exemplo “uma família de dez e mais pessoas, em cujo número deve se contar uma alta porcentagem de crianças, [...] cuja construção não atinge ao mínimo que deveria ser exigido para a construção de um único quarto de dormir, que pudesse abrigar no máximo uma ou duas pessoas”, asseverando que, “na Campanha, isso era a regra, não a exceção”. Somado ao fator habitacional, a alimentação era considerada extremamente pobre, baseada apenas em “pirão, rapadura, mandioca e outros ingredientes”, que não forneciam “substâncias” úteis às famílias rurais.

A pauta agrária, especialmente relacionada ao uso de terras devolutas, imbricava-se com a atenção que seria dispensada ao setor de transportes. Um das primeiras medidas que seriam tomadas era intensificar a verificação de áreas de propriedade governamental inutilizadas, para que fossem aproveitadas na atração de colonos. Além disso, se buscaria, junto ao governo estadual, investimentos em estradas de rodagens e navegação fluvial, visando a ampliar a capacidade de produção agrícola sul-rio-grandense. Moraes declarou que acreditava, a partir da criação da Secretaria de Agricultura, no início daquele ano de 1936, que o “secretário, dr. Raul Pilla, muito poderia produzir de proveitoso com relação ao assunto”.

Mas, conforme Carlos de Souza Moraes, o primeiro ponto ao qual o núcleo da SAAT dedicaria atenção seria a instrução pública. Para os torreanos, a instrução primária deveria estar concatenada com um plano mais amplo e geral de educação, contemplando também o ensino secundário. E esse projeto educacional deveria “visar de preferências às populações do nosso interior”, modificando o pensamento dos pais, para que enviassem seus filhos aos colégios. Mencionou, ainda, “que no interior, em certos casos, os pais entendem que a instrução dos seus filhos depende de sua vontade, ignorando o que o analfabetismo virá representar no futuro para a criança e para a Pátria”. Nesta declaração fica novamente explicitada o caráter nacionalista do ensino, que deveria preparar alunos para cumprirem seus deveres para com o país, a partir de uma formação embasada no sentimento de brasilidade. Isso colaboraria para tornar o “homem gaúcho” realmente

“aproveitado” diante da luta contra os problemas sociais que o Brasil enfrentava. Carlos de Souza Moraes encerrou sua entrevista ao *Diário de Notícias* abordando este assunto:

Já um grande sociólogo disse que não existe nenhuma raça superior e com isso os “torreanos” estão de pleno acordo. A superioridade de uma raça depende unicamente do aproveitamento racional das energias do elemento que a compõe – o homem. O plano para esse aproveitamento, reside na adoção de métodos capazes de habilitá-los às necessidades precípua.

O meio mais eficiente para se alcançar esse desideratum é difundir a instrução, disciplinando as massas e combatendo seus vícios, principalmente o alcoolismo, que em nosso meio parece ser o elemento determinante da propalada indolência do nosso homem.

Tudo isso o núcleo do Rio Grande do Sul, fiel à orientação traçada pela sábia norma de organização nacional do eminente sociólogo patricio que foi Alberto Torres, se propõe realizar.¹⁰⁵

O discurso de Carlos de Souza Moraes transparece o alicerce higienista da SAAT – e que perpassava outros ambientes intelectuais e políticos da década de 1930 –, evidenciando a intenção de, por meio de suas atividades, fomentar uma “regeneração” sociocultural – e até mesmo biopolítica – da população do Rio Grande do Sul, especialmente em áreas adjetivadas como ainda “selvagens”, como a Campanha, ou “alienígenas”, citando regiões de imigração.¹⁰⁶ Ao mesmo tempo, a colocação de Moraes sobre o problema do alcoolismo vai ao encontro dos argumentos de Belisário Penna, que defendeu, inclusive, medidas mais radicais sobre a produção e comercialização de bebidas, com a adoção de um modelo semelhante ao que vigorou nos Estados Unidos na década de 1920 e início de 1930.¹⁰⁷ Penna afirmava que era necessária

[...] ousada campanha contra o alcoolismo, promovendo a educação antialcoólica nas escolas, colégios, fábricas, quartéis, etc., incitando os poderes públicos a taxar fortemente, pesadamente, as bebidas alcoólicas de qualquer

¹⁰⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Diário de Notícias* sobre a fundação no núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 26 de março de 1936).

¹⁰⁶ Expressões como “selvagens” e “alienígenas” são encontradas em documentos, correspondências e publicações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e de seus membros na imprensa.

¹⁰⁷ A chamada *Lei Seca*, existente entre 1920 e 1933, representou a proibição da fabricação, transporte e comercialização de bebidas alcóolicas nos Estados Unidos.

natureza; proibir as casas de bebidas nas proximidades das fábricas e grandes oficinas; e não permitir orquestras, mesas e cadeiras nos bares e estabelecimentos de bebidas (Penna, 1929, p. 8-9).

A “disciplina das massas” propagada por Carlos de Souza Moraes, através da educação pública, também deveria ser direcionada àqueles que, embora nascidos no Brasil, não se viam – e também não eram vistos, muitas vezes – como brasileiros. Essa incongruência foi sublinhada por Moraes em seu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, em trecho dedicado às colônias imigrantes sul-rio-grandenses:

Daí, as colônias alemãs e italianas, esquecidas dos poderes públicos, que as deixavam isoladas e vivendo à sua maneira, mas desenvolvendo-se com características que não consultavam os nosso interesses, para exibirem, mais tarde, quando ideologias racistas surgiram e apelos de suas pátrias de origem atravessaram os mares, pelo rádio, por emissários, o seu sentimento ligado ainda fortemente à tradição, aos ancestrais, numa manifestação, por vezes, dolorosa, porque, entre os adesistas, simpatizantes, como na hora que vivemos, apareciam brasileiros pelo nascimento, embora descendentes de alemães e italianos, a trabalhar pela influência de nações d'além-mar, em solo brasileiro (1942, p. 232).¹⁰⁸

Esse paradigma seria alterado apenas, na visão torreana, com intervenção de “homens patrióticos”, através do aparelho estatal, com políticas efetivamente nacionalistas. Caberia à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por sua vez, cumprir um papel de “liderança intelectual” nesse processo. Mas, para que seus propósitos referentes aos setores agrário e educacional obtivessem êxito, fazia-se necessário cooptar agentes estratégicos em diferentes setores sul-rio-grandenses, para que aderissem ao programa da SAAT.

Em relatório com uma listagem de núcleos estaduais e municipais da SAAT,¹⁰⁹ constavam dados sobre a seção sul-rio-grandense e a compo-

¹⁰⁸ A questão envolvendo educação e imigração é um tema bastante pertinente e que, na atualidade, vem sendo analisado também em perspectiva comparada, no que se refere ao modo como, em diferentes locais – cidades, estados ou países –, os processos educacionais foram desenvolvidos e como as conjecturas sociais, econômicas, políticas, entre outras, interferiram nesse processo. Como exemplo, queira ver: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile). *Métis: história & cultura* – v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.

¹⁰⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Relatório sobre os núcleos estaduais e municipais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 1936).

sição de sua primeira diretoria. Como presidente de honra da entidade, constava o nome de Othelo Rosa, secretário de Educação naquele momento.

Nascido em Montenegro, Othelo Rodrigues da Rosa era filho de Bento Rodrigues da Rosa, liderança republicana que atuou em Montenegro, Taquari e Estrela – sendo contemporâneo do avô e do pai de Carlos de Souza Moraes nas fileiras do PRR. Até 1915, Othelo Rosa fez sua trajetória profissional e política na cidade de Taquari, onde atuou como jornalista, integrou o Conselho Municipal e foi nomeado promotor público. Aos vinte e seis anos, em 1915, Borges de Medeiros o designou como seu secretário particular. A partir daquele momento, Rosa começou a galgar mais espaço dentro da burocracia partidária.

Após a Guerra Civil de 1923, Othelo Rosa assumiu um papel de mediação entre as novas lideranças republicanas, como Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, e o líder unipessoal do PRR, Borges de Medeiros. Nas eleições estaduais de 1927, Vargas e Neves da Fontoura foram eleitos, respectivamente, para a presidência e vice-presidência estadual, encerrando um ciclo de quinze anos de comando *borgista* frente ao governo do Rio Grande do Sul. Rosa foi eleito para a Assembleia dos Representantes e se tornou líder dos deputados da chamada *Maioria* – todos membros do PRR. Ao mesmo tempo, entre 1925 e 1930, foi diretor do jornal *A Federação*.

Em março de 1930, em decorrência de atritos partidários no cerne republicano, sobretudo em virtude da derrota da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa à presidência da República e ao movimento revolucionário que começava a se articular, Othelo Rosa renunciou ao cargo de deputado estadual e de diretor de *A Federação*. Em correspondência remetida a Borges de Medeiros, Rosa transpõe sua indignação diante de algumas ações empreendidas pelo chefe partidário:

Sendo essa a terceira vez que semelhante circunstância ocorre e conhecendo bem sentimento V.Exa. relação velho jornal castilhistas, somente posso interpretá-la como consequência desconfiança e censura direção atual. Cumpro assim o dever de afastar-me, resguardando interesses jornal e partido. Dei minha renúncia caráter definitivo, compreendendo ela todos mandatos políticos. Como republicano fico dentro fileiras meu partido, obediente Chefia V.Exa. Como homem não esquecerei jamais benefícios e demonstrações de

amizade lhe devo. Saberei sempre ser amigo leal e grato de V. Exa. Saudações respeitosas.¹¹⁰

Embora tenha buscado se afastar das querelas partidárias, Rosa demonstrou ser favorável à “solução revolucionária” encontrada como forma de derrubar o governo federal vigente e levar a Aliança Liberal ao poder. Tanto que, após Vargas assumir o governo e nomear Flores da Cunha como interventor no Rio Grande do Sul, Othelo Rosa é nomeado secretário particular do novo governante estadual. Contudo, parece que a fidelidade ao *velho* chefe do PRR demonstrou ainda ser bastante acentuada para Rosa, especialmente no conturbado ano de 1932.

Enquanto Flores da Cunha tentava manter uma postura ambígua – embora justificasse como isenta – diante do ambiente revoltoso que se delineava – ora pendendo para o lado *getulista*, ora para os conflagrados paulistas –, Raul Pilla e Borges de Medeiros assumiram posição de apoio à causa constitucionalista e, ao lado de Batista Luzardo e Lindolfo Collor, passaram a liderar uma divisão revolucionária no Rio Grande do Sul. Conforme Helio Silva (1976), ao mencionar a documentação arrolada – e que foi apreendida posteriormente ao movimento revolucionário –, Othelo Rosa também constava no rol de lideranças adeptas aos paulistas no estado, atuando diretamente em Porto Alegre. Mais que isso, deveria ser um dos integrantes do *governo revolucionário* que assumiria o poder, com a destituição de Flores da Cunha. Ao seu lado, estariam Firmino Torelli (companheiro de Pilla no Partido Libertador), Jayme Pereira, Sinval Saldanha (genro de Borges de Medeiros, ex-secretário do Interior e presidente interino do estado) e Ladislau Amaro da Silveira Filho (parente do prefeito de Herval na época em que Carlos de Souza Moraes lá exercera a magistratura e cunhado de Firmino Torelli).

Entretanto, os planos foram desbaratados em setembro de 1932, quando Raul Pilla e Borges de Medeiros foram capturados pelas tropas legalistas de Flores da Cunha e condenados ao exílio. O grupo que comporia o governo revolucionário também foi aprisionado e, conforme do-

¹¹⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Fundo Othelo Rosa – Correspondência de Othelo Rosa enviado a Borges de Medeiros (19/03/1930).

cumentação destinada a Raul Pilla, foi encaminhado ao Rio de Janeiro.¹¹¹

O fato é que, após a anistia dada pelo Governo Provisório em 1934 aos envolvidos na Revolução Constitucionalista, tanto em nível nacional quanto em estadual, ocorreram rearranjos na máquina política. No caso de Othelo Rosa, a confiança de Flores da Cunha para com este parece ter sido retomada. Isso ficou evidenciado em 1935, após Flores ser eleito governador constitucional do Rio Grande do Sul pela Assembleia Legislativa, via eleição indireta. Ao criar a Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, a nomeação de seu primeiro titular recai sobre Othelo Rosa.

A documentação analisada corrobora para uma versão de que o secretário de Educação nutria simpatias pelo ideário da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, assim como pelas iniciativas que o núcleo estadual buscava desenvolver. Ao mesmo tempo, embora Carlos de Souza Moraes tivesse uma relação de animosidade para com Flores da Cunha, buscou utilizar estratégia mais diplomática para conseguir apoio ao grupo torreano que estava organizando. De forma pragmática, aproximou-se do governo estadual através do secretariado – especialmente Educação e Agricultura – e de membros dos diferentes escalões da hierarquia administrativa sul-rio-grandense. Na Secretaria de Educação, além de contar com respaldo do próprio titular, também recebia adesão da área pedagógica vinculada com aquela pasta.

Enquanto a presidência do núcleo torreano sul-rio-grandense estava sob responsabilidade de Carlos de Souza Moraes naquela gestão inicial, a primeira vice-presidência era ocupada pela professora Camila Furtado Alves, então diretora do Colégio Elementar Voluntários da Pátria, em Porto Alegre.¹¹² Construída na região do chamado Quarto Distrito da capital, a instituição teve como finalidade atender a demanda de imigrantes instala-

¹¹¹ Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense (NUPERGS/UFRGS) – Acervo Raul Pilla – Documento nº. 13/1/0429 de 16 de setembro de 1932 (Informação direcionada a Raul Pilla, de que o Dr. Torelly, Othelo Rosa, Jayme Pereira e Laudislau Amaro foram presos e levados para o Rio de Janeiro).

¹¹² *Jornal A Federação*, 18/04/1933, Ano L, número 91, página 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72789>. Acesso em: 15 mar. 2019.

dos naquele local.¹¹³ Camila Furtado Alves atuou na direção do educandário por dez anos, entre 1928 e 1938. Ao final deste período, também já atuava como fiscal de Ensino junto à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Posteriormente, assumiu a função de delegada de Ensino, atuando na região de São Leopoldo.

Mas os anos em que dirigiu o Colégio Elementar Voluntários da Pátria não foram os primeiros contatos da educadora com o contexto imigrante no Rio Grande do Sul. Ao concluir o curso de Magistério na Escola Normal de Porto Alegre (atual Instituto de Educação General Flores da Cunha) no ano de 1905, foi designada professora nos municípios de Taquara e São Leopoldo. Ao retornar para Porto Alegre, trabalhou na área de alfabetização, atendendo a região das ilhas adjacentes a capital, utilizando embarcações cedidas pelo governo estadual. No âmbito social, participou ativamente da Cruz Vermelha Brasileira em Porto Alegre e da Liga Anti-Alcoólica, auxiliando na Associação Cristã de Moços e na Casa de Correção de Porto Alegre.

Seu trabalho social e como educadora lhe rendeu, em 1943, o convite da primeira-dama, Darcy Sarmanho Vargas, para assumir como sua auxiliar direta na Legião Brasileira de Assistência (LBA). Nessa entidade, Camila Furtado Alves ocupou o cargo de superintendente de Casos Individuais e na *Casa do Pequeno Trabalhador*. No Rio de Janeiro, foi criadora da campanha *Educação para Vencer*, realizando conferências nas rádios Nacional, Tupi e Tamoio. Já na Rádio Clube do Brasil, encenou as novelas educacionais *Os morcegos do campanário*, *As duas bandeiras* e *A divorciada*, além de redatora do Serviço Nacional do Câncer por oito anos. Fez parte, ainda, da Academia Rio-grandense de Letras e da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul.

Mas a atuação educacional e intelectual da pedagoga, teatróloga e conferencista Camila Furtado Alves também esteve enfaticamente alinhada com outro campo: o político. Em fevereiro de 1933, o jornal *A Federação* lançou nota divulgando as comissões distritais do Partido Republicano Li-

¹¹³ Fundado em 1915, posteriormente recebeu a denominação de Colégio Camila Furtado Alves e, atualmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental Camila Furtado Alves.

beral – fundado quatros meses antes – em Porto Alegre. Entre os membros da diretoria do 3º Distrito, estava a professora Camila Furtado Alves, tendo como colega o advogado Itiberê de Moura – já mencionado neste trabalho, por conta do caso envolvendo o desfalque no Banco do Rio Grande do Sul em Herval.¹¹⁴ Ainda naquele ano de 1933, Camila Furtado Alves é eleita secretária-geral e oradora do Grêmio Republicano Liberal Evarista Flores da Cunha,¹¹⁵ sediado em Porto Alegre.¹¹⁶ Uma das finalidades dessas entidades, vinculadas ao partido governista, era a arregimentação de apoiadores. Tendo em vista que a legislação eleitoral promulgada em 1932 estabelecia o voto feminino no Brasil, fazia-se importante envolver este público mais diretamente no ambiente partidário. Desse modo, a fundação de *grêmios femininos* foi uma estratégia adotada não apenas no Rio Grande do Sul, como também em outros estados brasileiros. Uma análise preliminar no perfil das participantes, evidencia a presença de esposas e outras familiares de membros dos partidos – como no caso destacado, o PRL. Mas, para além de redes familiares, também houve a cooptação de intelectuais, especialmente professoras, como forma de alargar o alcance e, ao mesmo tempo, utilizar o aparato educacional como forma de consolidação partidária – e do poder de Flores da Cunha frente ao comando estadual.

A atuação de Camila Furtado Alves junto ao PRL se mostrou bastante intensa no período entre 1933 e 1936. Além de ter ocupado cargos dentro da diretoria do Grêmio Republicano Liberal Evarista Flores da Cunha, chegando a presidência do mesmo em 1935,¹¹⁷ engajou-se na defesa do interventor federal do Rio Grande do Sul no ano de 1934, através da Ação de Resistência Nacional (ARN) – o braço cívico-paramilitar *florista*. Assim como o partido possuía uma ala feminina, a ARN também efetivou a criação desta categoria. A presidência da Ala Feminina da Ação de Resis-

¹¹⁴ Jornal *A Federação*, 18/02/1933, Ano L, número 43, página 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/72430>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹¹⁵ Evarista Flores da Cunha era mãe do interventor federal José Antônio Flores da Cunha.

¹¹⁶ Jornal *A Federação*, 14/09/1933, Ano L, número 215, página 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/73769>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹¹⁷ Jornal *A Federação*, 19/06/1935, Ano LII, número 15, página 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77624>. Acesso em: 15 mar. 2019.

tência Nacional foi exercida por Georgina Neves de Campos Neto, esposa de José Candido de Campo Neto – amigo pessoal de Carlos de Souza Moraes. Sua vice-presidente era a professora Olga Acauan Gayer – que seria diretora geral de Instrução Pública em 1937, durante a gestão de Othello Rosa na Secretaria de Educação e Saúde Pública, permanecendo no cargo com o ingresso de Coelho de Souza na função de secretário estadual, naquele mesmo ano, com a ascensão do Estado Novo. Camila Furtado Alves foi designada como primeira oradora da agremiação.¹¹⁸ Outros nomes vinculados com a Ala Feminina foram Lola Daudt e Leopolda Barnewitz, professoras que, posteriormente, integrariam a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

A estratégia de cooptação adotada pela Ala Feminina da Ação de Resistência Nacional estava alicerçada na questão dos direitos políticos conquistados pelas mulheres. Em texto divulgado no *A Federação*, acentua-se esse discurso:

No momento em que se instala solenemente a Ala Feminina da Ação de Resistência Nacional, guarda avançada do Partido Republicano Liberal, aprez aos nossos corações de gaúchas devotadas ao bem do Rio Grande e da Pátria, dirigirmos esta proclamação a todas as nossas conterrâneas, solicitando o seu apoio decidido ao grande partido chefiado pelo maior dos rio-grandenses, o denodado general Flores da Cunha.

Mulheres do Rio Grande do Sul! Lembrai-vos que foi o Partido Republicano Liberal, lidimo representante do movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930, a primeira organização partidária a inscrever na sua bandeira os nossos direitos políticos, aos quais incorporaram à Constituição de 16 de julho.¹¹⁹

Quando ocorreu a fundação do núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul, Camila Furtado Alves ainda estava vinculada ao PRL. Mesmo assim, essa questão não impediu sua aproximação com Carlos de Souza Moraes, que, por sua vez, demonstrava oposição ao governador Flores da Cunha. Ambos dedicavam boa parte de suas preocupações para com a questão educacional e, mais que isso, tanto Moraes quanto Camila Furta-

¹¹⁸ Jornal *A Federação*, 05/10/1934, Ano LI, número 228, página 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76458>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹¹⁹ Jornal *A Federação*, 05/10/1934, Ano LI, número 228, página 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76458>. Acesso em: 15 mar. 2019.

do Alves tinham uma compreensão mais crítica – e com ressalvas – sobre os processos migratórios no Brasil. Embora apresentasse um discurso progressista, especialmente sobre o papel feminino na sociedade, Camila Furtado Alves tinha desconfianças para com certos grupos étnicos. E aí havia um elo de ligação com a agenda torreana: a suspeição para com os orientais.

Em 1931, enquanto ocupava o cargo de secretária da Sociedade Rio-grandense de Educação, organizou uma conferência, proferida por Flora Straut – ex-professora universitária nos Estados Unidos –, abordando a situação da mulher chinesa na província de Malaca, na Malásia. Na palestra, foi ressaltado que as chinesas eram “tratadas como irracionais, vendidas como gado”.¹²⁰

Pragmaticamente, além do intercâmbio de ideias antiorientais, a aproximação de Carlos de Souza Moraes para com Camila Furtado Alves também permitiu uma inserção da SAAT junto à Sociedade Rio-grandense de Educação, reestruturada em 1933, por iniciativa dos professores Tupi Caldas, Dionísio Marques, Olga Acauan Gayer e da própria Camila Alves.¹²¹ Em 1936, quando ocorreu a fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, a diretoria da Sociedade Rio-grandense de Educação era composta, entre outros, por Gaspar Uchoa (presidente), Leopolda Barnewitz (vice-presidente), Olga Acauan Gayer (secretária-geral) e Camila Furtado Alves (tesoureira). Com exceção de Olga Acauan, os demais membros também ingressaram nas fileiras torreanas sul-rio-grandenses, ainda naquele mesmo ano.

Sobre a Sociedade Rio-grandense de Educação, praticamente não foram encontrados estudos historiográficos mais aprofundados sobre sua atuação no estado. Com isso, as fontes principais de informações foram notícias vinculadas na imprensa. Em síntese, pode-se dizer que a principal forma de atuação desta entidade foi através da formação docente, com a efetivação de conferências públicas, geralmente realizadas em Porto Ale-

¹²⁰ *Jornal A Federação*, 11/11/1931, Ano XLVIII, número 228, página 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76458>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹²¹ *Jornal A Federação*, 30/03/1933, Ano L, número 76, página 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72675>. Acesso em: 15 mar. 2019.

gre.¹²² Para a SAAT, aproveitar esse nicho, ampliando seu alcance junto ao professorado estadual, poderia trazer benefícios profícuos para sua agenda política, tanto no tocante nacionalista quanto na criação de clubes agrícolas escolares.

Na primeira diretoria da SAAT no Rio Grande do Sul, as ligações com a Secretaria de Educação e Saúde Pública se fizeram, de forma mais prática, através de Camila Furtado Alves e Leopolda Barnewitz, docente na Escola Normal de Porto Alegre, que possuía destaque junto à sociedade da capital. Embora Othelo Rosa fosse presidente de honra do núcleo, sua figura era mais simbólica. O apoio dado pelo secretário à agremiação era acionado através dos membros ativos da entidade, vinculados com funções públicas, em diversos escalões.

Filha de Luiz Barnewitz, engenheiro de origem alemã, Leopolda Barnewitz iniciou sua trajetória docente no final do século XIX. Aprendendo a língua tupi-guarani, defendia a cultura nacional, especialmente a literatura, em detrimento ao “estrangeirismo”. Realizou sarais literários em sua residência, na capital do estado. Sua dedicação ao elemento cultural brasileiro deve ter sido um dos elos responsáveis por sua adesão ao ideário torreano. Foi por mais de trinta anos professora da Escola Normal porto-alegrense, atuando na formação do magistério entre as décadas de 1900 e 1930. Na primeira fase da SAAT sul-rio-grandense, fez parte do seu conselho administrativo.

Se a primeira vice-presidência da SAAT estava com alguém vinculado ao campo educacional, a segunda vice-presidência era ocupada por representante do setor agrícola. O eleito foi Luiz Gonzaga Gomes de Freitas, funcionário do Ministério da Agricultura, exercendo a função de inspetor agrícola federal no Rio Grande do Sul. Natural da cidade de Piratini, nascido em 1888, Luiz Gomes de Freitas desempenhou esse cargo público por mais de vinte anos. Sua escolha para atuar na linha de frente do recém-fundado núcleo tinha uma caráter estratégico: estabelecer uma conexão direta com

¹²² Em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram encontradas 35 publicações sobre a entidade, sobretudo acerca de reuniões, eleições e posse de diretorias e palestras realizadas. Foram 32 notícias junto ao *A Federação*, entre 1931 e 1937; uma no jornal *O Momento*, de Caxias do Sul, datada de 1935, e duas no *Diário de Notícias*, em 1940.

o Ministério da Agricultura, tendo em vista que, em nível nacional, sérios atritos entre a direção da SAAT e o ministro Odilon Braga – como vimos no subcapítulo anterior – estavam ocorrendo. E, como destacado por Carlos de Souza Moraes em sua missiva à Juarez Távora, Luiz Gomes de Freitas – juntamente com Camila Furtado Alves no tocante ao ensino – exerceu um papel importante para o desenvolvimento das ações torreanas no Rio Grande do Sul, abrindo espaços para que a SAAT pudesse agir no meio rural.

Se Luiz Gomes de Freitas foi o elo de ligação entre a SAAT sul-riograndense e o Ministério da Agricultura, também existiam agentes de convergência entre o núcleo estadual e a recém-criada Secretaria de Agricultura, cujo primeiro titular foi o libertador Raul Pilla. Ao contrário do que aconteceu com Othelo Rosa, a análise das fontes documentais e da imprensa indica que não houve o mesmo estreitamento de laços entre a SAAT e o secretário Pilla. Mas havia apoio da pasta para com algumas iniciativas da entidade. Isso ocorreu, em grande medida, por existirem agentes desta secretaria exercendo funções dentro da estrutura torreana estadual. Em 1936, integraram o conselho administrativo da SAAT os cidadãos Labieno Jobim Filho, Ataliba de Figueiredo Paz, Dario Brossard, Gaspar Uchoa e J. P. da Costa Neto, todos exercendo funções na Secretaria da Agricultura.

Filho de Labieno de Castro Jobim e Alzira da Silva Só, Labieno Jobim Filho era irmão de Walter Jobim (futuro governador do Rio Grande do Sul entre 1947 e 1951) e Alzira Jobim Crespo (casada com Dário Centeno Crespo, chefe de Polícia do Rio Grande do Sul entre 1933 e 1935). Foi engenheiro agrônomo, formado pelo Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1916, juntamente com Dulphe Pinheiro Machado – integrante da SAAT nacional e presidente do Conselho de Imigração e Colonização. Naquele período, Jobim Filho ocupava o cargo de agrônomo junto ao Laboratório Agronômico e Biológico do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura.¹²³

¹²³ *O Momento*, 18/01/1937, Ano IV, n. 205, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/1063>. Acesso em: 08 ago. 2020.

Anteriormente, havia comentado que o núcleo sul-rio-grandense da SAAT arregimentou, entre seus integrantes, diferentes espectros políticos estaduais, existentes naquele momento histórico. Essa definição se enquadra em Dario Brossard. Correligionário de Raul Pilla no Partido Libertador, fez seus estudos no Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre, graduando-se em Engenharia Agrônoma no ano de 1927. Posteriormente, foi professor nesta mesma instituição. Iniciou sua trajetória como diretor de Obras Públicas em Encruzilhada do Sul.¹²⁴ Transferindo sua residência para Bagé, passou a integrar a Associação Rural daquela cidade – o que lhe “abriu portas” para participação em outras entidades, como a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Foi presidente do Sindicato Agrônomo do Rio Grande do Sul.¹²⁵ Como representante das associações rurais, foi convidado para integrar a comissão organizadora da Grande Exposição Comemorativa ao Centenário Farroupilha, entre 1934 e 1935.¹²⁶ Na Secretaria de Agricultura, foi diretor do Serviço de Organização Econômica.¹²⁷

Ataliba de Figueiredo Paz, engenheiro agrônomo, assim como seus colegas, era o então diretor-geral da Secretaria de Agricultura. Em 1939, já durante o Estado Novo, foi nomeado titular da secretaria, exercendo sua função até o fim do regime ditatorial, em 1945. Sobre J. P. da Costa Neto, não foram encontradas informações mais pormenorizadas.

No espectro partidário, além do PRL e da Frente Única Gaúcha, a Ação Integralista Brasileira no Rio Grande do Sul também possuía representatividade dentro da SAAT estadual. E ela se dava através de uma de suas principais lideranças: Dário de Bittencourt.

Nascido em 1901, era filho de Aurélio Veríssimo de Bittencourt Júnior, advogado e então juiz de Órfãos de Porto Alegre. Com a morte de

¹²⁴ Jornal *A Federação*, 7/04/1932, Ano XLIX, n. 79, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/70975>. Acesso em: 31 ago. 2020.

¹²⁵ Jornal *A Federação*, 13/07/1934, Ano LI, n. 160, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75829>. Acesso em: 31 ago. 2020.

¹²⁶ Jornal *A Federação*, 10/05/1934, Ano LI, n. 106, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75414>. Acesso em: 31 ago. 2020.

¹²⁷ Jornal *A Federação*, 15/06/1936, Ano LIII, n. 137, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/79818>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Aurélio Júnior, em 1910, Dário de Bittencourt passou aos cuidados de seu avô paterno, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, secretário pessoal e amigo dos principais líderes republicanos no estado, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Formado em Direito, assim como seu pai, foi docente na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, onde se aposentou em 1957.

Dário de Bittencourt foi o primeiro chefe provincial da AIB no Rio Grande do Sul.¹²⁸ Dividiu a liderança integralista com Anor Butler Maciel e Egon Renner – filho do empresário A.J. Renner. Em janeiro de 1936, Bittencourt foi destituído do posto, sendo nomeado Nestor Contreiras Rodrigues como chefe da Província Integralista do Rio Grande do Sul. Mesmo diante de sua deposição, articulada diretamente por Plínio Salgado, Bittencourt permaneceu com sua adesão ao integralismo.

Além de Dário de Bittencourt, outros integralistas ingressaram nas fileiras torreanas naquele ano de 1936. Podem ser elencados os nomes de José Erasmo Nascentes, Arlindo Amoretty Saraiva e Mário Ferreira de Medeiros. Sobre estes dois últimos retomarei algumas considerações adiante.

Professor da Universidade de Porto Alegre, Gaspar Dilermando Ochoa foi diretor da Faculdade de Agronomia entre 1939 e 1946. Ataliba de Figueiredo Paz, Labieno Jobim Filho e Dulphe Pinheiro Machado foram seus colegas de docência nessa instituição, nas décadas de 1920 e 1930. Antes da criação da Secretaria de Agricultura, o órgão responsável pelo setor era a Secção de Agricultura do Estado, vinculada à Secretaria de Obras Públicas. Gaspar Ochoa dirigiu o departamento até 1936, sendo depois designado diretor de Agricultura da nova pasta.

Lola Margot Daudt foi professora, casada com o médico Fernando Ortiz Schneider (vereador em Porto Alegre pela UDN na década de 1950), filha do comerciante Carlos Mathias Oscar Daudt, de Porto Alegre – mas com raízes familiares em São Leopoldo. Lola Daudt era sobrinha de Ilza Maria Daudt Corrêa, esposa do já aludido Tasso Corrêa. Fernando Ortiz Schneider foi membro do PRR, ingressando, posteriormente, no PRL, em 1933, sendo eleito vereador da capital entre 1936 e 1937. Por sua vez, Aris-

¹²⁸ Dentro de seu organograma, os núcleos estaduais da AIB recebiam a denominação de províncias, sendo estas divididas em núcleos municipais e, onde necessário, núcleos distritais.

tides Cabanhas Machado, advogado assim como Carlos de Souza Moraes, foi membro da direção do Centro Republicano Liberal de Pelotas. Natural de Dom Pedrito, nasceu em 1901. Em 1939, fixou residência em Estrela, onde foi nomeado Delegado do Serviço Militar. Residiu naquela cidade até seu falecimento, em 1988. Cabe mencionar que são as cartas de Cabanhas para Moraes, datadas de 1938, que apontam para a atimia do núcleo sul-rio-grandense da SAAT a partir daquele ano – complementadas pela ausência de notícias e publicações divulgadas na imprensa estadual.

Cabe destacar que, para além das estratégias e relações interpessoais, uma questão de identificação fez com que esses homens e mulheres aderissem ao escopo ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Como existe uma limitação de fontes disponíveis, nem sempre é possível mapear todos os elos ideológicos que uniam esses indivíduos. Desse modo, não é possível definir, por exemplo, qual a percepção de todos estes integrantes da SAAT no Rio Grande do Sul sobre a questão imigratória. Existe um discurso institucional, alinhado com a esfera superior da entidade, ou seja, com sua direção nacional. Ao mesmo tempo, a inserção do núcleo estadual com as demandas nacionais representaram uma oportunidade de ação política por parte da direção sul-rio-grandense. Exemplo disso ocorreu no ano de 1936, cerca de um mês antes da instalação do núcleo torreano em Porto Alegre.

A edição de 05 de julho do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ao trazer informações sobre o cotidiano do Senado Federal, destacou que, entre as correspondências recebidas, estava uma proveniente do Rio Grande do Sul, “apelando para que o Senado não aprovasse a concessão de terras feita pelo governo do Amazonas a japoneses”. A missiva era assinada por Carlos de Souza Moraes, Nazário Leitão dos Santos e Paranhos Antunes – sendo os dois primeiros, respectivamente, presidente e tesoureiro da SAAT sul-rio-grandense, que estava em formação.¹²⁹ A solicitação feita pelos três torreanos coadunava-se com uma campanha promovida pelo senador amazonense Leopoldo Tavares da Cunha Mello, membro da SAAT nacional. A Constituição de 1934, em seu artigo de número 130, estabele-

¹²⁹ *Correio da Manhã*, 5/07/1936, Ano XXXVI, n. 12.774, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/34581. Acesso em: 7 ago. 2020.

cia que nenhuma concessão de terras acima de 10 mil hectares poderia ser feita sem aprovação do Senado. Diante disso, o então governador do Amazonas, Álvaro Maia, encaminhou aos senadores o projeto de contrato entre o governo estadual e a Companhia Industrial Amazonense S/A, empresa dirigida pelo imigrante japonês Tsukasa Uyetsuka.¹³⁰ Para inviabilizar a aprovação da concessão de terras, Cunha Mello articulou uma feroz campanha antinipônica no Senado Federal, enquanto a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres endossava esse discurso através da imprensa.

No mesmo dia em que ocorria a fundação da SAAT no Rio Grande do Sul, após um hiato de três anos desde as tratativas iniciais, o periódico integralista *A Offensiva*,¹³¹ sediado no Rio de Janeiro, reproduziu nova correspondência encaminhada pelos torreanos sulinos ao Senado Federal. O tom adotado é de forte censura ao imigrante japonês e ao projeto expansionista nipônico, transmitido nas linhas seguintes:

Os signatários do presente apelo, brasileiros e cômicos de seus deveres na defesa dos altos interesses nacionais, vem apelar para os elevados sentimentos de patriotismo de v. excia. no sentido de não permitir a concessão de um milhão de hectares de terras no Estado do Amazonas, à organização japonesa que a pleiteia. A satisfação do desejo da empresa alienígena será mais um golpe à integridade nacional. Já basta a imprevidência que se cometeu no ano de 1928, no Estado do Pará, concedendo-se à companhia similar um milhão e trinta mil de hectares, com todos os atentados a nossa soberania e constantes do respectivo contrato, e a que se verificou no de São Paulo, com a atração de quase 200.000 japoneses. Já é tempo de olharmos, com mais zelo, para o futuro da nacionalidade. O expansionismo e imperialismo nipônicos são universalmente reconhecidos e proclamados. Vários países se lhes tem oposto decisiva barreira, certos do seu perigo. O Brasil não pode, portanto, julgar-se o mais esclarecido para permitir a implantação em seu território de monopólios e colônias japonesas, quando tempos os exemplos aqui na América, nos Estados Unidos, Canadá e Argentina, proibindo até a imigração desse elemento exótico.¹³²

¹³⁰ A maior parte dos integrantes da diretoria eram japoneses, com dois brasileiros ocupando cargos na mesma.

¹³¹ Fundado em 17 de maio de 1934, por iniciativa de Plínio Salgado, encerrou suas atividades em março de 1938. Um aspecto interessante da manutenção financeira do periódico é que a arrecadação ocorria, sobretudo, junto de firmas italianas, alemãs e japonesas. A direção do jornal, além de Salgado, contava com Madeira de Freitas, Thiers Martins Moreira e Santos Maia. Dos colaboradores que dedicavam escritos para as páginas da publicação, constavam Miguel Reale, Luís da Câmara Cascudo, Hélio Viana, Gustavo Barroso, Ernani Silva Bueno, Orlando Ribeiro de Castro, Mário Pagano e Oliveira Vianna.

¹³² *A Offensiva*, 8/08/1936, Ano III, n. 253, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178586/382>. Acesso em: 7 ago. 2020.

O primeiro nome que consta na listagem de signatários é o de Carlos de Souza Moraes. Mais do que um aspecto meramente hierárquico, pelo fato de ser o articulador e presidente do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, a preponderância de Moraes frente aos demais membros da entidade ilustra um fator ideológico: o principal propagandista da campanha antinipônica, naquela conjuntura, em nível estadual, era efetivamente Carlos de Souza Moraes. Tanto que em 1936, conforme rascunhara em suas anotações pessoais, já estava coletando informações para a escrita e publicação de uma obra abordando a imigração japonesa. Tratava-se da primeira edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, cujo lançamento ocorreu nos meses iniciais de 1937. Embora a análise mais pormenorizada desta obra – sobretudo da segunda edição, de 1942 – seja realizada mais adiante neste livro, é importante descortinar um dos pontos argumentativos que emolduraram as preocupações e a narrativa de Moraes: o propalado descaso dos governantes e intelectuais para com “os planos dominadores nipônicos para com as terras brasileiras”. A tônica estava no caráter “dissimulado” dos japoneses, que seriam “ardilosos e estratégicos” nas ações adotadas para atingirem seus objetivos imperialistas. Carlos de Souza Moraes era taxativo ao afirmar que

com os nipônicos tudo é possível. O eterno sorriso consegue muito, e mais ainda quando entoam o Hino Nacional ou outros de nossos hinos. E eles sabem agradar e conquistam amigos. Não andam por aí inúmeros brasileiros defendendo em livros e na imprensa os interesses desses exóticos filhos da terra dos crisântemos, a ponto de fecharem os olhos para os graves inconvenientes dessa desvantajosa colonização nipônica? (1942, p. 51-52).

Embora a presença de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul na década de 1930 pudesse ser considerada ínfima, o núcleo capitaneado por Moraes já deixava contundente um aspecto de sua agenda política: era preponderantemente contrária à incursão deste grupo étnico junto ao estado. Conforme Alexandre Fortes (2004), por volta de 199 japoneses foram contabilizados no estado em 1940. Para a SAAT local, já se tratava de um número perigoso, que colocava o Rio Grande do Sul na rota das intenções nipônicas de conquista, sendo que, ao mesmo tempo, o estado já se enquadrava nos planos imperialistas alemães – argumento largamente alardeado, posteriormente, por autoridades do Estado Novo, como o che-

fe de Polícia, tenente-coronel Aurélio da Silva Py, e Coelho de Souza, secretário de Educação.

O número de signatários neste novo agravo, datado de 15 de julho de 1936, era mais amplo que o documento anteriormente encaminhado, no início daquele mês. Assinaram o documento, além de Carlos de Souza Moraes, os torreanos Nazário Leitão dos Santos, Paranhos Antunes, Antônio Paz de Mello, Cabanhas Machado, Camila Furtado Alves, Mário Bernd, Ribeiro Tacques, Arlindo Amoretty Saraiva, Dario de Bittencourt, Ary Martins, Leopoldo Bettiol, Gabriel Lima Barreto, José Erasmo Nascentes, Lola Margot Daudt, Carlos Maria Ruschel, Raul de Oliveira Leitão, Moacyr Castro, Gaspar Ochoa, Luiz Gomes de Freitas, Leopolda Barnewitz e Pompílio Fernandes.

Dos vinte e um nomes que referendaram o documento encaminhado ao Senado, nove fizeram parte da primeira diretoria estadual da SAAT sul-rio-grandense, empossada em agosto do mesmo ano de 1936. Dos nomes citados, um chamou atenção: Pompílio Fernandes. Por não se tratar de um nome tão comum e, principalmente, por ser o primeiro nome de um político montenegrino, então ocupante do cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul, surgiu-me a dúvida: este signatário não seria Pompílio Cilon Fernandes Rosa, então vinculado ao PRL de Flores da Cunha? A resposta foi encontrada em uma correspondência destinada ao líder torreano Carlos de Souza Moraes.¹³³ Doravante, o documento também mostra que, no interior do estado, também se iniciavam tratativas para a criação de núcleos locais, com ênfase em áreas de imigração.

O telegrama, advindo da cidade de Estrela, tratava de dois assuntos. O primeiro, solicitando que os dirigentes da SAAT em Porto Alegre representassem os “torreanos deste município” em cerimônia que homenagearia Alberto Torres. O segundo tópico abordava a questão dos clubes agrícolas e da subvenção deles. Conforme os signatários, em Estrela estavam instalados dois clubes agrícolas. Em decorrência disso, rogavam aos líderes

¹³³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Telegrama dos torreanos de Estrela ao presidente estadual Carlos de Souza Moraes, 26/11/1936).

estaduais que esses clubes fossem incluídos na listagem de beneficiados por auxílio financeiro, obtido junto ao governo estadual de São Paulo, através de mediação realizada por Camila Furtado Alves. Subscreviam o documento Rodolfo Maria Rath, Jorge Coelho Macedo, Antônio Cardoso, tenente Dinarte Vasconcelos, coronel Augusto Frederico Markus e Pompílio Fernandes.

Rodolfo Rath, até março daquele ano de 1936, havia exercido a função de inspetor escolar no município. Conforme correspondência enviada ao secretário estadual da Fazenda, Lindolfo Collor, Rath informa que foi destituído da função por conta de interesses políticos locais.¹³⁴ A nomeação de Rodolfo Rath ocorreu no ano anterior, no mesmo período em que foi nomeado, como prefeito de Estrela, José Hauschild Filho, em fevereiro de 1935. Hauschild Filho era membro do PRL, bem cotado junto ao governador Flores da Cunha. Neste interim, Rath, que se destacava no meio intelectual e desportivo estrelense, foi nomeado responsável pela fiscalização dos educandários na circunscrição daquele município. Em agosto de 1936, quando já havia deixado a inspetoria, Rodolfo Rath participou dos Jogos Olímpicos de Berlim, competindo em provas de remo. Outro fato interessante é que José Hauschild Filho, nascido em Lomba Grande, quando esta localidade ainda era distrito de São Leopoldo, era irmão de Germano Hauschild, o já mencionado amigo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca e Carlos de Souza Moraes, com quem atuou na fundação do PSD leopoldense, em 1945.

Nas eleições municipais de 1935, o PRL lançou como candidato ao posto de prefeito André Marcolino Mallmann – que governou Estrela entre 1924 e 1928. A Frente Única indicou Edmundo Alfredo Steyer. Mesmo com a ampla propaganda feita pela imprensa estrelense ao candidato do PRL, através do jornal *O Paladino*, cujo fundador e proprietário era Antônio Cardoso, as urnas deram vitória ao frente-unista Steyer. Ao assumir o governo municipal, em janeiro de 1936, Edmundo Steyer exonerou todos os integrantes *floristas* que estavam ligados aos principais cargos munici-

¹³⁴ Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Lindolfo Collor – Documento LC c 1936.05.19/3 (Correspondência relativa à questão havida no município de Estrela quando foi demitido por motivos políticos, o inspetor escolar Rodolfo Maria Rath. Estrela, Porto Alegre).

país. A partir daquele momento, Estrela se tornou um dos polos de oposição à Flores da Cunha no estado.

Assim como Rodolfo Rath, os demais signatários da correspondência encaminhada à Carlos de Souza Moraes eram integrantes do PRL estrelense. Antônio Cardoso estava à frente do semanário local, enquanto Jorge Coelho Macedo exercia a função de fiscal de consumo. Dinarte Vasconcelos era advogado e Augusto Frederico Markus, comerciante de destaque na região e oficial do Registro de Imóveis, foi intendente municipal e prefeito nomeado entre 1928 e 1934. E Pompílio Fernandes, entre novembro de 1936 e novembro do ano seguinte, foi designado delegado de Polícia em Estrela – sendo destituído com a promulgação do Estado Novo. Essas informações sanaram a dúvida: este Pompílio Fernandes não se tratava do deputado Cilon Rosa, sendo apenas uma coincidência de nomes.

Mas a existência desta missiva também transparece que houve uma tentativa de interiorização da rede torreana no Rio Grande do Sul. Estrela, inserida na região do chamado Vale do Rio Taquari, representava um importante núcleo imigrantista, com proeminência de alemães e descendentes. Também não se tratava do primeiro contato entre os torreanos estrelenses e a direção estadual da SAAT. Em março de 1936, Rodolfo Maria Rath estabeleceu uma aproximação com Carlos de Souza Moraes, após a entrevista que o mesmo prestara ao *Diário de Notícias*, informando sobre a criação do núcleo sul-rio-grandense, naquele mesmo mês. Uma correspondência arquivada por Moraes materializa essa negociação.¹³⁵

Rodolfo Rath inicia sua correspondência felicitando Carlos de Souza Moraes pela reportagem, especialmente pelo “modo brilhante com que expôs as finalidades da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. A leitura desta frase traz a impressão de que Rath já conhecia, ao menos em parte, o escopo ideológico da entidade. Mais adiante, fica evidenciado que existira realmente esta interação. No parágrafo seguinte, o missivista comenta:

Inspetor das escolas municipais de Estrela, que fui, procurando tornar o mais eficaz possível a ação da escola em um meio essencialmente agrícola, tive ensejo de conhecer um dos ramos de atividades da SAAT – os Clubes

¹³⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 82 – Telegrama de Rodolfo Maria Rath para Carlos de Souza Moraes (27/03/1936).

Agrícolas Escolares. Foi isso, por intermédio dos senhores Geraldo M. Monteiro de Barros e Octávio Gomes, dignos funcionários da Ministério da Agricultura nesta capital. Dado o interesse e dedicação daqueles senhores, obtive os dados e o material de que necessitava.

Dois detalhes importantes, ao realizar uma verificação mais atenta deste trecho, podem ser delineados. O primeiro, expõe que o principal motivo da adesão do grupo político-intelectual de Estrela ao núcleo torreano estadual se alicerçava na questão do ensino rural, a partir dos clubes agrícolas escolares. Rodolfo Rath, de modo especial, demonstrava bastante empenho para com essa modalidade pedagógica e prática de desenvolvimento socioeducacional. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que Rath e seus colegas, alinhados ao PRL, estavam afastados do comando político local, que havia retornado às mãos da Frente Única Gaúcha. Possíveis proveitos desta adesão à SAAT poderiam ser capitalizados politicamente, repercutindo de forma positiva junto da comunidade estrelense. E esse ponto ajuda a explicar o interesse e, sobretudo, a solicitação de que os clubes agrícolas existentes naquele município fossem beneficiados com a verba financeira obtida por Camila Furtado Alves. Infelizmente, não encontrei documentos que apontem se, efetivamente, os clubes agrícolas então em atividade no Rio Grande do Sul receberam este auxílio.

Nas correspondências encaminhadas por Rodolfo Rath ou pelo grupo torreano de Estrela, não foram encontradas alusões à política imigrante – ou melhor, anti-imigrante – defendida pela SAAT. Isso pode significar que, pragmaticamente, o interesse daquele grupo estava centrado, de forma específica, na questão educacional e nos possíveis ganhos políticos locais. O elemento migratório não era um tópico considerado de maior importância naquele momento. Em parte, uma das razões poderia ser a própria origem de dois dos signatários – Rodolfo Rath e Augusto Markus –, descendentes de alemães. O que, por outro lado, não significa que inexistisse, entre eles, um pensamento nacionalista. A questão é que esses aspectos não ficaram evidenciados em suas comunicações. Cabe ressaltar que, entre os integrantes do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, alguns tinham ascendência imigrante – especialmente italiana e alemã –, como era o caso de Leopolda Barnewitz, Lola Daudt, Carlos Ruschel, Mário Bernd e Leopoldo Bettiol. Isso não impediu que assumissem uma postura nacionalista e de

desconfiança para com os núcleos de imigração no Brasil e no Rio Grande do Sul – como externado por Carlos de Souza Moraes nas declarações dadas em março de 1936 à imprensa.

O segundo tópico está vinculado com a atuação da SAAT no estado, mesmo sem a existência de um núcleo estruturado. É provável que o contato de Rodolfo Rath com os torreanos Geraldo Monteiro de Barros e Octávio Gomes tenha ocorrido em 1935. Uma nota do *Jornal do Commercio*, publicada em 28 de outubro de 1934, escrita por Raul de Paula, noticiava a fundação de clubes agrícolas em alguns estados brasileiros, destacando o Rio Grande do Sul, por ação de Octávio Gomes.¹³⁶ Foram criados clubes nas cidades de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. Fato curioso é que, entre 1936 e 1937, anos em que o núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul atuou com mais vigor, os nomes de Gomes e Monteiro de Barros não são mencionados.¹³⁷

Deste modo, além da presença torreana no estado através da imprensa, com a divulgação de notícias, também ocorreram iniciativas na agenda do ensino rural, através de delegados da SAAT vinculados ao aparelho administrativo público, como o Ministério da Agricultura.

Sobre o caso envolvendo a concessão de terras aos japoneses no Amazonas, a votação realizada em 24 de agosto de 1936 foi contrária ao contrato, invalidando a continuidade do projeto. A campanha de Cunha Mello e da SAAT sagrou-se vitoriosa. Enquanto isso, o núcleo torreano do Rio Grande do Sul, além de estar alinhado com as demandas nacionais da entidade – e os problemas institucionais que se avolumavam –, iniciava seus trabalhos intelectuais e de articulação política no estado.

O centro operacional do núcleo sul-rio-grandense da SAAT era Porto Alegre. Além das reuniões ordinárias, eram nessa cidade que se realizavam as conferências públicas, onde os eixos temáticos eram vinculados com o bojo ideológico torreano. Das conferências realizadas entre agosto e outubro de 1936, informadas por Carlos de Souza Moraes em seu relatório a Juarez

¹³⁶ *Jornal do Commercio*, 9/11/1934, Ano 108, n. 34, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/33095. Acesso em: 7 ago. 2020.

¹³⁷ Não foram encontrados dados mais significativos sobre a trajetória destes dois agentes entre os anos de 1934 e 1937.

Távora, a primeira foi realizada por um membro original da SAAT, o desembargador Vieira Pires. As demais, ficaram sob responsabilidade de Emílio Kemp e Fernando Callage. Naquela conjuntura, o nome desses intelectuais não estavam inclusos na nominata de associados do núcleo torreano sulino. Mas defendiam ideias que se alinhavam com o ideário da agremiação.

Emílio Kemp, formado em Medicina, dedicou-se ao ramo jornalístico por grande parte de sua vida. Nascido no Rio de Janeiro, fixou-se em Petrópolis, onde fundou o jornal *O Comércio* e atuou na redação do periódico *Gazeta de Petrópolis*. Estabelecendo-se no Rio Grande do Sul, foi redator do *Correio do Povo*. Nessa função, em 1917, defendera com veemência o discurso nacionalista, em decorrência dos ataques alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, aos navios brasileiros *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa*, *Macau*, *Acari* e *Guaíba*. Foi também defensor da atuação da Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, por Olavo Bilac. Emílio Kemp ocupou a cadeira de número 24 da Academia Rio-grandense de Letras, sendo confrade de nomes como Dário de Bittencourt, Mário Bernd, Ary Martins e Vieira Pires – também associados à SAAT. Posteriormente, em 1937, Carlos de Souza Moraes seria aceito como membro da Academia, assumindo a cadeira de número 21.

Além da imprensa, empenhou-se no campo educacional, exercendo docência no Colégio Protásio Alves, por ele fundado em Porto Alegre, no ano de 1931, além de atuar na Escola Normal instalada na capital – onde foi colega de Leopolda Barnewitz. Naquele ano de 1936, Emílio Kemp exercia o cargo de diretor geral da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Três anos mais tarde, em março de 1939, foi nomeado diretor do Museu Júlio de Castilhos, cargo que ocupou até 1950. Esteve à frente daquela instituição durante o período mais repressivo do Estado Novo.

Nascido em Santa Maria, Fernando Callage radicou-se em São Paulo na década de 1920. Formado em Direito, ingressou no funcionalismo público paulista, ocupando cargos nos Departamentos de Imprensa e Publicidade (DIP) e Estadual do Trabalho (DET). Retornando ao Rio Grande do Sul, debruçou-se sobre os estudos no campo da Sociologia, notadamente a Doutrina Social Católica¹³⁸, formulada a partir da encíclica *Rerum*

¹³⁸ Comumente referenciada como Doutrina Social da Igreja.

Novarum, publicada pelo papa Leão XIII em 1891. Católico fervoroso, foi também anticomunista ferrenho. Admirador de intelectuais nacionalistas, como Oliveira Vianna e Plínio Salgado, Callage demonstrava simpatia para com o integralismo e uma política mais autoritária, conforme Silva (2001).

Quando ainda residia em São Paulo, participou em fevereiro de 1932 da primeira reunião da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), fundada por Plínio Salgado. Esta entidade desenvolveu um sistema doutrinário nacionalista que, divulgado em forma de documento em outubro daquele ano, foi base para o Integralismo. O chamado *Manifesto de Outubro* concatenava princípios que norteariam a Ação Integralista Brasileira nos anos seguintes. Importante destacar que os parâmetros nacionalistas da AIB, em grande parte, absorveram aspectos ideológicos difundidos por Alberto Torres – o que oportunizou a aproximação entre a SAAT e os integralistas, tanto em nível nacional quanto nos núcleos estaduais.

Ampliar o leque de intelectuais renomados que aderissem ao programa torreano, especialmente através das conferências públicas e, oportunamente, no apoio à fundação de núcleos municipais, era parte do plano de ação da SAAT estadual. Para tanto, convites eram encaminhados para figuras consideradas expoentes, invitando-os para que comparecessem em alguma reunião ordinária da agremiação. Foi o caso da participação de Solon Macedônia Soares, que ocupava naquele período o cargo de juiz distrital em Pelotas e professor da Faculdade de Direito daquela cidade.

Representante do grupo jurídico positivista no Rio Grande do Sul, segundo Vianna (2013), Solon Macedônia também demonstrou, em sua participação na reunião ordinária da SAAT, alinhamento e admiração para com as teses de Alberto Torres. Isso conforme os registros feitos por Cabanhas Machado, que secretariou aquela sessão.¹³⁹ Em suas palavras introdutórias, Solon Macedônia estabeleceu uma linha comparativa entre o pensamento de Torres e sua própria compreensão dos problemas sociais brasileiros:

Disse que ali comparecia inspirado nas ideias disseminadas por Alberto Torres através de sua obra, digna de paciente meditação. Acrescentou que desde os bancos acadêmicos batera-se por problemas idênticos aos que fo-

¹³⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Material sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

ram preconizados por aquele denodado pensador fluminense. Esclareceu que não só por isto, como ainda pelo seu temperamento dinâmico, não podia permanecer indiferente aos problemas de sua futura e grande Pátria. Disse que o vasto conhecimento que possuía do Rio Grande do Sul o autorizava a preconizar solução para uma complexidade de problemas que permaneciam latentes e merecedores de fecunda orientação.

Indicando um dos “caminhos vitais” para sanar a problemática organização social do Brasil, Solon Macedônia enfatizou a educação, sobretudo aquela que deveria preparar o homem para com os deveres patrióticos. Salientou, ainda, a importância e necessidade da ampliação do ensino rural, de modo especial no Rio Grande do Sul, estado essencialmente voltado para a cultura agrícola. Seu discurso se alinhava com a agenda aviltada pela SAAT. Doravante, o magistrado logo encadeou narrativa sobre outro tópico nevrálgico na perspectiva torreana: a questão migratória. Conforme assentado em ata, “esclareceu que era preciso que a minoria inteligente salvasse o Brasil de pretensas ambições alienígenas, pois o Brasil possuía apenas 400 anos de étnica social e política”. O combate ao estrangeirismo e interesses expansionistas, especialmente alemães e japoneses, deveriam ser vivamente tomados como propósito.

Entusiasticamente aclamado, logo Solon Macedônia foi admoestado pelos integrantes da SAAT com duas proposições. A primeira delas, enunciada por Pompílio Fernandes, tratava da fundação de um núcleo municipal da SAAT em Pelotas. Fernandes informou que tratativas estavam em andamento, contando com o apoio de membros da intelectualidade pelotense, e que os “torreanos contavam com a invulgar inteligência do doutor Macedônia para orientar os rumos daquele futuro núcleo”. Contudo, não foi registrada eventual resposta emitida pelo magistrado. A criação de um núcleo em Pelotas era estratégica, pois a cidade era um importante polo econômico, político e intelectual. Além disso, a presença de áreas de imigração naquela região, como era o caso de São Lourenço do Sul e da própria Pelotas – particularmente com alemães e pomeranos –, demarcava a pretensa necessidade “de maior rigor nacionalista”.

A segunda alocução partiu de Carlos de Souza Moraes, que em nome dos demais torreanos, “esperava que o doutor Solon Macedônia tudo fizesse em prol da SAAT”. Sobre este aspecto, a resposta dada foi diplomática: Macedônia afirmou que, dentro de suas possibilidades e com “espírito pa-

triótico”, faria o que estivesse ao seu alcance para o bem do núcleo sul-rio-grandense e das ideias de Alberto Torres.

A interiorização torreana, com a criação de núcleos municipais e, eventualmente, até subnúcleos, continuou em pauta naqueles meses finais de 1936. As entrelinhas de correspondências entre Carlos de Souza Moraes e Cabanhas Machado denotam esses objetivos. Um ofício datado de 18 de novembro daquele ano trazia a relação de nomes propostos para a admissão como sócios da SAAT.¹⁴⁰ Foram proposições efetuadas durante as sessões ordinárias de 28 de outubro e 11 de novembro. A nominata dos candidatos contava com Frederico Reis Bier, Dalcio Arnane, tenente-coronel Anápio Gomes, Júlio Paulo Wanner, Emílio Kemp, Breno Dornelles, Arthur Ferreira Filho, Ary Prates da Rocha, Mário Ferreira de Medeiros, Arlindo Amoretty Saraiva e Firmino Minghelli.

A presença de Emílio Kemp formalizou uma aproximação que iniciara alguns meses antes, quando este foi convidado para proferir palestra em atividade pública da SAAT. Ary Prates da Rocha, Mário Ferreira de Medeiros e Amoretty Saraiva – os dois últimos já mencionados anteriormente – integravam o bloco integralista do núcleo torreano estadual, ao lado de Dário de Bittencourt. Prates da Rocha, antes de ingressar na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, onde foi comissário nas décadas de 1940 e 1950, dedicou-se ao atletismo, associado ao Sport Club Internacional, como corredor. Quando da redemocratização do país e articulação dos partidos políticos, ingressou nas fileiras do Partido de Representação Popular, herdeiro ideológico da AIB.

Mário Ferreira de Medeiros, bacharel em Direito, foi juiz distrital em Dom Pedrito. Membro da Academia Rio-grandense de Letras, sendo recebido, em sua posse, por Dário de Bittencourt. Foi diretor, junto com Anor Butler Maciel, do periódico *Correio da Noite*, cuja plataforma principal era a campanha anticomunista. Também dirigiu o jornal *A Revolução*, de Porto Alegre. Além do discurso de combate ao comunismo, foi defensor incisivo da Igreja Católica e de suas orientações políticas. Também atuando no cam-

¹⁴⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Material sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

po jurídico, Arlindo Amoretty Saraiva ocupou cargos dentro da estrutura integralista sul-rio-grandense, como a de secretário do Departamento Provincial de Estudos. É curioso que, embora o nome de Amoretty constasse entre os signatários do manifesto contra a concessão de terras amazônicas aos japoneses, em julho de 1936, seu nome foi aprovado como sócio efetivo da SAAT apenas quatro meses depois.

Darei um pouco mais de atenção para a trajetória de Firmino Minghelli. Assim como outros integrantes da SAAT, obteve graduação em Direito, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Ainda enquanto acadêmico, foi nomeado oficial de gabinete do chefe de Polícia do Estado, Dario Crespo, em 1933.¹⁴¹ No ano de 1936, o governador Flores da Cunha publica a designação de Firmino Minghelli no posto de juiz municipal suplente, em São Sebastião do Caí.

Em 1938, Firmino Minghelli foi designado delegado de Polícia em Caxias do Sul, sua terra natal.¹⁴² Ainda naquele ano, ocorreu sua transferência para a capital, quando nomeado para a Diretoria de Presídios e Anexos, recentemente criada pela Repartição Central de Polícia. Posteriormente, foi incumbido da direção da Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, em Charqueadas. Em 1941, o interventor federal no estado, coronel Cordeiro de Farias, nomeou Minghelli como delegado de Estrangeiros, em Porto Alegre.¹⁴³ Este foi o último cargo público que ocupou, até meados de 1943, quando faleceu em decorrência de complicações pós-cirúrgicas.

No ofício de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes, além do conteúdo padrão, havia um anotação à lápis, próximo do nome de Firmino Minghelli: “núcleo Caí”. É plausível que, por parte da direção estadual da SAAT, houvesse a intenção de constituir um núcleo municipal em São Sebastião do Caí, abrangendo aquela região e, possivelmente, também Montenegro. E o nome de Minghelli deve ter sido cogitado como articulador desse projeto, tendo em vista exercer cargo público influente nessa área.

¹⁴¹ Jornal *A Federação*, 20/04/1934, Ano LI, n. 91, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75293>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁴² *A Época*, 15/10/1938, Ano I, n. 3, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/10>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁴³ *A Época*, 29/06/1941, Ano III, n. 137, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/677>. Acesso em: 10 set. 2020.

Para Moraes e os demais torreanos, a região do Vale do Rio Caí, além da presença do grupo étnico alemão e seus descendentes, contava com uma preocupação a mais: a existência de um pequeno núcleo nipônico, formado por trabalhadores em uma das fazendas da área rural de São Sebastião do Caí. Esse episódio é citado por Carlos de Souza Moraes nas páginas de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*:

Em 1936, forte fazendeiro dessa comuna, atraído pela propaganda referente à eficiência e valor do concurso do braço japonês na agricultura, contratou uma sociedade instalada em São Paulo, a qual não é outra senão a Kaigai Kogyo Kabushki Kaisha, a vida de cinco famílias para as terras de sua propriedade, mediante o pagamento de 2:000\$000 por família. Para instalação desse pequeno contingente de colonos, adiantou dinheiro (Moraes, 1942, p. 125).

Por razões desconhecidas, Carlos de Souza Moraes não mencionou o nome do “forte fazendeiro”. Mas se trata do coronel Nicolau Kroeff,¹⁴⁴ cuja propriedade citada, a Fazenda Paquete, destacava-se no cenário agropecuário sul-rio-grandense no período. Essa envergadura do empreendimento pode ser comprovada, entre outros fatos, pela visita realizada em 1935 pelo ministro da Agricultura, Odilon Braga, interessado em conhecer sua produção agropastoril.¹⁴⁵ Situada às margens do rio Caí, no então distrito de Capela de Santana¹⁴⁶, divisa entre os municípios de São Sebastião do Caí (ao qual pertencia) e Montenegro, era utilizada para a criação de gado bovino – notadamente o de raça holandesa –, e para a produção de álcool, em uma usina que utilizava mandioca e cana-de-açúcar como matéria-prima.

Nicolau Kroeff, além das atividades como fazendeiro e comerciante, também teve destaque político na região. Membro do PRR desde o final do século XIX, foi conselheiro municipal, vice-intendente e líder do diretoria caiense do partido durante a Primeira República. Seu pai, Jacob Kroeff Filho, fundador da Fazenda Paquete, foi conselheiro municipal em São Leopoldo e deputado estadual na Assembleia dos Representantes, nas fileiras do PRR, entre 1891 e 1897. O irmão de Nicolau, Jacob Kroeff Neto,

¹⁴⁴ Em algumas situações, a grafia do nome é encontrada como Nicolao Kroeff.

¹⁴⁵ *O Jornal*, 4/09/1935, Ano XVII, n. 4.879, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/25792. Acesso em: 11 set. 2020.

¹⁴⁶ Emancipado de São Sebastião do Caí em 1987, teve sua instalação como município em 1989, com a posse do primeiro prefeito e legislação da Câmara de Vereadores.

advogado, também seguiu a carreira política, sendo deputado estadual nas décadas de 1910 e 1920. Um dos principais líderes republicanos do distrito de Novo Hamburgo, então pertencente a São Leopoldo, foi nomeado como primeiro intendente quando da emancipação hamburguesa, em 5 de abril de 1927. Outro irmão de Nicolau Kroeff, Antônio Roberto, foi proprietário de terras e pecuarista em São Francisco de Paula, na região hoje denominada Rincão dos Kroeff, distrito pertencente àquele município.

A comprovação de que se tratava da propriedade de Nicolau Kroeff veio de um pequeno trecho, contido em outro livro daquela época. Em 1942, mesmo ano em que Carlos de Souza Moraes relançou *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, o então chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, publicou *A 5ª Coluna no Brasil* – e, assim como ocorreu com o escrito de Moraes, o livro de Py foi lançado pela Livraria do Globo. Reunindo materiais diversos, como forma de comprovar “a infiltração nazista” no estado e Brasil, o chefe de Polícia fez uso de relatórios escolares, analisando, com isso, aspectos da nacionalização e da pretensa “sabotagem através do ensino particular nos colégios alemães” (Py, 1942, p. 248). Um dos relatórios anexados foi produzido pela delegada de Ensino incumbida de fiscalizar os educandários da região de São Sebastião do Caí. Em determinado ponto, um dos comentários mencionava que

Não há necessidade de empregar línguas estrangeiras como auxiliares no ensino, como por aí se propala. Temos várias professoras de boa vontade e patriotismo que ensinam o português em colônia alemã sem nada saberem deste idioma; exemplo: Célia S. Rocha, na picada São Jacó (S. Leopoldo), e Elcina Kroeff, que na fazenda do Paquete, ensinou português aos japoneses. Temos certeza de que somente a instrução e a educação bem orientadas nos salvarão de dias amargos e lutosos (Py, 1942, p. 250).

A informação trazida é bastante clara: os imigrantes japoneses trabalhavam na propriedade do coronel Nicolau Kroeff. Entretanto, cabe fazer uma pequena retificação ao trecho do relatório. Há um erro de escrita referente ao nome da professora que lecionou na Fazenda Paquete. O sobrenome da docente, Kroeff, indica que se tratava de alguma familiar do coronel Nicolau. Contudo, analisando aspectos da genealogia desta família, não havia ninguém com o nome Elcina. Na realidade, a professora chamava-se Elgin Kroeff, filha de Jacob Kroeff Neto, nascida em 1915. Portanto, sobrinha do fazendeiro caiense.

O relatório, datado do final de 1939, havia sido encaminhado ao então secretário de Educação, José Pereira Coelho de Souza. O nome da delegada de Ensino responsável pela fiscalização: Camila Furtado Alves, designada para atuar na região de São Leopoldo, que abrangia também os municípios de Taquara, Montenegro e São Sebastião do Caí – com seus respectivos distritos. As considerações da pedagoga sobre as escolas de São Leopoldo serão retomadas no próximo capítulo, com maior acentuação.

Embora a anotação anteriormente mencionada identifique que havia o interesse de implementar um núcleo da SAAT na região de São Sebastião do Caí, nenhum outro documento arrolado menciona se tal intento foi concretizado. É mais provável que não. Do mesmo modo, as tratativas referentes ao núcleo municipal de Pelotas, aludidas por Pompílio Fernandes durante a visita de Solon Macedônia aos torreanos de Porto Alegre, tiveram impacto efêmero. Segundo carta encaminhada por Cabanhas Machado a Carlos de Souza Moraes, em dezembro de 1937, o remetente relata diálogo que teve com Macedônia, onde este lhe informou que o núcleo de Pelotas se encontrava estagnado – sendo a principal alegação a falta de tempo dos integrantes para se dedicarem com maior empenho.¹⁴⁷ Outrossim, fica abalizado que, com exceção do diminuto núcleo estrelense, a força-motriz que impulsionava a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul estava afixada apenas na capital do estado.

No Rio Grande do sul, conforme André Ramos Soares (2008) e Elda Gonzalez Martinez (2003), as primeiras tentativas de viabilizar o projeto de imigração japonesa remontam ao ano de 1933. Naquela oportunidade, a firma Dahne, Conceição & Cia., que atuava no setor de engenharia e construção, recebeu do governo Flores da Cunha autorização para colonizar uma área de terras nas proximidades do rio Uruguai, na região do município de Santa Rosa. Esta nova colônia contaria com 3.000 lotes, com 25 hectares cada um. Contudo, em meados de 1936, grande parcela dos lotes coloniais estava em desuso. Por outro lado, agricultores nacionais – com apoio de setores nacionalistas, como a SAAT – passaram a exigir do gover-

¹⁴⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 –Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (9/12/1937).

no estadual o direito de uso daquelas terras. Diante daquela situação que, somada com o ambiente político, poderia resultar na intensificação de conflitos, Flores da Cunha exigiu o cumprimento do contrato por parte da colonizadora Dahne, Conceição & Cia.

Como forma de contornar o problema, a firma buscou trazer famílias que já estavam assentadas em outras regiões do Brasil, como São Paulo. Nesse contexto, ocorreram tratativas com a Kaigai Kogyo Kabushki Kaisha, para que famílias japonesas fossem instaladas na colônia de Santa Rosa. Foram recrutadas 18 famílias. Entretanto, em pouco tempo a tentativa de fixação destes imigrantes se mostrou malograda. De acordo com Endrica Geraldo (2009), as leis sobre imigração presentes na Constituição de 1934 – e, vale lembrarmos, cujo caráter restritivo era fortemente defendido pela SAAT – determinavam um série de limitações. Dentre elas, uma cláusula proibia que terras fossem ocupadas por estrangeiros em uma área de até 150 km a partir da fronteira. Relutantes, essas famílias de imigrantes japoneses optaram por se instalar em outras regiões do Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina – ou retornaram para São Paulo. Pode ser apontado, com plausibilidade, que alguns desses imigrantes tenham sido contratados por Nicolau Kroeff, para trabalharem em sua fazenda.

Embora, de modo geral, o projeto de colonização nipônica no Rio Grande do Sul tenha fracassado, Carlos de Souza Moraes mantinha o tom de advertência e inquietação quanto aos planos ainda existentes. Acentuava, em seu livro, que no estado

[...] acham-se instalados inúmeros japoneses, disseminados por vários municípios, entre os quais o de Santa Rosa [...]. Nas proximidades de Porto Alegre, no 7º distrito, Belém Velho, encontram-se algumas famílias instaladas e empregando a sua atividade no plantio de legumes. No município de Viamão, na Quinta Atírio e na Granja Retiro, existem outras. Nas zonas urbana e suburbana da capital do Estado, habitam disseminados inúmeros japoneses, trabalhando como operários, agricultores, fotógrafos, enfermeiras, domésticas, tintureiros e até estudantes e farmacêuticos. Em Rio Grande, no lugar denominado Sarandi, 4º distrito, cuja sede é Taim, há 26 japoneses adultos, trabalhando numa fazenda do dr. Joaquim Luiz Osório. Em Pelotas, no arrabalde Três Vendas, existem outros. Em São Leopoldo, associados na fruticultura, há duas famílias. No município de Jaguarão, estão instaladas duas famílias japonesas, como sócios-meeiros, nas fazendas dos srs. Oliveira Ortiz e João Carlos Afonso (Moraes, 1942, p. 120).

Embora sem apresentar um gráfico numérico mais consistente, as informações fornecidas por Moraes se aproximam dos dados obtidos pelo Censo de 1940, que asseverava a presença de 199 imigrantes nipônicos no território sul-rio-grandense. Em *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, o autor não se deteve na intenção de pormenorizar como ocorreu a inserção desses imigrantes nas cidades e fazendas citadas. Porém, uma nota de final de página indica uma possibilidade.

Conforme abordado no subcapítulo anterior, em 1936 foi organizada a Missão Econômica ao Japão, com a finalidade de estreitar laços entre os dois países nas áreas industrial, agropastoril e comercial. A liderança da comissão esteve à cargo de Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho e que exercia, naquele momento, o cargo de deputado federal. A representação era composta por integrantes advindos de várias entidades, atuantes em estados como Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. A indicação dos delegados sul-rio-grandenses ficou a critério da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Os escolhidos foram Érico de Oliveira Melo, dirigente da Associação Comercial do Rio Grande do Sul, e Plínio Gilberto Kroeff, secretário da Federação Rural. Plínio Kroeff era sobrinho do coronel Nicolau Kroeff, sendo filho de Jacob Kroeff Neto. Conforme João Luz (2010), Plínio tinha maior proximidade com o tio do que com o próprio pai.

A atuação de Érico Melo e Plínio Kroeff junto aos empresários japoneses ganhou destaque em jornais de vários estados, como Pernambuco (jornal *Diário de Pernambuco*),¹⁴⁸ Santa Catarina (*República*)¹⁴⁹ e Rio de Janeiro (*Diário de Notícias*¹⁵⁰ e *Diário Carioca*). As reportagens afirmavam que “os dois emissários gaúchos abriram espaço para a comercialização dos produtos agrícolas, pastoris e industriais daquele estado”. No caso do *Diário Carioca*, chama atenção o trecho final da publicação, assinada por José

¹⁴⁸ *Diário de Pernambuco*, 22/12/1936, Ano 112, n. 38, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_01/5063. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁴⁹ *República*, 29/11/1936, Ano III, n. 796, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/44040>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 8/12/1936, Ano XII, n. 248, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_01/5063. Acesso em: 10 set. 2020.

Jobim. Nele, o autor ressalta o caráter prático de Melo e Kroeff, que “talvez fossem mais úteis ao país que a antropologia de Oliveira Vianna”.¹⁵¹ Jobim se referia ao pensamento antinipônico de Oliveira Vianna, então presidente da Comissão de Imigração – e membro da SAAT.

O núcleo sul-rio-grandense da SAAT não via com bons olhos essa aproximação entre o Brasil e o Japão. Assim como julgava inconveniente a imigração nipônica para o país, também era perigoso estabelecer qualquer tipo de dependência econômica. Ademais, havia uma desconfiança das relações que Plínio Kroeff e Érico Melo firmaram com o empresariado japonês durante a viagem e, especialmente, depois dela.

Em outubro de 1937, o *Diário de Notícias* divulgou que um grupo de empresários japoneses encaminhou uma correspondência a Plínio Kroeff, informando que visitariam o Rio Grande do Sul, com objetivos de efetivar a compra de lã produzida no estado.¹⁵² Solicitavam a programação de visitas aos municípios de Rio Grande, Pelotas, Bagé, Santana do Livramento, Uruguaiana, entre outros. A mesma nota informava que Melo e Kroeff já haviam mediado outras negociações e visitas de agentes econômicos e empresariais japoneses ao Rio Grande do Sul, como foi o caso de “Fukonuruke Nomura, que visitou nossa fronteira em abril passado”. Em decorrência dessas atividades, a SAAT considerava os dois empresários como “possíveis colaboradores do plano imperialista japonês no Brasil”.

Retomando a nota escrita por Carlos de Souza Moraes em seu livro, esses aspectos ficam ratificados. Segundo o líder torreano,

Érico O. Melo e Plínio G. Kroeff participaram como representantes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, da Comissão Econômica Brasileira ao Japão, em 1936. Desde essa data, são os *introdutores diplomáticos*, no Estado do Rio Grande do Sul, dos emissários dos magnatas da indústria japonesa. Fundaram eles, com o concurso de Roberto J. Müller, em Porto Alegre, e em virtude de terem recebido a representação da grande firma Mitsui, a Sociedade Mercantil Nipo-Brasileira Ltda. (Moraes, 1942, p. 125, grifo do autor).

¹⁵¹ *Diário Carioca*, 9/12/1936, Ano IX, n. 2.579, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/27807. Acesso em: 10 set. 2020.

¹⁵² *Diário de Notícias*, 29/10/1937, Ano VIII, n. 3.604, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/33569. Acesso em: 11 set. 2020.

Algumas considerações sobre esta afirmativa são necessárias. De fato, Kroeff e Melo se tornaram representantes da Companhia Mitsui,¹⁵³ um dos principais conglomerados empresariais japoneses. Em dezembro de 1937, a imprensa divulgou que diretores da empresa nipônica se reuniriam com seus representantes Érico Melo e Plínio Kroeff, almejando expandir os negócios no ano seguinte.¹⁵⁴ Contudo, mesmo com uma intensa pesquisa, sobretudo em jornais digitalizados, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não encontrei nenhuma referência para com a companhia que ambos teriam fundado. Desse modo, permanece em suspeição a referência fornecida por Carlos de Souza Moraes.

Anteriormente, mencionei que a nota explicativa de Moraes poderia ajudar na explicação de como se procedeu a distribuição de imigrantes japoneses pelo Rio Grande do Sul, a partir de 1936. Legalmente, a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha era a única entidade autorizada a representar a Companhia Imperial de Imigração, operando a distribuição dos futuros colonos em solo brasileiro. Mas era possível que a empresa atempasse consórcios com terceiros – vide o caso de Santa Rosa, que envolveu a Dahne, Conceição & Cia. Nesse sentido, é possível que Plínio Kroeff e Érico Melo tenham assumido, junto à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, a redistribuição de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, atendendo também demandas da área agrícola, necessitada de mão de obra. Ao analisarmos os locais com presença nipônica, pontuados por Moraes, a maior parte se encontrava em fazendas ou áreas rurais. Sendo um dos principais líderes agropastoris no estado e conhecendo a realidade sul-rio-grandense, é sustentável que Plínio Kroeff e seu sócio tenham se tornado mediadores desse setor e dos interesses japoneses no Rio Grande do Sul. E algumas luzes sobre esta hipótese são fornecidas novamente por Carlos de Souza Moraes. Cabe lembrar que, na versão publicada em 1942 de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*,

¹⁵³ Fundada por Takatoshi Mitsui em 1673, na cidade de Edo (atualmente Tóquio), como uma oficina de confecção e tecidos. Posteriormente, expandiram para outros ramos, como empréstimos. Atualmente, é um conglomerado que abarca cerca de 270 empresas, em áreas como seguros, imobiliário, financeiro, logística, indústria alimentícia e de bebidas.

¹⁵⁴ *A Notícia*, 22/12/1937, n. 2.766, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/15131>. Acesso em: 11 set. 2020.

Moraes acrescentou acontecimentos datados entre 1937 – quando a primeira edição foi lançada – e aquele ano.

É narrada uma visita realizada, em abril de 1939, por um inspetor da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha ao município de São Sebastião do Caí, mais especificamente à Fazenda Pacote. O emissário daquela companhia estava acompanhado de Érico Melo. Conforme Moraes (1942, p. 125-126), “a visita visava propor a vinda de mais 50 famílias para juntar-se às cinco ali existentes, sob o fundamento de que o japonês só trabalhava em grupos, para bem produzir”. Apesar da tentativa e da presença do sócio de seu sobrinho Plínio Kroeff, o coronel Nicolau Kroeff rejeitou a proposta. Deveras, os estudos de Martínez (2003) enfatizam a tentativa frustrada de implantação de um núcleo nipônico em São Sebastião do Caí. Após a visita do inspetor japonês e de Érico Melo, as famílias que trabalhavam na Fazenda Pacote abandonaram a propriedade e, de acordo com Moraes, teriam deixado dívidas para com Nicolau Kroeff, decorrentes de adiantamentos de salários fornecidos.¹⁵⁵

Se a atuação de Plínio Kroeff e Érico Melo como eventuais agentes colonizadores é aventada como uma possibilidade, as intermediações comerciais articuladas por eles com empresas japonesas era algo concreto. E é interessante lembrarmos que, dentro do núcleo estadual da SAAT, vários de seus integrantes possuíam fortes laços com o setor agrário, inclusive participando da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul, onde Kroeff era um dos expoentes, inclusive nacionalmente. Podem ser citados Dario Brosard e Antônio Vieira Pires. Situações como essa evidenciam a dinâmica de negociações em torno de determinados objetivos, em que certos aspectos podem ser, naquele momento, considerados supérfluos – como confessionalidade, partidatismo ou, neste caso, ideologia acerca das questões imigratórias. Ao retomarmos o “apelo” feito pelo núcleo sul-rio-grandense da SAAT ao senado Federal, visando a impedir que o governo amazonense concedesse terras para a colonização japonesa, os nomes de Vieira Pires e Brosard não listavam entre os signatários. Naquela conjuntura, é provável que tenham

¹⁵⁵ Importante destacar que não foram encontrados documentos que tenham servido como fontes para essas afirmações. Entretanto, existem possibilidades, como a de que tenha se tratado de alguma informação obtida oralmente ou a de que eventuais documentos tenham sido perdidos ao longo dos anos.

escolhido o pragmatismo, visando a conquistar um espaço econômico para comercialização de produtos agropastoris, ampliando a capacidade de exportação do Rio Grande do Sul no cenário internacional.

Mas o episódio propicia uma reflexão mais densa: embora o núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul contasse com um número razoável de integrantes, de forma efetiva, qual foi o grau de envolvimento dos mesmos com a agremiação? Esse questionamento é importante para compreender o ostracismo vivenciado pelo núcleo a partir de 1938. A troca de correspondências entre Carlos de Souza Moraes e alguns confrades torreanos podem clarear as nuances desta inquirição.

Dentre os colegas da SAAT, um dos que mais encaminhara telegramas para Moraes foi Aristides Cabanhas Machado. Em uma dessas mensagens, Cabanhas Machado comenta sobre sua relação pessoal com Mário Fonseca, militar, filho do coronel Theodomiرو Porto da Fonseca, prefeito de São Leopoldo. Além da amizade, pontua que é compadre de Mário e de sua esposa, Herma Hauschild Fonseca – filha de Germano Hauschild, colega do coronel Theodomiرو da direção do PRL leopoldense e então presidente da Câmara de Vereadores local.¹⁵⁶ Mas, além desta ligação de Cabanhas Machado e Mário Fonseca, o texto demonstra, com clareza, que havia também uma proximidade deste último com Carlos de Souza Moraes. É plausível que esta ligação entre Mário Fonseca e Moraes tenha contribuído para, naquele mesmo ano de 1937, este ser convidado por Theodomiرو Porto da Fonseca para assumir o cargo de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, além da assessoria jurídica daquela municipalidade. Para a trajetória da SAAT, a mudança de Carlos de Souza Moraes de Porto Alegre para São Leopoldo representou um fator contribuinte para sua estagnação.

Em nova missiva, datada de 14 de março de 1938, Cabanhas Machado enfatiza que, de fato, o funcionamento do núcleo sul-rio-grandense da SAAT era centrado na articulação promovida por Carlos de Souza Moraes.¹⁵⁷ Em certo momento, declarou:

¹⁵⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (14/06/1937).

¹⁵⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (14/03/1938).

Ligeiramente, em Porto Alegre, falei com o dr. Ochoa. Vejo, com pesar por um lado e com prazer por outro, que o Núcleo da SAAT de Porto Alegre se consubstanciava em ti, no teu esforço, na tua inteligência e cultura, numa palavra – no teu indesmentido dinamismo. Aqui, tudo estagnou-se também. E minhas atuais ocupações, não me permitem que eu despenda tempo nessas, embora úteis, cogitações.

Muitos anos depois, em um depoimento prestado à professora Ieda Gutfreind, o próprio Carlos de Souza Moraes rememora que sua mudança pode ter acelerado o acabrunhamento do grupo: “[...] depois, com a vida profissional intensa que eu tinha, fui deixando aos poucos a Sociedade e os companheiros também foram se afastando” (Gutfreind, 2019, p. 290).

Mas, além da transferência de Carlos de Souza Moraes para São Leopoldo, o texto de Cabanhas Machado transparece outro elemento contributivo para a cristalização torreana no estado: a cizânia em sua direção central. A principal crítica era direcionada ao confrade Deoclécio Paranhos Antunes: “o De Paranhos entregou o meu artigo no “Correio do Povo”, e depois desinteressou-se pela publicação. Em Porto Alegre, existe um bloquinho que sabotava tudo o que não procede do seu clã... tu bem sabes!”.¹⁵⁸ O autor não menciona quem eram os demais membros do “bloquinho”, mas aponta quem seriam seus apoiadores (“do nosso bloco”, como descreveu): Nazário Leitão dos Santos, Carlos Maria Ruschel, Gaspar Ochoa, Camila Furtado Alves, Lola Daudt, além do próprio Carlos de Souza Moraes.

Em meio ao enredo de vaidades que aparentemente perpassava a SAAT sul-rio-grandense, Moraes demonstrava uma habilidade política, transitando entre as divisões que surgiam dentro do núcleo. Se o amigo Cabanhas Machado nutria certa mágoa para com De Paranhos Antunes, Moraes, por seu turno, mostrava-se próximo do confrade torreano. E que, ainda em 1937, seria seu colega em outra entidade intelectual: a Academia Rio-grandense de Letras.

Naquele momento, além de artigos publicados em jornais do Rio Grande do Sul e centro do país, a única obra volumosa escrita por Moraes era *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, publicada naquele ano. E foi essa obra que lhe garantiu ingresso naquele grêmio literário. O parecer do livro foi elabo-

¹⁵⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (14/03/1938)

rado por Radagasio Taborda.¹⁵⁹ Como protocolo de praxe, Carlos de Souza Moraes, em sua posse, deveria proferir um elogio patronímico à Félix da Cunha. Em nome da Academia Rio-grandense de Letras, foi destacado o tenente De Paranhos Antunes para proceder a resposta ao discurso de Moraes.

Natural do Rio Pardo, Deoclécio Paranhos Antunes nasceu aos 04 de julho de 1902 e faleceu no ano de 1962. No meio intelectual sul-rio-grandense, era conhecido como De Paranhos Antunes. Militar de carreira, ingressou no Exército em 1921, onde chegou à patente de general-de-divisão em 1956. Também se dedicou ao campo do jornalismo, literatura e pesquisa histórica. Dentre as obras que escreveu, destacam-se *Ideias heterogêneas e contraditórias* (1932), *Episódios e perfis de 1835* (1935), *Antônio Vicente da Fontoura – Embaixador dos Farrapos* (1935), *Limites e povoamento do Brasil Meridional* (1937) e *Um capitão do exército na Guerra do Paraguai* (1944). Na Academia Rio-grandense de Letras, ocupou a cadeira de número 30, cujo patrono era Marcelo Gama.

Por essa mesma época, De Paranhos Antunes publicou, no *Correio do Povo*, um texto elogioso ao livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*,¹⁶⁰ no qual, além de destacar características específicas da obra, acentuava o caráter “nefasto” da imigração protagonizada por este grupo étnico.

Nos primeiros parágrafos, retomava o episódio da concessão de terras aos japoneses no Amazonas. Segundo suas palavras

Entre os que formaram na vanguarda contra tal medida, desde a primeira hora, estava a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, cujo núcleo neste estado tinha então a sua frente a figura moça e dinâmica de Carlos de Souza Moraes, fazendo com que o Rio Grande do Sul também se erguesse, num brado de protesto, contra tamanha barbaridade, por meio de moções, abaixo-assinados e dezenas de telegramas daqui enviados ao ilustre presidente do Senado brasileiro.¹⁶¹

¹⁵⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 33 – Parecer de Radagasio Taborda sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*.

¹⁶⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Correio do Povo* – artigo de De Paranhos Antunes sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*).

¹⁶¹ Entre 1935 e 1937, o Senado Federal foi presidido por Antônio Garcia de Medeiros Neto, senador eleito pelo estado da Bahia.

A resenha de De Paranhos Antunes, por seu turno, também executava uma função propagandística para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, especialmente sua seção estadual. Sincronicamente, ao abordar o núcleo torreano local, o militar e intelectual fazia um elogio a si mesmo, sublinhando seu “espírito patriótico”, ao afirmar que, “quando se cogitou da fundação do núcleo dos Amigos de Alberto Torres aqui, Dante de Laytano me preveniu que os patronos de magnífica ideia contavam comigo. Escusado é dizer que me pus desde logo à disposição destes bons brasileiros”. Embora se trate apenas de um fragmento, este trecho pode indicar um caráter personalista por parte de De Paranhos Antunes. E isso pode, de algum modo, ter aguilhoado os ânimos dentro da SAAT – como manifestado na correspondência de Cabanhas Machado.

Nas frases seguintes, o discurso nacionalista ganhava impulso, utilizando um tom de insinuação:

Só os cegos, os surdos, os displicentes, os refratários, os covardes, os egoístas, os interesseiros, os degenerados, não querem ver nem ouvir o clamor nacional de homens bem intencionados contra os quistos raciais e, principalmente, contra a invasão amarela em nosso país. Só quem não sabe a luta surda entre a escola nacional e a escola nipônica em São Paulo e no Pará, poderá permanecer impassível ante tão grave perigo.

O livro de Carlos de Souza Moraes é um grito de alerta, um brado de alarme a este respeito, e devia ser lido por todos quantos se interessam por tão altos e relevantes problemas. É a primeira obra que surge, neste sentido, no Brasil, e está fadada ao mais retumbante sucesso.

Advém recordar que, desde os tempos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1933 e 1934, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e alguns de seus membros, como Rafael Xavier e Raul de Paula, recebiam pesadas críticas por seus discursos xenófobos, assim como pela violenta campanha antinipônica que ergueram através da imprensa e das rodas intelectuais. Repasemos, como exemplo disso, as diversas publicações no jornal *Gazeta de Notícias*, ao longo do ano de 1936, opondo-se com tenacidade contra diversas ações torreanas, assim como os textos de Alexandre Konder denunciando perseguições contra imigrantes japoneses. Tão avultosa quanto as críticas externas, dentro do próprio núcleo central da SAAT existiam celeumas decorrentes dessas percepções exacerbadas. As circunstâncias que levaram Heloísa Alberto Torres – filha do patrono da entidade – a se afas-

tar, por não concordar com os rumos “extremistas” que estavam sendo descortinados, assim como as refutações de Raul de Paula para com as críticas de Heloísa Torres, acentuava a heterogeneidade de formulações teóricas e discursos empíricos sobre a questão racial e imigratória no Brasil. O texto de De Paranhos Antunes reforçava a concepção que se tornou majoritária dentro da SAAT: de que os japoneses, enquanto “exóticos e perniciosos”, representavam um “mal para o Brasil”, que necessitava ser “extirpado a qualquer custo”. E vociferava notadamente contra aqueles que apoiassem, de algum modo, qualquer iniciativa de defesa para com esse grupo étnico.

Em sua finalização, além de colocar-se como “um dos primeiros incentivadores” para que Moraes publicasse seu livro, a narrativa adotada por De Paranhos Antunes assumia contornos moralistas. Embora, na maior parte das publicações produzidas pela SAAT não se encontre, explicitamente, a abordagem sobre questões cotidianas, vistas como imorais ou degenerativas, havia a presença desta premissa de forma subjetiva. Basta relembrarmos a entrevista de Carlos de Souza Moraes ao *Diário de Notícias*, em março de 1936, em que comentou sobre a “promiscuidade” que reinava na região da Campanha sul-rio-grandense, ou a participação incisiva de Camila Furtado Alves na Liga Anti-Alcoólica. Os termos que encerravam a resenha eram estes:

Aconselhei-o a que procurasse, logo, logo um editor. Infelizmente, para obras como estas, ainda não temos editores no Brasil. É o interesse comercial imediato o que eles procuram. Ou literatura pornográfica, ou literatura desagregadora. E o autor teve de editar “A Ofensiva Japonesa no Brasil” por sua conta. Mais uma razão para que ela seja lida por todos, para estímulo do jovem brasileiro, que com tanto carinho, cuida dos nossos mais altos problemas quando, fosse ele outro, estaria aproveitando a sua mocidade em prazeres fáceis e gloriolas fúteis, “gozando” a vida, como fazem, infelizmente tantos moços, consumindo seus dias em bordéis imundos ou em coisas superficiais, sem se voltarem para o Brasil, para a construção da pátria de amanhã.

Imbricado com o elóquio moralista e patriótico, também ocorre uma reprimenda ao mercado editorial brasileiro daquele momento, acusando-o de pouco interesse pela causa nacionalista, que se encorpava. A primeira edição do livro de Carlos de Souza Moraes, financiada pelo próprio, foi lançada pela Livraria do Globo, sediada em Porto Alegre. Cinco anos depois, a mesma editora produziu a segunda edição, cuja editoração gráfica

era de qualidade maior, assim como mais volumosa. Fato interessante é que, no mesmo ano de 1942, junto com a nova versão de *A ofensiva japonesa no Brasil*, a Livraria do Globo lançou a obra *A 5ª Coluna no Brasil*, do tenente-coronel Aurélio da Silva Py, o já mencionado chefe de Polícia do Rio Grande do Sul. Se, alguns anos antes, a falta de “compromisso patriótico” das editoras era alvo de crítica, nos primeiros anos da década de 1940 as obras de teor nacionalista tiveram destaque no cenário literário e intelectual vigente. No próximo capítulo, retomarei a análise da segunda edição do livro de Carlos de Souza Moraes de forma mais verticalizada.

Nos dois anos em que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres atuou com maior militância no Rio Grande do Sul, a entidade não passou incólume pelas tensões que a agremiação vivenciava em sua direção nacional. A substituição de Rafael Xavier na presidência da SAAT, com a eleição de Juarez Távora, assim como o afastamento de Raul de Paula, determinou uma possível assincronia entre as diretrizes nacionais adotadas a partir de então e a plataforma de ações do núcleo torreano sul-rio-grandense. Embora, nacionalmente, alguns membros da SAAT, como Xavier de Oliveira,¹⁶² continuassem disseminando o discurso antinipônico, houve, de forma geral, um recrudescimento nesta abordagem por parte da direção nacional entre 1936 e 1937. Já no cenário do Rio Grande do Sul, a campanha contra a imigração japonesa continuava, tendo seu ápice com a publicação da obra de Carlos de Souza Moraes, em meados de 1937.

No depoimento concedido por Moraes à professora Ieda Gutfreind, ele comenta sobre sua relação de proximidade com Rafael Xavier e Raul de Paula – especialmente o segundo:

O meu contato com Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja sede era no Rio de Janeiro, foi se fazendo aos poucos, através do secretário-geral, não sei se Carlos de Paula ou Raul de Paula, um grande intelectual e discípulo de Alberto Torres. Ele era empolgado pela obra de Torres e minha aproximação com ele fez com que me detivesse com mais cuidado ao problema imigratório japonês que vinha acontecendo desde 1908, quando chegaram os primeiros japoneses no Brasil. As concessões que o governo vinha fazendo aos japoneses, referentes às terras na Amazônia e em outros Esta-

¹⁶² Remetemos ao embate ocorrido entre Xavier de Oliveira e Salgado Filho, na Câmara dos Deputados, acerca da imigração assíria e japonesa e das relações do Brasil com o Japão, ocorrido no ano de 1937, conforme publicado no *Jornal do Commercio*.

dos, eram muito grandes, pois, chegavam a um milhão de quilômetros quadrados.

O contato com o secretário me levou ao Rio de Janeiro umas duas vezes, onde participei de algumas reuniões da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que era dirigida na época por Rafael Xavier um elemento muito trabalhador, ativo e também encantado pela obra de Alberto Torres. Integrado à Sociedade e também empolgado pela obra, tratei de fundar no Rio Grande do Sul, um núcleo dessa Sociedade. Sua sede era no Palácio do Comércio de Porto Alegre... no Clube do Comércio (Gutfreind, 2019, p. 290).

Carlos de Souza Moraes indica sua incursão ao cerne da SAAT através dos contatos com Raul de Paula. Mas essa referência não exclui o papel mediador que o desembargador Vieira Pires possa ter na introdução do “espírito torreano” no jovem acadêmico de Direito – assim como nos contatos iniciais entre Moraes e Raul de Paula. A querela envolvendo seus principais interlocutores junto à SAAT nacional aborrecera o líder torreano no Rio Grande do Sul, como demonstrado na correspondência que encaminhou à Juarez Távora, em outubro de 1936.

Outros documentos arquivados por Carlos de Souza Moraes remontam a essa passagem. Telegrama de Rafael Xavier endereçado ao confrade Moraes, datado de 21 de setembro de 1936, pedia ao presidente da SAAT sul-rio-grandense que não recuasse nos propósitos torreanos junto ao estado sulino:

Recebi vossa carta. Afastamento da presidência da SAAT não significa abandono de nossos trabalhos, aos quais continuarei dando maiores e dedicados esforços, através dos clubes, que continuam sob minha direção. Espero que o prezado amigo não esmoreça na patriótica campanha junto ao núcleo torreano, mantendo o mesmo entusiasmo demonstrado quando reorganizando os trabalhos. SAAT conta com seu patriotismo. Cordiais abraços, Rafael Xavier – Diretor de Estatística do Ministério da Agricultura.¹⁶³

A continuidade de Rafael Xavier na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, nomeado para nova função, motivou uma ruptura significativa na organicidade da agremiação. O pedido de desligamento de Raul de Paula, como demonstrado anteriormente, foi resultado de seu afastamento do posto de diretor da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares, órgão de apoio

¹⁶³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Telegrama de Rafael Xavier para Carlos de Souza Moraes, 21/09/1936).

instituído pela SAAT. O acúmulo desta função com a de secretário-geral mobilizava um poder expressivo nas mãos de Raul de Paula. Ser preterido em alguma destas pastas, além de representar um golpe em sua personalidade autoritária, assinalava para uma tentativa de diminuição de seu poder. Quanto ao relacionamento de amizade entre Carlos de Souza Moraes e Raul de Paula, as fontes arroladas indicam que era em um grau mais elevado do que com Rafael Xavier, por exemplo. Um dos indicativos estava na dedicatória da segunda edição de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, onde Raul de Paula era um dos considerados dignos deste reconhecimento. Mas outro elemento surge nas correspondências estabelecidas entre ambos. Neste caso, os documentos analisados datam de abril de 1937.

A primeira carta apreciada era uma resposta de Carlos de Souza Moraes a um telegrama encaminhado por Raul de Paula, comunicando-lhe sobre a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, também lhe enviando os estatutos da nova entidade. Adotando uma narrativa de cordialidade, Moraes informava que a correspondência recebida lhe

[...] trouxe a grata notícia da fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, que, com a sua direção, haja vista o programa da mesma e capacidade de trabalho e entusiasmo, prestará, por certo, grande serviço ao país, num momento em que se tornam, cada vez mais, escassos os sentimentos de patriotismo. Eu, de minha parte, estarei, como sempre, pronto a enviar-lhe dados que necessitar do sul, pois que, ainda que fazendo parte da Federação Brasileira dos Clubes Agrícolas, da Sociedade Alberto Torres, procurarei prestar meu desvalioso concurso à sua iniciativa.¹⁶⁴

Os laços de amizade ficavam externados no compromisso de Moraes em repassar dados sobre os clubes agrícolas escolares do Rio Grande do Sul, mesmo que isso representasse infringir as normativas de fidelidade para com a SAAT, tendo em vista que a entidade fundada por Raul de Paula almejava capitalizar para si os clubes existentes, assim como a ampliação deste tipo de atividade. Em contrapartida, Carlos de Souza Moraes solicitava que o amigo lhe enviasse mapas que possuía sobre imigração japonesa no Brasil, para que as cópias fossem anexados ao livro que estava organizando.

¹⁶⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de correspondência de Carlos de Souza Moraes endereçada ao Dr. Raul de Paula, 1º/04/1937).

A resposta fornecida por Raul de Paula foi escrita em 13 de abril daquele ano. E se trata de um documento em que o ex-secretário geral da SAAT externava seu descontentamento e, até mesmo raiva, para com alguns integrantes da direção nacional, acusando-os de traição e atitudes que objetivavam desmoralizá-lo.¹⁶⁵

Raul de Paula assim escreveu ao amigo:

Desejo muitas prosperidades a Sociedade que o amigo fundou. Entretanto, com relação à Sociedade Central, só tenho a dizer ao amigo que não perdorei aos infames Rafael Xavier, Hélio Gomes e Juarez Távora, que me traíram e mataram a nossa Sociedade. Estou em uma luta de vida ou morte e hei de acabar com ela para dar aqueles patifes o castigo que merecem e mostrar à nação o que são eles. Eu não os perdorei. Por onde passo, em conferências, em artigos de jornal, eu crucifico aqueles cachorros.

O tom adotado por Raul de Paula preconizava um pensamento, no mínimo, vingativo, afirmando que tudo faria para desestabilizar aqueles que julgava o terem traído. Estas ameaças, além de direcionadas para Juarez Távora, Hélio Gomes e Rafael Xavier, sintetizam o objetivo de esfacelar a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres por todos os meios possíveis. De fato, Raul de Paula, ao longo daquele período, como exposto no subcapítulo anterior, aproveitou algumas oportunidades, em atividades públicas, para atacar desafetos. Acontecimentos deste tipo foram, inclusive, noticiados pela imprensa, como a conferência realizada em Joinville, quando criticou abertamente membros do governo federal e o próprio presidente Getúlio Vargas – sendo ele, Raul de Paula, funcionário do Ministério da Educação.¹⁶⁶ Ao fundar a Sociedade Brasileira de Ensino Rural, instrumentalizou-a também como um canal anti-SAAT, acusando seus ex-confrades de “se unirem aos japoneses”, traindo o Brasil e o ideal de Alberto Torres. Essa traição teria se materializado em sua “expulsão” da direção dos clubes agrícolas escolares e na amenização do discurso antinipônico.

¹⁶⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Correspondência de Raul de Paula endereçada ao Dr. Carlos de Souza Moraes, 13/04/1937).

¹⁶⁶ *A Notícia*, 28/09/1937, Ano XVI, n. 2.695, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/14411>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Na segunda parte da correspondência, Raul de Paula abordou a questão dos mapas solicitados por Carlos de Souza Moraes.

Quanto ao material japonês, está a sua disposição. Não confio, todavia, no correio para remetê-lo. Assim como os japoneses compraram Rafael Xavier e outros patifes da SAAT, eles têm serviço de espionagem por toda a parte e eu corro o risco de perdê-lo. Assim, quando eu for aí, levarei tal material. Minha Sociedade está vitoriosa. Tenho apoio suficiente para levá-la avante. No Rio a SAAT apagou fogos. Nada faz, nem eu a deixarei trabalhar.

Um aspecto interessante deste trecho é que, além de abordar a suposta traição de alguns torreanos, Raul de Paula apresentava uma teoria conspiratória: a existência de uma bem articulada estrutura de espionagem japonesa no Brasil – a exemplo do que era atribuído ao Partido Nazista, no caso das áreas de imigração alemã. Como visto anteriormente, embora – sobretudo após a implantação do Estado Novo – as autoridades afirmassem a existência de uma rede de espionagem, não foram encontradas provas contundentes da presença de um aparato nipônico com esse objetivo. Por outro lado, a narrativa transparecia duas possíveis características da personalidade de Raul de Paula: egocentrismo e mania de perseguição. O primeiro aspecto – que se fazia presente tanto nesta carta quanto na interpretação de outras fontes analisadas – residia no poder que atribuía a si mesmo. No documento em questão, esse poder se solidificaria na capacidade de destruir seus oponentes e a própria Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em outros momentos, exaltava seu papel como “principal arrimo” que sustentava o trabalho da SAAT em nível nacional. O segundo tópico era expresso ao declarar o medo que sentia de que seus materiais fossem surrupiados pela “espionagem japonesa”.

O grau de intimidade que se expressa através das palavras de Raul de Paula, ao confidenciar seus sentimentos de profunda mágoa e raiva para com antigos colegas, delineia uma amizade com Carlos de Souza Moraes iniciada, ao menos, cinco anos antes. O pensamento antinipônico adotado por Moraes, ao longo das décadas de 1930 e 1940, muito se devia ao intercâmbio intelectual que mantinha com Raul de Paula, de quem se tornara uma espécie de discípulo.

A aproximação entre os dois torreanos não se dera apenas no campo ideológico. Existem semelhanças na trajetória que ambos construíram den-

tro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. É inegável que Raul de Paula e Carlos de Souza Moraes, em suas devidas proporções, tiveram papel preponderante na articulação político-intelectual da entidade. Na função de secretário-geral desde sua fundação, Raul de Paula, em grande medida, centralizara em torno de si a direção ideológica e propagandista, além de cuidar das relações institucionais e de um dos projetos mais significativos executados nacionalmente pela SAAT, que foram os clubes agrícolas escolares. Nos dois anos em que o núcleo torreano do Rio Grande do Sul atuou mais vigorosamente, o direcionamento das principais ações convergia para a liderança de Carlos de Souza Moraes, independentemente do cargo que estivesse ocupando dentro da SAAT estadual.

Simultaneamente aos contatos que estabelecia para com Raul de Paula, Carlos de Souza Moraes articulava aspectos burocráticos e administrativos do núcleo sul-rio-grandense. O principal deles foi a eleição da nova direção estadual, que conduziria os rumos da agremiação naquele ano de 1937 e em parte do ano seguinte. O periódico fluminense *O Jornal*, em edição de 7 de abril daquele ano, registrou a eleição e posse do novo diretório do Rio Grande do Sul.¹⁶⁷ A composição ficou determinada da seguinte forma:

Presidente: Gaspar Dilermando Ochoa
1º Vice-presidente: coronel Anápio Gomes
2º Vice-presidente: tenente Deoclécio Paranhos Antunes
Secretário geral: Carlos de Souza Moraes
1º Secretário: José Cezar
2ª Secretária: Lola Margot Daudt
1º Tesoureiro: Nazário Leitão dos Santos
2º Tesoureiro: Carlos Maria Ruschel
Bibliotecário: Antonio Paz de Mello

Conselho Administrativo: desembargadores José Valentim do Monte e Antônio Vieira Pires; professoras Leopolda Barnewitz e Camila Furtado Alves; Luiz Gomes de Freitas, Labieno Jobim Filho, José Antunes de

¹⁶⁷ *O Jornal*, 7/04/1937, Ano XIX, n. 5463, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/37059. Acesso em: 7 ago. 2020.

Mattos Vieira, Aristides Cabanhas Machado, José Moreira Alves, Alvaro de Lima Corrêa, Mário Bernd e Dário de Bittencourt.

Na reestruturação de cargos e nomes, vemos que a segunda vice-presidência foi ocupada por De Paranhos Antunes. Talvez, ao assumir esta função, tenha buscado impor mais sua vontade, o que gerou a antipatia de alguns colegas, conforme demonstrado por Cabanhas Antunes em sua carta direcionada ao amigo Carlos de Souza Moraes. A presidência coube ao professor Gaspar Ochoa, da Faculdade de Agronomia, em Porto Alegre, que também acumulava a função de diretor geral da Secretaria de Agricultura do estado. Existem poucos registro documentais de Ochoa para Moraes. Mas um deles, como será exposto adiante, é importante por trazer um terceiro ponto que pode explicar o esmaecimento da SAAT no Rio Grande do Sul.

Semelhante ao que ocorrera com Raul de Paula entre 1932 e 1936, onde atuou como secretário-geral da SAAT, sediada no Rio de Janeiro, Carlos de Souza Moraes foi eleito secretário-geral do núcleo sul-rio-grandense. E, embora do ponto de visto hierárquico estivesse ocupando um cargo mais abaixo na estrutura torreana estadual, a apreciação dos documentos disponíveis permite asseverar que Moraes continuou exercendo a efetiva liderança da entidade, tanto em sua dimensão intelectual e ideológica quanto política.

Além da eleição e posse da nova diretoria, o mês de abril em 1937 foi marcado por outra significativa atividade da SAAT: o “Mês do Ensino Rural”. Era o primeiro evento público que o núcleo realizava desde novembro de 1936. O cronograma das atividades previa quatro conferências, distribuídas ao longo das semanas daquele mês.¹⁶⁸ O cabeçalho da carta-convide encaminhada pela SAAT, enfatizava a seguinte argumentação:

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no desenvolvimento de seu patriótico programa de atividades, promoverá, pela primeira vez neste Estado, uma série de conferências sobre ensino rural, visando interessar os poderes públicos e os educacionistas em geral na instituição, nas escolas públicas e particulares, de uma cadeira sobre ruralismo, que atenderá as peculiaridades de cada região do Rio Grande do Sul, a fim de que a criança receba uma instrução consentânea com suas futuras necessidades.

¹⁶⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Programa do “Mês do Ensino Rural” – Abril de 1937).

A criação de uma disciplina voltada ao “ruralismo”, desde o ensino primário até o superior, era uma das bandeiras defendidas pela SAAT nacionalmente, desde seus primeiros meses de existência. No Rio Grande do Sul, essa campanha ganhou mais fôlego a partir daquele momento, alinhada com a tentativa de expansão dos clubes agrícolas escolares na capital e interior do estado. Sobre as conferências, estas seriam proferidas por quatro professoras, sendo duas integrantes da SAAT.

A conferência inaugural ficou sob responsabilidade de Camila Furtado Alves, com o tema “O ambiente rural e a influência de pode exercer a escola na melhoria do mesmo”. Conforme noticiado na imprensa de Porto Alegre, a palestra ocorreu na noite de 08 de abril, conforme estava previsto no cronograma planejado pelo núcleo.¹⁶⁹ A segunda noite, na semana seguinte, abordava “Os fundamentos econômicos e sociológicos a serem levados em conta na educação rural brasileira”, com a professora Ruty Ivoty Torres da Silva, que ocupou a Superintendência de Ensino Rural da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Nas semanas seguintes, as conferências foram ministradas por Iris de Leão e Lola Daudt. Os temas foram, respectivamente, “O Clube Agrícola na Escola Normal Rural” e “Como poderá contribuir a escola rural para transformar a mentalidade do nosso povo”. Como pode ser observado, as temáticas almejavam incutir um pensamento ruralista, ao mesmo tempo que buscavam pressionar o governo estadual, através da Secretaria de Educação, que introduzisse o “ruralismo” como obrigatório nas grades curriculares vigentes no Rio Grande do Sul. Mesmo com um bom trânsito naquela pasta, como visto anteriormente, a SAAT não conseguiu êxito até aquele momento nessa proposição – assim como não obteve nos anos seguintes.

A bandeira do ensino rural encontrava um ponto positivo de implementação através dos clubes agrícolas escolares. No caso do Rio Grande do Sul, a criação dessas instituições datava de 1934, organizadas por Octávio Gomes. Na missiva que remetera ao major Juarez Távora, Carlos de Souza Moraes afirmava que funcionavam mais de vinte clubes agrícolas escolares no estado naquele ano de 1936. Em duas anotações, Moraes faz

¹⁶⁹ Jornal *A Federação*, 9/04/1937, Ano LIV, número 82, página 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81668>. Acesso em: 15 mar. 2019.

uma listagem das instituições escolares que possuíam clubes agrícolas em atividade.¹⁷⁰ Esta relação está esquematizada na tabela que segue:

Tabela 1: Clubes Agrícolas Escolares no Rio Grande do Sul (1937)

Clube Agrícola Escolar	Escola/Cidade	Responsável
Clube Agrícola Othelo Rosa	Grupo Escolar de Campo Bom/Campo Bom (2º Distrito de São Leopoldo)	Profa. Anfilóquia Magnus de Souza
Clube Agrícola Dom Antônio Alves	Ginásio Cristo Redentor/Cruz Alta	Não consta
Clube Agrícola da Picada Boa Vista	Grupo Escolar da Picada Boa Vista/Teutônia (Distrito de Estrela)	João Hugo Hoss
Clube Agrícola do Colégio Paula Soares	Colégio Paula Soares /Porto Alegre	Ruth Maria Barreto
Clube Agrícola Camila Furtado Alves	Colégio Elementar Voluntários da Pátria/Porto Alegre	Joaquim Luiz Moraes
Clube Agrícola do Grupo Escolar Flores da Cunha	Grupo Escolar Flores da Cunha /Belém Velho – Porto Alegre	Ilza Drug
Clube Agrícola Guerreiro Lima	Grupo Escolar Emilio Meyer/Canoas	Profa. Lola Margot Daudt
Clube Agrícola Escolas Reunidas	Escolas Reunidas do Cristal/Porto Alegre	Julieta C. Silva
Clube Agrícola do Grupo Escolar de Gravataí	Grupo Escolar de Gravataí/Gravataí	Não consta
Clube Agrícola do Passo da Capivara	Escolas Reunidas do Passo da Capivara/Porto Alegre	Profa. Vicentina Barcellos
Clube Agrícola Fernando Gomes	Grupo Escolar Fernando Gomes/Porto Alegre	Cândida Cezimbra
Clube Agrícola 13 de Maio	Grupo Escolar 13 de Maio/Porto Alegre	Iracema Pacheco
Clube Agrícola das Escolas Reunidas	Escolas Reunidas/Porto Alegre	Ilza Gonçalves
Clube Agrícola do Grupo Escolar Tristeza	Grupo Escolar da Tristeza/Porto Alegre	Malvina Ribas

Autor: Rodrigo Luis dos Santos.

¹⁷⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Anotações sobre os Clubes Agrícolas Escolares em atividade no Rio Grande do Sul).

No inventário elaborado por Carlos de Souza Moraes, no início do ano de 1937, o número de clubes agrícolas escolares considerados ativos no Rio Grande do Sul soma um total de quatorze. Destes, nove estavam localizados no município de Porto Alegre. Em áreas de imigração, existiam dois clubes, em áreas distritais das cidades de Estrela e São Leopoldo. É possível ver que, dos dois clubes agrícolas instalados em Estrela, mencionados por Rodolfo Maria Rath e outros torreanos locais na carta endereçada a Moraes, um encerrou suas atividades neste intervalo de tempo. Lamentavelmente, não encontrei nenhuma informação mais detalhada sobre o clube agrícola que funcionou em Campo Bom, que explique a razão de sua escolha para receber o projeto torreano. Tenho apenas a suspeita de que estivera vinculado ao Grupo Escolar Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, instalado naquele distrito em 1933.

No contexto entre 1934 e 1937, funcionou em Campo Bom um destacado núcleo integralista, com adeptos entre famílias de origem alemã residentes na localidade. Embora integralistas, como Dário de Bittencourt e Arlido Amoretty Saraiva, tenham participado do núcleo estadual da SAAT, havia uma desconfiança sobre a inserção de imigrantes e descendentes na AIB. Segundo Magalhães (1998), isso ocorria porque, segundo alguns intelectuais e autoridades nacionalistas, alemães e italianos – e seus descendentes – poderiam utilizar o integralismo para a transposição do pensamento nazista e fascista ao âmbito brasileiro. É possível que, em decorrência desta situação, a escolha de Campo Bom tenha sido estratégica, para a difusão de um nacionalismo autenticamente brasileiro, contrapondo-se ao ideário estrangeiro que poderia arraigar-se pela região.

Na região de colonização italiana, a relação entre o integralismo e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi alvo de crítica. O jornal *Folha do Nordeste*, sediado em Caxias do Sul, publicou um editorial em agosto de 1937, no qual defendia “a brasilidade da SAAT”, em oposição ao “oportunismo dos integralistas”.¹⁷¹ Destacava que “a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Fundação Humberto de Campos, as Academias de Letras,

¹⁷¹ *Folha do Nordeste*, 1º/08/1937, Ano 1, n. 14, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882372/11>. Acesso em: 17 ago. 2020.

de Ciências, de Artes, de iniciativa particular, exclusiva, surgem todos os dias e não são obra do integralismo”. A argumentação do periódico serra-no adotou um discurso diferente do que, por exemplo, o *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, pronunciava em suas páginas. Naquele jornal, como visto, a SAAT era o alvo das críticas e acusações, enquanto a narrativa sobre os integralistas era de cordialidade. De qualquer modo, existem indícios que, ao final de 1937, os vínculos entre torreanos e integralistas, tanto em nível nacional quanto no Rio Grande do Sul, estavam estremecidos.

Sobre razões que expliquem a diminuição no número de clubes agrícolas escolares, dos aludidos mais de vinte referenciados por Carlos de Souza Moraes, em outubro de 1936, para quatorze no princípio de 1937, não foram encontradas referências junto ao acervo pessoal deixado por Moraes. Mas outras situações que ocorreram, simultaneamente, podem indicar possibilidades. A primeira reside nas disputas entre Raul de Paula e a SAAT, em torno do comando dos clubes agrícolas em nível nacional. Com a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, Raul de Paula iniciou uma política de aliciamento dos clubes existentes, e que até pouco tempo antes estavam sob sua direção. É admissível que esses embates tenham, especialmente nas cidades interioranas, fragilizado os clubes existentes, ocasionando o fechamento destes, influenciados diretamente por Raul de Paula – e o que explica também a concentração de clubes na capital do estado, mais alinhados com a direção do núcleo sul-rio-grandense.

A segunda situação envolve questões de ordem financeira, não apenas referentes aos clubes agrícolas, mas ao próprio espectro de atuação da SAAT no Rio Grande do Sul. E, para compreender melhor essa situação, retomo a supramencionada correspondência de Gaspar Ochoa remetida ao secretário-geral Carlos de Souza Moraes.

Em abril de 1937, quatro conferências públicas foram realizadas, perfazendo a programação do “Mês do Ensino Rural” promovido, de forma inédita, pelo núcleo da SAAT sul-rio-grandense – adotando uma atividade já realizada por outros núcleos torreanos estaduais. Contudo, a partir de maio daquele ano, nenhum outro evento público organizado pela SAAT é mencionado pela imprensa – e nem há menções encontradas entre os documentos acumulados por Moraes. Esta ausência de atividades públicas era

vista com preocupação por Carlos de Souza Moraes, que explanou sua inquietação para o presidente torreano Gaspar Ochoa. Em 13 de outubro, Ochoa enviou-lhe a seguinte resposta:

Concordo plenamente com a necessidade da SAAT de reiniciar suas atividades públicas numa série de conferências, pois isso mais reforçaria o efeito que nosso memorial teria no espírito de S. Excia.

Não há dúvida que precisamos do auxílio do Governo para levar para frente o vasto programa da SAAT. Não tenho dúvida que S. Excia. dará sua aprovação ao nosso pedido de auxílio. Mas, como a autorização vai depender da Assembleia, é muito vantajoso que os senhores deputados apreciem nas próximas conferências as atividades de nosso núcleo.

Julgo que é mais do que tempo de dirigir o memorial ao Sr. Governador. Sempre as suas ordens, espero ter diligenciado a contento dos nossos companheiros de diretoria.¹⁷²

O conteúdo do documento acentua a necessidade financeira enfrentada pelo núcleo torreano do Rio Grande do Sul para continuar suas atividades. A falta de recursos inviabilizara, naquele ano de 1937 a realização de um número mais expressivo de conferências, assim como resultou em um esmorecimento nas atividades desenvolvidas nos e pelos clubes agrícolas escolares. Como solução encontrada, houve a proposta de solicitar uma concessão semelhante àquela que o Ministério da Agricultura repassava, anualmente, para a SAAT do Rio de Janeiro. Para isso, Ochoa e Moraes planejavam enviar um relatório ao governador Flores da Cunha, almejando conseguir sua adesão para a causa, disponibilizando verbas do estado para amparar os projetos nacionalistas torreanos. Entretanto, aparentemente não esperavam que, alguns dias depois, o Rio Grande do Sul vivenciaria a renúncia do governador e a decretação de intervenção federal.

Com uma situação política insustentável, diante de seu embate com as intenções ditatoriais de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, acuado após perder o comando sobre a Brigada Militar, federalizada por ordens do general Manoel de Cerqueira Daltro Filho – comandante da 3ª Região Militar –, renunciou a seu cargo em 17 de outubro de 1937. Com a vacância no

¹⁷² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Correspondência de Gaspar Dilermando Ochoa para Carlos de Souza Moraes, 13/10/1937).

governo estadual, Getúlio Vargas designa Daltro Filho para assumir o comando do Executivo, como interventor federal. Era um ensaio para o golpe de Estado que Vargas daria pouco tempo depois, em 10 de novembro daquele ano.

Ao assumir o governo, Daltro Filho forma um novo secretariado. Para a pasta da Educação e Saúde Pública, Othelo Rosa foi substituído por José Pereira Coelho de Souza, deputado da Dissidência Liberal, bloco dentro do PRL que se alinhou com o presidente da República e rompeu com Flores da Cunha, unindo-se aos partidos de oposição – PRR e PL. Diante do novo cenário, a direção da SAAT estadual tentou uma aproximação com o novo governo. Já em 5 de novembro, um ofício assinado por Gaspar Ochoa e Carlos de Souza Moraes é encaminhado ao interventor Daltro Filho. Na sequência, reproduzo alguns trechos deste documento.¹⁷³

De caráter formal, o memorial inicia com uma breve contextualização sobre o núcleo estadual da SAAT, apresentando seus objetivos e elencando algumas atividades realizadas, além de ressaltar a vinculação que possuía com os antigos secretários de Agricultura e Educação do estado:

Sociedade eminentemente patriótica, o núcleo torreano rio-grandense tem procurado equiparar seus trabalhos aos realizados pela matriz no Rio de Janeiro, cujas atividades no âmbito nacional podem ser por V. Excia. apreciadas na leitura do relatório que acompanha este. Nestes dois anos de atividade deste núcleo, tem ele contado com o apoio moral do Governo do Estado, por intermédio de suas Secretarias de Estado da Educação e Agricultura. Para demonstrar sua idoneidade e ação construtiva, juntamos várias notícias de jornais, pelos quais se poderá ver que os ex-Secretários da Educação e Agricultura, bem compreendendo sua importância, ampararam decididamente nossos trabalhos. Anexamos outros documentos que comprovam o valor do que temos realizado.

No parágrafo subsequente, o presidente e o secretário-geral da SAAT subscrevem o pedido de subvenção, pois, até aquele momento, todas as despesas que o núcleo tivera foram, segundo os signatários, custeadas com as contribuições dos associados. Mas, pela “vastidão” de seus projetos, esse valor não seria mais suficiente, necessitando de um aporte mais substancial.

¹⁷³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de Ofício encaminhado ao General Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Interventor Federal do Estado Rio Grande do Sul, 5/11/1937).

O plano torreano de trabalho é enorme, e de benéficos resultados para o Estado, uma vez desenvolvido. Mas, para tanto, é mister que o Núcleo conte com um auxílio de quinze contos de réis (Rs. 15:000\$000) anuais, para fazer frente às suas necessidades. Esta quantia serviria, entre outras aplicações, para instalação duma sede e manutenção de funcionários remunerados para atender à correspondência, remessa de material para os seus subnúcleos no interior do Estado, organização de biblioteca e arquivo, num sentido preferencialmente rio-grandense, a fim de facilitar o estudo de qualquer assunto de interesse do Rio Grande. Além desses propósitos, muitos outros serão, e estão sendo, objeto de maior atenção por parte do Núcleo, que está elaborando um vasto programa de atividades para o próximo ano.

Como conclusão, Moraes e Ochoa exaltam o caráter patriótico da agremiação, também evocando o “espírito ordeiro e de brasilidade” do recém nomeado interventor federal. E admoesta que “é mais que justo” algum tipo de auxílio mais concreto por parte do governo do Rio Grande do Sul para com a causa torreana.

Nosso objetivo é exclusivamente trabalhar em prol do Rio Grande, do Brasil, como é de conhecimento em todo o país. Tudo que temos realizado aqui, através de dificuldades inúmeras, tem obedecido esse patriótico critério, e com o apoio material exclusivo de todos quantos se têm filiado à falange torreana. É justo, é patriótico, portanto, que o Governo do Estado, que não tem negado apoio às grandes realizações e nobres propósitos, auxilie nossa organização.

Cabe lembrar que, naquela conjuntura, Daltro Filho, pouco mais de três semanas à frente do governo estadual, vinha enfrentando, segundo Gertz (2005), tribulações na tentativa de aparar algumas arestas políticas ainda reinantes no ambiente sul-rio-grandense. Além da fragilidade em comandar a máquina político-administrativa, onde seu próprio secretário do Interior, Maurício Cardoso, “viveria conspirando contra o interventor, aproveitando-se de seu desconhecimento sobre assuntos da administração estadual (Gertz, 2005, p. 20), Daltro Filho precisava equacionar as peças políticas nos municípios, levando em conta o partidarismo estadual (dividido entre PRR, PL e dissidentes do PRL), na remoção, nomeação ou manutenção de delegados de Polícia e prefeitos em seus cargos. Somado a esse desarranjo, a SAAT recebeu um novo golpe de azar – ou melhor, do jogo político nacional: a decretação do Estado Novo. Embora, ideologicamente, o novo regime representasse uma guinada significativa no nacionalismo tão alardeado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em nível esta-

dual, de forma prática, estabeleceu um desconcerto na aproximação entre o núcleo e as autoridades constituídas. Diante daquele cenário, o núcleo sul-rio-grandense da SAAT não encontrou eco em suas aspirações junto ao governo estadual, não recebendo a subvenção ambicionada.

Mas as tentativas de aproximação com as autoridades do novo cenário político estadual e nacional prosseguiram. No início de dezembro de 1937, a direção da SAAT encaminhou telegrama ao secretário Coelho de Souza, desejando votos de um feliz ano de 1938 e afamando os predicados do destinatário. Na correspondência, escrita por Carlos de Souza Moraes, encontramos termos elogiosos, como:

[...] extraordinária obra de cunho nacionalista que vem realizando à testa desta importante Secretaria de Estado, onde se tem revelado um espírito brilhante e de larga visão, qualidades estas que, aliadas às realizações marcantes já empreendidas, conferiram ao ilustre patricio lugar destacado na alta administração pública e título de justo orgulho pelo bem prestado à Pátria.¹⁷⁴

A elaboração de mensagens e editoriais com discursos elogiosos – e até com certo grau de pedantismo – fez parte das estratégias de cooptação da SAAT, tanto em nível nacional quanto estadual. Exaltar as qualidades dos receptores, quando era conveniente e necessário para a obtenção de algum favor ou apoio, era importante no mecanismo de inserção torreana, assim como inflamados discursos de desqualificação para com opositores e críticos. No caso envolvendo Coelho de Souza, o caráter laudatório da narrativa se encaixa em um contexto de grandes necessidades por parte do núcleo sul-rio-grandense da SAAT. O secretário de Educação havia assumido sua função há pouco mais de um mês. Com isso, e em meio ao conturbado momento político estadual, pouco pudera realizar, efetivamente, dentro da plataforma nacionalista que se delineava, especialmente a partir de 10 de novembro de 1937, com o Estado Novo instaurado.

A resposta do secretário Coelho de Souza foi enviada em 9 de janeiro de 1938, agradecendo os votos que lhe foram endereçados por Carlos de

¹⁷⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de correspondência encaminhado ao Sr. José Pereira Coelho de Souza, secretário de Estado da Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul).

Souza Moraes e demais integrantes do núcleo estadual da SAAT.¹⁷⁵ Neste intervalo entre as duas correspondências, a direção da SAAT planejou o envio de outro documento ao interventor Daltro Filho, dessa vez pautando como objetos a criação da disciplina de “ruralismo” nas escolas do Rio Grande do Sul e a fundação da Escola Normal Rural.¹⁷⁶ Aqui reproduzirei alguns excertos, com os pontos centrais deste documento.

Inicialmente, faz-se referência ao abnegado trabalho da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres de implantar, nacionalmente, “os princípios erigidos por seu patriótico patrono”, o grande sociólogo brasileiro Alberto Torres. Ademais, justificava que, “por ser a terra o maior patrimônio do Brasil ou que dela tudo provém”, a SAAT se interessava pela instrução rural nas escolas públicas de ensino primário e elementar. Essa modalidade educacional seria importante para “que a terra brasileira fosse usada de forma mais racional”, além de fomentar “o amor verdadeiro pela Pátria e suas riquezas”. Mais adiante, o espectro de nacionalização das áreas de imigração estrangeira, política coadunada com as diretrizes do Estado Novo, é mencionada.

[...] o magistério público ainda não está habilitado para ensinar agricultura elementar, apesar de sua boa vontade; que nas áreas coloniais a tarefa ainda torna-se mais difícil, porque a própria língua nacional é, às vezes, desconhecida.

Por fim, salienta que, como forma mais “efetiva de contribuição”, o ideal seria a criação da Escola Normal Rural. Com isso, além de preparar melhor o magistério para o ensino da agricultura, também colaboraria, notadamente, para a inserção das áreas de imigração no escopo sociocultural brasileiro de forma definitiva.

Aproveitamos a oportunidade para dizer a V. Excia. que melhor seria ainda a criação da Escola Normal Rural, para alcançar completamente esse fim,

¹⁷⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Telegrama de José Pereira Coelho de Souza, secretário de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, para Carlos de Souza Moraes, 9/01/1938).

¹⁷⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Rascunho de correspondência que seria encaminhada ao General Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Interventor Federal do Estado Rio Grande do Sul – dezembro de 1937).

tendo um curso de especialização para o ensino nas colônias, com o nobre objetivo de intensificar nessa laboriosa e boa população alienígena o conhecimento da língua nacional e das nossas mais gratas tradições, para que melhor saibam amar esta grande Pátria.

Importante ressaltar que, naquele momento, a presidência do núcleo torreano do Rio Grande do Sul era exercida por Gaspar Dilermando Ochoa, professor da Faculdade de Agronomia. Em decorrência disso, o documento também permeia uma conotação corporativista, visando a abrir espaço para a atuação de acadêmicos vinculados com áreas daquela escola: “[...] lembraria, ainda, a possibilidade de aproveitamento dos técnicos rurais do curso do Instituto de Zootecnia, de Viamão, neste Estado, para o exercício do magistério em zonas rurais, depois de completarem o exercício do magistério na atual Escola Normal”.

Contudo, uma pequena anotação naquele rascunho, com a palavra “cancelar”, indica que a versão final da solicitação não foi encaminhada ao general Daltro Filho. Não são mensuradas razões por parte de Carlos de Souza Moraes ou Gaspar Ochoa, mas o não retorno das correspondências enviadas, anteriormente, ao próprio interventor e ao secretário Coelho de Souza – que só responderia em janeiro seguinte –, podem ter fragilizado a iniciativa. Imbricada nessa possibilidade, ainda havia o panorama político do Rio Grande do Sul, que continuava instável em decorrência de conflitos internos, somado com problemas graves de saúde enfrentados por Daltro Filho.

Mas a resposta dada por Coelho de Souza, no mês de janeiro, parece ter motivado novamente a direção torreana na busca de seus objetivos, especialmente a subvenção estadual. Tanto que, posteriormente, o secretário de Educação enviou telegrama para Carlos de Souza Moraes, já residindo em São Leopoldo, informando que uma audiência com a direção da SAAT estadual havia “sido marcada para o dia 10 do corrente mês”. Porém, o documento não informa de qual mês se tratava. Mas o recorte deveria estar situado entre janeiro e junho de 1938. Naquele interim, Daltro Filho havia deixado a interventoria, por agravamento de seu estado de saúde – falecendo em 19 de janeiro de 1938 –, sendo o governo assumido, interinamente, por Maurício Cardoso, secretário do Interior. Em março, Getúlio Vargas nomeou o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, então comandante substi-

tuto da 3ª Região Militar, para assumir como interventor federal, o que ocorreu no dia 4 daquele mês.

Sobre a audiência na Secretaria de Educação, não há registros se de fato ela ocorreu. De concreto, o que se tem certeza é de que, desde abril de 1937, a SAAT não realizava mais atividades públicas de grande repercussão. E de que os problemas financeiros continuavam dificultando a retomada das ações. Em junho de 1938, um novo requerimento de subvenção é encaminhado ao governo do estado, dessa vez ao interventor Cordeiro de Farias.

De forma geral, seu conteúdo é uma reprodução daquele que havia sido enviado ao general Daltro Filho, sete meses antes. Um dos aspectos diferenciais, e que chama atenção, é a alteração no valor solicitado: de quinze contos de réis (Rs. 15:000\$000), a quantia foi reduzida para um total de oito contos de réis (Rs. 8:000\$000).¹⁷⁷ De forma pragmática, a redução do valor da subvenção em quase metade, talvez visasse a facilitar seu aceite por parte das autoridades. Mesmo assim, sobre o acolhimento desta solicitação por parte do governo do Rio Grande do Sul, não foi encontrado nenhum apontamento ou documento que comprove isso junto ao acervo deixado por Carlos de Souza Moraes. Na imprensa estadual ou nacional, também não há qualquer menção da disponibilização deste valor. Em decorrência, o mais provável é que o requerimento não logrou êxito em seu intento, não recebendo a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres estadual o auxílio financeiro pleiteado.

Sobre os fatores que levaram ao declínio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, é inegável o peso dos aspectos financeiros, que assumiram um lugar de destaque nas preocupações de suas principais lideranças entre 1937 e 1938. Sem a almejada subvenção, a continuidade das atividades, como aquelas realizadas em 1936 e 1937, tornou-se inviável. Importante destacar que, em abril de 1938, o governo estadual publicou o decreto que efetivava a campanha de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul. O controle educacional foi assumido de forma centralizada pela

¹⁷⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de Ofício encaminhado ao Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal do Estado Rio Grande do Sul, 20/06/1938).

Secretaria de Educação, assim como os mecanismos de fiscalização e, quando necessário, até mesmo de repressão. Com esse panorama, é viável pensar que as autoridades, embora simpáticas com o ideário torreano, julgassem dispensável o auxílio da SAAT na área do ensino, especialmente.

Não obstante, os atritos internos que surgiram entre os associados, embora impliquem um aumento de tensões em um momento já de crise, aparentam ter contribuído de forma menos decisiva. Talvez, se houvesse um escopo documental mais ampliado sobre este tocante, as análises sobre o fator dos atritos interpessoais encaminhassem para uma conclusão diferente.

Por fim, a mudança de Carlos de Souza Moraes para São Leopoldo, assumindo a função de secretário da Prefeitura Municipal, também representou um golpe junto ao núcleo torreano. Apesar de, geograficamente, São Leopoldo estar próxima de Porto Alegre, as demandas acumuladas, inerentes ao cargo que ocupava, parecem ter acarretado em um distanciamento de Moraes para com as necessidades do núcleo estadual. E também, embora se mostrasse um seguidor bastante afinado com os ideais torreanos, não podemos deixar de levar em consideração os acontecimentos em nível nacional que envolveram a entidade, sobretudo o afastamento de Raul de Paula, por quem Moraes demonstrava admiração e apreço. Essa ruptura, de algum modo, parece ter influenciado uma mudança, gradativa, em sua postura. Carlos de Souza Moraes não abandonou o pensamento nacionalista e, nos anos seguintes, também antinipônico. Mas ia afastando-se, aos poucos, da burocracia da SAAT. Sem embargo, Moraes, dentro do núcleo do Rio Grande do Sul, exercia um importante papel catalizador. E sua transferência alquebrou a capacidade de inserção político-ideológica que a agremiação vinha construindo no ambiente sul-rio-grandense.

Mas uma consideração precisa ser feita: o fim de uma entidade não significa, efetivamente, que o pensamento que norteava a mesma também desapareça. Ele pode ser perpetuado através de seus ex-integrantes, a partir da atuação que empreendem em diferentes espaços onde estão inseridos. E, mesmo com o desenlace da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, em meados de 1938, o bojo nacionalista que perpassava seu ideário continuou presente, materializando-se nas ações de seus antigos torreanos.

CAPÍTULO 4

O livro *A ofensiva japonesa no Brasil*: materialização de uma agenda política

Devemos enfrentar, sem mais tardança, a questão séria da ambientação do imigrante ao nosso meio, mormente o japonês. Sacudamos o nosso sentimentalismo piegas. Nada de simpatias pueris e muito menos exhibições humanitárias e internacionalistas. Acima de tudo o interesse nacional, a defesa da coletividade brasileira e das instituições (Moraes, 1942, p. 16).

O parágrafo citado é aquele que encerra a introdução de *A ofensiva japonesa no Brasil*. Mais do que uma síntese do conteúdo abordado ao longo das 316 páginas da edição “revisada e ampliada” de 1942, ela também expressa o pensamento que conduziu a atuação intelectual e política de Carlos de Souza Moraes ao longo das décadas de 1930 e 1940. Sem medo de cometer exageros, afirmar que o livro escrito por Moraes foi a materialização de uma agenda política é uma questão verossímil.

Seu conteúdo – que será abordado neste subcapítulo – manifesta uma plataforma defendida por seu autor, mas também evoca um ideário compartilhado com um grupo considerável de intelectuais brasileiros. Embora não estivesse mais atuando como um integrante efetivo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres quando organizou e publicou a segunda edição de sua obra, *A ofensiva japonesa no Brasil* continha o “espírito torreano” e, nas palavras do próprio autor, “gostaria que servisse de impulso para a própria retomada da obra promovida pela SAAT”. É importante ressaltar que, conforme demonstrado no capítulo anterior, entre 1938 e 1942, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em nível nacional, havia sofrido um processo de estagnação – e o núcleo sul-rio-grandense de completo desaparecimento. Contudo, o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaii, em 7 de dezembro de 1941, parecia servir como impulso para o reaquecimento da máquina torreana – e sua propaganda antinipônica e

anti-imigrantista. Presumivelmente, também era o momento oportuno para Moraes relançar seu livro, pois o alcance dele poderia ser mais amplo, ao contrário do que ocorreu com a primeira edição, em 1937.

Ao iniciarmos a análise da edição de 1942, é perceptível que a escolha das imagens da capa e contracapa de *A ofensiva japonesa no Brasil* tinham um objetivo certo: construir a imagem – estereotipada – dos japoneses como elementos estranhos, deformados e esquisitos, tanto no ponto de vista físico quanto moral e cultural, especialmente na imagem de capa. Coadunada com esses enquadramentos, a imagem também apregoa a representação de um caráter cínico, malicioso e, no caso feminino, libidinoso, voltado muito mais para a sexualidade, representada na criação imagética de uma gueixa. O objetivo central da escolha dessa imagem para a capa do livro – assim como a da contracapa – é já causar um efeito didático no imaginário do leitor, conduzindo-o para que, a partir da leitura do conteúdo da obra, qualifique a população japonesa com os adjetivos de estranhamento e exotismo que estão impregnados ao longo do livro. E o recurso caricatural visa a ampliar o alcance daquilo que foi expresso em palavras.

Figura 4: Capa do livro
A ofensiva japonesa no Brasil



Fonte: Exemplar pertencente à
Biblioteca do Museu Histórico
Visconde de São Leopoldo.

Na capa, os personagens escolhidos fazem parte do meio popular – mulheres, jovens, idosos. A contracapa, por sua vez, concentra-se em personagens relacionados com o ambiente militar e político do Império do Japão. As figuras principais satirizadas na contracapa do livro são, da esquerda para a direita, o almirante Isoroku Yamamoto, comandante da Marinha japonesa e idealizador do ataque à base estadunidense de Pearl Harbor; o general Hideki Tojo, primeiro-ministro do Japão entre 1941 e 1944 e, mais ao fundo, almirante Chuichi Nagumo, comandante da esquadra que deflagrou o ataque à Pearl Harbor em 1941. Os três são representados com semblante mais *carregado*, agressivo, justamente para construir uma imagem de homens perigosos, dispostos a tudo para levar a cabo a política imperialista nipônica. Atrás da figura dos três militares, são acrescentadas labaredas de fogo, como que em um incêndio e, do meio delas, em um círculo luminoso, alusão à bandeira japonesa, está a figura do imperador Hirohito, com uma posição gestual mais satirizada – até podemos dizer, ensandecida – que a de seus

Figura 5: Contracapa do livro
A ofensiva japonesa no Brasil



comandantes militares. Mas, em linhas gerais, o contexto da imagem aponta para um mesmo foco: evidenciar a nação japonesa como altamente nociva, para o mundo e, dentro da agenda política e ideológica defendida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, para o Brasil, decorrente da presença de imigrantes deste país em território nacional.

Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Como foi possível ver, a escolha destas imagens tem um caráter notadamente intencional, almejando tanto atrair a atenção do público leitor para o conteúdo do livro, quanto conduzir o sentido da leitura, incutindo, naquele que lê, a certeza de que os japoneses instalados no Brasil, efetivamente, eram intrusos nefastos e até agentes camuflados, articulados diretamente com o imperialismo nipônico. A representação imagética, desse modo, tem uma abordagem pedagógica, potencializando e sintetizando o ponto nevrálgico da narrativa textual que Carlos de Souza Moraes elaborou em *A ofensiva japonesa no Brasil*: a presença irrefutável de um *perigo amarelo*.

O livro está dividido em dez capítulos, sendo que estes não contêm títulos, mas sim uma listagem dos tópicos abordados em cada um. Como apêndices, foram anexados dois contratos de concessão de terras aos japoneses na década de 1930, uma no Pará e outra no Amazonas – esta combatida na campanha do senador Cunha Melo. Juntou-se também uma declaração do presidente estadunidense Franklin Roosevelt sobre a “traição” cometida pelo Japão, especialmente o ataque contra Pearl Harbor. Mas o grande destaque foi a publicação integral do *Memorando Tanaka*, famigerado projeto de expansão imperialista japonês.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a veracidade desse documento foi amplamente aceita pelos pesquisadores e pela comunidade internacional de forma geral, sobretudo em decorrência de ações impetradas pelas forças militares nipônicas na China. O Memorando Tanaka teria sido escrito pelo então primeiro-ministro do Japão, Tanaka Giichi, sendo apresentado ao *mikado*, ou seja, ao imperador Hirohito, em 1927. Nele, estariam formuladas estratégias para um plano de dominação em escala mundial. Dentro do processo de dominação, algumas etapas importantes se faziam necessárias. A primeira delas seria a conquista e subjugamento da Manchúria e da Mongólia, visando ao domínio do território chinês. Com isso, o Japão conseguiria ter controle sobre toda a Ásia na etapa seguinte e, dentro de pouco tempo, a rendição de países do Ocidente frente ao poderio japonês.

Fato concreto é que, entre junho e julho de 1927, o primeiro-ministro Tanaka Giichi convocou a chamada *Conferência do Extremo Oriente*, em que participam membros de ministérios e das forças armadas do Japão. Como resultado, ficou definido que o governo japonês apoiaria o *Kuomintang* (Par-

tido Nacionalista Chinês) em detrimento do Partido Comunista. Para isso, o general Zhang Zuolin, chefe feudal na Manchúria, deveria aceitar que as tropas japonesas instalassem uma base militar naquela região. Em 1932, a Manchúria, dominada pelo Japão, tornou-se um *estado fantoche* denominado *Manchukuo*, totalmente submisso aos interesses japoneses, sendo governado por Pu Yi, o último imperador chinês da Dinastia Quing, que havia abdicado em 1912. Este estado existiu até 1945, quando, em decorrência da rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, a região da Manchúria foi devolvida à China.

Foi intensamente divulgado, a partir de 1929, que o Memorando Tanaka era o relatório oficial da Conferência do Extremo Oriente. Entretanto, nenhuma edição em japonês foi encontrada desse documento, sendo sua primeira publicação em chinês. Durante a guerra, o governo dos Estados Unidos fez uso em larga escala do Memorando Tanaka na propaganda antinipônica, ampliando esse discurso no Ocidente. Atualmente, conforme o historiador John Dower (1986), a maioria dos pesquisadores acredita que o documento se tratava de uma estratégia política contra o Japão, hipótese também defendida por Barak Kushner (2015, p. 30), ao afirmar que havia “vários erros históricos críticos no *Memorial de Tanaka* que demonstram claramente sua falsidade, mas o fato de a mensagem se sobrepor ao objetivo geral do Japão de subjugar militarmente a China coincidiu com a crença em outros lugares de que o Memorial era genuíno”.

Se hoje a autenticidade é desacreditada, naquele ano de 1942, diante dos ataques japoneses, a narrativa do Memorando Tanaka era bastante eficiente na propaganda antinipônica, sendo amplamente utilizada por seus articuladores. Sobre o propalado documento, Carlos de Souza Moraes asseverou:

A 25 de julho de 1927, Tanaka, então presidente do conselho, apresentou ao Mikado um memorando secreto intitulado “Por uma política positiva na Manchúria”, que resume toda a política imperialista do Japão num programa mais consequente de dominação nipônica na Ásia oriental. Por sua feição de documento secreto, o memorando que vai aqui publicado na íntegra se afasta das contingências da linguagem diplomática, onde as expressões capciosas ou protocolares abrandam, muitas vezes, as arestas muito aparentes dos interesses inconfessáveis. É direto, rude, brutal. Vai direto aos fins. É, como já se disse, um “manual do imperialismo” (1942, p. 271).

A utilização do memorando não se deu apenas através da anexação de uma versão em português ao final do livro. Ele foi apropriado também como fonte ao longo da argumentação construída por Carlos de Souza Moraes, como forma de referendar as informações e hipóteses aventadas, especialmente sobre o projeto expansionista japonês, que incluía também a América – e, conseqüentemente, o Brasil. Também podemos perceber que, já naquele período, as suspeitas sobre a veracidade do documento estavam presentes. Mas, por seu turno, Moraes admoesta o eventual leitor de seu livro, induzindo que estas dúvidas eram produzidas por “defensores do imperialismo nipônico” e, no caso de brasileiros, “traidores dos interesses brasileiros”. Isso transparece na seguinte passagem:

Para que o leitor não duvide do plano há muito preparado para as conquistas que determinaram a eclosão da guerra do Pacífico, transcreveremos algumas passagens do célebre Memorando Tanaka que, não obstante julgado pelo governo japonês como documento forjado por alguns países interessados em indispor o Japão com o mundo civilizado, representa obra valiosa para aquilatar-se dos intentos da pátria de Hirohito (Moraes, 1942, p. 196).

Almejando construir uma tese robusta, que credencie sua obra como uma fonte efetivamente crível e incontestável do perigo japonês, Carlos de Souza Moraes retomou também uma linha histórica da formação geopolítica, cultural e identitária do Japão, retrocedendo ao período feudal do país, especialmente o *Shogunato* (1600-1868), período em que havia a dominação militar dos *shoguns* (generais), passando pela *Restauração Meiji* (a partir de 1868), que implantou o Império do Japão e o colocou na rota do colonialismo, como ocorria em países da Europa. Entretanto, o recorte escolhido para essa análise se dará mais precisamente para a argumentação antinipônica – que perpassa todo o trabalho feito por Moraes –, especialmente nos aspectos relacionados com a concessão de terras, a agricultura, o campo educacional e o nacionalismo, elementos esses que também estavam inseridos diametralmente no bojo político-ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Uma das preocupações de Carlos de Souza Moraes, muitas vezes mencionada nas correspondências que emitiu, era de ampliar as informações contidas nessa nova versão de *A ofensiva japonesa no Brasil*, aumentando o escopo documental e fotográfico da obra. Mas, como bom leitor, sabia que apenas dados estatísticos e excertos talvez não prendessem a atenção do

interlocutor. Fazia-se necessário conquistar o lado emocional e imaginativo do público. É plausível que uma cena desconcertante tenha se formado na mente daqueles que leram o seguinte trecho:

Por toda a parte jaziam corpos inchados em putrefação. Os cachorros vagueavam de cadáver em cadáver, e o mau cheiro era repugnante. Quando as formações da Cruz Vermelha Chinesa tentavam limpar as ruas daquele horror, os caixões de madeira eram-lhes arrancados pelos japoneses, que com eles faziam fogueiras de “vitória”. Agentes da Cruz Vermelha foram assassinados às dúzias, e seus cadáveres tombavam sobre os daqueles que tinham tentado piedosamente remover (Moraes, 1942, p. 200-201).

O episódio descrito faz parte de uma narrativa mais ampla, na qual Carlos de Souza Moraes reconstrói, em detalhes, o testemunho dado por um estadunidense que presenciou o avanço das forças militares japonesas sobre Nanquim, então capital chinesa. Embora não mencione de quem se trata, os relatos e algumas outras informações fornecidas – como a de que o autor era professor na universidade local – indicam que se trate de Miner Searle Bates, missionário cristão que atuou na Universidade de Nanquim e foi um dos líderes da Zona de Segurança Internacional, criada como forma de proteger milhares de refugiados, sobreviventes daquele que ficou marcado historicamente como o *Massacre de Nanquim*.

Entre dezembro de 1937 e fevereiro de 1938, em um período de seis semanas, milhares de civis chineses e combatentes desarmados foram mortos pelo Exército Imperial do Japão. Até os dias de hoje, o número oficial de mortos é indefinido, porém há um consenso que está situado entre 40 mil e 300 mil pessoas. Além dos assassinatos em massa, cerca de 20 mil mulheres, incluindo um número expressivo de crianças e idosas, foram estupradas pelos militares nipônicos. Esse episódio recebeu a denominação de *Estupro de Nanquim*. Como forma de “apaziguar os instintos sexuais dos soldados” e diminuir a pressão internacional, os comandantes militares japoneses incentivaram a criação de prostíbulos nos arredores de Nanquim. O “abastecimento” dessas casas de prostituição ocorria através da cooptação e rapto de mulheres, tanto aquelas da colônia japonesa na Coreia quanto de Taiwan, Indonésia, Filipinas e da própria China.

Encerrado o conflito bélico mundial, foi instituído em maio de 1946 o *Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente*. Entre maio de 1946 e

novembro de 1948, japoneses foram julgados por três tipos de crimes: os de *Classe A*, relacionados com crimes contra a paz; *Classe B*, para os crimes de guerra; e *Classe C*, para aqueles contra a humanidade. Vinte e cinco líderes militares e políticos do Japão foram acusados de crimes de Classe A, enquanto mais de 5 mil homens foram enquadrados nas classes B e C, especialmente por abusos de prisioneiro, incluindo o *Massacre de Nanquim*.

Em boa medida, a argumentação que Carlos de Souza Moraes utilizou para sustentação da crueldade japonesa na China se baseou no livro *What War Means* (O que significa a guerra), publicado pelo jornalista australiano Harold John Timperley, em 1938. Antes disso, Timperley enviou telegramas para o jornal britânico *Manchester Guardian*, relatando o cenário de extrema violência que vinha se descortinando em Nanquim. Estes relatos foram utilizados durante o julgamento realizado pelo Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente. O reverendo Miner Bates também repassava informações aos jornais *Chicago Daily News* e *New York Times*, nos Estados Unidos, que eram publicadas em forma de artigos. Como é o caso do texto que inspirou Carlos de Souza Moraes na reconstituição dos relatos dedicados ao Massacre de Nanquim.

E se o terror ocorrido na China viesse a se repetir em terras brasileiras? Essa é a principal questão que Moraes buscava introjetar no ideário de seus leitores, ao dedicar três páginas de seu livro em pormenorizar fatos descritos em testemunhos sobre Nanquim. Esse medo da expansão nipônica deveria estar presente, pois o Japão “lançava seus tentáculos” de várias formas, como estratégia de dominação em escala global. No Brasil, desde 1936, essa presença ganhou maior ênfase no âmbito das relações comerciais. E para Carlos de Souza Moraes, assim como para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, essas relações entre Brasil e o “Império do Sol Nascente” eram imponderáveis, podendo trazer apenas malefícios ao nosso país. Basta lembrarmos as severas críticas que a SAAT empreendeu em 1936, quando ocorreu a Missão Econômica Brasileira ao Japão, chefiada por Salgado Filho, e a campanha contrária que a entidade protagonizou na imprensa. Em seu livro, Moraes coaduna a vitórias dos países aliados com a derrota completa do expansionismo nipônico, rompendo os laços entre Japão e Brasil, assim como a atuação de “agentes pouco patrióticos”:

É possível que a vitória das nações aliadas, que varrerão as hordas totalitárias que vêm há alguns anos espalhando a miséria, a fome, a desgraça e a destruição em todo o mundo, permitam ao Brasil, com o governo patriótico que possui, a extração do quisto japonês em nosso território, diminuindo até reduzir às devidas proporções a influência comercial nipônica que já é poderosa e se vai expandindo com o perigoso intercâmbio nipo-brasileiro, proporcionado pelas visitas das famigeradas *missões econômicas* e os seus agentes e intermediários (Moraes, 1942, p. 190, grifos do autor).

Ao destacar o empenho nacionalista do governo central em combater os chamados *quistos étnicos*, o autor também estabelece uma relação entre o caso envolvendo os núcleos de imigração japonesa com o de outros grupos existentes no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Em outros momentos, como demonstrado ao longo desse trabalho, Carlos de Souza Moraes registrou sua suspeição para com as regiões de colonização, com acentuada ênfase para aquelas de origem alemã, como era o caso de São Leopoldo. Na segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, Moraes também enalteceu o trabalho de nacionalização promovido pelas autoridades sul-rio-grandenses até aquele momento. Se, em 1938, no episódio da tentativa de anexação de Campo Bom, Carlos de Souza Moraes aparentava desconfianças para com o interventor Cordeiro de Farias, passados quatro anos, o elegia como um dos “baluartes patrióticos” no estado sulino, como podemos ver na seguinte declaração.

Getúlio Vargas – a quem se deve o início de uma nova era de incorporação do alienígena ao meio brasileiro e que tem, no Rio Grande do Sul, uma plêiade de brasileiros decididos e patrióticos como o Gen. Cordeiro de Farias, Ten. Cel. Aurélio da Silva Py e Coelho de Souza, à qual se devem serviços inestimáveis – baixou em 1939 o decreto-lei n. 1.545, dispondo sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. As providências estabelecidas são ótimas e terão esplêndidos resultados, se cumpridas, com interesse e patriotismo, por parte de seus executores. A instalação de unidades do Exército Nacional, em algumas localidades onde o elemento estrangeiro era mais preponderante e o ensino de nossa língua menos fiscalizado, vem satisfazendo como tivemos oportunidade de observar há poucos meses em Blumenau (Moraes, 1942, p. 110-111).

E esse empenho se fazia presente também na articulação policial, de sobremaneira através do DOPS e seu delegado, Plínio Brasil Milano. Visando a reforçar a ideia do “perigo japonês”, mesmo em estados onde a presença de imigrantes e descendentes deste grupo era diminuta, Moraes (1942, p. 220) destacou a apreensão de “vários nipônicos”, envolvidos no que poderia

ser um plano de atentado, pois estavam produzindo pólvora. Não há menção de onde aconteceu a prisão desses indivíduos, mas chamou a atenção para a cidade de Ijuí, onde, assim como em Santa Rosa, a presença de diversos grupos étnicos formava uma “Torre de Babel” vista como perigosa pelas autoridades policiais e políticas do Estado Novo. Ao pesquisar sobre esta questão, envolvendo o aprisionamento de japoneses na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, encontrei um relatório, elaborado por agente do Serviço de Inteligência dos Estados Unidos no Brasil, indicando que, “dentre os 400 pesos naquela Colônia Penal, apenas 15 eram japoneses”.¹⁷⁸

A preocupação com a segurança nacional ocorria também pela observação e controle sobre o *modus operandi* da infiltração japonesa: a obtenção de terras e o trabalho agrícola. Conforme Carlos de Souza Moraes, amparado nas constatações defendidas anteriormente por outros membros da SAAT, o imigrante japonês em nada colaborava com a agricultura brasileira, pois sua função era apenas agir em consonância com as ordens vindas do Império do Japão, caldeadas através de agentes das companhias de colonização, tudo em nome do “grande projeto imperialista pleiteado pelo imperador Hirohito e seu séquito”.

Conclui-se mais uma vez: o japonês, como assalariado, não serve às nossas lavouras; como latifundiário, proprietário de fazendas, organizando a sua economia própria, com plantios de algodão, para não falar agora nas menores, não serve também. Para que continuar a recebê-lo? Por que ampará-lo, se toda sua atividade está em função exclusiva dos interesses do Japão? Não estão aí fatos de sobejo, cifras, dados estatísticos, e que não admitem contestação, a comprovarem essa atuação maléfica, para o Brasil, a confundirem os seus defensores, entre nós, que só veem, mas desgraçadamente, superficialmente, a extensão das suas lavouras, a qualidade de seus produtos, a sua extraordinária capacidade de trabalho, sem atentarem para os verdadeiros resultados, para o nosso país, para o Brasil, para as gerações futuras desta terra, que não pode e não deve ser vilipendiada, vendida à prestação – dessa prejudicial colonização em solo pátrio? (Moraes, 1942, p. 169).

Embora Moraes ressalte a existência de qualificativos relacionados aos japoneses enquanto agricultores, estes são minimizadas diante de sua “obediência cega” e de comportamentos inadequados, como “sua comprovada manifestação de superioridade e de domínio e a sua orientação segu-

¹⁷⁸ BRADOCK. *List of Property Depredations in Porto Alegre*, September 25, 1942. RG 84, v. XXXIII.

ramente diferente de quem tem propósitos de vivem em comunhão com os outros elementos operantes no ambiente em que se fixa” (Moraes, 1942, p. 163). E essa “diferença” é acentuada em outro aspecto cultural importante: a religião.

Carlos de Souza Moraes enquadrava a religiosidade japonesa como “exótica”, pois ela ocorria através da fusão de três formas de culto, avessas ao “espírito de fé brasileiro”, que era notadamente calcado nos preceitos cristãos – e, sobretudo, católicos. Os núcleos imigrantes nipônicos professavam o culto ao passado, através do xintoísmo, integrando-se a este o confucionismo, como forma de cultivar o presente, e o budismo, que trata do futuro. Chamava a atenção dos leitores para uma “outra estratégia” adotada por imigrantes japoneses e descendentes, visando a “passarem despercebidos”: o ingresso na Igreja Católica. E destacava que, ou por “inocência ou por compatibilidade de propósitos”, alguns brasileiros, defensores do Japão e de seu povo, utilizavam esse fato como exemplo de integração ao Brasil. Como forma de materializar um caso, Carlos de Souza Moraes adicionou, entre as fotografias existentes em seu livro, a imagem de uma menina japonesa no dia em que se batizou no catolicismo. Tratava-se de Fumiko Fuke, que, posteriormente, teve seu nome nacionalizado, passando a se chamar Marlene Fuke. O fato interessante é que se tratava de uma moradora de São Leopoldo, cidade majoritariamente de imigração alemã e com forte presença protestante.¹⁷⁹ E, ao longo de seu livro, Moraes não mencionara em nenhum momento a presença japonesa em São Leopoldo, sendo esta citada apenas na descrição da fotografia.

¹⁷⁹ Não foram encontradas maiores informações sobre Marlene Fuke. Entretanto, encontrei a existência de uma rua denominada Seochi Fuke, no bairro Arroio da Manteiga, na mesma cidade. Com certeza, os dois eram da mesma família, não podendo precisar aqui o grau de parentesco.

Figura 6: Marlene Fuke



Fonte: MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, p. 118.

Assim como presente na agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a questão educacional ganhou espaço importante ao longo da segunda edição do livro de Carlos de Souza Moraes. Algumas outras menções sobre o tema, retirados desta obra, foram incorporadas ao desenvolvimento deste estudo, sendo dessa forma analisadas. Sobre este tópico, destaco a equiparação feita pelo autor entre os espaços educacionais de origem alemã e japonesa, incorporando este primeiro grupo ao espectro de análise e ressaltando os “perigos” existentes nestas áreas de colonização – com as quais teve contato mais próximo a partir de 1937. Tanto no caso das áreas de imigração japonesa quanto alemã, existiam dois elementos amplamente destacados por Moraes que representariam empecilhos para o suces-

so da nacionalização: o isolamento sociocultural e a presença de escolas particulares ou confessionais. Esses dois aspectos foram várias vezes citados ao longo do livro. Mais especificamente sobre os educandários em regiões de imigração nipônica, Carlos de Souza Moraes afirmou que

[...] durante anos, as colônias japonesas mantiveram as suas escolas próprias, dirigidas por professores especialmente preparados no Japão, os quais, em regra, também ocupavam, nos núcleos, as funções de escrivão, uma espécie de vice-cônsul, quando a população não *merecia* um *governador*. A existência de tais unidades escolares que, às vezes, funcionavam no mesmo prédio em que se achava instalada a aula pública, em flagrante desrespeito à nossa soberania, foi proibida agora, em virtude de providências do governo, em todo o país. Mas, como nas regiões coloniais alemãs do Rio Grande do Sul, onde as escolas dessa natureza funcionavam, por vezes, em casas que não eram tidas como suspeitas pelas autoridades e até em igrejas, sob o manto de ministramento de curso de catecismo – as escolas transferiram-se para outros locais mais à margem da fiscalização, muito embora as crianças de origem nipônica frequentassem a regida por professor público (1942, p. 128, grifos do autor).

A educação nas escolas japonesas, conforme a interpretação desencadeada, serviria como um “espaço de preparação da criança japonesa no projeto imperialista”, não se preocupando em realizar um trabalho efetivo de integração ao Brasil, país receptor, mas reafirmando a superioridade do Japão diante do “caboclo nacional”. Carlos de Souza Moraes relatou uma experiência pessoal, para aproximar os leitores desta compreensão:

Em 1937, quando viajávamos entre São Paulo e Santos, tivemos oportunidade de viajar com uma professora pública da zona de Ribeira do Iguape, a qual nos informou que, embora a criança japonesa seja assídua à escola brasileira, a ação desta não pode sobrepujar a da japonesa, cujo turno procede ao da nacional e indis põe o aluno, pelo cansaço, a novas horas de estudos, sem contar, ainda, a instrução que recebem no lar. Acrescentou que o filho do imigrante, ainda que nascido aqui, hostiliza o brasileiro, seu patricio portanto, chamando-o de preguiçoso e, às vezes, quando lhe permite a ocasião, o maltrata (1942, p. 136).

A colonização japonesa nas proximidades do rio Ribeira do Iguape teve início em 1913, com a fundação da *Colônia do Iguape*, na região dos atuais municípios de Registro, Sete Barras e Iguape, no interior de São Paulo. Na década de 1930, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres utilizou a página dos jornais para denunciar supostos excessos cometidos pelos imigrantes japoneses daquela região, tanto no que competia ao processo de

ensino quanto ao isolamento diante da realidade brasileira. Em 1942, novamente aquela região colonial ganhou destaque, dessa vez em *A ofensiva japonesa no Brasil*, como um “exemplo evidente de enquistamento e tentativa de domínio japonês dentro do território brasileiro”.

Tão importante quanto se analisar o conteúdo de um livro, é compreender seu processo de construção, os passos que foram dados até chegar naquele produto final. Felizmente, as cópias de correspondências deixadas por Carlos de Souza Moraes permitem reconstruir, criticamente, parte do processo que gerou a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, lançada em novembro de 1942.

De forma prática, Carlos de Souza Moraes iniciou o trabalho de coleta de materiais para a edição revisada de sua obra em abril de 1942, quando encaminhou uma série de correspondências, tanto para amigos quanto para entidades e órgãos públicos, solicitando informações e materiais sobre imigração e colônias japonesas aqui instaladas. Neste interim, também buscou obter materiais relacionados com atividades suspeitas por imigrantes nipônicos e descendentes – ou partidários destes –, que contrariavam as regras impostas pela política de nacionalização.

Uma das primeiras correspondências encaminhadas por Carlos de Souza Moraes tinha como destinatário seu irmão, Jacintho de Souza Moraes, já residente do Rio de Janeiro. Datada de 2 de abril, além de pedir apoio ao irmão na coleta e envio de materiais, também comentava sobre a procura de uma editora que se interessasse em publicar a segunda edição, tendo em vista que a primeira, lançada em 1937, havia se esgotado, tamanha procura após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro do ano anterior.

Entrementes, também agradeceu a Jacintho pela acolhida que fez a ele e sua esposa, Odette Rossi, que se casaram em março de 1942, no Rio de Janeiro. Odette era filha de Mário Rossi, um dos diretores da firma Amadeo Rossi, instalada em São Leopoldo no ano de 1937, quando foi transferida de Caxias do Sul. Mário, por sua vez, era filho do fundador da empresa, o imigrante italiano Amadeo Rossi, chegado ao Brasil em 1881. Naquele período, a empresa Amadeo Rossi era a fornecedora de munição, armas de fogo, explosivos e artigos militares para o Exército brasileiro, sendo por

isso declarada como “empresa de interesse militar”. Em retribuição aos serviços prestados, o fundador da empresa recebeu o título de “Cidadão Brasileiro”, em 1944. Posteriormente, Carlos de Souza Moraes atuou junto à firma, vinculado com o setor jurídico da empresa.

Sobre os aspectos envolvendo seu livro, Carlos de Souza Moraes assim escreveu ao irmão:

O meu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, por cuja 2ª edição mostraste especial interesse, parece que vai sair mesmo. A Livraria do Globo vendeu tudo o que tinha e ainda mandou procurar mais e eu não tenho. Resolvi, assim, por mão à obra. Espero, pra o que faço-te um apelo, que me mandes recortes de jornais, revistas etc., que aparecerem aí sobre o assunto. Estende o pedido ao Cel. Aurélio e dr. Vidal. A este, dize-lhe que possivelmente ele conseguiria muita coisa na sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Ainda não sei em que livraria mandarei imprimir. Amanhã, procurarei ter entendimento com o Erico Veríssimo, na Livraria do Globo. Se tiveres algum amigo junto a qualquer editora do Rio, fala-lhe a respeito.¹⁸⁰

As negociações com a Livraria do Globo, através de Erico Veríssimo, alcançaram o objetivo desejado, pois a editora decidiu publicar a segunda edição da obra. Em correspondência enviada ao tenente De Paranhos Antunes, que havia sido transferido para o Rio de Janeiro, Carlos de Souza Moraes noticia o amigo do fato, indicando que, anteriormente, uma negociação com a mesma editora havia fracassado:

Participo que a Livraria do Globo interessou-se pela 2ª edição de meu livro. Assinarei contrato essa semana. Recordo, neste instante, a ocasião em que fui contigo falar com o Henrique e Erico. E o resultado foi negativo. A situação mudou muito. Já o povo acredita mais no perigo amarelo. Terei que refundir todo o livro, pois desejo ampliá-lo muito, mormente na parte que diz respeito ao Brasil. Pretendo publicar, em apêndices, o texto dos contratos de concessão aos japoneses em nosso país. Por enquanto, possuo apenas o referente ao estado do Pará, que combatemos em 1937, embora fosse fato consumado. Vencemos apenas a concessão Maués, como deves estar lembrado.¹⁸¹

Carlos de Souza Moraes não mencionou em que data ocorreu esse encontro, no qual foi acompanhado por De Paranhos Antunes, seu confr-

¹⁸⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Jacintho de Souza Moraes (2/04/1942).

¹⁸¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao tenente De Paranhos Antunes (14/04/1942).

de na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e na Academia Rio-grandense de Letras. Pela Livraria do Globo, além de Erico Veríssimo, também participou Henrique Bertaso, diretor da editora e um dos criadores da *Revista do Globo*, em 1929. O saudosismo também se manifestou nas palavras escritas por Moraes, ao rememorar os tempos de militância torreana, entre 1936 e 1937, quando o núcleo sul-rio-grandense da SAAT tomou parte na campanha promovida pelo senador Cunha Mello, visando a impedir a concessão de terras aos imigrantes japoneses no Amazonas. De fato, naquela oportunidade, a SAAT conseguiu uma vitória significativa, em um momento que enfrentava, como visto, grave crise interna. Cabe lembrar que, alguns anos antes, quando foi lançada a primeira edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, De Paranhos Antunes foi um fervoroso divulgador daquela obra, publicando artigo laudatório sobre o livro no jornal *Correio do Povo*.¹⁸² Em outra carta, de novembro de 1942, Moraes reforça ao amigo que, na época da publicação da primeira edição, De Paranhos Antunes teve papel importante para que a obra fosse lançada. Creio que ele tenha exercido o mesmo papel de mediador junto à Livraria do Globo, como procedeu naquele ano de 1942.¹⁸³

Conforme relatou ao irmão Jacintho, Carlos de Souza Moraes, embora estivesse negociando com a Livraria do Globo, não tinha certeza se as tratativas lograriam êxito. Por isso, buscou manter contatos com outras editoras no país. Uma delas foi a Editora Guaíra,¹⁸⁴ sediada em Curitiba, fundada pouco tempo antes pelo advogado e professor alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva. Os contatos se deram por meio de um correspondente da editora, de nome Joel. Em correspondência emitida em 4 de abril, Moraes assim se dirigiu ao destinatário:

Valendo-me da atenção que me dispensou, quando de sua ligeira estada nesta cidade, em missão de “Diretrizes”, resolvi escrever-lhe para saber se a editora “Guaíra” se interessaria em imprimir a 2ª edição de minha *A ofensiva*

¹⁸² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Correio do Povo* – artigo de De Paranhos Antunes sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*).

¹⁸³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao tenente De Paranhos Antunes (30/11/1942).

¹⁸⁴ A editora encerrou suas atividades em 1961.

japonesa no Brasil, que seria grandemente ampliada com copioso material inédito e atualizada. Dado o círculo de relações que possuiis aí, talvez não lhe seja difícil encontrar outra empresa de importância para lançar essa 2ª edição, caso a Guaíra não se interesse.

Se houver boa acolhida para minha iniciativa, estou certo que você não me negaria a gentileza de fornecer-me dados estatísticos ou informes preciosos, além de algumas fotografias, para enriquecer a obra. Não viso realizar lucros com o trabalho. Meu propósito continua o mesmo: servir o Brasil, mormente o momento presente, fazendo, em menor escala, o que vocês, à frente da valorosa “Diretrizes”, vem fazendo galhardamente por ele.¹⁸⁵

No dia que antecedeu a escrita desta correspondência, Carlos de Souza Moraes havia se reunido com Erico Veríssimo na Livraria do Globo. Como visto, ao se dirigir ao amigo De Paranhos Antunes, em 14 de abril, já havia recebido sinal positivo da editora para publicar nova edição de seu livro. Diante do sucesso de seu intento, Moraes não necessitou dos serviços de outra empresa editorial para impressão. Mas, na mesma carta enviada ao correspondente Joel, assumiu que “preferia, em parte, fosse meu trabalho lançado por editora que difundisse pelo norte do país também”.

Não obstante, é provável que, a partir daquele momento, tenha se estabelecido uma proximidade entre Carlos de Souza Moraes e Erico Veríssimo, ou até mesmo uma amizade entre eles. É imaginável que a expressão “prezado amigo”, na correspondência que Veríssimo encaminhou a Moraes em 1946, quando solicitou uma vaga para o filho de um amigo na biblioteca de São Leopoldo, não tenha sido apenas protocolar – o que também explica o pedido feito. Curioso é que, algum tempo depois, Erico Veríssimo presenteou Carlos de Souza Moraes com um exemplar de *O tempo e o vento*, mas com um detalhe: tratava-se de uma versão em língua alemã.

Diante das informações disponíveis no documento, surgiu a curiosidade em saber quem era esse correspondente, de nome Joel, vinculado com a editora paranaense Guaíra. Com a pesquisa realizada, identifiquei este agente como sendo o jornalista sergipano Joel Silveira, que atuou na imprensa do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940. E, na verdade, era uma espécie de “agente informal” da Editora Guaíra, pois atuava como

¹⁸⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência encaminhada por Carlos de Souza Moraes (4/04/1942).

articulista da *Revista Guairá*, que a empresa editou entre 1940 e 1955. Em 1942, Joel Silveira era repórter da *Revista Diretrizes*, fundada por Samuel Wainer e Azevedo Amaral. Fato interessante é que, em linhas gerais, o escopo editorial da revista era direcionado mais para o espectro da esquerda, sendo crítica ao regime do Estado Novo. Tanto que, em várias ocasiões, ocorreram atritos entre os responsáveis pela publicação e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Como estratégia para driblar os censores do DIP, Samuel Wainer contratou, como uma das colaboradoras da revista, Adalgisa Nery, jornalista e poetisa, que era esposa de Lourival Fontes, diretor daquele órgão federal. Assim como tecia censuras ao Estado Novo, *Diretrizes* continha um discurso de oposição aos regimes nazifascistas europeus.

Joel Silveira era *antigetulista* convicto, sendo acusado, inclusive, de comunista. Mas, naquela conjuntura, Carlos de Souza Moraes, sendo um agente estadonovista, parece não ter levado em consideração esses predados desabonadores por parte daquele com quem se correspondia. O que estava em jogo – e isso era o que lhe importava – era a chance de reeditar seu *A ofensiva japonesa no Brasil*. Desse modo, além dos elogios dados ao destinatário, também rendeu méritos à *Revista Diretrizes*, elogiando sua conduta de reprovação para com “as ideologias abomináveis provenientes dos países do Eixo” – e relevando a oposição feita ao Estado Novo.

Outro fato que não deixa de ser interessante é que, ao encontrar uma edição de 1941 da *Revista Diretrizes*, me deparei com um nome conhecido no cargo de redator-chefe: Remi Fonseca. O filho do coronel Theodomiro Porto da Fonseca, conhecido como um nativista ferrenho, envolvido em dois episódios de depredações em São Leopoldo.¹⁸⁶ Naquele momento, Remi Fonseca atuava como fiscal de imposto de consumo na capital federal. Eis um personagem que merece um aprofundamento na investigação de sua trajetória.

No mesmo dia em que fez contato com o irmão, Carlos de Souza Moraes encaminhou correspondência para um amigo, também residente

¹⁸⁶ *Diretrizes*, 10/07/1941, Ano IV, n. 55, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163880/2749>. Acesso em: 8 nov. 2020.

no Rio de Janeiro: o capitão do Exército Mário Fonseca.¹⁸⁷ Além de repassar ao amigo que seus pais, coronel Theodomiro e Alzira Porto da Fonseca, estavam bem, também o cumprimentou pelo “bem escrito e substancioso artigo sobre a 5ª coluna”. Informou que os ânimos, acerca deste assunto, andavam exaltados em São Leopoldo, fato que era noticiado nos periódicos. Sobre a segunda edição de seu livro, Moraes afirmou que:

Depois de muitas solicitações de amigos e velhos companheiros de lides “torreanas” em Porto Alegre e de ter a Livraria do Globo esgotado a 1ª edição de meu trabalho, que tem sido muito solicitado ultimamente, resolvi fazer um esforço, em virtude da falta de tempo com que quase luto para qualquer assunto fora da Prefeitura, a fim de realizar a 2ª edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*. No desejo de ampliar um pouco a obra, atualizando-a sobretudo, venho apelar para o amigo, bem como para Remi e Cabanhas, no sentido de enviar-me elementos a respeito. Sei que no Rio ultimamente tem aparecido muita coisa sobre o assunto, em jornais, revistas, folhetos e livros. Aquilo que julgares aproveitável para a minha tarefa poderás remeter, que indenizarei as despesas. Tenho muita coisa arquivada e reunida durante os anos que sucederam ao aparecimento de meu livro; mas, nunca é demais procurar outras fontes, principalmente agora que o assunto está palpitante e em foco.

Acionar a rede de contatos residente no Rio de Janeiro era importante para a captação de materiais e informações que dessem um *corpus* mais robusto para essa nova edição, não a tornando apenas mera reimpressão. E, como já havia transcorrido cinco anos desde seu lançamento, a eclosão do conflito mundial e a instauração do Estado Novo no Brasil colaboraram para a produção de novos materiais, tanto oficiais como através da imprensa, ou até mesmo provenientes das próprias comunidades de imigrantes, por conta da retenção de documentos e objetos pessoais pelos agentes da repressão.

Os “antigos companheiros de lides torreanas”, como mencionados por Carlos de Souza Moraes, não atuaram apenas no incentivo para a publicação de uma segunda edição de seu livro. Ele também estabeleceu contato com antigas lideranças nacionais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, visando apoio em sua iniciativa. Na mesma leva de correspondências destinadas ao Rio de Janeiro, uma delas foi endereçada ao já conhecido

¹⁸⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao capitão Mário Fonseca (2/04/1942).

Rafael Xavier.¹⁸⁸ Pelo teor da carta, presume-se que o contato direto entre ambos não ocorria, ao menos, desde 1937, quando Moraes assumiu o cargo de secretário em São Leopoldo, não mais se envolvendo diretamente na articulação do núcleo sul-rio-grandense da SAAT.

Depois de longo tempo de silêncio, volto a escrever-lhe. [...] De mim, só posso dizer que transferi minha residência para São Leopoldo, onde terei o prazer de estar às ordens suas. Esse acontecimento inibiu-me de continuar a movimentar o núcleo torreano deste Estado, que criei com tanto carinho. Espero ainda voltar um dia a Porto Alegre, onde rearticularei os companheiros para nova atividade, em prol dos nossos grandes ideais, principalmente no momento que são tão palpitantes e reais.

Animei-me para dar uma 2ª edição de meu modesto ensaio *A ofensiva japonesa no Brasil*. A 1ª está esgotada e a Livraria do Globo tem sido muito solicitada, a respeito. Espero concertar o assunto, para dentro em pouco entregar a obra refundida e ampliada, e sobretudo atualizada. Para isso, preciso muito do amigo, que poderia fornecer-me conselhos, para preencher lacunas que tenha verificado e fornecer material que porventura possuía [...]. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres poderia, ainda que a título de empréstimo, emprestar-me algum. Sua intercessão seria decisiva. E com isso que grande serviço me prestaria!

Por algum motivo, apenas em novembro de 1942 Rafael Xavier informou que conseguiria encaminhamento dos materiais solicitados, quando a segunda edição já havia sido lançada. De qualquer modo, em nova carta encaminhada ao ex-presidente da SAAT, Carlos de Souza Moraes informou-lhe que aquele material seria uma “preciosa contribuição para o trabalho que tinha em vista”.¹⁸⁹ Ainda forneceu maiores detalhes sobre aquela nova edição, como a substituição dos capítulos da primeira edição por dez novos textos, assim como a inclusão de dados sobre a colonização japonesa no Rio Grande do Sul. É perceptível um tom de satisfação ao escrever: “[...] ataquei um pouco Ellis Júnior, Assis Chateaubriand e outros patrícios e defendi o nosso caboclo”.

Essa crítica de Carlos de Souza Moraes aos dois citados nominalmente e “outros patrícios” retomou o período da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 e a discussão de leis anti-imigrantistas. Alfredo Ellis Júnior, histori-

¹⁸⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Rafael Xavier (2/04/1942).

¹⁸⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Rafael Xavier (30/11/1942).

ador e ex-deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo na década de 1920, pelo Partido Republicano Paulista, foi um dos que se colocou em defesa da imigração japonesa, ao lado de nomes como Bruno Lobo, Alexandre Konder, Moraes Andrade e Lacerda Werneck. Assis Chateaubriand, jornalista e empresário poderoso, proprietário de vários jornais, abriu espaço em suas páginas para que esse grupo fizesse sua exposição em defesa dos imigrantes nipônicos. Ao reescrever sua obra, Moraes retomou antigas querelas, acreditando que naquela conjuntura a defesa aos japoneses não se mostrava mais admissível e, portanto, evidenciando que os opositores estavam equivocados.

A forte presença japonesa em São Paulo e as ações de repressão que vinham ocorrendo naquele estado chamaram a atenção de Carlos de Souza Moraes, especialmente pelo volume de material que estava sendo gerado – relatórios, depoimentos, inquéritos, apreensão de documentos pessoais –, juntamente com o grande número de publicações na imprensa paulista e do centro do país. Em 1942, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo era chefiada pelo major do Exército Olinto de França de Almeida e Sá, que havia baixado uma série de portarias, iniciando uma forte campanha repressiva contra as áreas de imigração, especialmente japonesa. Como intermediário, almejando a obtenção de cópias deste material, Carlos de Souza Moraes acionou o coronel Castolino Borges Fortes, membro de uma tradicional família de militares do Rio Grande do Sul. Na carta escrita em 19 de abril, Moraes acentuou que

[...] o perigo japonês no Brasil, quando escrevi o livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, era pouco conhecido e, para alguns, constitui utopia. Hoje, a situação mudou muito. [...] Já estou trabalhando para refundir aquele trabalho, ampliando-o e atualizando-o sobretudo. Mandar-lhe-ei um exemplar logo que apareça. A propósito, li, há dias, num dos jornais porto-alegrenses, uma entrevista do major Olinto França, Secretário da Segurança Pública daí, na qual fazia revelações sensacionais. Julgo que o mesmo possui valioso material, que eu poderia aproveitar em meu livro, principalmente no que diz respeito a documentos apreendidos e fotografias. Talvez, o senhor, por grande e especial obséquio, pudesse obter muitos elementos de valor sobre a atividade japonesa em São Paulo com o Major França ou com outra pessoa da 2ª Região Militar. Qualquer despesa que fizesse, eu teria o prazer de indenizar. Espero ultimar o meu trabalho até o dia 5 de maio próximo, dado a urgência da Livraria em editar.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Coronel Castolino Borges Fortes (19/04/1942).

De fato, a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil* dedica muitas de suas páginas ao estado de São Paulo, não apenas contemplando a fase inicial da imigração japonesa, mas com maior ênfase entre 1937 e 1942, em casos de imigrantes japoneses e descendentes suspeitos de espionagem ou conspiração contra o Brasil. É possível que boa parte das fotografias e outras imagens que são encontradas ao longo do livro, assim como a transcrição de alguns documentos e depoimentos tenha sido fornecida pela Secretaria de Segurança Pública. Enquanto isso, outras informações têm procedência conhecida: assim como ocorreu na primeira edição, Carlos de Souza Moraes contou com a ajuda de Fernando Callage, funcionário público lotado no Departamento Estadual do Trabalho. Ao entrar em contato com o intelectual sul-rio-grandense radicado em terras paulistas, noticiou, assim como nas demais correspondências enviadas naquele mês de abril, que estava planejando uma nova edição de seu livro. Ao se dirigir a Fernando Callage, explicitou os materiais dos quais necessitava: “[...] preciso muito do amigo, que poderá fornecer-me copioso acervo de elementos a respeito, como recortes de jornais e de revistas publicados aí e, principalmente, dados estatísticos sobre a entrada de japoneses de 1937 pra cá”.¹⁹¹ Estes dados estatísticos atualizados podem ser encontrados durante a leitura da segunda edição.

Em 8 de agosto de 1936, na sessão de fundação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, um dos convidados de honra, membro da mesa oficial, foi o advogado e professor Leonardo Macedônia. Havia sido professor de Carlos de Souza Moraes na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Assim como seu ex-aluno, era um crítico da presença nipônica no Brasil. Por saber dessa similaridade, Moraes recorreu ao ex-mestre na busca de subsídios para a construção de seu trabalho, fazendo uma revelação:

O signatário desta, que teve a honra de ser seu aluno, experimentou grande emoção quando publicou, em 1937, sob certa indiferença, o seu modesto ensaio sobre a colonização japonesa no Brasil [...] e recebeu a sua honrosa carta, a primeira manifestação de aplauso que recebia e que tanto me entusiasmo lhe causou. Hoje, decorridos tão poucos anos, os indiferentes com-

¹⁹¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Fernando Callage (2/04/1942).

preenderam que não era utopia o que desejei evidenciar e condenar, mas triste realidade, que V. S., como emérito estudioso e grande brasileiro, já naquela época verberava e concitava os que, como eu, desejavam fazer algo de útil em prol de nossa Pátria.¹⁹²

Além do material obtido a partir desses contatos, em outubro de 1942, quando a segunda edição estava no prelo, Carlos de Souza Moraes estabeleceu novos contatos, desta vez com os interventores federais do estado do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, solicitando materiais sobre concessões de terras, não apenas para japoneses, como também para outros grupos étnicos. Nessas correspondências, além de comentar sobre a reedição ampliada de *A ofensiva japonesa no Brasil*, informou que esses documentos seriam importantes para um novo trabalho que estava planejando. Sobre estas abordagens, não encontrei nenhum retorno por parte dos interventores, assim como nenhuma outra referência mais direta sobre o projeto mencionado por Carlos de Souza Moraes. Tudo indica que, de fato, a intenção ficou restrita ao campo da projeção.

¹⁹² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para o dr. Leonardo Macedônia (14/04/1942).

Considerações finais

Ao concluir este livro, não irei fazer uma escrita prolongada, pois acredito que a leitura, com tantos nomes mencionados, relações e tramas envolvidas, já tenha sido uma tarefa e tanto – mas, espero, que produtiva.

Acredito que este estudo almejou, através de uma esmerada pesquisa documental, dentro das possibilidades inerentes, ampliar o leque de informações sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, descortinando aspectos importantes de sua atuação no cenário político e intelectual, sobretudo na década de 1930. Ao mesmo tempo, possibilita espaços para a ampliação dessas pesquisas, indicando lacunas e tópicos que ainda não ficaram devidamente esclarecidos. Busquei pormenorizar a *performance* político-intelectual da SAAT em nível nacional, trazendo também um perfil de como isso ocorreu em nível estadual, percebendo que a tentativa de inserção do núcleo torreano sul-rio-grandense ocorreu justamente em uma fase de ampla instabilidade política no Rio Grande do Sul, diante dos embates entre Flores da Cunha, governador estadual, e Getúlio Vargas, presidente da República.

E, para compreender essa atmosfera de turbulência e como atuaram diferentes agentes sociais, procurei reconstruir, analisando criticamente o caminho percorrido preteritamente por esses indivíduos. Em 1936, por exemplo, na tentativa de ampliar o leque de alcance da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, fez-se necessário a aproximação com elementos do governo florista, mesmo havendo divergências entre integrantes da entidade para com o governador estadual. Mais que isso, o núcleo sul-rio-grandense da SAAT se mostrou uma miscelânea de ideários políticos e partidários, unidos em torno de um pensamento e agenda nacionalista, propalado pela entidade. Descortinar esses mecanismos é importante – e acredito que foi possível realizar essa tarefa em boa medida –, pois evidencia o jogo de interesses e a eventual superação – ou suspensão temporária – de idiossincrasias entre seus militantes.

Em medida considerável, grande parte do que defendia e almejava a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ficou documentalmente registrada em 1942, quando Carlos de Souza Moraes lançou a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, pela Livraria do Globo, de Porto Alegre. Em sua dedicatória, transpareceu sua afeição com a “patriótica” Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e para com alguns de seus membros – ou ex-membros, como Raul de Paula, que se afastou da entidade, de forma conturbada, em 1936.

Ao fazer uma apreciação crítica sobre este livro, não trouxe apenas uma leitura sobre seu conteúdo, mas abordei também o processo de construção desta segunda edição. Com isso, também quis lançar luzes sobre a rede social e intelectual na qual Carlos de Souza Moraes estava vinculado – e soube articular, fazendo uso desta para conseguir nova publicação de seu livro, assim como obter importantes materiais para a ampliação documental e informativa da obra. Ciente dos efeitos que o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, estava causando no imaginário popular e da aproximação mais estreita entre o Brasil e Estados Unidos, Moraes percebeu que aquele início de 1942 era oportuno para o relançamento do livro de 1937, pois o alcance de seu conteúdo poderia ser maior. E, de fato, isso ocorreu – dinamizado pela propaganda feita na imprensa, tanto do Rio Grande do Sul como do centro do país.

Procurei também oferecer uma visão de como esse trabalho foi sendo construído, apontando dúvidas e lacunas, buscando agir com responsabilidade e ética diante das conclusões e hipóteses aventadas. Desse modo, os recortes que podem ser vistos são frutos, em grande parte, de escolhas intencionais e alguns decorrentes das limitações diversas que surgiram ao longo destes anos de pesquisa. Felizmente, acredito que não foram fatores condicionantes decisivos. Questionamentos e vazios existentes abrem espaço para novas pesquisas e aprofundamentos, que podem ser feitas por mim ou por outros pesquisadores que se interessem pela temática. Não busquei esgotar o tema. Muito pelo contrário: pretendo oferecer uma contribuição ao campo historiográfico, quiçá incentivando novos trabalhos a partir de algum dos tópicos que formam esse livro.

Doravante, como linhas conclusivas, aqui retomo a epígrafe que está presente nas primeiras páginas, de autoria do historiador britânico George Macaulay Trevelyan, ao falar da poesia presente na História. De fato, não deixa de exercer fascínio compreender que estamos, no fim das contas, pesquisando e escrevendo sobre vidas, sobre homens e mulheres, famosos ou desconhecidos, de todas as etnias, credos e posicionamentos políticos, que em algum momento andaram – ou andam – sobre este mundo. Mais que contemplando a finitude da existência, essa sentença de Trevelyan remete ao compromisso que deve referendar a pesquisa histórica, embasando nossas ações enquanto pesquisadores. E que nós, por conta de nosso ofício enquanto analistas do passado, somos veículos que conduzem fatos, nomes e ideias pelas estradas do presente e do futuro.

Acervos consultados

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL – São Leopoldo

Coleção Carlos de Souza Moraes – Documentos e Fotografias

Fundo Theodomiro Porto da Fonseca

Fundo Leopoldo Petry

Fundo Prefeitura Municipal de São Leopoldo

Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo

Jornal *Correio de São Leopoldo* – Edições entre 1932 e 1945

Acervo Fotográfico

Biblioteca

Biblioteca da Universidade FEEVALE – Novo Hamburgo

Jornal *O 5 de Abril* – Edições entre 1927 e 1962

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS – Porto Alegre

Fundo Polícia – Maço 151 – Correspondência expedida pela Repartição Central de Polícia, 1941/1942

Fundo Polícia – Maço 153 – Documentos da Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS), 1942

Autoridades Municipais – Correspondência das Intendências e Prefeituras

Autoridades Municipais – Correspondência das Câmaras

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS – Porto Alegre

Fundo Borges de Medeiros

Fundo Afonso Aurélio Porto

Fundo José Álvaro Pereira de Moraes

“Contra o mal que vem do estrangeiro”: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as questões de nacionalismo e imigração no Brasil (1932-1949)

Fundo Othelo Rodrigues Rosa

Fundo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Porto Alegre

Acervo Benno Mentz

Documentos da Ação Integralista Brasileira (AIB)/Partido de Representação Popular (PRP)

Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEDAP UFRGS) – Porto Alegre

Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense (NUPERGS)
– Acervo Raul Pilla

Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre

Correio do Povo – Edições entre 1930 e 1950

Diário de Notícias – Edições entre 1930 e 1950

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Coleção Digital de Jornais e Revistas

Referências

- ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande estadonovista: interventores e interven-torias*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em His-tória, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2005.
- AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas do Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Cató-lica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Historiador. In: ANDRADE, Carlos Drum-mond de. *A paixão medida*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile). *Mé-tis: história & cultura*, v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.
- ARENDT, Isabel Cristina. História da educação no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *Pelos ca-minhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana*. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrer-zeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- ARPINI, Elisa Moojen. *Traços biográficos: administradores públicos de Montene-gro (1873-1988)*. São Leopoldo: Rotermund, 1988.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTA-DOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. *Anais da Assembleia Naci-onal Constituinte*, v. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934a.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTA-DOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. *Anais da Assembleia Naci-onal Constituinte*, v. VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934b.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTA-DOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. *Anais da Assembleia Na-cional Constituinte*, v. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935a.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, v. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935b.

ASSIS, Ailton. *Um lampião dentro da mala: o Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco: memória e autobiografia*. São João Del Rei, 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.

AXT, Gunter. O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul. *Métis: história & cultura*, v. 11, n. 21, p. 39-88, jan./jun. 2012.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Nacional, 1946.

AZEVEDO, Paulo Sérgio de Souza de. “Pela Pátria”: a Campanha de Nacionalização repercutida nas páginas do jornal *Correio de São Leopoldo* durante a Segunda Guerra Mundial. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1983.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1998.

BARROS, José D’Assunção. Sobre a feitura da Micro-História. *OPIS*, v. 7, n. 9, p. 167-185, jul./dez. 2007.

BASTOS, Maria Helena Câmara. História da Educação do Rio Grande do Sul – O Estado da Arte. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA, Elomar; KREUTZ, Lúcio (orgs.). *Histórias e memórias da Educação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D’Água, 1999.

BELLINTANI, Adriana Iop. *A conspiração de Flores da Cunha nos bastidores do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2001.

BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *História do Casarão da Várzea*. Barra Mansa: Gráfica Drumond, 2009.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.); FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 3, v. 4. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1995.

BERTRAND, Michel. *Los modos relacionales de las elites hispano americanas coloniales: enfoques y posturas*. In: Anuario del IEHS, n. 15, Tandil, 2000.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa América, 1965.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1903-1928). *Revista Justiça & História*, v. 7, n. 13, p. 1-20, jan./jun. 2009.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: UnB, 1998

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOMENY, Helena M. B. Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOMENY, Helena M. B. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. A Biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem é quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. v. 1. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1998.

BRASIL. *Lei nº 8.159*, de 8 de janeiro de 1991.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Novo Hamburgo: da fundação à emancipação política 1824-1927*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2004.

BRUINELLI, Tiago de Oliveira. São Leopoldo e a Revolução de 1930: um possível uso da fotografia como documento histórico. *Cadernos IHU*, ano 10, n. 40, 2012. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

CAMPOS, Derocina Alves. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

CAMPOS NETTO, José Candido de. *Montenegro*. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalo*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. Textos de História. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília, v. 2, n. 3, 1994.

CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: O papel de Flores da Cunha*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 1998.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA,

Cynthia Greive (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CASTRO, Ruy. *Roquette-Pinto: o homem multidão*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.radiomec.com.br/roquettepinto>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. 3. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Jésus Anaya, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. São Paulo: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

COARACY, Vivaldo. *O Perigo Japonês* (ensaio publicado no Jornal do Commercio de abril a junho de 1942). Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

COLÉGIO Santa Catarina: 100 anos de história. Porto Alegre: Nova Prova, 2000.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, n. 94, p. 95-120, 1988.

COLLINGWOOD, R. G. *Aidéia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Da ilha do sul para a capital do sul: imigrantes sicilianos na sociedade porto-alegrense (1875-1920)*. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós modernos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 131.

COSTA, Sérgio. *Entre dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

CUNHA, Jorge Luiz da. Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. *Educar em Revista*, n. 60, p. 93-105, abr./jun. 2016.

CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus emigrantes. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angélica (orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, p. 225-246, jul./dez. 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEBRAY, Régis. *Le pouvoir intellectuel en France*. Paris: Éditions Ramsay, 1979.

DEFREYN, Vanderlei. Sobre a Tradição Escolar Luterana. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 04, p. 28-33, maio/ago. 2004a.

DEFREYN, Vanderlei. *A Tradição Escolar Luterana: Sobre Lutero, educação e a história das escolas luteranas até a guerra dos Trinta Anos*. Dissertação (Mestrado) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – EST, São Leopoldo, 2004b.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. “Antonio Chimango no limiar da velhice” (Apon-tamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha*. V. 2. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1993.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DOWER, John. *War without mercy: race and power in the Pacific War*. New York: Pantheon, 1986.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

DREHER, Martin N. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

DREHER, Martin N. (org.). *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

DREHER, Martin N. *Breve História do Ensino Privado Gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREYER, Lilian. *Sinfonia inacabada: a vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre: Vidicom, 2004.

DUARTE, Eduardo. *O centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução: Ruy Jungman; Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997 (Didática, 1).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Nacionalização*. Porto Alegre: Globo, 1941.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERRARI, Danilo Wenseslau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 11, n. 21, 1998.

FRANCO, Sergio Costa. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2002.

FLACH, Angela. O discurso político em relação aos 'colonos gaúchos': um estudo de caso. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

FLECK, Lucio. *A história de Sapiranga*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1994.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva, 2005.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1969.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EDUCS/Gramond, 2004.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política [1981]. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber* (Ditos e escritos IV). Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX: 1850-1889*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; ANPUH-RS, 2004.

GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos AEL – UNICAMP*, v. 15, n. 27, 2009.

GERTZ, René E. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Cidadania e Nacionalidade: História e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994a.

GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994b.

GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 16 n. 24, p. 43-60, out. 1998.

GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, A. (org.). *Etnias e carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).

GERTZ, René E. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin Norberto (org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002b.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005a.

GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter *et al.* (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005b.

GERTZ, René E. Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GERTZ, René E. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 38-48, jan./abr. 2010.

GERTZ, René E. Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados*. 01. ed. Saarbrücken (Alemanha): Novas Edições Acadêmicas, 2015.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. (Memória e sociedade).

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si*. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 3 v.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GRÜTZMANN, Imgart. “Por Deus, Pátria e Família”: integralismo, germanismo e nacional-socialismo no almanaque *Der Heimatbote* (1935; 1937-1938). In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). *Histórias da política autoritária*: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2017.

GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul*: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 1999.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. (org.). *O Parlamento em tempos interessantes*: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HERVÉ, Egydio. *Democracia Liberal e Socialismo entre os extremos*: integralismo e comunismo. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

HEYMANN, Luciana. *As obrigações do poder*: relações pessoais e vida pública na correspondência pessoal de Filinto Muller. Rio de Janeiro: PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ, 1997a.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997b.

HILL, Christopher. *De la reforma a la revolucion industrial*: 1530-1780. Barcelona: Ariel, 1990.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas*: o PSD na experiência democrática brasileira (1945-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; C.; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- IMÍZCOZ, José Maria. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (ed.). *Las élites en la época moderna: la monarquía española*. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.
- ISAIA, Arthur Cesar. D. João Becker e o crescendo autoritário nos anos 30. In: DREHER, Martin Norberto (org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- KANNENBERG, Hilmar. *Fundação Evangélica*. Um século a serviço da Educação, 1886-1986. São Leopoldo: Rotermond, 1987.
- KAUTZMAMM, Maria Eunice Müller. *Montenegro de ontem e de hoje*. v. 1. São Leopoldo: Rotermond, 1979.
- KERBER, Alessandro Mario. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- KERN, Paulo Henrique. *Ruas e praças Novo Hamburgo: quem é quem*. 2. ed. Novo Hamburgo: [s.n.], 2002.
- KESSELMAN, Mark. *European Politics in Transition*. Boston: Mifflin Company, 2009.
- KONRATH, Gabriela Michel. *O Município de Novo Hamburgo e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KUNTZ, Rolf. Alberto Torres: A organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, 2. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

KUSHNER, Barak. *Men to devils, devils to men: japanese war crimes e chinese justice*. Cambridge: Harward University Press, 2015.

LACERDA, Silvestre. Prefácio. In: ROSA, Maria de Lurdes (org.). *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar, 2012.

LANG, Guido. *Histórias do cotidiano campobonense*. Campo Bom: Papuesta Indústria Gráfica, 1998.

LEFORT, Claude. *O trabalho da obra: Maquiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil, durante a Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, v. 28 (18), p. 121-150, 1994.

LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992 (Biblioteca Básica).

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

LOBO, Bruno. *Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros*. Rio de Janeiro: Tipografia Alba, 1935.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. et al. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

LUCAS, Taís Campelo. Cortando as asas do nazismo: a Dops-RS contra os “súditos do Eixo”. In: VIANA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2014.

LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff – Jakob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2010.

MACHADO, Michele Ramos. *O nacionalismo de Vargas no Vale do Paranhana: uma revisão historiográfica*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, 2011.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989 (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação).

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Cristiane Marques (org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MARTÍNEZ, Elda González. *La inmigración esperada*. La política migratoria brasileira desde João VI hasta Getúlio Vargas. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003 (Biblioteca de História da América).

MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.). *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. 1. ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

MARTINY, Carina *Os seus serviços públicos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2010.

MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

MELLO, Maria Ruiz. A Campanha da Nacionalização e os teuto-brasileiros. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

MENNUCCI, Sud. A guerra à zona rural. *Revista de Educação*, Departamento de Educação do Estado de São Paulo, v. 2, n. 2, 1933.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Língua e religião como instituintes da nacionalidade. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angélica (orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

MEYRER, Marlise Regina. *Evangelisches Stift: uma escola para “moças das melhores famílias”*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 1997.

MIGNOT, Ana Chrystina. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: obras e iniciativas públicas (Revivendo o passado, 2)*. São Leopoldo, 1998.

MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. *Um magistrado na política*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985.

MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. *Depoimentos biográficos*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1977.

MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORAES, Luís Edmundo de. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol, 2005.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MOREIRA, Marli Merker. O conceito de Nacionalização: A linguagem de Aurélio da Silva Py: a Quinta Coluna no Brasil. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

MOTYL, Alexander J. *Encyclopedia of nationalism*, vol. II. New Jersey: Academic Press, 2001.

MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, saber e poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil: passado, presente, futuro*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MÜLLER, Telmo Lauro. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

NEUMANN, Rosane Marcia. *“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”*. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2003.

NEUMANN, Rosane Marcia. Semana da pátria no Estado Novo: “Gauchinhos, entrem que a casa é de vocês”. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005.

NOGUEIRA, Isabel Porto; GOLDBERG, Luis Guilherme; SILVA, Flávio. Instituições Musicais no Rio Grande do Sul no período 1915-1925: um estudo sobre o projeto de interiorização da cultura artística de Guilherme Fontainha e José Corsi. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural*. v. 1. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2008.

O MALHO. Rio de Janeiro. Ano VII, n. 325, 5 dez. 1908. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/revista.asp?rev=325&ano=1908&pag=c1>. Acesso em: 30 set. 2017.

NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

NUCCI, Priscila. “Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945)”. *Cadernos AEL*, Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), v. 15, n. 27, 2009.

OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v. 1 e 2.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: UnB, 1981

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. “O preço da liberdade é a eterna vigilância”: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo; Campinas: Cortez; Ed. UNICAMP. 1996.

PENNA, Belisário. A luta contra o alcoolismo. *Archivos Rio-grandenses de Medicina*, Porto Alegre, ano VIII, n. 12, dez. 1929.

PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro*: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2003.

PETRY, Andrea Helena. O Papel Desempenhado Pelo Correio do Povo Durante o Estado Novo. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

PETRY, Andrea Helena; NEUMANN, Rosane Marcia. Imigrantes alemães e seus descendentes no contexto da campanha de nacionalização. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005.

PETRY, Leopoldo. *A emancipação de Novo Hamburgo*: a análise do parecer aprovado pelo Conselho Municipal e outras notas. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1925.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2007.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 105-119.

PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul* (Documento secreto n. 59). Porto Alegre, 1940, v. 1.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

RABUSKE, Arthur. A nacionalização e a Igreja Católica. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. *Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguismo do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. *Anais do Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, 1974.

RAMBO, Arthur B.; ARENDT, Isabel Cristina (orgs.). *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no Sul do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional; In: DREHER, Martin N. *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.

RAMBO, Arthur B. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica: a Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3).

RAMBO, Arthur B. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

RAHMEIER, Andréa Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2000.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 1990.

REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, Dalva N. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 1999.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 51-61.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Decreto n. 528*, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil – 1890, p. 1.424, v. 1, fasc. VI (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande dos Sul*. v. 1. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, C. M. *A ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fapesp, 2005.

ROSA, Maria de Lurdes (org.). *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar, 2012.

ROSANVALLON. Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

RUDY, Cleber. *O Anticlericalismo sob o manto da República: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Um caminho, múltiplas escolhas: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950)*. Tese (Doutorado) – PPGH, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/Unisinos/9584>.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Laços de sangue, posicionamentos opostos: considerações sobre as trajetórias dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro (Paraíba e Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX). *Dimensões*, v. 44, p. 179-210, jan./jun. 2020.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração: São Leopoldo e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, durante o Estado Novo (1937-1945). *Métis: História & Cultura*, v. 13, n. 27, p. 217-231, jan./jun. 2015.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Um isolamento opcional: a construção da imagem do imigrante não integrado ao Brasil na obra *Um rio imita o Reno*. *Mnemosine – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFCG*, Campina Grande, v. 5, n. 2, jul./dez. 2014a.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. A influência religiosa e as consequentes estratégias políticas no processo de emancipação e instalação do município de Novo Hamburgo/RS (1924-1930): um estudo de caso. *Oficina do Historiador – Revista discente do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS*, Porto Alegre, v. Especial, 2014b.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo* (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2013.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Reações diante das imposições: as estratégias adotadas nas escolas luteranas durante o Estado Novo (o caso da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho). In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)* [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. A Igreja da Imigração e o cajado do poder de Dom João Becker. Um estudo de caso sobre as lembranças “censuradas” de Theodor Amstad. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *A história da imigração e sua(s) escrita(s)* [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SARLET, Érica Dorotéia. *Ainda hoje plantaria minha macieira*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1993.

SAUL, Marcos de Almeida. *A classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, 1945-1964*. Santo Ângelo: Fundames, 1988.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em Busca da Terra da Promissão: a História de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

SCHÜTZ, Liene M. M. Leopoldo Petry, vulto local. In: *Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul* – 1982. Campo Bom: Gráfica Caeté S/A, 1989.

SCHÜTZ, Liene M. M. *Novo Hamburgo: sua história, sua gente*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Paz e Terra, 2000.

SEYFERT, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEYFERT, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Favianni. *O caso Sady e Ágaba: o crime da praça Comendador Felizardo Leite e a Revolta dos Estudantes do Grêmio 24 de Março na Parahyba de 1923*. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014.

SILVA, Helio. 1932: a guerra paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas*. Disponível em: www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456/391. Acesso em: 2 maio 2015.

SILVA, Maria Celina. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

SILVA JUNIOR, João Inácio da. *Galeria biográfica ilustrada*. Porto Alegre: [s.n.], 1937.

SONTAG, Susan. Respostas a um questionário. In: *Questão de ênfase: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Teses e Monografias, v. 6).

SIRINELLI, Jean-Francois. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura; MORALES, Neida Regina Ceccim; SOUZA, Cristiêlé Santos de. *50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008)*. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008.

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (orgs.). *O parlamento gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciência. Saúde-Manguinhos* [online], v. 23, supl. 1, p. 93-110, 2016.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, J. P. Coelho de. *Caminhada*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1969.

SOUZA, J. P. Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

SPERB, Angela. *Sal da terra: 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: La Salle, 1992.

SPERB, Dalila Clementina *et al.* *Oswaldo Cruz*. 100 anos de história. Novo Hamburgo: [s.n], 1996.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 01, p. 46-79, 1971.

TAKEUCHI, Márcia Y. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, Márcia Y. *Japoneses: A saga de um povo nascente*. Coord. Maria Luíza Tucci Carneiro. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Lazuli Editora, 2007.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

TONINI, Veridiana Maria. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957)*. Passo Fundo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, RS, 2003.

TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papeleria Brasil, 1915.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982a. (Temas brasileiros, 39).

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982b. (Temas brasileiros, 38).

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização Social dos Imigrantes: A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo; EHLERS, Voges. Klingelhofer: a disputa. In: ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.

TRINDADE, Hégio (org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre O. (orgs.). *Variações de micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2019.

VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. O Continente. Tomo I. São Paulo: Editora do Globo, 1989.

VIANA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

VIANNA, F. J. de Oliveira. *Raça e assimilação*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Francisco José Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira).

VIANNA, F. J. de Oliveira. Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica. *Revista de Imigração e Colonização*, jan. 1940.

VIANNA, Marcelo. *Os homens do parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2013.

WEBER, Regina; GOODMAN, Glen S. Comparada, Conectada, Mundial/Global ou Transnacional: A História da Imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, Cláudio P.; WITT, Marcos A.; TRUZZI, Oswaldo (org.). *Imigração nas Américas: estudos de história comparada*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2018.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2015.

WEIZENMANN, Tiago. *Cortando as asas do nazismo*. Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

WEIZENMANN, Tiago. O texto iconográfico: a revista Vida Policial e o imaginário nazista. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

WERLE, Flávia. Constituição do Ministério da Educação e articulações entre níveis federal, estadual e municipal da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, v. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

WITT, Marcos Antônio *et al.* Os arranjos matrimoniais como instrumento de inserção e participação social de imigrantes alemães– Rio Grande do Sul – século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 5, n. 9, jul. 2013.

WITT, Osmar. *Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-grandense*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Série Teses e Dissertações, n. 8).

WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernadete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, ano 6, n. 14, p. 205-238, nov. 2000.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, jun. 1985.

Nesta obra o historiador e pesquisador Rodrigo Luis dos Santos faz um levantamento e estabelece relações com fatores políticos, sociais e intelectuais constatáveis no perfil dos militantes da Sociedade Amigos de Alberto Torres, tanto no Brasil, como um todo, quanto no Rio Grande do Sul, em específico. Para isso, são apresentados alguns episódios nos quais essa sociedade se envolveu, cabendo destacar, aqui, em relação ao nível nacional, apenas uma, a campanha pelo estabelecimento de cotas de imigrantes por nacionalidade de origem, na Constituição de 1934. Dado interessante, neste contexto, é que entre os militantes havia familiares do ideólogo que criticavam o caráter xenófobo dessas medidas, afirmando que, apesar da defesa enfática do fomento ao trabalhador “nacional”, Torres não se opunha à imigração de trabalhadores estrangeiros nem à presença daqueles que haviam vindo em décadas anteriores.